

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia Ambiental

Kerlei Enele Sonaglio

**A TRANSDISCIPLINARIDADE NO PROCESSO DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ECOTURISMO EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Tese de Doutorado

Florianópolis
2006

**A TRANSDISCIPLINARIDADE NO PROCESSO DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ECOTURISMO EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Kerlei Eniele Sonaglio

**A TRANSDISCIPLINARIDADE NO PROCESSO DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ECOTURISMO EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia Ambiental da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito final para obtenção
do grau de Doutor em
Engenharia Ambiental

Orientadora: Profa. Édis Mafra Lapolli, Dra.

Florianópolis
2006

Kerlei Eniele Sonaglio

A TRANSDISCIPLINARIDADE NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E
GESTÃO DO ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Esta Tese de Doutorado foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de
Doutor em Engenharia Ambiental no **Programa de Pós-Graduação em
Engenharia Ambiental** da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 25 de maio de 2006.

Prof. Henry Xavier Corseuil, Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Édis Mafra Lapolli, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Profa. Ana Maria Benciveni Franzoni, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Moderadora

Prof. Ronaldo dos Santos da Rocha, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Membro Externo

Prof. Flávio Rubens Lapolli, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro

Profa. Liane da Silva Bueno, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina
Membro Externo

Dedicatória:

**“Aqueles que passam por nós
não vão sós,
não nos deixam sós!
Deixam um pouco de si,
levam um pouco de nós!”.**
Antoine Saint-Exupery

Agradecimentos

Agradecer...

Uma atitude e um sentimento que reiteradas vezes tomaram conta de meu ser durante mais esta caminhada de formação acadêmica. Em atitude..., nem sempre tive a oportunidade de expressar meus agradecimentos a determinadas pessoas no momento certo.

Porém..., em sentimento, posso assegurar que inúmeras vezes meu coração palpitou em gratidão a diversas pessoas que passaram por mim nesta trajetória.

Para algumas pessoas dedico meus sinceros agradecimentos, ...agora por escrito!

Àquela que trilhou este caminho acadêmico junto a mim...desde o início... com persistência, experiência, carinho e dedicação... meus sinceros agradecimentos à professora Édis Mafra Lapolli, a qual sou grata não apenas por ter acompanhado meus passos pela pós-graduação, mas por ter “escolhido” estar me acompanhando.

Professor Flávio Rubens Lapolli..., agradeço por ter aberto a “primeira porta” do PPGEA para uma bacharel em Turismo que sonhava em doutorar-se em Engenharia Ambiental pela UFSC e, ainda, por ter apresentado o caminho que me levou até orientadora (profa Édis).

Rodrigo Ramos, meu marido e amigo, sou imensamente grata por suas valiosas contribuições, não somente para o desenvolvimento desta tese, mas para a vida. Te agradeço também por encher de amor e filosofia a minha vida.

Elisa Sonaglio Ramos, minha filha! Sou grata por ter me ensinado a viver “dimensões de realidade” que eu desconhecia e que, certamente, alteraram minhas percepções e reflexões realizadas nesta tese. Você foi concebida, gestada e “parida” durante estes quatro anos de doutoramento.

Liane da Silva Bueno, amiga que a vida me presenteou neste caminho acadêmico.

Sou grata pelas suas sugestões para esta tese e por cultivar a nossa amizade.

Agradeço a professora Ana Maria B. Franzoni, que partilhou as experiências profissionais vividas “na sala da professora Édis”.

Professor Ronaldo Rocha, agradeço por suas contribuições e pela “percepção de um engenheiro” que ajudou a organizar com mais clareza algumas idéias desta tese.

Agradeço aos colegas discentes do PPGEA que, certamente, “dialogaram seus sagrados” comigo, em especial à Cláudia Anahí.

Sou grata aos docentes do PPGEA, por terem compartilhado seus conhecimentos comigo. Em especial, agradeço ao professor Daniel Silva por ter incluído a “transdisciplinaridade” e a “complexidade” em suas disciplinas, pois foram valiosas para minha formação.

Meus agradecimentos aos autores das muitas obras que “dialogaram silenciosamente” comigo .

Agradeço ao Maurício, secretário do PPGEA por sua solicitude.

Sou grata aos acadêmicos da disciplina de Ecoturismo da FASSESC, por participarem deste processo tão importante em minha vida.

Agradeço, ainda, aos que auxiliaram indiretamente na minha trajetória acadêmica, em especial, meus pais Decio e Elisabeth Sonaglio e também minha madrinha Loreni Vicente.

***Creio que não existe estrada principal na ciência...
estamos numa floresta
e descobrimos o nosso caminho
por ensaio e erro,
construindo nossas próprias estradas
à medida que avançamos.***

Max Born

Resumo

SONAGLIO, Kerlei Eniele. A transdisciplinaridade no processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação. **2006. Tese de Doutorado (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, UFSC, Florianópolis.**

O ecoturismo em Unidades de Conservação vem sendo planejado com base em diferentes paradigmas, destacando-se o sistêmico. Apesar dos progressos ocorridos no planejamento e gestão do ecoturismo desde o seu advento, década de 1980, há muito a ser aprimorado. Com o objetivo de contribuir no debate acerca desta temática, apresenta-se esta pesquisa. Inicialmente, contextualizou-se o ecoturismo em áreas naturais protegidas. Foram analisadas as metodologias existentes de planejamento e gestão para o ecoturismo e identificaram-se os paradigmas nos quais elas estão embasadas. Apresentou-se o paradigma transdisciplinar. E, por fim, investigou-se: a) Pode a transdisciplinaridade auxiliar no processo de planejamento e gestão do ecoturismo? b) Há a possibilidade de desenvolver uma metodologia para o processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação baseada no paradigma transdisciplinar? Destes questionamentos surgiu uma proposta de metodologia transdisciplinar para o processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação, que em essência, é um modo de conduzir tal planejamento e gestão, tendo em vista as diferentes dimensões de realidade e de percepção manifestas no desenvolver destas ações, privilegiando o diálogo entre o “sagrado” dos atores envolvidos e as diversas disciplinas científicas; diálogo que determinará o processo cognitivo que fundamentará, assim, o planejamento e a gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação. A pesquisa foi realizada numa abordagem qualitativa e a técnica de triangulação foi utilizada para a validação da metodologia proposta.

Palavras-chave: Ecoturismo; Transdisciplinaridade, Planejamento e Gestão; Unidades de Conservação .

Abstract

The ecotourism in Protected Áreas is being planned on the basis of different paradigms, with prominence for the based one on the general theory of systems. Despite the progress occurred in the planning and management of the ecotourism since its advent, decade of 1980, it has very to be improved. With the objective to contribute in the debate about of this thematic one, this research is presented. Initially, the ecotourism in protected natural areas it was presented. The existing methodologies of planning and management for the ecotourism had been analyzed and had been identified to the paradigms in which they are based. The transdisciplinar paradigm was presented. And, finally, was investigated: a) The transdisciplinarity can assist in the process of planning and management of the ecotourism? b) It has the possibility of if tracing a methodology for the planning process and management of the ecotourism in Protected Áreas based on the transdisciplinar methodology? Of these questionings it appeared the proposal transdisciplinar methodology for the process of planning and management of the ecotourism in Protected Áreas, that in essence, is a way to lead such planning and management, in view of the different dimensions of reality and perception of manifest in developing of these actions, privileging the dialogue between the "sacred" of the involved actors and the diverse ones you discipline scientific; dialogue that will determine the cognitive process that it will base, thus, the planning and the management of the ecotourism in Protected Áreas. The research was carried through in qualitative boarding and the triangulation technique was used for the validation of the methodology proposal.

Key-words: Ecotourism; Transdisciplinarity; Planning and Management; Protected Areas.

SUMÁRIO

Lista de Siglas.....	11
Lista de Figuras.....	12
Lista de Tabelas.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Contextualização do tema.....	14
1.2 Proposições teóricas da tese.....	17
1.2.1 Questões da pesquisa.....	18
1.3 Objetivos da tese.....	19
1.3.1 Objetivo geral.....	19
1.3.2 Objetivos específicos.....	19
1.4 Justificativa, relevância e ineditismo da tese.....	20
1.4.1 Justificativa.....	20
1.4.2 Relevância e ineditismo.....	25
1.5 Estrutura da tese.....	28
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	30
2.1 Transdisciplinaridade.....	30
2.1.1 Pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade....	31
2.1.2 O paradigma transdisciplinar.....	34
2.1.2.1 Paradigma.....	34
2.1.2.2 Transdisciplinaridade.....	35
2.1.2.3 O paradigma da transdisciplinaridade.....	35
2.1.3 A metodologia transdisciplinar.....	44
2.2 Ecoturismo.....	51
2.2.1 Turismo sustentável.....	51
2.2.1.1 Uma breve contextualização do turismo sustentável.....	54
2.2.2 Algumas considerações pertinentes relativas ao ecoturismo.....	56
2.2.3 Conceitos e definições.....	58
2.2.4 Caracterizando o ecoturismo no cenário nacional e internacional....	64
2.3 Áreas naturais protegidas.....	71
2.3.1 Considerações iniciais acerca do tema.....	72
2.3.2 Unidades de conservação.....	76
2.3.2.1 O SNUC.....	77
2.3.2.2 As permissões ao uso turístico nas UCs do Brasil.....	82
2.3.3 Experiências do ecoturismo em áreas naturais protegidas.....	86
2.3.3.1 Parque Nacional Galápagos.....	88
2.3.3.2 Santuário Comunitário dos Babuínos.....	99
2.3.3.3 Santuário da Vida Selvagem da Bacia de Cokscomb.....	105
2.3.3.4 Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.....	107
2.3.4 O ecoturismo nas UCs do Brasil.....	118
2.4 Planejamento e gestão do ecoturismo.....	126
2.4.1 Os paradigmas do planejamento e gestão do ecoturismo.....	128
2.4.1.1 A fase pré-paradigmática: primeiro grupo.....	132
2.4.1.2 Área de transição 1.....	133
2.4.1.3 A fase paradigmática: segundo grupo.....	135
2.4.1.3.1 Concepção de Héctor Ceballos-Lascuráin.....	135
2.4.1.3.2 Concepções de Kreg Lindberg & Donald Hawkins.....	137
2.4.1.3.3 Concepção de Elizabeth Boo.....	140

2.4.1.3.4	Concepção de Sérgio Molina.....	142
2.4.1.3.5	Concepção de Giovanni de Farias Seabra.....	147
2.4.1.4	Área de transição 2.....	149
2.4.1.4.1	Concepção do WWF.....	150
2.4.1.4.2	Concepção de Álvaro Machado.....	157
2.4.1.4.3	Outras considerações do planejamento eco(turístico).....	159
2.4.1.5	A fase das novas abordagens: o terceiro grupo.....	163
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	167
3.1	Caracterização da pesquisa.....	167
3.1.1	Quanto à abordagem.....	167
3.1.2	Quanto aos objetivos.....	168
3.1.3	Quanto aos procedimentos técnicos.....	169
3.1.3.1	O estudo de caso.....	170
3.2	Limitações da pesquisa.....	173
3.2.1	Primeira limitação: o texto e o contexto.....	173
3.2.2	Segunda limitação: percepções da realidade.....	174
3.2.3	Terceira limitação: (des)caminhos do percurso.....	175
3.3	Metodologia para validação da tese.....	176
4.	METODOLOGIA TRANSDISCIPLINAR PARA O ECOTURISMO.....	179
4.1	Considerações iniciais.....	179
4.2	Apresentação da metodologia.....	182
4.2.1	Fluxograma da tese.....	182
4.2.1.1	Fluxograma base.....	183
4.2.1.2	Fluxograma da abordagem transdisciplinar para o ecoturismo..	184
4.3	Explicando a metodologia transdisciplinar.....	187
4.3.1	Dimensão afetiva.....	187
4.3.2	Dimensão conceitual.....	188
4.3.3	Dimensão estratégica.....	190
4.3.4	Dimensão conceitual.....	191
4.3.5	Dimensão cognitiva.....	193
4.3.6	Dimensão efetiva.....	193
5.	VALIDAÇÃO DA PESQUISA.....	195
5.1	Processo de validação e resultados.....	195
5.1.1	Observação simples.....	197
5.1.2	Observação participante.....	198
5.1.3	Análise de trabalhos arquivados.....	199
5.1.4	Entrevista focalizada.....	201
5.1.5	Teste e análise documental.....	202
5.1.6	Entrevista semi-estruturada.....	211
5.1.7	Análise dos participantes.....	213
5.1.8	Análise por pares.....	214
5.2	Reflexões finais.....	214
6.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS....	216
6.1.	Conclusões.....	216
6.2	Recomendações para futuros trabalhos.....	219
	REFERÊNCIAS.....	220

Lista de Siglas

AEOMESC -	ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS E OPERADORAS DE MERGULHO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CBTS -	CONSELHO BRASILEIRO DE TURISMO SUSTENTÁVEL
CETRANS -	CENTRO DE EDUCAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
EMBRATUR -	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
EUA -	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FASSESC -	FACULDADES INTEGRADAS ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE SANTA CATARINA
GPS -	<i>GLOBAL POSITION SYSTEM</i>
IBAMA -	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBGE -	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IEB -	INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL
MMA -	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
OMT -	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
ONG -	ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL
ONU -	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PNMT -	PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO
PNUMA -	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
PNRH -	PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
PPGEA -	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
ROS -	<i>RECREATIONAL OPPORTUNITY SPECTRUM</i> - ESPECTRO DE OPORTUNIDADES RECREATIVAS
RPPN -	RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL
SCA -	SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA
SDS -	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SWOT -	STRENGTHS (PONTOS FORTES), WEAKNESSES (PONTOS FRACOS), OPORTUNITIES (OPORTUNIDADES), THREATS (AMEAÇAS)
TIES -	<i>THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY</i>
UC -	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
UFSC -	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UNESCO -	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA
WWF -	<i>WORLD WILDLIFE FUND</i>
IBICT -	<i>INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA</i>
BDTD -	<i>BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES</i>
MTUR -	<i>MINISTÉRIO DO TURISMO</i>
ABBTUR -	<i>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BACHARÉIS EM TURISMO</i>
ANA -	AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS
CIREN -	<i>CENTRE INTERNATIONAL DE RECHERCH SUR L'ENVIRONNMENT ET LE DÉVELOPPEMENT</i>
CBS -	<i>COMMUNITY BABOON SANCTUARY</i>
BAS -	<i>BELIZE AUDUBON SOCIETY</i>
CBWS -	<i>COKSCOMB BASIN WILDLIFE SANCTUARY</i>
REBIO -	RESERVA BIOLÓGICA
PARNA -	PARQUE NACIONAL

Lista de Figuras

Figura 1: Modelo de Jantsch.....	33
Figura 2: Princípios lógicos.....	42
Figura 3: A perspectiva transdisciplinar metodológica.....	45
Figura 4: Avanços na perspectiva metodológica transdisciplinar.....	49
Figura 5: Exemplo de nível afetivo conflitual e do nível afetivo contraditório.....	50
Figura 6: Áreas naturais protegidas: sem definição de dimensões e limites.....	73
Figura 7: Áreas naturais protegidas: com definição de dimensões e limites.....	75
Figura 8: Unidades de proteção integral.....	79
Figura 9: Unidades de uso sustentável.....	81
Figura 10: Visitação pública em UCs.....	83
Figura 11: Uso turístico em UCs.....	85
Figura 12: Áreas selecionadas do ecoturismo em áreas protegidas nas Américas.....	88
Figura 13: Imagem de satélite do Arquipélago de Galápagos.....	89
Figura 14: Localização das Ilhas Galápagos.....	90
Figura 15: Cágados gigantes.....	91
Figura 16: Cactos opuntia.....	91
Figura 17: Ecoturistas na Ilha de Bartolomé.....	93
Figura 18: Laguna El Junco.....	94
Figura 19: Principais rotas das embarcações turísticas em Galápagos.....	95
Figura 20: Cartão Postal de Galápagos (ilha de Bartolomé).....	98
Figura 21: Localização do CBS.....	99
Figura 22: Babuíno.....	99
Figura 23: Localização CBWS.....	105
Figura 24: Onças pintadas.....	105
Figura 25: Localização e zoneamento da REBIO do Arvoredos.....	108
Figura 26: Ilha do Arvoredos.....	109
Figura 27: Ilha Galé.....	110
Figura 28: Calhau de São Pedro.....	111
Figura 29: Ilha Deserta.....	111
Figura 30: Fluxo de turistas na alta temporada - Ilha do Arvoredos.....	112
Figura 31: Fluxo de turistas na baixa temporada - Ilha do Arvoredos.....	113
Figura 32: Pontos de localização da REBIO do Arvoredos.....	115
Figura 33: Caconde.....	125
Figura 34: Fases das metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo com base na teoria dos paradigmas de Thomas S. Kuhn.....	131
Figura 35: O processo integral de planejamento.....	144
Figura 36: Esquema para o planejamento integral do turismo.....	145
Figura 37: Quatro passos no processo de planejamento do ecoturismo.....	151
Figura 38: Projetos do Manual WWF.....	156
Figura 39: Fluxograma base.....	183
Figura 40: Metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs.....	185
Figura 41: Coleta de dados e validação.....	196
Figura 42: Resultados da observação simples.....	198
Figura 43: Proposta de trabalho final da disciplina de ecoturismo.....	199
Figura 44: Roteiro da entrevista semi-estruturada.....	211
Figura 45: Número de saídas e fluxo de turistas para a REBIO do Arvoredos.....	213

Lista de Tabelas

Tabela 1: Web Sites Não-Acadêmicos.....	27
Tabela 2: Web Sites Acadêmicos.....	27

1 INTRODUÇÃO

“Aventure-se, pois da mais insignificante pista surgiu toda riqueza que o homem já conheceu”.

John Masefield

1.1 Contextualização do tema

Para iniciar a apresentação e contextualização do tema desta tese de doutoramento realizada no Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental (PPGEA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma reflexão sensível de Ward & Dubos (1972, p. 31) torna-se oportuna:

O homem habita dois mundos. Um é o mundo natural das plantas e dos animais, dos solos, do ar e das águas, que o precedeu em bilhões de anos e do qual faz parte. O Outro é o mundo das instituições sociais e dos artefatos que constrói para si mesmo com suas ferramentas e máquinas, sua ciência e seus sonhos, para alcançar um meio obediente aos propósitos ou direções humanos.

Seguindo o pensamento citado, algumas inquietações...: Será que nós, humanos, nos afastamos realmente da natureza (o primeiro mundo)? Por que a humanidade parece tentar “domesticá-la” (o segundo mundo)? Como viver, ante o atual estilo de vida, estabelecendo uma vida sustentável para os seres habitantes da terra? A criatividade humana está construindo seu caos ou estamos num fluxo natural e evolutivo inerente ao ser humano e previsto pelo Universo para esta espécie?

Muitos pesquisadores tentaram (e outros continuam tentando) buscar respostas para questionamentos desta natureza. Porém, a lógica na qual a vida humana foi organizada no Planeta Terra parece estar longe do caminho do “religare”¹.

A mentalidade antropocêntrica que produziu novas tecnologias, está tentando agora tratar os males não-paupáveis e invisíveis aos olhos e tato humanos (porém sensíveis aos outros sentidos) que passaram a atormentar o corpo humano. E a era da depressão, do stress, da fadiga (física, mental e espiritual) parece estar tomando dimensões incontroláveis.

A mesma lógica que governa o mundo, tenta resolver seus problemas. As conseqüências avassaladoras do mau uso dos recursos naturais do Planeta estão

¹*Religare* no sentido de religar, segundo Nicolescu (1999), aquilo que liga (espaço do *sagrado*). “Sagrado”, segundo o mesmo autor, é aquilo que não se submete a nenhuma racionalização. O sagrado não implica, necessariamente na crença em Deus, em deuses ou espíritos. O sagrado, antes de qualquer coisa, é uma experiência que se traduz por um sentimento.

sendo vivenciadas por todos nós, porém em muitos casos, ainda sutilmente, ou melhor, discretamente percebidas dentro da realidade diária pós-industrial.

No entanto, a civilização busca “qualidade de vida”. Experienciar o contato com a natureza tornou-se uma necessidade essencial determinada pelo atual estilo de vida das populações urbanas; numa tentativa de resgatar um elo praticamente esquecido por elas, mas verdadeiramente natural.

A sociedade capitalista tem priorizado um consumo onde se utiliza o recurso natural da Terra de maneira ainda insustentável, embora as iniciativas de gestão ambiental tenham apresentado diversas contribuições rumo ao desenvolvimento sustentável no mundo, principalmente no que se refere às Unidades de Conservação (UCs), instituídas para conservar e proteger determinados ambientes em função de sua biodiversidade característica.

A gestão ambiental em UCs, principalmente no Brasil, está alicerçada em pilares que revelam uma perspectiva simplificadora da realidade complexa na qual está inserida. Há na maioria das UCs, um uso contraditório às permissões especificadas na legislação pertinente a cada categoria, ou mesmo no Plano de Manejo (quando já elaborado), principalmente no tocante ao fluxo de visitantes, incluindo-se, ainda, a falta de fiscalização e controle das atividades realizadas e impactos decorrentes das intervenções humanas com o propósito turístico.

Algumas categorias de Unidades de Conservação no Brasil, principalmente os Parques Nacionais, têm recebido um fluxo intenso de turistas que deixam seus impactos negativos também numa zona de amortecimento mal preparada para a gestão da atividade em diversas dimensões.

Ante o exposto percebe-se que o ecoturismo vem se tornando uma atividade de intensa atratividade ao consumismo da humanidade, por exemplo: para as populações receptoras, pela concepção de que a atividade gera divisas e desenvolvimento (no sentido econômico vigente); para os visitantes, pois permite o contato com a natureza (tão difundido) e tendo como “pano de fundo” o ambiente natural. “Pano de fundo” sim, pois o egocentrismo é tão imperante na relação homem-natureza que usufruímos os produtos e serviços ecoturísticos ao sabor de “nossas” necessidades.

O planejamento e a gestão da atividade ecoturística, embora tente considerar as prerrogativas de sustentabilidade, refletem, utilizando uma expressão de Morin

(1997), a “neurose da cultura de massas do século XX”, num distanciamento entre a teoria e a prática da atividade.

Há anos, num contexto mundial, tentou-se estabelecer um equilíbrio entre a prática do ecoturismo e a preservação e conservação da natureza. Porém, nem mesmo o primeiro parque nacional do mundo (Yellowstone) conseguiu alcançar tal êxito, embora tenha planejadores de parques dos Estados Unidos tentando minimizar os impactos negativos ocasionados pelas visitas desde os anos 1940.

A problemática da relação turismoXnatureza, principalmente em áreas protegidas, tem desafiado muitos planejadores e pesquisadores da área. No entanto, a avalanche de situações inusitadas e inesperadas, como por exemplo, as fatalidades ocorridas em Yellowstone, quando turistas passaram a alimentar perigosamente os ursos cinzentos, que mesmo domesticados, atacavam os visitantes; ou então a visita em massa ao Parque Nacional de Galápagos, no Equador, em áreas proibidas em virtude da fragilidade do ecossistema, inclui o ecoturismo num cenário de crise em diversas regiões.

Outra percepção de realidade precisa alicerçar as metodologias existentes de planejamento do ecoturismo, sob pena de esgotar o próprio recurso, que ora apresenta-se como atrativo turístico.

Mas esta problemática de esgotamento dos recursos, está para além das necessidades unicamente ambientais de manterem-se vivas e saudáveis. Há o elemento humano, autóctone, sendo marginalizado e/ou mal compreendido no processo, há o elemento político sendo omissos ou incapazes de mediar os conflitos, há o empreendedor tentando sobreviver à lógica da economia em vigência, há a academia pesquisando e eventualmente se opondo à atividade, há ainda outros elementos, dos quais talvez, a consciência humana nem os conheça.

A transdisciplinaridade traz uma contribuição importante neste contexto; a postura do rigor, da tolerância e da abertura. Tais elementos podem traçar um outro olhar às problemáticas do planejamento do ecoturismo e suas relações com a dimensão social, ambiental, política, econômica, espacial, geográfica, cultural, espiritual e tantas quantas se pode explicitar (se é que há como dimensionar todas elas).

A transdisciplinaridade, numa perspectiva mundial, sobretudo no meio acadêmico, tem sido discutida principalmente no domínio das ciências sociais e humanas. Porém, num contexto de fenômenos instáveis, inusitados, flutuantes e

descontínuos, tal como os fenômenos naturais, que se apresentam irregulares e muitas vezes imprevisíveis, há a necessidade de estabelecer as conexões entre os diversos saberes.

Em se tratando de ecoturismo, eis o desafio que precisa ser pesquisado e transcendido a paradigmas e dogmas estáticos e determinados pela academia e seus eixos programados: dar sustentação desde a crise ao caos e possibilitar a emergência de uma visão prospectiva para o planejamento da atividade ecoturística.

Diante do exposto, esta tese procura encontrar possibilidades e alternativas, ante as problemáticas decorrentes das intervenções humanas em Unidades de Conservação, no que diz respeito ao ecoturismo. Sendo assim, alguns pressupostos teóricos necessitam de apresentação, como será observado no próximo item.

1.2 Proposições teóricas da tese

A formulação das questões de pesquisa, problemáticas, bem como a proposição de objetivos precisa estar alicerçada em alguns pressupostos norteadores que possibilitem a geração de conhecimentos técnicos e reflexões sobre o tema investigado.

Conforme exposto por Zanetti (2002), toda pesquisa científica consiste em enunciar e verificar hipóteses, a exemplo de:

- Uma antecipação do conhecimento;
- Uma suposição que se faz na tentativa de explicar o que se desconhece;
- Um conhecimento provisório que deve ser verificado para ter validade e que serve para preencher “lacunas do conhecimento”;
- Uma fase do método de pesquisa que vem depois da formulação do problema;
- Não apenas uma mera opinião, mas uma suposição provisória, porém fundamentada em sólidas bases teóricas;
- É o indicador do caminho a seguir com a investigação.

Sendo assim, a partir do referencial teórico e com base no domínio de experiências da pesquisadora evidenciam-se as seguintes proposições teóricas e

reflexões no tocante às lacunas, carências e hipóteses para o desenvolvimento da tese:

- Há a necessidade de agregar aportes transdisciplinares ao universo de acepções em torno do ecoturismo, no sentido do seu entendimento e do discernimento que seu significado e alcance assumem;
- Há pertinência de apor ao ecoturismo uma discussão transdisciplinar acerca de seus princípios em face aos paradigmas que são norteadores das metodologias de planejamento e gestão existentes;
- Há insuficiência nas abordagens metodológicas do ecoturismo que ofereçam um cenário satisfatório mais abrangente, sobretudo nas intervenções em áreas naturais protegidas;
- Para propor avanços no desenvolvimento planejado do ecoturismo, deve-se aplicar a metodologia transdisciplinar ao fenômeno e assim estabelecer um método primário de aplicação que sirva para uma possível crítica e avanço;
- A utilização da metodologia transdisciplinar possibilita o avanço na discussão para a configuração de um novo paradigma para o ecoturismo;
- A proposta da abordagem transdisciplinar para o ecoturismo deve dialogar com as teorias e metodologias existentes, evitando desse modo, os reducionismos das análises até então realizadas;
- Devido ao fato dessa pesquisa ser inovadora no âmbito do turismo, os avanços podem até se configurar mínimos, em um primeiro momento, mas com o amadurecimento e aprofundamento desse campo teórico-prático, tais avanços podem ampliar o espectro de sua importância e beneficiar o ecoturismo;
- Dado o número restrito de obras que se referem ao planejamento e gestão do ecoturismo, há a necessidade de contribuir com o meio acadêmico, em face de uma nova abordagem.

1.2.1 Questões da pesquisa

A partir das proposições teóricas e reflexões formulam-se as seguintes questões as quais essa tese se ocupa em investigar, para no final refutar ou confirmar:

- a) Pode a transdisciplinaridade auxiliar no processo de planejamento e gestão do ecoturismo?
- b) Há a possibilidade de desenvolver uma metodologia para o processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação, baseada no paradigma transdisciplinar?

Esta pesquisa almeja encontrar respostas a estes questionamentos e possibilitar a abertura de muitos outros.

1.3 Objetivos da tese

1.3.1 Objetivo geral

- Propor uma metodologia transdisciplinar para o processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação.

1.3.2 Objetivos específicos

- Realizar fundamentação teórico-empírica acerca do planejamento e gestão do ecoturismo e da transdisciplinaridade;
- Pesquisar as metodologias existentes no que se refere ao planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação;
- Identificar as problemáticas nas metodologias existentes do planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação;
- Estudar as perspectivas metodológicas transdisciplinares;
- Identificar as etapas metodológicas, numa perspectiva transdisciplinar, para o ecoturismo;
- Validar a metodologia proposta.

1.4 Justificativa, relevância e ineditismo da tese

Um outro olhar é possível ao planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação. Uma outra lógica pode emergir da lógica já existente na organização desta atividade, representando um avanço para o campo das engenharias (programa onde foi desenvolvida esta tese) e suas relações com as demais áreas do conhecimento, propiciando, assim, uma contribuição das ações sustentáveis alicerçadas em dimensões ambientais, sociais, econômicas, culturais e afetivas das populações nas diversas regiões do Brasil.

Este item terá o propósito de justificar a importância do tema proposto nesta tese de doutoramento, além de apresentar o ineditismo e a relevância deste trabalho.

1.4.1 Justificativa

A partir dos anos 1980, a atividade turística no Brasil experienciava um turismo de “massas” que se deslocavam e usufruíam as belezas naturais, sobretudo das regiões costeiras, com produtos e serviços oferecidos respondendo apenas às pressões mercadológicas, sem ser necessariamente, uma atividade pensada e planejada para as regiões potenciais.

Em meados dos anos 1980, outros tipos de turismo em áreas naturais começam a ser potencializados no Brasil: o turismo rural e o ecoturismo. O turismo rural, iniciado em Lages (SC), passa a interiorizar a atividade turística em regiões com produção agropecuária. O ecoturismo, inicialmente ocupando áreas já conhecidas nacionalmente, a exemplo da Amazônia e Pantanal, e posteriormente sendo desenvolvido em regiões protegidas legalmente pelas legislações municipais, estaduais ou federais, despertando grande interesse de empreendedores dispostos a investir nas áreas de entorno, visando atrair um fluxo maior de visitantes.

A partir dos anos 1990, o ecoturismo no Brasil começa a se tornar mais expressivo e passa a ser explorado em diversas Unidades de Conservação, desprovido, em sua maioria, do rigor da fiscalização, controle e monitoramento das atividades desenvolvidas.

Já em meados dos anos 1990, houve a necessidade de desmassificação de determinados destinos, sob pena de seu esgotamento e numa tentativa de incluir a

atividade na era do “desenvolvimento sustentável”, apregoado pelos ambientalistas e intensificado sobretudo na década de 1990, posterior a ECO-92.

Sob o ponto de vista da sustentabilidade, nos princípios apresentados por Inacy Sachs, e posteriormente atribuídos ao desenvolvimento do turismo por outros autores como Margarita Barreto, Doris Ruschmann e Mário Beni, o ecoturismo justifica sua intervenção em áreas naturais, consistindo-se, de acordo com aqueles autores e em consonância com os critérios estabelecidos na “Carta de Lanzarote”, em 1995², em uma atividade que esteja incluída nos ideais de sustentabilidade do turismo:

(...) o desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, há de ser suportável ecologicamente em longo prazo, viável economicamente e equitativo sob uma perspectiva ética e social para as comunidades locais. (...) Sendo o turismo um potente instrumento de desenvolvimento, pode e deve participar ativamente na estratégia do desenvolvimento sustentável. Uma boa gestão do turismo exige garantir a sustentabilidade dos recursos dos quais depende.

O ecoturismo propõe a inclusão das populações residentes no entorno das áreas com potencial, mas, na maioria dos casos a participação não é efetiva, uma vez que, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, poucos indivíduos acabam por usufruir destes benefícios, marginalizando e por conseguinte, gerando problemas sociais, econômicos, culturais, espaciais, ambientais e ecológicos dos mais diversos.

Neste contexto, a observância de um processo transdisciplinar no que se refere ao planejamento sustentável do ecoturismo pode auxiliar na percepção dos sujeitos que se complexifica, e que, como explicitou Edgar Morin (1999) “quando um paradigma não mais sustenta a realidade, um outro imediatamente se apresenta e é acolhido”.

Os paradigmas que envolvem a humanidade parecem estar sendo alterados em função dos diferentes estilos de vida que as populações têm assumido, principalmente no tocante às novas tecnologias, que acabam por seduzir e nos direcionar a uma “práxis³” cada vez mais destituída de “poesia⁴”.

No que diz respeito ao planejamento e gestão do ecoturismo, tem-se um cenário (destacando o panorama mundial) de conflitos de interesses variados. O enfoque das ações realizadas no tocante à organização da atividade parece, ao que se

² “Carta de Lanzarote”, produzida na Conferência Mundial de Turismo Sustentável realizada em Lanzarote, Canárias, em abril de 1995.

³ Do grego “práxis” no sentido de atividade prática; ação, exercício, uso. Aurélio (1997, p. 1378)

⁴ Poesia, no sentido do que há de elevado ou comovente nas pessoas ou nas coisas; encanto, graça, atrativo. Aurélio (1997, p. 1352)

apresenta no referencial teórico (capítulo 2), estar voltada aos interesses público/privado/sociedade/natureza, embora as análises das experiências e suas implicações nestes mesmos sujeitos, apresentam problemáticas de intervenções mal sucedidas e que, em sua maioria, provocaram danos e estabeleceram rupturas indesejáveis (principalmente relacionadas às populações do entorno das áreas).

O paradigma transdisciplinar no processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação propõe um avanço na conciliação de saberes, rigor na identificação das necessidades ambientais e ecológicas que ora apresentam-se como contraditórias (sob o ponto de vista da sociedade de consumo X ecossistemas), e na cooperação na mediação dos conflitos⁵.

As inovações tecnológicas estão também pressionando o mercado turístico, que exige agora um pós-turismo,

O pós-turismo constitui um novo paradigma, uma categoria histórica que emerge e altera certas considerações fundamentais do turismo originado anteriormente e quebra essa dependência sazonal. O recurso chave é a tecnologia, capaz de criar sistemas semifechados e de traçar, no futuro, o desenvolvimento de sistemas de destinos totalmente fechados (MOLINA, 2003, p. 27).

Será que os grandes complexos ecoturísticos, grandes resorts e seus ambientes reproduzidos nos seduzirão a ponto de nos afastarmos ainda mais do ambiente natural? Esta reflexão, sem dúvida já está sendo respondida pelos grandes empreendimentos abarrotados de ecoturistas simulando um contato entre homem-natureza tão artificial, quanto à lógica que os criou, a exemplo do *Typhon Lagoon*⁶, em Orlando, na Flórida; o *Phoenix Seagaia*⁷, no Japão, ou outros empreendimentos “pós-turísticos” que sob os mesmos ideais, estão (a exemplo da Alemanha) recriando ambientes para a prática do ecoturismo de aventura (*rafting*, canoagem, *treetking*) recorrendo a tecnologias sofisticadas que reproduzem ambientes, clima e outras situações que imitam a realidade desejada para o empreendimento.

As pessoas costumam entender, normalmente, as “novas realidades” a partir da lógica do conhecimento que já possuem, esforçam-se pouco em apreendê-las a

⁵ Utilizando os avanços propostos por REIS, Alfredo dos. Mediação Transdisciplinar de conflitos ambientais em Unidades de Conservação: Estudo de caso na Praia de Naufragados / Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental. Florianópolis: UFSC, 2003.

⁶ *Typhon Lagoon* é um parque temático que possui uma grande superfície de água com ondas de diferentes tipos e com diversos ritmos, rios, praias e rochedos, dentre outras “decorações” naturais recriadas por critério humano.

⁷ *Phoenix Seagaia* é uma grande praia artificial fechada, coberta com uma cúpula imensa, que possui ondas e areia natural, cascatas e vegetação tropical.

partir de uma lógica e de uma racionalidade diferente. Sendo assim, acomodam todo o novo a velhos paradigmas, numa tentativa de não se sentirem ultrapassadas. Porém, o que as torna receptiva às novas situações, sem dúvida reside no campo das experimentações (sensível, o sentir).

A partir disto, outra inquietação: Como o ser humano é capaz, com sua criatividade magnífica, de criar espaços totalmente simulados e/ou reproduzidos em sistemas fechados, e tem apresentado dificuldades em planejar e estabelecer relações “sustentáveis” em sistemas abertos (ambiente natural)?

As UCs, ambientes delimitados no intuito de manter conservada e preservada a biodiversidade, regidas por legislação específica (de acordo com a categoria), precisam de uma gestão ambiental e de pessoas que complexifique seus mecanismos gerenciadores a fim de estabelecer ações transdisciplinares.

Como bem apresentou Reis (2003), há que se considerar os pontos de vista social, ambiental, ecológico e o científico, em se tratando de Unidades de Conservação. No que diz respeito ao fenômeno social, as UCs justificam-se pelo seu papel no processo pedagógico e educacional que possibilita o entendimento e a valorização sensível do objetivo a que foram criadas. Referindo-se ao aspecto ambiental e ecológico, as UCs justificam-se pelo princípio fundamental a partir do qual foram instituídas, qual seja: o de garantir a conservação e preservação de determinado ecossistema. No ponto de vista científico, atribui-se à justificativa dos avanços que a ciência tem apresentado, normalmente realizados nestes ambientes.

Ao justificar a transdisciplinaridade, que pretende transitar e evitar o conflito entre os diversos saberes, emerge a idéia de que, do ponto de vista das ciências humanas e sociais o acolhimento das relações entre os saberes científicos, popular, tradições, arte e filosofia tem alcançado mais êxito do que sob o ponto de vista das engenharias, por exemplo. Porém, na medida em que os avanços apresentam-se evidentes, a simples postura de exclusão passa a não se sustentar mais, possibilitando então, uma abertura ao reconhecimento no que diz respeito à importância de estudos que transcendam o campo de pesquisa regido por uma lógica reducionista e estranguladora.

Ante o exposto, a justificativa da transdisciplinaridade para esta tese no Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, pontua ainda, num contexto ambiental, a importância deste tema na medida que está imbuído da responsabilidade de complexificar o estudo das relações entre os elementos e

espécies de um determinado ecossistema, no qual o ser humano não deve ser excluído.

O estudo em temas ambientais, sobretudo quando advém de situações que conflitam em função de múltiplos e diversos usos, exige o rigor científico que tem propiciado à humanidade o avanço no campo das ciências. Assim, a transdisciplinaridade é justificada, pois representa um avanço para a ciência no que diz respeito ao processo metodológico que considera diferentes níveis de realidade e percepção, acessado por pares de contraditórios que transitam entre os saberes, mandatos e emoções, retroalimentando-se, como proposto por Silva em 2000 (constante no capítulo 2).

Sendo assim, o planejamento e a gestão do ecoturismo em UCs precisa estar regido por uma nova lógica, que inclua “o diferente”, que estabeleça relações sensíveis e agregadoras, e que (re) estabeleça um contato verdadeiramente natural entre as espécies no Planeta. O ecoturismo tem essa incumbência, revelar o “sagrado” que está no íntimo de todos os que buscam seu “religare” com a natureza (ao menos deveria tê-lo, pois nesta idéia está o alicerce em que a atividade tenta se sustentar, ainda que teoricamente apenas). Porém, há a necessidade urgente de se estabelecer o contato com os diferentes níveis de percepção e realidade, entre as diferentes disciplinas e entre os diferentes agentes envolvidos no processo de planejamento e gestão do ecoturismo nas Unidades de Conservação.

Ante o exposto, fica evidente que esta proposta de tese de doutoramento fundamenta sua importância no que diz respeito a um novo (re) direcionamento ao planejamento e a gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação e vem apresentar uma outra metodologia (que não prescinde, nem exclui as demais).

O ineditismo do trabalho reside justamente, na abordagem transdisciplinar para o planejamento e a gestão do ecoturismo que está sendo proposta em uma metodologia complementar a ser aproveitada pelas demais já existentes, ou pode a partir desta, emergir outras novas formas de se planejar a atividade.

O êxito desta proposta está atrelado, indiscutivelmente, às relações e interações existentes que precisam adotar uma postura transdisciplinar. No entanto, esta proposta tem também o intuito de contribuir no processo cognitivo dos grupos e elementos que venham a interagir entre si e com o meio.

Eis a grande responsabilidade que o ecoturismo pode representar nas regiões com potencial para o desenvolvimento da atividade, o de religar, o de dar “contexto”

ao “texto”, utilizando uma expressão poética de Silva (2002), que ora apresenta-se pertinente.

1.4.2 Relevância e ineditismo

A relevância desta tese pode ser fundamentada a partir do estudo realizado nas diversas referências existentes acerca do tema proposto e da apresentação de sua importância, sob o ponto de vista da contribuição que ela propõe ao planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação.

No que diz respeito ao seu ineditismo e originalidade, eis alguns apontamentos que se fazem necessários:

a) O avanço científico que o objetivo a que se propôs a tese representa (a partir do referencial teórico-empírico pesquisado)

O ineditismo e originalidade, sob o ponto de vista das publicações na área de estudo desta tese, foi observado da seguinte maneira:

- Referências em âmbito local: produções acerca do tema desta tese, pesquisadas na UFSC, junto aos Programas de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção, Agroecossistemas, Administração, Sociologia Política e Geografia.
- Referências em âmbito nacional: produções acerca do tema desta tese, pesquisadas junto à base de dados da Biblioteca Central da UFSC, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no Ministério do Turismo (MTUR), na Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR), no Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Agência Nacional de Águas (ANA).
- Referências em âmbito internacional: pesquisando as produções e dados via *internet*, além de dados pesquisados pelos convênios da Biblioteca Central da UFSC, bem como produções publicadas pela Organização Mundial do Turismo

(OMT), pela *The International Ecotourism Society (TIES)* e constante nos Anais do II Congresso Mundial de Transdisciplinaridade.

A pesquisa realizada pela *internet* utilizou-se dos seguintes *sites* de busca: *Google*, *Altavista* e *MSN* no que diz respeito a títulos localizados em *sites* pessoais, públicos, privados, revistas e periódicos não científicos. Para as produções acadêmicas utilizou-se a busca pelo *site* do *Google Scholar* (Google Acadêmico)⁸. Esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2000 e 2006, compreendendo o período de elaboração da dissertação de mestrado (2000-2002) e tese de doutorado (2002-2006) na UFSC/PPGEA.

Os resultados das pesquisas via internet podem ser observados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

⁸ O Google Acadêmico disponibiliza os seguintes documentos: artigos revisados por especialistas (peer-reviewed), teses, livros, resumos e artigos de editoras acadêmicas, organizações profissionais, bibliotecas de pré-publicações, universidades e outras entidades acadêmicas.

Tabela 1: Web Sites Não-Acadêmicos

PALAVRAS-CHAVE Key-words	BASE DE DADOS NA WEB					
	GOOGLE		ALTAVISTA		MSN	
	Português	Inglês	Português	Inglês	Português	Inglês
ECOTURISMO <i>ECOTOURISM</i>	3.970.000	10.900.000	1.330.000	2.960.000	384.243	960.674
TRANSDISCIPLINARIDADE E <i>TRANSDISCIPLINARITY</i>	79.000	168.000	13.500	57.900	5.964	21.745
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO <i>PROTECTED AREAS</i>	805.000	14.400.000	220.000	2.630.000	49.017	1.081.184
PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO <i>ECOTOURISM PLANNERS</i>	172	149	57	85	115	196
Ecotur. + Transdisc.	404	148	167	29	00	00
UCs + Plan. Ecotur	73	79	27	50	13	27
E + T + UCs + PE	02	00	00	00	00	00

Tabela 2: Web Sites Acadêmicos

PALAVRAS-CHAVE Key-words	BASE DE DADOS NA WEB					
	GOOGLE SCHOLAR (2002/2006)		WEB OF SCIENCE (2002/2005 - pesquisa em 95.667 documentos)		PORTAL CAPES (2002/2005 - pesquisa em 1.183 periódicos)	
	Português	Inglês	Português	Inglês	Português	Inglês
ECOTURISMO <i>ECOTOURISM</i>	2.840	16.300	0	1	5	13
TRANSDISCIPLINARIDADE <i>TRANSDISCIPLINARITY</i>	924	1.440	1	1	3	38
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO <i>PROTECTED AREAS</i>	1.880	39.800	0	2	55	3.016
PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO <i>ECOTOURISM PLANNERS</i>	09	16	0	1	6	14
Ecotur. + Transdisc.	23	10	0	0	1	0
UCs + Plan. Ecotur	00	07	0	0	2	3
E + T + UCs + PE	00	00	0	0	0	0

Nos Anais do II Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, realizado no Brasil, em Vitória/ES (de 6 a 12 de setembro de 2005) não foi encontrado nenhum artigo versando sobre a relação dos temas “ecoturismo” e “transdisciplinaridade”.

b) A contribuição que esta tese representa no que diz respeito a material bibliográfico na área de planejamento e gestão do ecoturismo publicado no Brasil.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, constatou-se que não há, até o fechamento dessa tese, publicações que apresentem a perspectiva transdisciplinar para o turismo de um modo geral.

Outra constatação refere-se ao reduzido número de obras publicadas que apresentam o tema “planejamento e gestão do ecoturismo”, sobretudo publicadas neste século, o que confirma a relevância dessa tese.

c) A perspectiva do aumento da efetividade nas ações conservacionistas e no desenvolvimento social e econômico das regiões que aplicarem o processo proposto por essa tese.

A metodologia transdisciplinar proposta ao planejamento e gestão do ecoturismo em UCs é fundamental para manter os princípios que já estão imbuídos nas concepções ecoturísticas, tais como o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Porém, a efetividade dos princípios citados e a emergência de outros, está intimamente associada ao processo transdisciplinar atribuído ao ecoturismo por essa tese, uma vez que o instrumental metodológico utilizado até o momento não tem conseguido contemplar os próprios princípios geradores da atividade ecoturística.

1.5 Estrutura da tese

O primeiro capítulo apresenta a introdução da proposta para o desenvolvimento da tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental - PPGEA da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Inclui a contextualização do tema, as proposições teóricas, as questões da tese, a apresentação dos objetivos, a justificativa, a relevância e o seu ineditismo.

No segundo capítulo, a fundamentação teórica e empírica é apresentada com o estudo dos temas presentes na pesquisa: ecoturismo, transdisciplinaridade e Unidades de Conservação.

O terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos utilizados na elaboração da tese.

O quarto capítulo apresenta a “metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs”, objetivo central desta tese.

O quinto capítulo expõe os resultados da validação da metodologia.

O sexto capítulo apresenta as conclusões da tese.

E, finalmente, são apresentadas as referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 Transdisciplinaridade

O termo “transdisciplinaridade” vem a conhecimento público em sete de março de 1986, pelo comunicado final do Colóquio organizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (Declaração de Veneza) – A Ciência Diante das Fronteiras do Conhecimento, realizado em Veneza.

Nesta referida declaração, explicitou-se, entre outras reflexões importantes, a urgência de uma troca dinâmica entre as ciências “exatas”, as ciências “humanas”, a arte e a tradição. No enfoque transdisciplinar, o estudo conjunto da natureza e do imaginário, do universo e do homem, aproximaria mais o ser humano do real e permitiria enfrentar melhor os diferentes desafios desta época.

A abordagem transdisciplinar procura ser sensível diante daquilo que a disciplinaridade muitas vezes nem sequer reconhece como existente. Contudo, apesar das limitações da disciplinaridade, decorrentes da sua tendência ao fechamento, ela é uma postura eficiente: via de regra as disciplinas avançam conquistando novos saberes.

Para Morin (2001), a disciplina é uma categoria dentro do conhecimento científico. Ela institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui, das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias.

A constante procura pela especialização separou a ciência da cultura, numa tentativa de consolidar a modernidade, o que distanciou o sujeito do objeto, presentes na origem da ciência moderna.

A transdisciplinaridade reconhece o valor da especialização e fragmentação, mas propõe ultrapassá-la, recompondo a unidade da cultura e encontrando o sentido inerente à vida.

A transdisciplinaridade propõe um outro olhar ao que já se conhece, e ainda, uma abertura e sensibilidade para perceber o que ainda não se descobriu e que pode residir em dimensões diferentes da realidade humana.

Neste contexto, Morin (2001) indica que não basta estar por dentro de uma disciplina para conhecer todos os problemas aferentes a ela. A abertura, portanto, é necessária.

Segundo o Centro de Educação Transdisciplinar - CETRANS (2005), a transdisciplinaridade reconhece a existência de diferentes níveis de realidade regidos por lógicas distintas e admitindo um terceiro incluído. Esta visão ultrapassa o domínio das ciências por seu diálogo também, por exemplo, com a experiência espiritual.

Em tempos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade apresenta-se como multidimensional, considerando questões temporais e históricas, não excluindo a existência de um horizonte trans-histórico, como é relacionado na Carta de Transdisciplinaridade, adotada no Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, Convento de Arrábida, Portugal, em novembro de 1994 (CETRANS, 2005).

2.1.1 Pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

Para Nicolescu (1999), há que se considerar distinções necessárias entre os termos pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade e observa que estes termos surgem na metade do século XX pela necessidade de estabelecer vínculos entre as distintas disciplinas.

Em sua obra “O manifesto da transdisciplinaridade”, publicada em 1999, ele expõe estas distinções e apresenta o termo transdisciplinaridade, como segue:

- Pluridisciplinaridade: diz respeito ao estudo de um objeto de uma única disciplina por diversas disciplinas ao mesmo tempo.
- Interdisciplinaridade: tem um propósito diferente daquele da pluridisciplinaridade. Ela diz respeito à transferência dos métodos de uma disciplina à outra. É possível distinguir três graus de interdisciplinaridade: a) grau de aplicação: por exemplo, os métodos da física nuclear transferidos à medicina conduzem à aparição de novos tratamentos de câncer; b) grau epistemológico: por exemplo, a transferência dos métodos da lógica formal ao campo do direito gera análises interessantes na epistemologia do direito; c) grau de geração de

novas disciplinas: por exemplo, a transferência dos métodos da matemática ao campo da física gerou a física-matemática; da física de partículas à astrofísica, a cosmologia-quântica; da matemática aos fenômenos meteorológicos ou aos da bolsa, a teoria do caos; da informática à arte, a arte-informática. Como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa as disciplinas, mas sua finalidade também permanece circunscrita na pesquisa disciplinar. Seu terceiro grau, inclusive, contribui para o *big-bang* disciplinar.

- Transdisciplinaridade: como o prefixo "trans" o indica, diz respeito ao que está ao mesmo tempo *entre* as disciplinas, *através* das diferentes disciplinas e *além* de toda disciplina. Sua finalidade é a compreensão do mundo atual, e um dos imperativos para isso é a unidade do conhecimento.

Uma figura apresentando uma breve descrição das posturas multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, acompanhada de um sugestivo gráfico, foi elaborado por Jantsch, em 1972, o qual segue abaixo (figura 1):

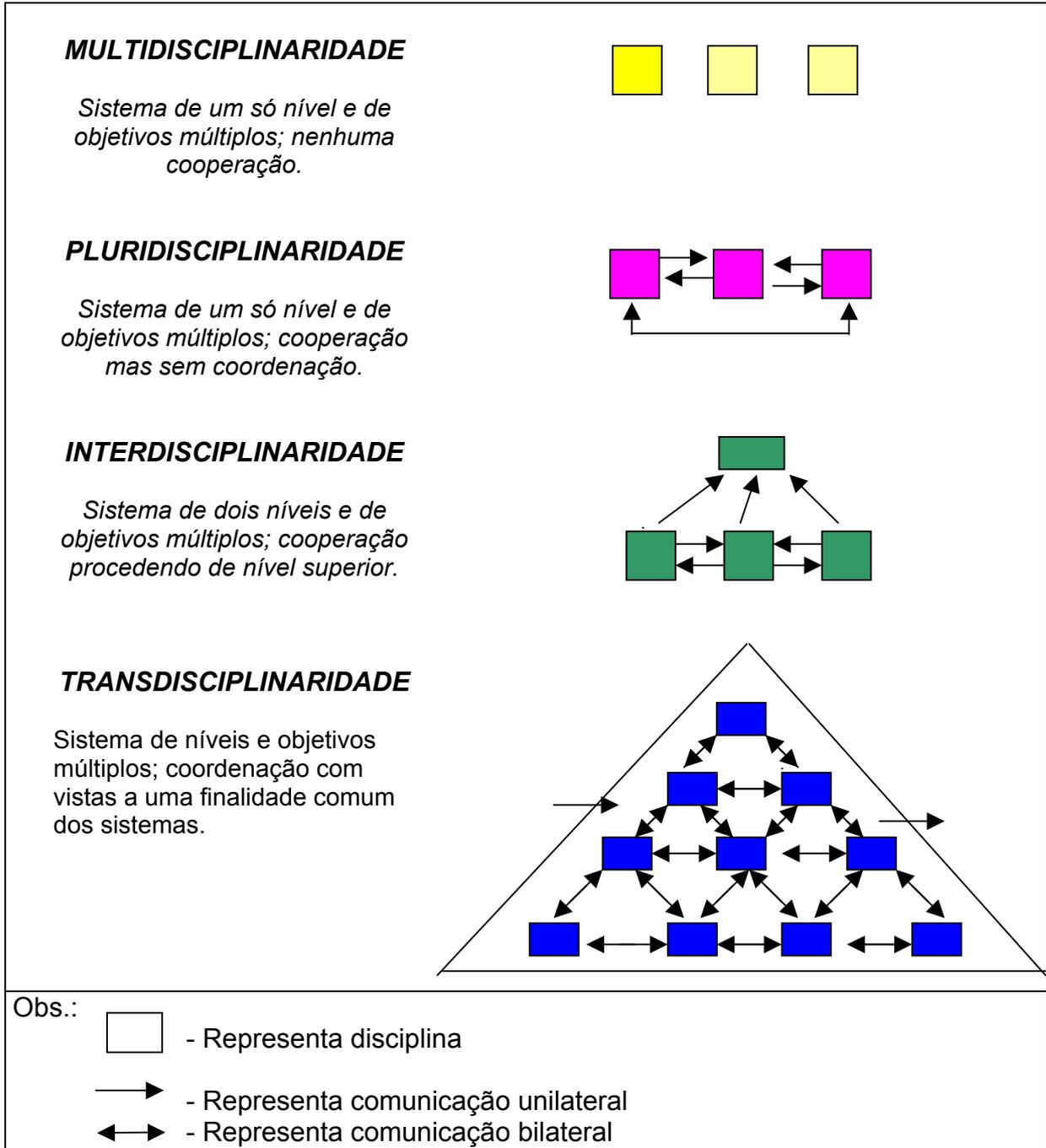


Figura 1: Modelo de Jantsch

Fonte: SILVA, 2000.

Por muitos anos, qual postura adotar em uma determinada pesquisa tornou-se uma problemática que demandava, por parte do pesquisador, clareza quanto idéias de cada postura. Contudo, o importante não é apenas a idéia de pluri, inter e transdisciplinaridade. O importante é notar que é o desejo de compreender tanto mais quanto possível à realidade que conduz o investigador a uma abordagem sensível à complexidade (como é o caso da transdisciplinaridade), uma abordagem que, no dizer de Morin (2001), tenta “ecologizar” as disciplinas, isto é, levar em conta

tudo que lhes é contextual, inclusive as condições culturais e sociais, ou seja, ver em que meio elas nascem, levantam problemas, ficam esclerosadas e transformam-se. Não se pode demolir o que as disciplinas criaram, não se pode romper todo o fechamento: é preciso que uma disciplina seja, ao mesmo tempo, aberta e fechada, ou seja, aberta no sentido de permitir possibilidades que a transcendam e fechada, no sentido de manter o rigor científico no qual está alicerçada.

2.1.2 O paradigma transdisciplinar

Ora em diante, tratar-se-á do tema “paradigma transdisciplinar”.

Sendo assim, cumpre esclarecer primeiramente o significado das palavras “paradigma” e “transdisciplinaridade”.

2.1.2.1 Paradigma

O termo “paradigma” é usado desde há muito tempo. Vale lembrar que Platão (428 a.C.- 347 a.C.) empregava o termo paradigma como sinônimo de modelo, ao considerar como paradigma o mundo dos seres eternos, do qual o mundo sensível é imagem e. Aristóteles (384 a.C - 322 a.C.) utilizava o termo paradigma como exemplo. (ABBAGNANO, 1999)

Contemporaneamente, o vocábulo “paradigma” reaparece com intensidade na obra de Thomas S. Kuhn, denominada “Estrutura das revoluções científicas”.

Kuhn (2001) empregou o termo “paradigma” em vários sentidos, tendo utilizado mais de vinte acepções diferentes, já descritos no posfácio de sua obra em 1969.

De acordo com Kuhn (2001) paradigmas seriam conceitos teóricos e valores aceitos e compartilhados por uma comunidade científica que aplica tais conceitos e valores em suas pesquisas.

2.1.2.2 Transdisciplinaridade

No intuito de compreender a palavra “transdisciplinaridade”, explicar-se-á os termos “trans” e “disciplinaridade”.

O prefixo “trans”, do latim: movimento para além de, através de. (AURÉLIO, 1997, p. 1699).

“Disciplinaridade” diz respeito à qualidade do que é disciplinar. (HOUAISS, 2001, p. 1052) e “disciplinar”, por sua vez, diz respeito à disciplina. (AURÉLIO, 1977, p. 595).

Morin (2001, p. 105) explica que “disciplina” é uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem.

Daí segue que a “transdisciplinaridade” diz respeito ao que está para além e através das diferentes disciplinas.

2.1.2.3 O Paradigma da transdisciplinaridade

Diante das noções “paradigma” e “transdisciplinaridade” apresentadas acima, pode-se entender a expressão “paradigma da transdisciplinaridade” como um conjunto de conceitos e valores aceitos e compartilhados por uma comunidade científica imbuídos do espírito transdisciplinar, ou seja, imbuídos de um ideal que tenta transcender as disciplinas sem perdê-las de vista, transcender com base em certas idéias, tais como: níveis de realidade, lógica do terceiro incluso e complexidade.

O “espírito transdisciplinar” teve como marco fundador a publicação oficial da Carta da Transdisciplinaridade, composta de um breve preâmbulo e 15 (quinze) artigos. Tal carta foi adotada pelos participantes do I Congresso Mundial da Transdisciplinaridade realizado no Convento de Arrábida, Portugal, de 02 a 06 de novembro de 1994.

Considerando a importância desta Carta na história dos estudos transdisciplinares, é oportuno apresentá-la:

CARTA DA TRANSDISCIPLINARIDADE⁹

Preâmbulo

Considerando que a proliferação atual das disciplinas acadêmicas conduz a um crescimento exponencial do saber que torna impossível qualquer olhar global do ser humano;

Considerando que somente uma inteligência que se dá conta da dimensão planetária dos conflitos atuais poderá fazer frente à complexidade de nosso mundo e ao desafio contemporâneo de autodestruição material e espiritual de nossa espécie;

Considerando que a vida está fortemente ameaçada por uma tecnociência triunfante que obedece apenas à lógica assustadora da eficácia pela eficácia;

Considerando que a ruptura contemporânea entre um saber cada vez mais acumulativo e um ser interior cada vez mais empobrecido leva à ascensão de um novo obscurantismo, cujas conseqüências sobre o plano individual e social são incalculáveis;

Considerando que o crescimento do saber, sem precedentes na história, aumenta a desigualdade entre seus detentores e os que são desprovidos dele, engendrando assim desigualdades crescentes no seio dos povos e entre as nações do planeta;

Considerando simultaneamente que todos os desafios enunciados possuem sua contrapartida de esperança e que o crescimento extraordinário do saber pode conduzir a uma mutação comparável à evolução dos humanóides à espécie humana;

Considerando o que precede, os participantes do Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade (Convento de Arrábida, Portugal 2 - 7 de novembro de 1994) adotaram a presente Carta entendida como um conjunto de princípios fundamentais da comunidade de espíritos transdisciplinares, constituindo um contrato moral que todo signatário desta Carta faz consigo mesmo, sem qualquer pressão jurídica e institucional.

Artigo 1: Qualquer tentativa de reduzir o ser humano a uma mera definição e de dissolvê-lo nas estruturas formais, sejam elas quais forem, é incompatível com a visão transdisciplinar.

Artigo 2: O reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes é inerente à atitude transdisciplinar. Qualquer tentativa

⁹A “Carta da Transdisciplinaridade” está disponível no seguinte site: <http://www.cetrans.futuro.usp.br>.

de reduzir a realidade a um único nível regido por uma única lógica não se situa no campo da transdisciplinaridade.

Artigo 3: A transdisciplinaridade é complementar à aproximação disciplinar: faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; oferece-nos uma nova visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa.

Artigo 4: O ponto de sustentação da transdisciplinaridade reside na unificação semântica e operativa das acepções através e além das disciplinas. Ela pressupõe uma racionalidade aberta por um novo olhar, sobre a relatividade definição e das noções de "definição" e "objetividade". O formalismo excessivo, a rigidez das definições e o absolutismo da objetividade comportando a exclusão do sujeito levam ao empobrecimento.

Artigo 5: A visão transdisciplinar está resolutamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exatas por seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência espiritual.

Artigo 6: Com a relação à interdisciplinaridade e à multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade é multidimensional. Levando em conta as concepções do tempo e da história, a transdisciplinaridade não exclui a existência de um horizonte trans-histórico.

Artigo 7: A transdisciplinaridade não constitui uma nova religião, uma nova filosofia, uma nova metafísica ou uma ciência das ciências.

Artigo 8: A dignidade do ser humano é também de ordem cósmica e planetária. O surgimento do ser humano sobre a Terra é uma das etapas da história do Universo. O reconhecimento da Terra como pátria é um dos imperativos da transdisciplinaridade. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade, mas, a título de habitante da Terra, é ao mesmo tempo um ser transnacional. O reconhecimento pelo direito internacional de um pertencer duplo - a uma nação e a Terra - constitui uma das metas da pesquisa transdisciplinar.

Artigo 9: A transdisciplinaridade conduz a uma atitude aberta com respeito aos mitos, às religiões e àqueles que os respeitam em um espírito transdisciplinar.

Artigo 10: Não existe um lugar cultural privilegiado de onde se possam julgar as outras culturas. O movimento transdisciplinar é em si transcultural.

Artigo 11: Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento. Deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar reavalia o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos.

Artigo 12: A elaboração de uma economia transdisciplinar é fundada sobre o postulado de que a economia deve estar a serviço do ser humano e não o inverso.

Artigo 13: A ética transdisciplinar recusa toda atitude que recusa o diálogo e a discussão, seja qual for sua origem - de ordem ideológica, científica, religiosa, econômica, política ou filosófica. O saber compartilhado deverá conduzir a uma compreensão compartilhada baseada no respeito absoluto das diferenças entre os seres, unidos pela vida comum sobre uma única e mesma Terra.

Artigo 14: Rigor, abertura e tolerância são características fundamentais da atitude e da visão transdisciplinar. O rigor na argumentação, que leva em conta todos os dados, é a barreira às possíveis distorções. A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às idéias e verdades contrárias às nossas.

Artigo final: A presente Carta da Transdisciplinaridade foi adotada pelos participantes do Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, que visam apenas à autoridade de seu trabalho e de sua atividade.

Segundo os processos a serem definidos de acordo com os espíritos transdisciplinares de todos os países, esta Carta permanecerá aberto à assinatura de todo ser humano interessado em medidas progressistas de ordem nacional, internacional para aplicação de seus artigos na vida.

Obs.: Comitê de Redação da Carta: Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu.

No II Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, realizado em Vila Velha/Vitória (ES) em setembro de 2005 esta Carta foi considerada, tendo sido referenciada a necessidade de recordá-la, valorizá-la, ampliá-la e contextualizá-la, por meio da atitude transdisciplinar, da pesquisa transdisciplinar e de ações transdisciplinares.

Conforme observa D'Ambrósio (1997, p. 9) a transdisciplinaridade, na sua essência, é uma postura transcultural de respeito pelas diferenças; de solidariedade na satisfação das necessidades fundamentais; de busca de uma convivência harmoniosa com a natureza. Além disso, acrescenta que ela não constitui uma nova filosofia, nem uma nova metafísica, nem uma ciência das ciências e muito menos,

como alguns dizem, uma nova postura religiosa, tampouco, como insistem em mostrá-la, um modismo. O essencial da transdisciplinaridade reside numa postura de reconhecimento do “diferente”, onde não há espaço e tempo culturais privilegiados que permitam julgar e hierarquizar – como mais corretos ou verdadeiros.

Assim emerge a transdisciplinaridade:

- Em germe, na forma de um comunicado final realizado pelos participantes do Congresso “Ciência e Tradição: Perspectivas transdisciplinares para o século XXI”, realizado pela UNESCO em Paris, dezembro de 1991, que expõe:

a transdisciplinaridade não procura construir sincretismo algum entre a ciência e a tradição: a metodologia da ciência moderna é radicalmente diferente das práticas da tradição. A transdisciplinaridade procura pontos de vista a partir dos quais seja possível torna-las interativa, procura espaços de pensamento as que façam sair de sua unidade, respeitando as diferenças, apoiando-se especialmente numa nova concepção de natureza.

- Na elaboração e adoção da Carta da Transdisciplinaridade por parte de alguns pensadores;
- No empenho em sofisticar o desenvolvimento dos saberes, como exprime Nicolescu (apud Paul, 2001, p. 4):

Enfim, à etapa das relações interdisciplinares, podemos esperar suceder uma etapa superior que será transdisciplinar, que não se contentará com a obtenção de interações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, mas situará essas ligações no interior de um sistema total, sem fronteiras estáveis entre essas disciplinas.

Não podendo prescindir das disciplinas, a transdisciplinaridade coloca-se, na realidade, como uma questão ética à medida que seu objetivo é eliminar o caráter alienante da especialização refletida na ciência aplicada de maneira reducionista, sem considerações de natureza ética e sociopolíticas (DENCKER, 2002).

A base do raciocínio transdisciplinar é o saber quântico, que é marcado pela dialógica da pertinência difusa simultânea, permite compreender a realidade de um mesmo objeto possuindo dois comportamentos lógicos distintos. Permite ainda, enquanto saber transiente que é, atravessar e comunicar-se, sem entrar em contradição com os demais quatro saberes constituídos e suas respectivas lógicas: o saber religioso, o saber filosófico, o saber popular e o saber científico (CETRANS, 2005).

Segundo Silva (2000), a transdisciplinaridade não prescinde, nem exclui os demais modos de interpretar o mundo. Ela apenas mostra o quanto suas lógicas são

reducionistas. Se a realidade é ontológica (existe independente do domínio lingüístico do observador que a representa) e complexa (possui resistências não explicitadas a todas as disciplinas), então sua representação disciplinar é sempre reducionista, revelando apenas parte de sua complexidade e ontologia. Na medida que os pesquisadores consigam identificar a sua contribuição disciplinar de representação da realidade, que possa ser também explicativa da complexidade de um outro nível de realidade, está aí o construto do objeto transdisciplinar. Este objeto, assim como o sujeito que o concebe, é uma emergência dos diversos níveis de realidade¹⁰ e de suas zonas de não resistência¹¹.

De acordo com o mesmo autor, o sujeito e objeto necessitam de um terceiro elemento para dar equilíbrio e consistência ao paradigma transdisciplinar e vislumbrar seu modelo de realidade. É necessário um terceiro elemento não passível de racionalização, que permita exatamente a existência dialógica dos outros dois.

Para Silva (2000), quando dois sujeitos ou mais conseguem reconhecer suas pertinências pelo encontro de seus sagrados, emerge daí o que se chama de “zonas de não resistência”, onde ambos podem transitar com o mínimo esforço. Sendo que quando estas zonas se encontram em um espaço cognitivo de verticalidade simultâneo, entre os diversos níveis de realidade, diz-se que aí ficou estabelecida uma “unidade aberta” onde os sujeitos aprendem não só com a autopoiesis do seu operar, como também com o operar do outro.

Esta idéia de terceiro elemento também é apresentada por Nicolescu (1999), que cita os três pilares da transdisciplinaridade - os níveis de realidade, a lógica do terceiro incluso e a complexidade, que determinam a “metodologia da pesquisa transdisciplinar”.

- **Níveis de realidade**

Nicolescu (1999) define a “realidade” como o que resiste às nossas representações, descrições e imagens e “nível” como um sistema invariável à ação de certas leis, como por exemplo: os átomos, o mundo atômico, o mundo

¹⁰ Níveis de realidade: conjunto de sistemas invariantes sob a ação de um número de leis gerais. (NICOLESCU, 1999)

¹¹ Zona de não-resistência: zona de transparência absoluta. Esta zona corresponde ao “sagrado”, isto é, aquilo que não se submete a nenhuma racionalização. (NICOLESCU, 1999)

corpuscular. Desse modo, dois níveis de realidade são diferentes se, ao se passar de um para o outro, há ruptura das leis e ruptura dos conceitos fundamentais.

Para Villermay (2005), nota-se bem a diferença desses níveis de realidade quando se fala do nível microfísico e do nível macrofísico. Para ela, entre a física clássica e a física quântica a ruptura é radical. Por isso que a interpretação dos fenômenos quânticos em linguagem macrofísica leva a paradoxos. Ninguém ainda encontrou uma formulação que permita a passagem de um mundo a outro. E, no entanto, esses dois mundos coexistem. Os seres humanos são a prova disso. A autora exemplifica:

Somos feitos de vazio e nesse vazio há grânulos de matéria: é o nível atômico. No nível macrofísico, nós apresentamos uma consistência de corpo com uma forma determinada, que persiste graças à velocidade que anima essas partículas no mundo quântico. O fato de que nós partilhamos com as partículas esse duplo aspecto (corpuscular e vibratório), fazendo de nós microcosmos à imagem do cosmos, e de que nós sejamos também matéria e vibração, as grandes tradições já o haviam dito, bem antes de Planck.

- **Lógica do terceiro incluído**

A "lógica do terceiro incluído" (quadro 1) pode ser explicada, segundo Lupasco (apud Nicolescu, 1999), da seguinte maneira: Ela postula a existência de um terceiro tipo dinâmico antagonista, que coexiste com a lógica da homogeneização que governa a matéria física macroscópica e com a da heterogeneização que governa a matéria viva. Esse novo mecanismo dinâmico exige um estado de equilíbrio entre os pólos de uma contradição, chamado de estado T (T: terceiro incluído).

Nicolescu (1999) explica que a lógica clássica baseia-se em três princípios binários, tem-se a figura 2:

LÓGICA CLÁSSICA	LÓGICA DO TERCEIRO INCLUÍDO + NÍVEIS DE REALIDADE (transdisciplinaridade)
1. Princípio da identidade: “A” é igual a “A”.	Existe um terceiro elemento T que é ao mesmo tempo “A” e “não-A”, (ficando mais clara esta situação quando é introduzida a noção de “níveis de realidade”).
2. Princípio da não-contradição: “A” não é “não-A”.	
3. Princípio do terceiro excluído: Dados “A” e “não-A”, uma delas é verdadeira e outra é falsa. Não existe termo T (T de "terceiro incluído") que é ao mesmo tempo “A” e “não-A”.	

Figura 2: Princípios lógicos

Considerando o exposto no quadro acima, de acordo com a lógica clássica, que parte de um mesmo nível de realidade, a existência de um terceiro termo T, que é ao mesmo tempo A e não-A, é inconcebível.

- **Complexidade**

Considerado como um dos três pilares da transdisciplinaridade, a complexidade diz respeito aquilo que se “inter-relaciona”, se “interliga”, se “complementa”. Sendo assim, pode-se considerar “complexos” o comportamento ou o pensamento acerca de diferentes fenômenos.

Mariotti (2000) diz que o pensamento complexo configura-se como uma nova visão de mundo, que aceita e procura entender as mudanças constantes, sem negar a contradição, a multiplicidade, a aleatoriedade e a incerteza, mas conviver com elas.

Morin (1999, p. 305) explica que a noção de complexidade dificilmente pode ser conceitualizada. Por um lado, porque ela está emergindo e, por outro, porque não pode deixar de ser complexa.

Na concepção de Morin (1999, p. 334),

“a complexidade não “produz” nem “determina” a inteligibilidade. Pode somente incitar a estratégia/inteligência do sujeito pesquisador a considerar a complexidade da questão estudada. Incita a distinguir e fazer comunicar

em vez de isolar e de separar, a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de ligá-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade/multiplicidade de toda entidade em vez de a homogeneizar em categorias separadas ou de homogeneizar em indistinta totalidade. Incita a dar conta dos caracteres multidimensionais de toda a realidade estudada.”

Considerando que a transdisciplinaridade diz respeito ao que está entre, através e para além das disciplinas, torna-se evidente que um de seus pilares esteja alicerçado na complexidade, uma vez que, de acordo com Morin (1999) uma das ambições da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento, tendendo ao conhecimento multidimensional. A complexidade não pretende dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar e considerar suas diversas dimensões.

Ante o exposto, a transdisciplinaridade propõe que se passe além e através das disciplinas. Que se conservem os traços dessa travessia e que se faça dessa memória dos traços um fio imaginário para desafiar o princípio que induz que o observador modifique a observação. Utilizando a poética frase de Villermay: O ser humano faz parte do universo, e, na falta do olho que pode ver o invisível, tem-se a consciência e a inteligência do olhar para desenhar os seus contornos.

É de extrema relevância, além de apresentar os três pilares que determinam a metodologia da pesquisa transdisciplinar, apresentar as características essenciais de uma “atitude transdisciplinar”, posto que diz respeito ao “agir” dos indivíduos animados pela transdisciplinaridade.

A atitude transdisciplinar, explica Nicolescu (1999), possui três características essenciais: o *rigor*, a *abertura* e a *tolerância*, e com isto abre a perspectiva metodológica citada. Estas características podem ser assim explicadas:

- Rigor: diz respeito ao uso da linguagem como principal elemento mediador da dialógica¹² ternária do transdisciplinar, podendo até se afirmar como sendo um aprofundamento do rigor científico.

¹² Dialógica: quer dizer que duas lógicas ou dois princípios, estão unidos sem que a dualidade se perca nessa unidade. Diferente do dialético, onde a superação dos princípios faz emergir outro.

- Abertura: diz respeito à possibilidade do inesperado, do imprevisível na construção do conhecimento advindo das zonas de resistência entre sujeito e objeto.
- Tolerância: significa o reconhecimento e aceitação das posições contrárias (idéias e verdades), desenvolvendo a habilidade de inclusão e acolhimento integrador.

Após apresentar brevemente os três pilares da transdisciplinaridade e as características essenciais do que se convencionou chamar “atitude transdisciplinar”, que se consubstanciaram no “espírito transdisciplinar”, iniciar-se-á uma exposição da metodologia transdisciplinar.

2.1.3 Metodologia transdisciplinar

A metodologia da pesquisa transdisciplinar é determinada pelos três pilares apresentados no item anterior.

Uma vez que o presente estudo trata do planejamento e gestão do ecoturismo, que é um segmento da atividade turística, que se caracteriza por ocorrer em ambientes naturais, bem como trata da transdisciplinaridade, alicerçar-se-á este estudo na “perspectiva transdisciplinar metodológica” apresentada por Silva (2000), tendo em vista que seu trabalho versa sobre temas ambientais, dentro dos quais estão inseridos os estudos sobre o ecoturismo.

A perspectiva transdisciplinar metodológica para a investigação em temas ambientais é apresentada por Silva (2000, p. 18), conforme a figura 3:

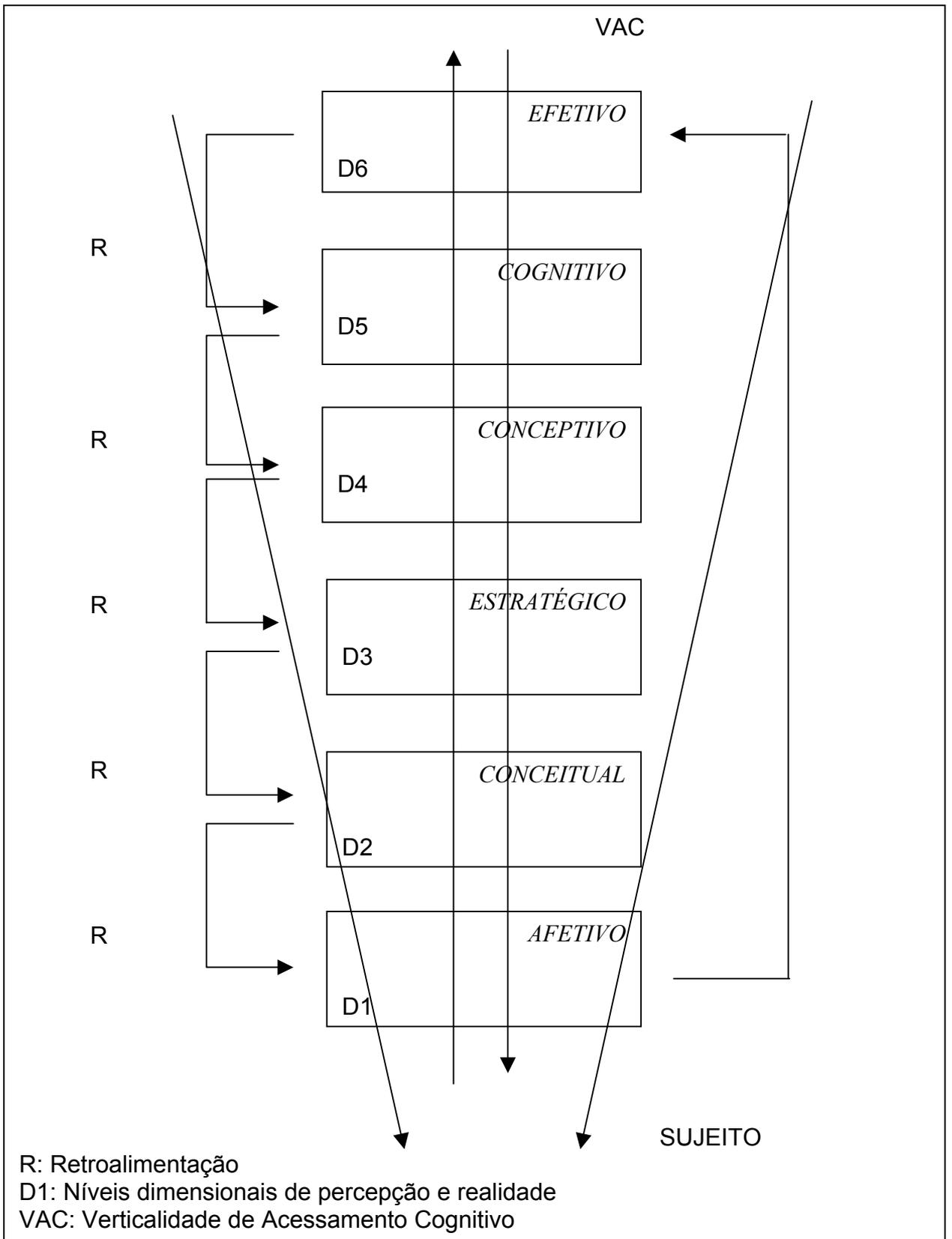


Figura 3: A Perspectiva Transdisciplinar Metodológica

Fonte: SILVA, 2000.

Para Silva (2000), esta perspectiva é constituída por dimensões de realidade e de percepção, através dos quais o sujeito irá construir suas zonas de transição sem resistência. Existe uma hierarquia nas dimensões, que, uma vez construídas, desaparecem. A ordem é exigida uma vez que o terceiro incluído está sempre no nível dimensional superior. A retroatividade ocorre na medida que o sujeito ascende de uma dimensão a outra. O fechamento do ciclo, garantindo sempre a abertura de novos, acontece com a construção da relação entre a efetividade dos resultados e a afetividade das pessoas que participaram ou foram objeto da ação.

A perspectiva de Silva remete a um ponto de vista já explicitado há três séculos por Pascal (apud Morin, 2001), que diz: “uma vez que todas as coisas são causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas estão presas por um elo natural e imperceptível, que liga as mais distantes e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes”.

Uma vez apresentado o esquema que ilustra a perspectiva transdisciplinar metodológica de Silva (2000), cabe explicá-lo, considerando as idéias do autor:

- Dimensão Afetiva: tem sido construída através de três abordagens: a **cooperativa**, que produz um emocional voltado para o *religere* do sujeito com o universo, com o ambiente local e com as pessoas através de conceitos de pertinência, afinidade e solidariedade; a **estética**, para o reconhecimento da estética –feiúra e beleza – do acoplamento estrutural do sujeito com o seu ambiente através de conceitos de essência, criatividade e estética; a **cognitiva**, que trabalha o emocional pela capacidade de representação da intersubjetividade, através da técnica de construção de texto coletivo. O par de contraditórios¹³ é representado pela disjunção entre as pessoas e o ambiente. O terceiro incluído trata de qualificar a transcendência inicial do sujeito através de um conjunto mínimo de conceitos introdutórios ao paradigma da sustentabilidade.
- Dimensão Conceitual: resgata o histórico da etapa inicial da metodologia interdisciplinar, a de construção de conceitos-chave. É construída a partir de cinco conceitos operativos – biosfera, ambiente, cidadania ambiental, desenvolvimento sustentável e saúde integral – e de cinco eras históricas de resgate das relações entre a sociedade e a natureza – formação de

¹³ Par de contraditórios: elementos conflitantes que emergem de uma dimensão de realidade.

ecossistemas, formação do ambiente, início de degradação, crise atual e era das relações sustentáveis. O par de contraditórios é dado pela disjunção entre o conjunto de conceitos do paradigma da sustentabilidade e o conjunto de conceitos de cada uma das disciplinas envolvidas. O terceiro incluído se complementa com a identificação na dimensão superior, a do planejamento estratégico.

- **Dimensão Estratégica:** composta pelas etapas de Acordo Inicial entre os diversos participantes individuais e institucionais; o Resgate Histórico do movimento de sustentabilidade; a identificação do Mandato atual normativo do novo estilo de desenvolvimento – conjunto de leis reguladoras da degradação e promotoras da sustentabilidade -; a construção da Missão da equipe, criando o foco coletivo de trabalho; a elaboração do Diagnóstico Estratégico, elemento analítico fundamental para a construção da relação com o par de contraditório da dimensão anterior; a Formulação de Estratégias e a construção da Visão de Sucesso, mediante o emprego de técnicas de visualização criativa. O par de contraditórios é dado pela realidade de contraditórios revelados no diagnóstico estratégicos. O terceiro incluído é a concepção estratégica – na qual é considerado todo o produto do planejamento estratégico realizado na dimensão anterior.
- **Dimensão Conceptiva:** é caracterizada pela Coordenação Solidária, onde o coordenador estabelece-se pela sua capacidade mediadora; pela Concepção Dimensional que acontece através da identificação de dimensões que atendam as estratégias formuladas na dimensão anterior; e o Detalhamento Fractal, que consiste na aplicação do fractal do projeto às linhas de ações, construindo assim a estrutura de acoplamento de cada ação individual e disciplinar ao espaço transdisciplinar. O par de contraditórios é dado pela tensão essencial que se estabelece entre a concepção da pesquisa formulada pela equipe e a realidade ontológica sobre a qual o projeto irá atuar. O terceiro incluído é a cognição – enquanto capacidade do sujeito de aprender com o seu próprio operar no ambiente que lhe cerca.
- **Dimensão Cognitiva:** trata-se da produção do conhecimento das diversas linhas de ação do que se pretende. É caracterizada pelos aportes: epistêmico, pedagógico e metodológico. O par de contraditórios é uma relação de poder agregador das informações produzidas e dos conhecimentos construídos pelo

que se pretende contra o poder desagregador das culturas políticas e institucionais vigentes sobre o ambiente trabalhado.

- Dimensão do Efetivo: diz respeito à relação entre eficiência dos diversos fluxos de informação e consciência do processo transdisciplinar com a eficácia de aplicação de seus resultados junto à sociedade. O par de contraditórios é dado pela relação entre eficiência e eficácia. O terceiro incluído está na emergência desta relação, que é a efetividade e encontra-se justamente na primeira dimensão, que é a afetiva.

Após a explicação das dimensões de realidade seria importante explicar:

- O fenômeno da “retroalimentação” presente no esquema: significa a ascendência do sujeito de uma dimensão para a outra.
- O fenômeno da “verticalidade de acessamento cognitivo” também presente no esquema: refere-se a existência de um espaço vertical dentro do qual estão dispostas as diferentes dimensões de realidade e de percepção, nas quais o trânsito cognitivo do sujeito ocorre sem resistência epistêmica, conceitual e lingüística.

Portanto, observa-se que, alicerçada na existência de dimensões de realidade e de percepção, através das quais o sujeito irá construir suas zonas de transição sem resistência, por meio do acessamento cognitivo vertical, emerge a perspectiva transdisciplinar metodológica.

Esta metodologia foi adotada por Sonaglio (2002), que realizou um estudo propondo uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo na ilha de Santa Catarina, cidade de Florianópolis, e também por Reis (2003) que apontou a perspectiva transdisciplinar de Silva (2000), propondo a mediação transdisciplinar de conflitos ambientais em Naufragados (parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro).

O estudo de Reis (2003), propõe um avanço no quadro proposto por Silva (apresentado acima), conforme figura 4:

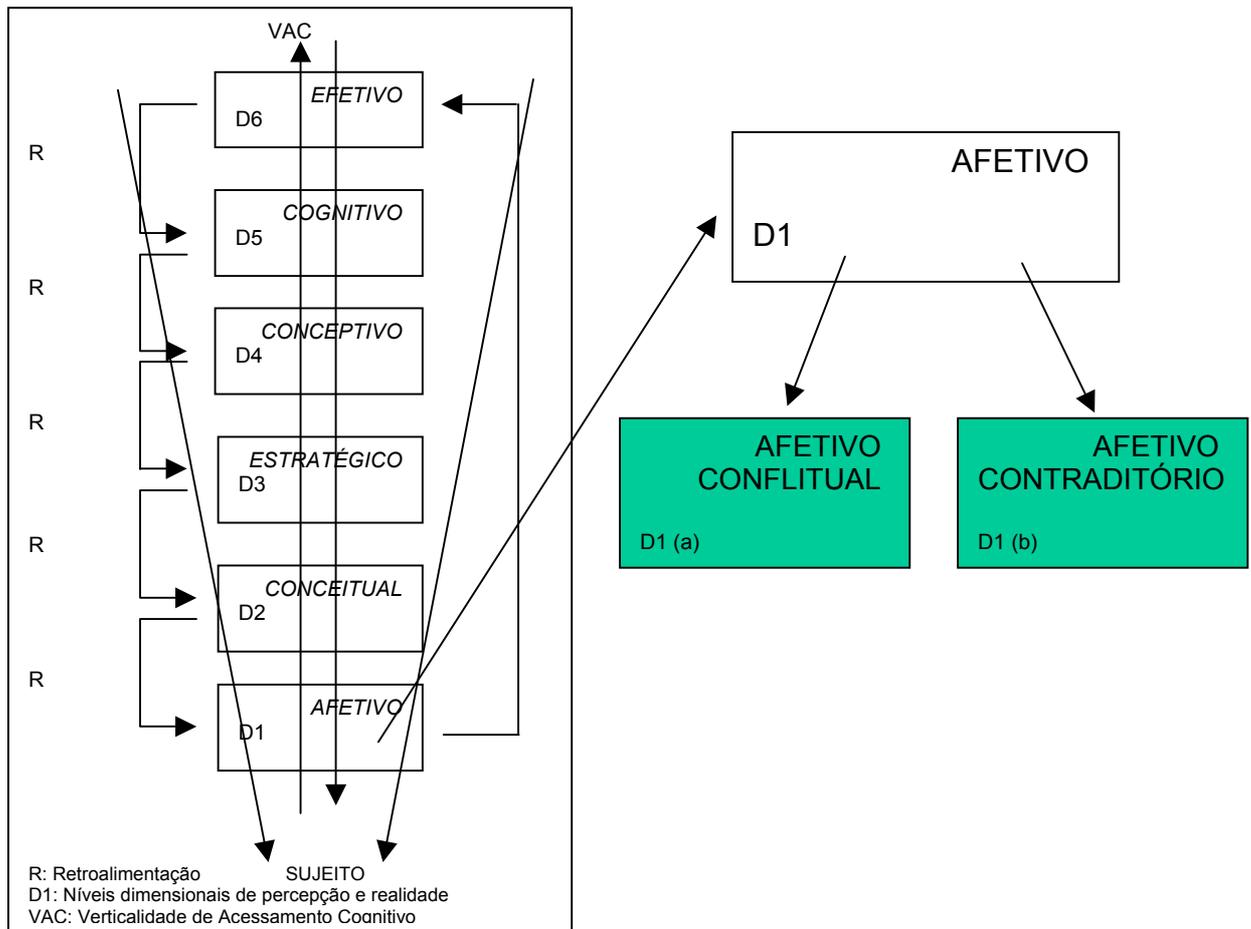


Figura 4: Avanços na Perspectiva Metodológica Transdisciplinar

Fonte: REIS, 2003.

É de notar que Reis realiza um desdobramento na dimensão de realidade afetiva. A bifurcação no “nível afetivo” introduzida por Reis (2003) é assim explicada:

- **Nível afetivo conflitual:** quando se imerge no emocional devido a qualquer tipo de conflito humano, de imediato situa-se no *nível afetivo conflitual*, onde não se reconhece nem a legalidade, nem tampouco a legitimidade do outro; e como não o reconhece, recusa-se a discutir sua posição antagônica com a de outro. Sendo assim, enquanto não houver a superação deste *nível afetivo conflitual*, não existe a mínima possibilidade de avanço.
- **Nível afetivo contraditório:** quando se passa a considerar não racionalmente e sim afetivamente a possibilidade da legitimidade do outro, começa-se a trilhar um caminho que no mínimo, leva-se a considerar as razões deste outro, e assim, emerge-se dentro de um *nível afetivo contraditório* e não mais conflitual, pois com

a postura de que o outro é legítimo passa-se a admitir a hipótese de que alguns de seus argumentos também são legítimos.

O autor complementa a explicação afirmando que há a necessidade de que se tenha a consciência de que esta superação se dá pelo espectro emocional do sujeito e nunca pelo racional, pois querer colocar e admitir que a superação é racional seria contradizer inúmeros exemplos da realidade onde a superação em nenhum momento se dá pelo racional. Segue um exemplo dado pelo autor (figura 5):

SUJEITOS:	Pai e filho.
CONTEXTO:	Praia, mar, ondas e ventos.
TEXTO:	Imprudência da criança, Irresponsabilidade do pai.
SITUAÇÃO:	Criança avança no mar revolto, com ondas e começa a se afogar.
REAÇÃO DO PAI:	Atira-se no mar em socorro do filho sem racionalizar, pois não pára “para pensar e refletir” como e de que maneira fazê-lo; simplesmente o faz; tenta superar a situação pelo afetivo e não pelo racional, pois não reflete a respeito da situação, simplesmente tenta transcendê-la.
CONCLUSÃO:	Na realidade, o pai negou a “racionalidade” e se apoiou na “afetividade”, no “emocional” para transcender o conflito.
PORTANTO: Considera-se assim, que a transcendência do nível afetivo conflitual para o nível afetivo contraditório também se dá pelo plano emocional, por intermédio das emoções, e que esta superação se dá em cadeia quando do reconhecimento da legitimidade do outro, ou o amor enquanto aceitação do outro como um legítimo.	

Figura 5: Exemplo de nível afetivo conflitual e do nível afetivo contraditório

Diante do exposto, a idéia de Reis (2003) servirá de base para a elaboração da metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação.

Assim, depois da revisão teórica apresentada acerca do tema “transdisciplinaridade”, cabe alicerçar as metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo em UCs que já existem na metodologia transdisciplinar apresentada.

Sendo assim:

- Primeiro: apresentar-se-á o “ecoturismo” e o tema “Áreas Naturais Protegidas”.

- Segundo: apresentar-se-á as metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo.
- Terceiro: alicerçar-se-á as metodologias existentes na metodologia transdisciplinar, donde emergirá uma nova metodologia para o ecoturismo.
- Quarto: apresentar-se-á uma metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs.

2.2 Ecoturismo

O segmento “ecoturismo” está calcado nos princípios do que convencionou chamar de “turismo sustentável”. Sendo assim, é oportuna uma exposição do que vem a ser o turismo sustentável.

2.2.1 Turismo sustentável

As conceituações de turismo sustentável são inúmeras, tantas quantas de desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento.

Seguindo a definição do Relatório Brundtland, tem-se:

formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das gerações de satisfazerem suas próprias necessidades (Swarbrooke, 2000a, p.19).

Conforme o mesmo autor, se considerar os elementos ambientais, sociais e econômicos, a definição seria:

significa turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local.

É importante observar o seguinte: todas as formas de turismo que se pretendem realizar em alguma localidade devem estabelecer relações sustentáveis, seja ela no segmento do turismo de negócios, do turismo de eventos, do turismo religioso, do ecoturismo, ou quaisquer outro, independente de sua relação direta com o ambiente natural.

Ante o exposto, salienta-se o seguinte: o fenômeno “turismo”, independente da modalidade (ou segmento) em questão, deve ocorrer de maneira sustentável. Assim, a sustentabilidade é um “dever ser¹⁴” do fenômeno turístico.

Para o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT (1995, p. 21), turismo sustentável “é o turismo explorado de forma consciente, organizado e planejado, onde se permite a sua continuidade”.

O mesmo programa considera:

O Turismo Sustentável é um modelo de desenvolvimento econômico que foi criado para assegurar a qualidade de vida da comunidade, proporcionar satisfação ao turista e manter a qualidade do ambiente do qual dependem, tanto as comunidades como o turista.

No entanto, em fins de 2003, o recém criado Ministério do Turismo (MTur) identificou a necessidade de formular alternativas inovadoras para a gestão pública do turismo no País, motivado pelos resultados observados do impacto da atividade turística na qualidade de vida das populações residentes em locais com o desenvolvimento do turismo. Sendo assim, publicou em outubro de 2005 o documento “Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas”, que pretende oferecer aos atores envolvidos no setor, uma nova visão de desenvolvimento sustentável do turismo alicerçada em um projeto que pretende estabelecer:

- Conceituação (e acepções) de “Turismo Sustentável” e “Alívio da Pobreza”;
- Estabelecimento de indicadores e de metodologias de sua mensuração;
- Aplicação dos instrumentos - teste de aplicabilidade e viabilidade da utilização dos indicadores concebidos e suas respectivas metodologias de mensuração;
- Institucionalização dos novos paradigmas;
- Revisão do conceito e dos indicadores (a luz dos resultados e avaliações realizadas em áreas piloto).

Este projeto, embora ainda não iniciado (até abril de 2006), já selecionou as áreas piloto, quais sejam: Porto Seguro/BA, Costa do Sauípe/BA, Balneário Camboriú/SC.

¹⁴ “Dever ser” significa, no presente contexto, “norma a ser seguida”.

Dando continuidade a exposição conceitual do turismo sustentável, torna-se necessário ressaltar que a maioria dos conceitos e acepções dadas a esta temática, partem de um contexto de turismo estrutural: no início da cadeia, encontram-se as atividades empresariais, que capitalizam, suscitam e orientam as viagens, até o “produto turístico”, que demanda o estabelecimento de “serviços” relacionados à atividade; Torna-se necessário, portanto, o estabelecimento de concepções que considerem os aspectos funcionais (tanto referentes à política econômica, quanto os de natureza social e ambiental).

Neste sentido, o MTur, ao estabelecer um projeto referente ao Turismo Sustentável com vistas ao alívio da pobreza nas regiões onde a atividade é desenvolvida ou onde possui potencial para seu desenvolvimento, é de extrema importância desde um ponto de vista funcional do Turismo.

Até o final da década de 1990, as concepções de turismo sustentável residiam, fundamentalmente, em três aspectos: o de natureza cultural, o de natureza econômica e o de natureza ambiental. Neste sentido, a idéia mais difundida até então eram semelhantes à de Wall, como segue:

Turismo sustentável pode ser definido como aquele que é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, ambiente) de maneira que, e em uma escala que se mantenha viável pelo maior tempo possível, não degradando ou alterando o meio ambiente de que usufrui (natural e cultural), não interferindo no desenvolvimento de outras atividades e processos, não degradando a qualidade de vida da população envolvida, mas pelo contrário, servindo de base para uma diversificação da economia local (WALL, 1997).

Porém, adentrando o século XXI, o turismo passa a apresentar crescimento mais acelerado e com maior número de adeptos. Sendo assim, muitas áreas passam a sofrer a pressão de intervenções mal planejadas que almejam o lucro imediato e que acabam por esgotar os recursos do qual dependiam, migrando, em seguida, para outras áreas, repetindo sucessivamente esta prática.

A partir deste cenário, muitos pesquisadores conceberam suas acepções e conceituações ao que seria o “turismo sustentável” e quais seriam seus pressupostos, no sentido de contribuir aos já existentes, além da tentativa de auxiliar no processo de planejamento amparado por conceitos mais claros e coerentes com as práticas ocorridas no Brasil.

Segundo considerações de Sonaglio (2002), a dificuldade em se definir turismo sustentável e em aceitar as definições já elaboradas, está na problemática de se reduzir de forma simplificadora um tema complexo por natureza. Outra questão

destacada é a limitação conceitual que a academia propõe, que por seu rigor especialista, acaba por limitar outras áreas do conhecimento.

Em reflexão a esta problemática, Beni (2005) destaca que a questão conceitual do turismo sustentável continua, ainda hoje, trazendo inquietações e acrescenta que, em sua observação freqüente, os pesquisadores e autores que se dedicam ao estudo do tema são unânimes em afirmar que sustentabilidade é um conceito que envolve o longo prazo, que gera valor agregado por meio de lei de otimização e não da maximização da renda, assegurando a inclusão e a coesão social e política num processo de desenvolvimento integrado e integral.

Para que se compreenda, de maneira mais didática, a evolução do tema “turismo sustentável”, o próximo item apresentará uma breve contextualização em ordem progressiva.

2.2.1.1 Uma breve contextualização do turismo sustentável

Em linhas gerais, segue a contextualização da problemática ambiental e sua evolução até as tentativas atuais para construir o conceito de turismo sustentável, que Beni (2005) estabelece de maneira breve, porém compreensível e progressiva:

- 1972 – Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo: primeira iniciativa do gênero para examinar a questão de maneira global e coordenada na busca de soluções aos problemas existentes e definir linhas de ação para a problemática ambiental.
- 1974 – Ignacy Sachs e sua equipe interdisciplinar, sediada no CIRED – Centre International de *Recherche sur l'Environnement et le Développement*, reelaboram a questão do ecodesenvolvimento, criada em Estocolmo em 1972, ampliando e diversificando seus horizontes.
- 1974/1975 – Com a Declaração de *Cocoyoc* (de 1974), e o Relatório *Que Faire*, apresentado no final de 1975, pela Fundação *Dag Hammarskjold*, por ocasião da 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas, reutilizaram as idéias de Sachs e sua equipe, sem utilizar contudo o termo ecodesenvolvimento de forma explícita, mas as expressões um “outro desenvolvimento” e “desenvolvimento sustentado”.

- 1982 – Em Nairóbi, Quênia, sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, realizou-se reunião comemorativa do 10º aniversário da Conferência de Estocolmo, quando se procedeu à avaliação dos resultados até então obtidos e a um exame da mudança de percepção da problemática ambiental.
- 1983 – Em resposta a uma decisão da Assembléia Geral da ONU, foi estabelecida a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela norueguesa Gro Brundtland. O objetivo amplo foi reexaminar a questão ambiental, interrelacionando-a com a questão do desenvolvimento, e propor programas de ação. Quatro anos depois (1987) se elaborou o relatório final da comissão, intitulado “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como Relatório Brundtland. Desse relatório surge com mais força a expressão “desenvolvimento sustentável”, com intenção de despertar a conscientização pública e evidenciar a necessidade de um melhor gerenciamento do meio ambiente para sustentar o planeta Terra.
- 1992 – Muitas das idéias e percepções do Relatório Brundtland foram discutidas na Rio-92. Entre as principais destacam-se: a Carta da Terra, uma declaração de princípios básicos a serem seguidos por todos os povos com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento; e a Agenda 21, um plano de ação com as metas aceitas universalmente para o período pós - 1992.
- Em abril de 1995, por iniciativa da ONU, realiza-se a Primeira Conferência sobre Turismo Sustentável, em Lanzarote, nas Ilhas Canárias. Foi co-patrocinada pelo Programa Ambiental dessa mesma organização, pelo Programa sobre o Homem e a Biosfera, da UNESCO, e pela Organização Mundial do Turismo - OMT. Uma das principais preocupações do Encontro foi a observação (expressa pela maioria dos participantes) de que a iniciativa privada, à época, pouco se sensibilizava com os programas e ações de preservação ambiental.

O mesmo autor comenta que de Estocolmo até a Rio-92 destacou-se a polarização desenvolvimentista, formada pela riqueza dos países desenvolvidos ou industrializados do Norte e pela pobreza dos países em desenvolvimento ou do terceiro mundo do Sul. Observou-se, nesse evento, a introdução de novos conceitos, como certificação ambiental, atuação responsável e gestão ambiental, que buscavam mudar a postura reativa que marcava até então o relacionamento entre as

empresas, de um lado, e os órgãos governamentais, de ordenamento, normalização, legislação e fiscalização e as instituições ambientais, notadamente as Organizações Não-governamentais - ONGs, de outro.

Beni (2005) ainda explica que, nesse mesmo ano, assiste também à entrada em vigor das normas britânicas (BS 7750) *Especification for Environmental Management Systems* que serviram de base para a elaboração de um sistema de normas ambientais em nível mundial. A entrada em vigor dessas normas internacionais de gestão ambiental, denominadas de série ISO 14000 e sua já anunciada integração futura com as normas de gestão de qualidade (ISO 9000), constituíram o coroamento de uma longa caminhada em direção da conservação do meio ambiente e do desenvolvimento em base sustentável.

Depois de um trabalho participativo e organizado por algumas das mais expressivas entidades ambientalistas da sociedade civil, surge o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável - CBTS, entidade que vêm procurando dar consistência técnica e mercadológica ao esquema brasileiro de certificação em turismo sustentável, por meio de planejamento e implementação de uma estratégia de certificação que seja participativa, independente e voluntária (WWF, 2003).

Em 2002 funda-se o CBTS, órgão executivo e consultivo da certificação de turismo sustentável e promotor e controlador do processo (WWF, 2003).

O Manual da *World Wildlife Fund* - WWF traz ainda a reflexão de que a certificação em turismo é um desafio. Por um lado, em função da dinâmica natural de um dos mais pujantes setores econômicos do mundo, aliada a sua importante função como meio de lazer; por outro, por ser composto por uma cadeia de fornecedores instável e variada, sobrepujada por diferentes níveis de interesses públicos e privados.

Consoante a este ideal de turismo sustentável apresenta-se o “ecoturismo”, o qual tratar-se-á em seguida.

2.2.2 Algumas considerações pertinentes relativas ao ecoturismo

Antes de apresentar os conceitos de ecoturismo, revelam-se pertinentes algumas considerações acerca dos termos “eco” e “turismo”, que se unem para formar a palavra “ecoturismo”.

O termo “eco”, neste caso, não é aquele de origem grega, qual seja: *oikos*, que significa “casa”. Curiosamente, ele é usado como uma abreviação da palavra “ecologia”.

De acordo com Odum (1988), a palavra “ecologia” é composta da seguinte maneira: do grego *oikos*, com o sentido de “casa”, e *logos*, que significa “estudo”. Assim, o estudo do “ambiente da casa” inclui todos os organismos contidos nele e todos os processos funcionais que o tornam habitáveis. O vocábulo “ecologia” é de origem recente, tendo sido cunhado pelo biólogo alemão Ernst Haeckel, em 1866, para denominar uma disciplina proposta por ele, a qual teria por objeto de estudo as relações entre os seres que vivem em um determinado ambiente, bem como as relações dos seres com o ambiente. Embora desde as obras de Hipócrates, Aristóteles e outros filósofos da Grécia os temas ecológicos já eram explicitados, porém sem o uso da palavra ecologia.

Já desde muito cedo na história humana, a ecologia era de interesse prático. Para sobreviver na sociedade primitiva, todos os indivíduos precisavam conhecer o seu ambiente. (...) Devido aos avanços tecnológicos, parece que dependemos menos do ambiente natural para suprir nossas necessidades diárias. (...) Enquanto não ocorre uma crise, aproveitamos os “produtos e serviços” naturais sem pensar; imaginamos que são ilimitados ou, de certa forma, substituíveis por inovações tecnológicas, apesar de evidências que indicam o contrário (ODUM, 1988).

O elemento da palavra “ecoturismo”, notadamente, “turismo”, possui um desdobramento, qual seja: *tour*, em francês, que de acordo com o dicionário Houaiss (2001, p. 2742), significa “circunferência de um corpo; movimento circular”, no sentido literal, mas ainda considera como “viagem ou passeio”.

Para Beni (2001), no começo do século XVIII os ingleses formaram *tourism* e deve-se a eles o sentido atual do termo turismo (em sentido etimológico e de “viagem em circuito, deslocamento de ida e volta”). Oliveira (2002) complementa que as palavras *tourism* e *tourist* já aparecem documentadas em 1760, na própria Inglaterra.

Já para Oliveira (2002) a palavra *tour* quer dizer volta e tem seu equivalente *turn*, no inglês, do latim *tornare*. Mas acrescenta que estudiosos como o suíço Arthur Haulot apresenta a possibilidade de origem hebréia da palavra *tur*, quando na Bíblia - Êxodo, Capítulo XII, versículo 17 - cita que “Moisés enviou um grupo de representantes ao país de Canaã para visitá-lo e informar-se a respeito de suas

condições topográficas, demográficas e agrícolas”. Nesse caso, *tur* é hebreu antigo e corresponde ao conceito de “viagem de descoberta, de exploração, de reconhecimento”.

Observa-se nesta apresentação etimológica que a palavra “ecoturismo” quando desdobrada, não corresponde, claramente, com seu significado aparente e implícito. Porém, se se considerar, no que diz respeito aos termos, “turismo ecológico”, o desdobramento etimológico passa a representar-se de forma mais clara com os termos apresentados.

No entanto, as dificuldades em se conceituar, tanto “ecoturismo” quanto “turismo ecológico” têm sido destacada por diversos autores da área do turismo no mundo, até porque a complexidade da temática está para além de sua significação etimológica, além do fato de que, não necessariamente, os termos precisam refletir sua origem etimológica.

Porém, a representatividade histórica das terminologias adotadas nestes últimos séculos, tem sido reflexos de pesquisas e criações antigas, constituindo-se em uma fonte de estudos complexos de suas origens e desdobramentos ao longo do tempo.

2.2.3 Conceitos e definições

A tese de doutoramento do professor Paulo dos Santos Pires defendida na Universidade de São Paulo (USP), que deu origem ao livro *Dimensões do Ecoturismo*, publicado em 2002, realizou um estudo aprofundado, no que diz respeito à contextualização histórica do ecoturismo, visando reconhecer sua contemporaneidade, suas conceituações e entendimentos mediante os paradigmas da sustentabilidade, além da realização de uma abordagem (também em contexto histórico) referindo-se a origem e evolução do ecoturismo no Brasil.

A seguir, serão apresentadas as conceituações e definições do ecoturismo e do turismo ecológico. Expor-se-á algumas idéias, reflexões e confusões de alguns autores, no intuito de explicitar o que vem sendo publicado.

O termo ecoturismo, segundo muitos autores, foi concebido, com sua respectiva definição, por Héctor Ceballos-Lascuráin, um mexicano que desempenha funções na área da arquitetura e ecoturismo, além de ser conhecido como um ambientalista atuante.

De acordo com Mader (2000), em uma entrevista realizada com o referido arquiteto, o termo “ecoturismo” foi apresentado por Héctor em princípios de julho de 1983, quando desempenhava as funções de Diretor Geral de Normas e Tecnologia da Suede (Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Ecologia) e de Presidente-fundador da Pronatura (uma influente ONG ambientalista mexicana). O referido termo foi assim definido:

O ecoturismo é aquela modalidade do turismo que consiste em viajar a áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o objetivo específico de admirar, desfrutar e estudar sua paisagem, sua flora e sua fauna silvestre, assim como as manifestações culturais (tanto as presentes como as passadas) que ali se possa encontrar. Nestes termos, o ecoturismo implica um enfoque científico, estético ou filosófico, sem que isso signifique que o ecoturista deva ser um cientista, um artista ou um filósofo profissional. O relevante aqui é que a pessoa que pratica o ecoturismo tem a oportunidade de estar imersa na natureza de maneira muito diferente daquela que usualmente se apresenta na vida urbana cotidiana. Essa pessoa adquirirá, com o tempo, uma consciência e um conhecimento do meio ambiente natural (e, por extensão, do cultural) convertendo-se assim em alguém genuinamente envolvido nos temas conservacionistas.

Embora, conforme citado anteriormente, alguns autores considerem Héctor Ceballos-Lascuráin como sendo o primeiro a propor o termo “ecoturismo” no ano de 1983 cumpre realizar a seguinte ressalva: há um artigo publicado em 1965, por Nicolas Hetzer¹⁵, que apresenta a palavra ecoturismo e algumas considerações acerca do desenvolvimento do turismo, as quais pontuam algumas condições para um turismo responsável (alternativo), a saber:

1. Mínimo impacto ambiental;
2. mínimo impacto sobre - e máximo respeito por - culturas anfitriãs;
3. máximo benefício econômico para as comunidades locais do país anfitrião;
4. máximo de satisfação recreativa para os turistas participantes.

Hetzer, ainda no mesmo artigo, citou que se o turismo ao menos considerar estas proposições, poderia constituir-se numa atividade saudável e compensadora para o turista, um investimento economicamente bom para a área receptora e manteria as características do ambiente conservadas, tal modalidade de turismo seria um turismo ecológico (“Eco-turismo”).

¹⁵ O artigo está disponível na revista “Ecosphere” e pode ser acessado pelo seguinte *site*: www.fieue.edu/ecosphere.shtml.

Apesar da ressalva acima apresentada, é Héctor quem se consagra pelo estabelecimento deste segmento do turismo (no plano teórico) que se convencionou chamar “ecoturismo”.

Em depoimento cedido ao pesquisador Paulo Pires, em setembro de 1996, em Florianópolis/SC, Héctor Ceballos-Lascuráin explica que o termo ecoturismo é uma forma telegráfica e mais fácil de dizer turismo ecológico e, sendo assim, são termos sinônimos. Contudo, a partir dos anos 1990, termos como “ecoturismo” e “turismo ecológico” tornaram-se temas de debates conceituais (Afinal, o que é ecoturismo? O que é turismo ecológico? Esses termos referem-se a um mesmo fenômeno ou não?). Desses debates e reflexões surgiu uma releitura de ambos os termos, que uniu aqueles termos a uma ideologia conservacionista, preocupada, sobretudo, com a sustentabilidade da atividade turística.

Para Ruschmann (1993, p. 64), o desenvolvimento do ecoturismo sustentável é descrito como:

aquele que pretende maximizar e otimizar a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico, baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais se manterão os serviços turísticos, a fim de que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados dentro de um futuro previsível.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo - OMT (1994), a *The Ecotourism Society* (Sociedade do Ecoturismo) conceituou o ecoturismo como sendo uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local.

Para o Programa Nacional de Ecoturismo da EMBRATUR (1996, p. 1), o ecoturismo, na atividade de turismo e viagens é:

segmento que apresenta o maior crescimento, resultando num incremento contínuo de ofertas e demandas por destinos ecoturísticos. É, também, o que possui uma forte resposta à grande preocupação mundial com o meio ambiente, possibilitando o crescimento do fluxo internacional e o crescimento de divisas. O Ecoturismo configura-se como uma importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando a promoção do desenvolvimento social nas comunidades em que se desenvolve.

Este Programa enfatizou as dimensões econômica e social como idéias centrais numa perspectiva de desenvolvimento sustentável da atividade. Nesta concepção, a atividade ecoturística foi sendo desenvolvida no Brasil desde meados da década de 1990, sobretudo em áreas naturais protegidas. Mas, será que o ecoturismo “possui uma forte resposta à grande preocupação mundial com o meio ambiente”?

O segmento “ecoturismo” é atrativo por oferecer ao turista um contato próximo à natureza no seu estado não-humanizado, ou seja, a natureza tal como ela é independente do ser humano.

O ecoturismo depende da saúde da natureza da qual ele se vale para atrair turistas. Assim, a sustentabilidade é um princípio fundamental do ecoturismo, pois, sem ele, a atividade (que se realiza em uma determinada área natural) já nasce com os dias contados, estará sujeita a uma contagem regressiva até o momento em que, deixando a natureza doente, e em seguida morta, a atividade ecoturística, como um parasita virulento, abandona o cadáver e passa a explorar (parasitar) uma outra área (inicialmente saudável como a “vítima” anterior).

Ecoturismo sem sustentabilidade, sem preocupação com o ambiente (considerando tudo o que compõe um determinado ambiente: o ecossistema, ou seja, os fatores bióticos e abióticos em interação) é como um parasita nocivo, que se beneficia de uma vítima até o fim de sua saúde e, por fim, sua vida.

Diante da breve reflexão apresentada, o que se quer observar é o seguinte: a atividade ecoturística deve ser sustentável, caso contrário, transforma-se em algo destrutivo, prejudicial, ocasionando problemas que, na verdade, deveria combater.

Via de regra, o ecoturismo é um aliado na batalha de preservação da natureza. Contudo, se se perder o “Tao¹⁶” que lhe é próprio, converte-se em terrível inimigo nessa difícil batalha.

Assim, o Programa Nacional de Ecoturismo da EMBRATUR teve razão em apontar o ecoturismo como uma atividade “que possui uma forte resposta à grande preocupação mundial com o meio ambiente”.

Com a finalidade de implementar as diretrizes traçadas na Política Nacional de Ecoturismo, o Programa de Ecoturismo (EMBRATUR-IBAMA, 2002, p. 1) que possui a ação conjunta da Embratur e do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia e do IBAMA, conceituou o ecoturismo como sendo:

segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

¹⁶ Tao: conceito fundamental do pensamento chinês, que, no presente contexto significa “caminho que necessariamente deve ser seguido ao desejar manter a harmonia e o equilíbrio”.

Embora este programa tenha estabelecido ações estratégicas que contemplam a regulamentação do ecoturismo, por exemplo: controle de qualidade do produto ecoturístico, implantação e adequação de infra-estrutura e participação comunitária, estas ações foram sendo realizadas de maneira ineficiente no Brasil, principalmente em áreas naturais protegidas, pois se limitaram a situações isoladas e sem controle e fiscalização eficientes.

Para Kinker (2002), o ecoturismo é um segmento relativamente novo do turismo de natureza. O que o diferencia dos outros é que ele abrange em sua conceituação a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais, a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável.

Kinker (2002, p. 19) acrescenta ainda que:

Para que o turismo desenvolvido na natureza possa ser chamado de ecoturismo, é necessário considerar três fatores principais: a conservação do ambiente visitado, seja ele natural ou cultural; a conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora; e o desenvolvimento local e regional integrado. Cumprindo essas três premissas, o ecoturismo garante a sustentabilidade da atividade.

Beni (2001, p. 428) denomina ecoturismo como:

deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.

Segundo o autor, no Brasil o ecoturismo é confundido com turismo ecológico que, embora apresente uma preocupação de educação e conscientização ambiental, tem como característica dominante uma maior flexibilização ou inexistência de restrições rígidas à utilização do espaço visitado. Nesta concepção, o ecoturismo genuíno, ocorre em poucas áreas no País, uma vez que as áreas de conservação e proteção ambiental ainda não dispõem de uma política integrada e de um planejamento estratégico de uso e ocupação direcionados, especificamente para a atividade turística.

É de notar que de acordo com Beni o ecoturismo pressupõe:

- utilização controlada da área

Tal utilização controlada deve ser pautada num sério planejamento de uso sustentável, que, por sua vez, deve ser elaborado com base em estudos de impacto ambiental. Enfim, o ecoturismo deve realizar-se de acordo com regras que

estabelecem os limites e possibilidades da utilização do espaço natural destinado à visitação.

Pires (2002) considera que, embora ainda se utilize com frequência a expressão “turismo ecológico” como sinônimo de “ecoturismo” e que isso não implique absolutamente o desvirtuamento das atividades que se realizam sob tal inspiração, vale observar que contemporaneamente essa utilização já não é considerada a mais adequada.

Vários outros autores tentam encontrar as diferenças existentes entre as atividades de ecoturismo e as demais atividades turísticas que ocorrem no meio natural. A grande problemática desta tentativa é conseguir identificar as peculiaridades intrínsecas de cada modalidade de turismo que ocorre em ambiente natural.

De acordo com Fennel (2002), por conta do crescente envolvimento da sociedade nas questões ambientais, pressionando governos e instituições para o estabelecimento de exigências cada vez mais rígidas quanto ao impacto ambiental para a implantação de empreendimentos, aliado a uma crescente busca do homem por uma relação íntima e freqüente com a natureza, recomenda-se a não restrição do conceito de ecoturismo, de forma a acompanhar a dinâmica deste segmento.

As dificuldades em se estabelecer conceitos relativos ao ecoturismo reside numa dificuldade que o antecede: as definições do próprio turismo são ainda inconsistentes e limitadas. Embora muitos autores tenham tentado complexificar as definições a respeito da temática, a complexidade do turismo possui tantas dimensões de realidade, que as conceituações acabam por se tornar insuficientes quando comparadas a outras atividades correlatas, tais como o lazer e atividades recreativas em sua própria cidade.

Western (2001, p. 22) destaca que:

Se acreditarmos que ecoturismo diz respeito à harmonia entre turismo, conservação e cultura, seu papel é ilimitado. No entanto, o ecoturismo corre o risco de se descaracterizar se adotarmos um conceito amplo demais, que abranja todo tipo de turismo ligado à natureza. Uma forma de contornar o dilema é começar pelas pequenas coisas, mas com grandes objetivos - focalizar o mercado especificamente voltado para a natureza, e tendo em mente as questões mais cruciais. As percepções e experiências adquiridas podem então ser ampliadas e aplicadas ao turismo de modo geral.

Diante do exposto, percebe-se o seguinte:

1. Não há “a” definição de ecoturismo;

2. Não há uma distinção clara e segura entre as diversas modalidades de turismo que ocorrem no ambiente natural. Ainda, não há uma distinção clara e segura entre ecoturismo e as demais modalidades de turismo que ocorrem no ambiente natural.

Entretanto, a noção de ecoturismo adotada no presente trabalho é a apresentada por Beni combinada àquela estabelecida na Política Nacional de Ecoturismo.

2.2.4 Caracterizando o ecoturismo no cenário nacional e internacional

O ecoturismo explodiu no mundo das viagens como um *tsunami*, já dissera David Western¹⁷ em 1993, referindo-se aos turistas em massa que visitam os parques nacionais de Yellowstone e Yosemite há um século, e que, para ele foram os primeiros ecoturistas. Os primeiros viajantes que se embrenharam no Serengeti desde meados dos anos 1940, bem como os aventureiros caminhantes do Himalaia, que acamparam no Anapurna 25 anos mais tarde eram tão ecoturistas quanto os milhares que passaram a fotografar os pingüins da Antártida e a acompanhar a migração em grupos de Belize.

David referiu-se, já no final do século XX, à mudança drástica e incessante nas viagens para as áreas naturais do Planeta, que desencadearam uma sucessão de danos ecológicos desde o início do mesmo século, onde a exemplo da África, os safáris de caça eram um exemplo clássico (na época) de captura das maiores cabeças e chifres que se pudesse encontrar.

Por volta dos anos 1950, os safáris fotográficos eram mais populares do que as famosas caçadas, mas foi a partir dos anos 1970 que a África começou a experimentar o ônus do turismo em massa ou individual que passou a depredar *habitats*, principalmente dos grandes mamíferos, molestando animais e destruindo a natureza.

Em consonância com os movimentos ambientalistas no mundo, sobretudo a partir dos anos 1990, as práticas ecoturísticas tem apresentado mudanças no que se

¹⁷ Referência ao prefácio que realiza, definindo o ecoturismo, no livro de LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. (eds). **Ecotourism: a guide for planners and managers**. N. Bennington: The Ecotourism Society, 1993.

refere ao comportamento dos indivíduos e das empresas que operam e comercializam a atividade, ante o cenário que vinha se afirmando até então. Porém, o ecoturismo ainda configura-se como uma atividade preocupante para as áreas naturais protegidas no século XXI, visto que há um interesse crescente das pessoas em visitar ambientes preservados, de empreendedores interessados em investir visando alta lucratividade e de governos, sobretudo de países em desenvolvimento, dispostos a divulgar suas regiões na esperança de ingressar nesta atividade econômica lucrativa que é o turismo.

Algumas destinações turísticas tidas como famosas, possuem sua força econômica relacionada ao ecoturismo, tais como Costa Rica, Quênia, África Oriental, algumas ilhas tropicais do Caribe, Pacífico e Índico. No entanto, o paradoxo existente entre a intenção preservacionista das áreas protegidas, conflita com o excessivo número de turistas que passa a visitá-las ocasionando a inversão da proposta para qual a área foi legalmente enquadrada.

Além da perspectiva econômica do ecoturismo, há de se considerar o fato de que, os mesmos milhões de turistas que movimentam esta chamada “economia do turismo” deixando milhares de dólares nos países em que visitam, deixam outros milhares de problemas decorrentes das suas intervenções em áreas mal planejadas, tais como: ambientais, culturais, estéticos, sociais, além dos econômicos e tantos outros desconhecidos atualmente e que no futuro (nem há como dimensionar ou arriscar previsão de tempo) poderão representar mais danos negativos para as regiões turísticas.

A atividade ecoturística caracteriza-se pela procura de ambientes preservados e conservados para o seu desenvolvimento por meio dos atrativos que possui. Os ecoturistas buscam o contato com a fauna e a flora destes ambientes, preferindo experienciar a maior proximidade possível com o “objeto” de seu interesse. Esta sensação, quando experimentada, passa a desencadear uma série de outras que o indivíduo passa a aspirar.

Ante o exposto, tem-se a problemática do turismo que passa a considerar e permitir os excessos dos visitantes que “pagam” para suprir suas expectativas, provocando a inversão da realidade antes preservada. Sendo assim, o turista passa a buscar outros locais para visitar, mais preservados, atraídos novamente pelo interesse no ambiente intocado, abandonando os destinos que o turismo predatório descaracterizou.

Para se estudar as características, o desempenho econômico, as implicações sociais, políticas e ambientais do ecoturismo há a necessidade de visualizar claramente o universo da atividade. Há ainda, a necessidade de se orientar por dados reais e verídicos para um melhor ordenamento do estudo e verificação dos impactos produzidos a partir das intervenções ecoturísticas nos ambientes naturais.

Não havendo uma definição clara de ecoturismo, é virtualmente impossível produzir estatísticas sobre o tamanho do mercado do ecoturismo (SWARBROOKE, 2000b, p. 57).

Em 1992, Fillion tentou quantificar o mercado de ecoturismo, e afirmou que de 40% a 60% de todas as viagens turísticas internacionais eram de “turistas de natureza”, ou, em outras palavras, de turistas que utilizam uma destinação para vivenciar a natureza e desfrutá-la. No mesmo ano, o *Travel Department Center*, dos Estados Unidos da América - EUA, estimou que cerca de oito milhões de viagens de ecoturismo haviam ocorrido naquele ano. Cerca de 35 milhões de norte-americanos afirmaram que fariam uma viagem do gênero nos três anos seguintes (SWARBROOKE, 2000b).

O autor ainda destaca que em 1994 foi realizada uma pesquisa por Wight, que indicou que 77% dos viajantes norte-americanos já haviam feito uma viagem que poderia ser descrita como ecoturismo no sentido mais amplo do termo, uma vez que neste sentido, ao observar na mesma pesquisa as motivações, Wight identificou uma sobreposição entre turistas culturais, de aventura e de natureza e ainda constatou a existência de diferenças entre turistas especialistas e generalistas.

O ecoturismo, como uma atividade econômica recente, com crescimento superior a 20% ao ano (dados da OMT), emprega, no Brasil, diretamente, mais de 30 mil pessoas, através de cerca de 5 mil empresas e instituições privadas. Estimativas apontam que há atualmente mais de 60 milhões de pessoas no mundo praticantes do ecoturismo e mais de meio milhão no País (EMBRATUR, 2005).

Segundo o mesmo Instituto, o ecoturismo “é um dos segmentos que apresenta maior crescimento na indústria atual do turismo e resulta, por sua vez, em um crescimento contínuo de ofertas e demandas”.

Em todo o mundo, o controle e fiscalização no desenvolvimento do ecoturismo pretendem assegurar, às comunidades envolvidas, boas condições de vida através de seus reais benefícios, protegendo e valorizando as áreas naturais de maneira que se permita que as gerações futuras utilizem e se beneficiem deles.

Na atualidade é praticamente impossível conceber a atividade turística sem um marco ambiental adequado que guie e dê sentido à sua evolução e desenvolvimento... (MOLINA, 1998, p. 12).

A atenção do homem aos problemas da natureza gerou curiosidade pelos elementos naturais do nosso planeta e o seu relacionamento com a civilização moderna. Criou-se uma espécie de temor coletivo, pois se percebeu que a própria existência da humanidade corre risco se o equilíbrio do ecossistema, ou seja, entre as espécies e o meio onde vivem for rompido e degradado (SONAGLIO, 2002).

O ecoturismo vem crescendo de maneira acelerada. É grande o número de pessoas adeptas do ecoturismo no mundo, conforme afirma Molina (1998). As perspectivas de novas adesões são positivas, inclusive os praticantes eventuais são possíveis candidatos a tornarem-se ecoturistas permanentes.

O desafio que enfrentam os países com relação a seus atrativos naturais é de conseguir um desenvolvimento harmonioso, evitando sua degradação e trazendo benefícios econômicos, sociais, culturais e afetivos para as populações locais.

O reconhecido direito ao lazer e ao progresso social abriram as portas do turismo a todas as camadas sociais, em particular nos países industrializados. O Relatório – ECO 92 (1992) relata que o turismo deixou de ser considerado um artigo de luxo para passar a ser um bem necessário à melhoria da qualidade de vida do Homem.

Observando as proposições do desenvolvimento sustentável, pode-se verificar que muitos autores resgatam seus princípios e os integram às concepções do ecoturismo. Isto pode ser visualizado claramente na idéia que Serrano (2000) destaca de ecoturismo como sendo aquele que utiliza o meio de maneira sustentável, ou seja, preocupando-se com o impacto que a atividade acarretará para a localidade, quer seja ela ambiental, social, econômica e cultural.

No Brasil, a partir de 1966, as iniciativas, programas e projetos destinados ao desenvolvimento do turismo passaram a ser financiados e fomentados pelos Estados, através da criação do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, que reconheceu a forte necessidade de apoiar o desenvolvimento da atividade turística como um poderoso fator de crescimento econômico (EMBRATUR, 1994).

Neste âmbito governamental, o ecoturismo é discutido desde 1985, quando a EMBRATUR iniciou o projeto “turismo ecológico”. No entanto, a primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987, com a criação da Comissão Técnica Nacional que foi constituída por técnicos do IBAMA e da EMBRATUR. Esta comissão tinha a

finalidade de monitorar o referido projeto, em resposta às práticas existentes na época (1985), pouco organizadas e nada sustentáveis (MOURÃO, 2004).

Entretanto, nem os esforços governamentais, nem os privados foram, ao que parece, suficientes para ultrapassar as barreiras entre teoria e técnica, principalmente em relação às metodologias de planejamento nacionais e a prática do ecoturismo.

Vale ressaltar que a Política Nacional de Turismo – Diretrizes e Programas (1996), possuía os seguintes programas relacionados ao Ecoturismo:

- Formação e Capacitação Profissional para o Ecoturismo, que tem por objetivo geral contextualizar o ecoturismo como fator de desenvolvimento sustentável e produto âncora do turismo nacional, ainda que qualitativo e não-quantitativo.
- Programa Nacional de Ecoturismo, que tem por objetivo geral o aproveitamento das potencialidades naturais de cada região, com vistas ao seu desenvolvimento, compatibilizando as atividades de ecoturismo com a conservação do meio ambiente, possibilitando a participação efetiva da comunidade e dos segmentos que atuam no setor.
- Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT -, que visa descentralizar a gestão da atividade turística e melhorar a qualidade de vida a partir da base que é o município.

Estes programas incentivaram o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, sobretudo em áreas naturais. Contudo, foram conduzidas de maneira desarticulada com os diferentes envolvidos nos processos de planejamento do turismo, resultando em ações pouco sustentáveis e mal controladas. Esta realidade embora tenha iniciado no Brasil (em âmbito governamental) um compromisso com a atividade turística no País, não cumpriu com suas reais intenções explicitadas em seus programas.

A Política Nacional de Turismo (2003-2007), que está sendo desenvolvida pelo atual Ministério do Turismo, ainda não estabeleceu estratégias eficientes para o planejamento do Ecoturismo em termos governamentais para o País.

Assim como outras formas de turismo, o ecoturismo tem sido desenvolvido sob a lógica dos negócios, com vistas ao retorno econômico a curto prazo, o que acaba por gerar impactos negativos, talvez difíceis de se mensurar, tais como: o

comprometimento do ambiente natural e cultural dos destinos, o aumento das desigualdades sociais das populações locais pela apropriação da prosperidade gerada, dependência econômica das comunidades receptoras sem garantias de continuidade, descaracterização cultural local, sendo transformada por interesses globalizados, entre outros.

Sob a mesma lógica do turismo e suas outras segmentações, o ecoturismo também tem refletido os modelos utilizados em outros países do mundo, que quase sempre, se apresentam inadequados à realidade brasileira. Esta situação se dá em função de diversos fatores, que são distintos entre os países, tais como as características ambientais, sociais, políticas, culturais e econômicas, sobretudo entre países europeus/norte-americanos e Brasil.

Nesta esfera do ecoturismo como um negócio que apresenta crescimento acelerado, as atividades de aventura realizadas no ambiente natural tem sido bastante “comercializadas” em pacotes turísticos, sobretudo a partir dos anos 2000. Exemplos disso são as atividades que já são de conhecimento público, tais como o *rafting*, o *rapel*, a canoagem, o *treetking*, o balonismo, a escalada, o alpinismo, a tirolesa, o arvorismo e tantas outras que surgem para despertar o interesse do ecoturista em conhecer este ou aquele local, que possui determinada característica para a prática do esporte que mais lhe agrada. As agências utilizam os esportes de aventura estabelecendo diferenciais que procuram sensibilizar o indivíduo à compra de um pacote turístico mais atraente.

Em função do crescimento deste segmento, em 2004, o Ministério do Turismo criou um “relatório, diagnóstico para a regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura”, onde apresentou um estudo das condições no Brasil para o desenvolvimento da atividade, bem como realizou um panorama nacional do que vem sendo realizado neste segmento até então.

No referido documento, observou-se que a incidência de acidentes ocorridos em áreas naturais é dada pela falta de planejamento e avaliação de dificuldades por pessoas ou grupos que se deslocam sem apoio ou orientação especializada, além da falta de equipamento e capacidade de orientação.

Para o Ministério do Turismo, o ecoturismo (nas modalidades de esportes de aventura) já pode ser considerado como fator de atração de turistas estrangeiros para o Brasil, principalmente em algumas destinações como Chapada dos Veadeiros/GO, Bonito/MS, Fernando de Noronha/PE, Foz do Iguaçu/PR, Serra do

Cipó/MG, Lençóis Maranhenses/MA e muitos outros. Um exemplo disso seria o interesse do ecoturista em realizar o mergulho em águas límpidas e para observar as diversas espécies aquáticas, como ocorre em Fernando de Noronha e Bonito.

Com base no estudo realizado (relatório citado acima), o Ministério registrou que o Brasil tem condições de se estabelecer no cenário mundial como um destino para o ecoturismo, no que diz respeito às atividades de aventura, pois possui extensas áreas naturais preservadas e empresas já estabelecidas (que já somavam mais de 2.000 operando). Assim, cabe ao Ministério do Turismo implementar um marco regulatório de qualidade e segurança para este segmento.

Vale ressaltar que o documento faz referência a importância estratégica que este segmento tem para o desenvolvimento turístico no Brasil. Tanto para o desenvolvimento social local, como para o diferencial nas estratégias de marketing internacional. Para tal, pontuou como de fundamental importância, que o segmento ecoturístico se organize, aumente sua competitividade e opere de forma organizada e segura.

Sendo assim, pode-se concluir de que o órgão governamental brasileiro de âmbito federal, representado pelo Ministério do Turismo, após pesquisa realizada tanto no âmbito do turismo sustentável, quanto no âmbito do ecoturismo, reconhece o fato de que há necessidade urgente de desenvolver de forma organizada e planejada as atividades turísticas, sobretudo as que possuem relação direta com o ambiente natural.

Neste contexto, cabe fazer referência a alguns programas que estão sendo conduzidos no Brasil na esfera pública, destacando-se três:

- “Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal”, que é conduzido pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (SCA/MMA) e desenvolve a definição de nove pólos de ecoturismo, um em cada estado da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso);
- “Programa Pólos de Ecoturismo”, que é conduzido pelo Ministério do Turismo e Embratur em parceria com o Instituto de Ecoturismo no Brasil (IEB) e possui o objetivo de identificar as localidades brasileiras aonde a prática do ecoturismo vem ocorrendo com sucesso e as que possuem potencial de desenvolvimento.

- “Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo”, desenvolvido pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que vem elaborando ações de planejamento para o desenvolvimento de pólos de ecoturismo em duas regiões brasileiras: no Delta do Parnaíba, entre Piauí e Maranhão, e no entorno do Parque Nacional Serra dos Órgãos, na região serrana do Rio de Janeiro.

Outras instituições vêm desenvolvendo programas e projetos na área do ecoturismo, tanto no Brasil, quanto no exterior. Entre elas, destaca-se a WWF (*World Wildlife Fund*) como uma das mais atuantes e que têm desempenhado um papel importante no sentido de contribuir com estratégias que visam a conservação e preservação dos ecossistemas frágeis que possuem intervenção turística.

Tratando-se de destaques na área do ecoturismo, um marco importante para a atividade foi o ano de 2002, quando as Nações Unidas declarou como “Ano Internacional do Ecoturismo”. Esta declaração acabou por incentivar um encontro internacional sobre Ecoturismo. Como resultado do evento, apresentou-se um relatório final: a “Declaração de Quebec sobre ecoturismo¹⁸”, que estabelece diversas ações que os países devem priorizar em prol do desenvolvimento sustentável do ecoturismo.

Contextualizando o ecoturismo no cenário nacional e internacional observou-se à necessidade premente e urgente de estabelecer um planejamento e gestão fundamentada nos princípios de sustentabilidade, principalmente em se tratando das intervenções ecoturísticas em áreas naturais protegidas.

2.3 Áreas Naturais Protegidas

As áreas naturais protegidas, sobretudo no Brasil, estão sendo utilizadas para o desenvolvimento do ecoturismo em virtude de suas características, que representam o atrativo principal deste tipo de turismo.

Sendo assim, é necessário que se realize uma investigação acerca do tema “áreas naturais protegidas”, principalmente no tocante ao uso ecoturístico, a fim de

¹⁸ A “Declaração de Quebec sobre ecoturismo” está disponível no seguinte *site da internet*: www.ecotourism2002.org

estabelecer de forma clara as dimensões em que o ecoturismo tem estado presente nestas áreas e seus impactos, visando fundamentar a importância da metodologia transdisciplinar para o planejamento do ecoturismo em UCs.

2.3.1 Considerações iniciais acerca do tema

O ecoturismo possui na sua essência a natureza como seu principal atrativo. A utilização das áreas naturais para o desenvolvimento desta atividade, têm sido voltada principalmente para as protegidas e pertencentes ao domínio público, ao qual é responsável por seu manejo que deve assegurar sua conservação e preservação. Ao contrário das intervenções ecoturísticas realizadas em propriedades de domínio particular, na qual o proprietário estabelece as ações que julgar de seu interesse, observando, é claro a devida legislação, quando pertinente (a exemplo de retirada de espécies protegidas de seu território e/ou construção de empreendimentos turísticos que exijam autorizações e licenças de órgão ambientais).

Uma “área natural protegida” é considerada como tal por ser um espaço de terra ou mar, destinado à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e, manejada por meio da observância aos instrumentos legais e científicos de maneira eficiente. (BRITO, 2000)

Em se tratando de “áreas naturais protegidas” no Brasil, cabe pontuar e explicitar as características de dois tipos básicos: áreas sem definição de dimensões e limites e áreas com definição de dimensões e limites.

Para que se visualize as características, usos e categorias, a figura 6 apresentará as áreas naturais protegidas que não possuem definição de dimensões, limites e confrontações, porém legalmente protegidas em função de suas características territoriais, biológicas, geológicas, geográficas ou climáticas que possuem importância ambiental, paisagística ou cultural cuja proteção ou conservação é determinada por lei, independente de sua localização física.

ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS SEM DEFINIÇÃO DE DIMENSÕES E LIMITES					
TIPO	MANDATO	CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS	USO	EXEMPLOS
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)	Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 que instituiu o Código Florestal, nos artigos 2º e 3º.	Todas as florestas, nascentes, margens de cursos d'água, encostas, manguezais, dunas, restingas, cavernas, paisagens notáveis, áreas que abrigam exemplares raros de fauna e flora, locais de pouso ou reprodução de espécies migratórias ou que assegurem a qualidade de vida das populações e os terrenos acima de 1.800 m de altitude.	Bem de interesse comum aos habitantes do País. Definida pela União, Estado e Município, podendo ser de domínio público ou particular.	Regulamentados por leis e decretos específicos. No caso de proprietário particular, este passa a ter restrições ao uso, embora não perca sua titularidade.	Manguezal do Itacorubi/SC, Serra da Capivara/PI, encostas de cursos d'água, outros.
PATRIMÔNIO NACIONAL	Constituição Federal (1988), no artigo 225, § 4º.	Floresta Amazônica Brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira.	Criado pela Constituição Federal para assegurar a preservação do ambiente, embora permitindo sua utilização econômica, na forma da lei.	Uso e restrições específicos ditados pela legislação ambiental complementar.	Manguezais, restingas, Serra do Mar, outros.
RESERVA LEGAL	Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 que instituiu o Código Florestal, nos artigos 16º e 44º.	Florestas Remanescentes, Matas Ciliares.	Para garantir a existência da vegetação original, uma percentagem mínima de da propriedade deve ser protegida, dependendo do caso e região.	Uso e restrições específicos ditados pela legislação ambiental complementar.	Diversas.
ÁREA TOMBADA	Por ato administrativo que submete bens e coisas, particulares ou públicas, a um regime especial de proteção.	Cidades Históricas, patrimônio arquitetônico. Florestas, nascentes, etc. Reservas da Biosfera.	Regime de proteção especial para impedir a destruição de bens naturais, históricos e patrimoniais De domínio público ou propriedade particular.	Usos e restrições específicos. Criadas sobretudo em nível estadual, e subordinadas às normas do IPHAN. Não altera o direito de propriedade, mas impõe restrições.	Centro Histórico de Salvador/BA, Cidade de Parati/RJ, Área Tombada da Lagoinha da Chica e Lagoa Pequena/Fpolis-SC, outros.
RESERVA DA BIOSFERA	Instituídas pela UNESCO (no Brasil, a primeira na década de 90)	Nem sempre são áreas contíguas; Ocupam, em geral, grandes espaços; Podem englobar outras UCs como Parques, Reservas, etc.	Para proteção da biodiversidade e conservação dos recursos genéticos do Planeta.	Uso e restrições específicas, visando conservação, exploração sustentável dos recursos naturais e pesquisa, monitoramento e rede de informação internacional.	Reserva da Biosfera do Cerrado, da Caatinga, da Amazônia Central, Mata Atlântica, Pantanal.

Figura 6: Áreas Naturais Protegidas: sem definição de dimensões e limites

Fonte: quadro organizado por Kerlei Enele Sonaglio, com base nas informações disponíveis no MMA (2006), IBAMA (2006), CONSTITUIÇÃO FEDERAL (2006), MAGALHÃES (2001).

Muitos biomas¹⁹ e ecossistemas²⁰ destas áreas protegidas (sem definição de dimensões e limites) recebem fluxo ecoturístico intenso, como é o caso de diversas áreas de dunas do País, bem como áreas particulares e públicas do Pantanal Matogrossense, dentre muitas outras.

Outras áreas que recebem muitos turistas, são os chamados “corredores ecológicos²¹” e as “zonas de amortecimento” (entrono das UCs), em especial esta última, onde normalmente está concentrada a ação antrópica, uma vez que é nela que se localizam os empreendimentos turísticos e a infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento da atividade. Porém, nestas áreas, há que se pensar e se estabelecer relações mais sustentáveis que proporcionem realmente os benefícios propostos nos princípios do desenvolvimento sustentável apregoado desde o Relatório Brundtland em 1987.

Mesmo que a atividade ecoturística possua demanda para quaisquer áreas naturais do mundo que se permita o uso para este fim, o ecoturista²², normalmente recebe a influência das empresas que “comercializam” e divulgam os destinos. E, neste caso, o fluxo de pessoas é direcionado para regiões onde houver interesse destas empresas em receber os benefícios econômicos provenientes do “negócio ecoturismo”. Retorna-se assim, ao antigo paradigma que dita o movimento e o estilo de vida das pessoas no contexto pós-moderno e da sociedade capitalista de consumo, e que, oportunamente ocupam e desocupam regiões de interesse no afã imediato de satisfazer as necessidades e sonhos momentâneos (como o de conhecer este ou aquele lugar, ou de consumir o que estiver “em moda”).

Visto que o ecoturista utiliza os serviços de empresas que divulgam os destinos que as interessa, ou que está em moda por algum motivo, seja ele por tendência ou ideais (como o caso das destinações para áreas preservadas e “intocadas” - como a maioria das destinações é “vendida” - , principalmente no Brasil, que possui

¹⁹ É uma área geográfica extensa, correspondendo às principais formações vegetais naturais. Biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga, Cerrado/Pantanal, Mata Atlântica/Campos, Zona Costeira Marinha. (MMA, 2006)

²⁰ Os ecossistemas fazem parte de um bioma e são definidos formalmente como uma unidade funcional de base em ecologia, porque inclui, ao mesmo tempo, os seres vivos e o meio onde vivem, com todas as interações recíprocas entre o meio e os organismos. (MMA, 2006)

²¹ Os corredores ecológicos são utilizados entre reservas e podem mudar fundamentalmente o papel ecológico das áreas protegidas. Esses corredores servem para aumentar o tamanho e as chances de sobrevivência de populações pequenas, além de poderem servir como possibilidades de recolonização de espécies localmente perdidas e, ainda, permitir a redução da pressão do entorno das áreas protegidas. (MMA, 2006)

²² Sujeito que aciona o processo de intervenção realizando as atividades inerentes a esta prática de turismo (tais como caminhadas, observação de aves, escaladas, *rafting*, *rapel*, entre outras).

extensas áreas naturais), cabe destacar que, de acordo com a experiência teórico-empírica da pesquisadora desde sua formação no curso de graduação em Turismo, foi observado, ao longo dos últimos nove anos (1995-2006) um acentuado destaque às áreas naturais protegidas, sobretudo os Parques Nacionais.

Via de regra, o ecoturismo deve possuir caráter sustentável, ou seja, deve seguir um modelo desenvolvimentista não concentrador, que possibilite o uso dos recursos naturais com respeito ao meio, permitindo harmonização e prosperidade a comunidade, com expressiva melhoria das condições de vida e da qualidade ambiental da população residente, tendo o compromisso de uma distribuição eqüitativa tanto dos recursos econômicos, quanto dos demais aspectos que envolvem esta atividade.

Para que se possa observar as características, usos e categoria das áreas protegidas com dimensões e limites definidos que são aquelas legalmente protegidas por suas características ambientais, ecológicas e culturais e criadas por lei específica que define seus limites físicos e sua extensão territorial, segue a figura 7:

ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS COM DEFINIÇÃO DE DIMENSÕES E LIMITES					
TIPO	MANDATO	CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS	USO	EXEMPLOS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	Ordenada, de maneira abrangente, a partir da Lei n° 9.985/2000 (SNUC).	<ul style="list-style-type: none"> • Estação Ecológica (EE), • Reserva Biológica (REBIO), • Parque Nacional (PARNA), • Monumento Natural (MN), • Refúgio da Vida Silvestre (RVS). 	Locais com características naturais relevantes com objetivo de conservação e com limites definidos, legalmente instituídos pelo Poder Público sob regime especial de administração, podendo ser criados pela União, Estados ou Municípios.	Preservação da natureza com uso indireto dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> • PARNA do Descobrimento/BA, • REBIO do Atol das Rocas/RN, • REBIO Marinha do Arvoredo/SC, • EE Carijós/SC, • RVS da Ilha dos Lobos/RS, entre outros.
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	Ordenada, de maneira abrangente, a partir da Lei n° 9.985/2000 (SNUC).	<ul style="list-style-type: none"> • Área de Proteção Ambiental (APA), • Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), • Floresta Nacional (FLONA), • Reserva Extrativista (RESEX ou RE), • Reserva de Fauna, • Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), • Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). 	Locais com características naturais relevantes com objetivo de conservação e limites definidos, legalmente instituídos pelo Poder Público sob regime especial de administração, podendo ser criados pela União, Estados ou Municípios.	Conservação da natureza com uso sustentável dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> • APA Anhatomirim/SC, • ARIE Vale dos Dinossauros/PB, • RESEX Marinha do Pirajubaé/SC, • RPPN Morro das Aranhas/SC, • RPPN Salto Morato/PR, entre outros.

Figura 7: Áreas Naturais Protegidas: com definição de dimensões e limites

Fonte: quadro organizado por Kerlei Eniele Sonaglio, com base nas informações disponíveis no MMA (2006), IBAMA (2006), CONSTITUIÇÃO FEDERAL (2006), MAGALHÃES (2001).

Tanto nas áreas naturais protegidas que não possuem a definição de dimensões e limites, quanto nas que possuem, a intervenção humana, no tocante ao ecoturismo, pressiona o desenvolvimento de atividades ligadas ao comércio de produtos e serviços, além da expansão urbana (no sentido da ocupação desordenada do território) no seu entorno, o que tende a impulsionar pressão em igual ou mais intensidade às áreas protegidas, numa relação mais predatória do que conservacionista.

A fim de explicitar com mais detalhe e rigor as pertinências ao uso ecoturístico nas Unidades de Conservação com dimensões e limites definidos, o próximo item versará sobre estas áreas, no intuito de fundamentar os objetivos propostos por esta tese.

2.3.2 Unidades de Conservação

O moderno conceito de Unidades de Conservação (UC) surgiu com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, em 1872. Os objetivos que levaram a criação desse parque foram, além da preservação de atributos cênicos e sua significação histórica, o potencial para atividades de lazer. A partir da criação deste parque houve uma racionalização no processo de colonização do oeste americano, quando inclusive, ocorreram as criações de diversas outras unidades de conservação. (MMA, 2005).

No Brasil, a primeira iniciativa para a criação de uma área protegida ocorreu em 1876, como sugestão do engenheiro André Rebouças (inspirado na criação do Parque Yellowstone) de se criar dois parques nacionais: um localizado em Sete Quedas e o outro na Ilha do Bananal. No entanto, data de 1937 a criação da primeira unidade de conservação e preservação que foi o Parque Nacional de Itatiaia/RJ. (MMA, 2005).

No Brasil, as áreas protegidas são representadas pelas denominadas unidades de conservação da natureza, instituídas por lei que estabelece critérios e normas para a sua criação, implantação e gestão dentro do território nacional.

As diversas categorias das unidades de conservação (organizadas em abrangência geral pelo SNUC/2000) dividem-se em dois grupos: unidades de

proteção integral e unidades de uso sustentável, que serão apresentadas no próximo item.

2.3.2.1 O SNUC

Unidades de conservação (UC) para os fins previstos na Lei n. 9.985, de 18/06/2000 (SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação), “é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, como características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam as garantias adequadas de proteção”.

Os objetivos do SNUC, de acordo com o disposto na Lei, são os seguintes:

- contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural;
- proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

- proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

A partir destes objetivos destacados da legislação, pode ser observada a referência ao turismo ecológico, envolto na idéia da sustentabilidade e conservação dos recursos que usufruirá.

As UCs dividem-se, de acordo com o SNUC, em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável conforme segue:

a) Unidades de Proteção Integral

O objetivo dessas unidades é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, excetuando-se os casos previstos na Lei.

Estas Unidades dividem-se em cinco categorias e para que sejam observados os principais instrumentos legais relacionados a cada categoria desde antes da instituição da Lei nº 9.985/00 (SNUC), os objetivos, os domínios, as atividades, as interferências permitidas e as proibidas, segue a figura 8:

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL						
CATEGORIA	PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS	DOMÍNIO	OBJETIVOS	ATIVIDADES	PERMISSÕES	PROIBIÇÕES
ESTAÇÃO ECOLÓGICA EE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei nº 6.902, de 27/04/81, ▪ Lei nº 6.938, de 31/08/81, ▪ Decreto nº 99.274, de 06/06/1990. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posse e público, ▪ Áreas particulares incluídas nos limites serão desapropriadas, conforme dispõe a Lei. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservação da natureza ▪ Pesquisas científicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisa educacionais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restauração de ecossistemas modificados ▪ Manejo de espécies para preservar a diversidade biológica ▪ Coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas ▪ Pesquisas científicas mediante autorização 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visitação pública ▪ Alterações nos ecossistemas com impacto em área superior a 3% da extensão total da unidade ou maior que 1.500 hs.
RESERVA BIOLÓGICA REBIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei nº 4.771, de 15/09/65, ▪ Lei nº 5.197, de 03/01/67. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posse e público, ▪ Áreas particulares incluídas nos limites serão desapropriadas, conforme dispõe a Lei. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservação integral da biota e demais atrativos naturais sem interferência humana. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisa dependente de autorização prévia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Medidas de recuperação de ecossistemas alterados ▪ Manejo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visitação pública ▪ Interferência humana
PARQUE NACIONAL PARNA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei nº 4.771, de 15/09/65, ▪ Decreto nº 84.017, de 21/09/79. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posse e público, ▪ Áreas particulares incluídas nos limites serão desapropriadas, conforme dispõe a Lei. ▪ São bens inalienáveis e indisponíveis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. ▪ Educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisa científica. ▪ Recreação ▪ Turismo ▪ Educação ambiental ▪ Todos os citados desde que não causem danos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Previstas e estabelecidas pelo plano de manejo. ▪ Serão chamados de Parque Estadual ou Municipal quando criados por Estados ou Municípios, seguindo a mesma legislação do Nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualquer forma de exploração dos recursos ou atividades que provoquem alterações nos ecossistemas protegidos.
MONUMENTO NATURAL MN	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Decreto nº 58.054, de 23/03/66. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Público ou particular (no caso de desacordo entre os objetivos de utilização, a área será desapropriada, conforme dispõe a Lei ▪ Bens protegidos pelo IPHAN e registrados no livro de Tombo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, geralmente de extensão reduzida. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visitação pública de acordo com o plano de manejo ▪ Educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico. ▪ Todos os citados desde que não causem danos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Previstas e estabelecidas pelo plano de manejo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de obras que reduza a visibilidade ou esconda o bem protegido. ▪ Instalação de anúncios ou cartazes.
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE RVS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vide o SNUC 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Público ou particular (no caso de desacordo entre os objetivos de utilização, a área será desapropriada, conforme dispõe a Lei. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteger ambientes naturais assegurando condições para reprodução de espécies de flora e fauna silvestre (local ou migratória) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisa científica, ▪ Visitação pública e turismo de acordo com o plano de manejo, visando minimizar os danos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria das condições dos <i>habitats</i>, ▪ Atividades de lazer e educação ambiental abertas ao público. ▪ O imóvel fica isento de ITR (Imposto Territorial Rural) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manejo da área sujeito a limitações, especialmente em determinadas épocas do ano.

Figura 8: Unidades de Proteção Integral

Fonte: quadro organizado por Kerlei Enele Sonaglio, com base nas informações disponíveis no MMA (2006), IBAMA (2006), CONSTITUIÇÃO FEDERAL (2006), MAGALHÃES (2001).

Embora o disposto pelo SNUC às unidades de Proteção Integral refira-se a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto²³ dos seus atributos naturais, algumas categorias (figura 8) fazem referência a algumas permissões destinadas a visitação pública, recreação, educação ambiental e turismo ecológico.

Porém, como já mencionado anteriormente, mesmo na observância ao plano de manejo²⁴ das áreas (quando de sua existência oficial e implementação) o fluxo turístico, geralmente é intenso e pouco controlado, monitorado e fiscalizado pelos órgãos ambientais, possibilitando que danos sejam causados por esta atividade em áreas que, por lei, foram designadas à proteção integral.

A discussão e argumentação desta idéia, bem como as experiências ocorridas, e que ainda ocorrem, em UCs de Proteção Integral no tocante ao ecoturismo, será realizada nos itens que se sucedem.

b) Unidades de uso sustentável

o objetivo básico dessas unidades é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

No que diz respeito as UCs consideradas e classificadas como de Uso Sustentável pelo SNUC, e para que sejam observados os principais instrumentos legais relacionados a cada categoria desde antes da instituição da Lei n° 9.985/00 (SNUC), os objetivos, os domínios, as atividades, as características e outras observações, seguem a figura 9:

²³ Aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (Lei n° 9.985/00)

²⁴ Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (Lei n° 9.985/00)

UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL						
CATEGORIA	PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS	DOMÍNIO	OBJETIVOS	ATIVIDADES	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APA	<ul style="list-style-type: none"> Lei nº 6.902 de 27/04/1981, Lei nº 6.938 de 31/08/1981, Decreto nº 99.274 de 6/06/1990. 	<ul style="list-style-type: none"> Público ou privado 	<ul style="list-style-type: none"> Proteger a diversidade biológica. Disciplinar o processo de ocupação. Assegurar sustentabilidade do uso dos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa e visitação pública estabelecidas pelo órgão gestor nas áreas públicas e pelo proprietário nas áreas particulares. 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades geralmente extensas, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho presidido pelo órgão responsável pela administração e constituído por representante de órgão público, organizações da sociedade civil e população residente.
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO ARIE	<ul style="list-style-type: none"> Lei nº 6.938 de 31/08/81, Decreto nº 89.336 de 31/01/84, Resolução do CONAMA nº 012 de 14/12/88. 	<ul style="list-style-type: none"> Público ou privado 	<ul style="list-style-type: none"> Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> Pastoreio e colheita de produtos não lenhosos, conforme normas legais e restrições que respeitem o ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Área geralmente de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Possuem semelhança às Estações Ecológicas e Reservas da Biosfera, com restrições de usos semelhantes.
FLORESTA NACIONAL FLONA	<ul style="list-style-type: none"> Pela resolução nº 011 de 03/12/87 do CONAMA, também são consideradas unidades de conservação as Florestas Estaduais e Municipais. Lei nº 4.771, de 15/09/65. 	<ul style="list-style-type: none"> Posse e público, ou de propriedade mista (pública e privada) Áreas particulares incluídas serão desapropriadas conforme dispõe a Lei. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. 	<ul style="list-style-type: none"> Visitação pública Pesquisa Reflorestamento onde tenha havido consideráveis alterações antrópica. 	<ul style="list-style-type: none"> Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas. Permite a permanência de habitantes tradicionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho consultivo constituídos por representantes de órgão público, de organização da sociedade civil e populações tradicionais residentes. Quando criada pelo Est. ou Munic. será denominada Floresta Estadual e Floresta Municipal, (mesma Legislação)
RESERVA EXTRATIVISTA RESEX ou RE	<ul style="list-style-type: none"> Decreto nº 98.897, de 30/01/90. 	<ul style="list-style-type: none"> Domínio público com seu uso concedido às populações extrativistas tradicionais. Áreas particulares incluídas serão desapropriadas, como dispõe a Lei. 	<ul style="list-style-type: none"> Proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, Assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Visitação pública. Pesquisa. Pequenas lavouras, caça e pesca de subsistência. 	<ul style="list-style-type: none"> Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho deliberativo presidido por órgão responsável pela administração e constituído pelo representante de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e pop. Tradicionais residentes. Proibida exploração de recursos minerais. Exploração de recursos madeireiros só em bases sustentáveis.
RESERVA DE FAUNA RF	<ul style="list-style-type: none"> Vide SNUC 	<ul style="list-style-type: none"> Posse e públicos. Áreas part. em seus limites serão desaprop. como dispõe a Lei. 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilitar estudos técnico-científicos sobre o manejo economicamente sustentável dos recursos faunísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> Visitação pública. Pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias. 	<ul style="list-style-type: none"> Deverá obedecer as Leis sobre a Fauna a comercialização de produtos e sub-produtos resultantes de pesquisa. Caça amadora e prof. são proibidas.
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RDS	<ul style="list-style-type: none"> Vide SNUC 	<ul style="list-style-type: none"> Público Áreas particulares em seus limites serão desapropriadas como dispõe a Lei. 	<ul style="list-style-type: none"> Preservar a natureza. Assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos rec. nat. das pop. trad. Valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhec. E as téc. de manejo do ambiente, deenv. Por estas pop. 	<ul style="list-style-type: none"> Visitação pública Pesquisa. Exploração dos recursos de maneira sustentável e substit. de cobertura veg. para espécies cultiváveis, conforme disposto no Plano de Manejo. 	<ul style="list-style-type: none"> Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. 	<ul style="list-style-type: none"> O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais terá regulamentação específica. As zonas de prot. Integral, de uso sustentável, de amortecimento e corredores ecológicos serão definidos no Plano de Manejo.
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL RPPN	<ul style="list-style-type: none"> Decreto nº 98.914, de 31/01/90, e Portaria nº 828 do IBAMA, de 10/06/90. 	<ul style="list-style-type: none"> Privado 	<ul style="list-style-type: none"> Conservar a diversidade biológica. 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa. Visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Área privada, gravada com perpetuidade constante de termo de compromisso entre proprietário e órgão ambiental, averbado no Registro Público de Imóveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Manejo ou proteção e gestão da unidade será elaborada com orientação de órgãos públicos. (Roteiro Metodológico já disponível-IBAMA) Integrantes dos órgão ambientais, sempre que possível e oportuno prestarão orientação ao proprietário O imóvel fica isento de ITR.

Figura 9: Unidades de Uso Sustentável

Fonte: quadro organizado por Kerlei Enele Sonaglio, com base nas informações disponíveis no MMA (2006), IBAMA (2006), CONSTITUIÇÃO FEDERAL (2006), MAGALHÃES (2001).

O SNUC atribui ao termo “uso sustentável” a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável, possibilitando, quando for o caso, o uso direto²⁵ de seus recursos.

O item a seguir discutirá as permissões, no que se refere ao uso turístico das UCs, já pontuadas nas figuras 8 e 9.

2.3.2.2 As permissões ao uso turístico nas UCs do Brasil

Observando a legislação ambiental no Brasil, algumas áreas protegidas possuem permissões quanto ao uso turístico, porém referindo ao uso do “turismo ecológico”.

O SNUC foi instituído em 2000 e até o final da década de 1990, as confusões conceituais entre “turismo ecológico” e “ecoturismo” rumavam a passos lentos para uma discussão mais intensa e esclarecedora nos meios acadêmicos e no âmbito político (considerando as entidades ligadas ao setor do turismo), tendo avanços apenas posterior ao ano de 2001 com as proposições, principalmente de autores na área do turismo como Mário Beni e Paulo Pires. Sendo assim, considera-se, para fins de estudo do turismo em UCs para esta tese, a idéia de ecoturismo²⁶, onde se lê “turismo ecológico” na legislação pertinente.

A figura 10 foi desenvolvida para que se visualize com mais esclarecimento as permissões referidas no SNUC para as unidades no tocante á visitação pública (desde que cumpridas as normas estabelecidas pelos Planos de Manejo das áreas):

²⁵ Aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais. (Lei n  9.985/00)

²⁶ Explica es e esclarecimentos conceituais entre “ecoturismo” e “turismo ecológico” no item referente a este assunto apresentados nesta tese.

Lei nº 9.985/00 - SNUC	
UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
CATEGORIA	VISITAÇÃO PÚBLICA
ESTAÇÃO ECOLÓGICA	Art. 9, § 2º: é proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional , de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.
RESERVA BIOLÓGICA	Art. 10, § 2º: é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional , de acordo com regulamento específico.
PARQUE NACIONAL	Art. 11: tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico . § 2º: a visitação pública está sujeita a normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.
MONUMENTO NATURAL	Art. 12, § 3º: a visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE	Art. 13, § 3º: a visitação pública está sujeita a normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
CATEGORIA	VISITAÇÃO PÚBLICA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	Art. 15, § 3º: As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. § 4º: Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público , observadas as exigências e restrições legais.
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	Visitação pública proibida, exceto em condições semelhantes às dadas nas Estações Ecológicas ou então nas Reservas Biológicas, com o objetivo educacional , de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo.
FLORESTA NACIONAL	Art. 17, § 3º: A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.
RESERVA EXTRATIVISTA	Art. 18, 3º: A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de manejo da área.
RESERVA DE FAUNA	Art. 19, § 2º: A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Art. 20, § 5º inciso I: é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL	Art. 21, § 2º: Só poderá ser permitida , na RPPN, conforme se dispuser em regulamento: I - a pesquisa científica; II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais .

Figura 10: Visitação Pública em UCs

Embora a figura apresentada identifique as possibilidades de visitação pública em UCs, cabe ressaltar que a maioria delas referencia a permissão vinculada à idéia “educacional” e/ou relacionando a visitação às restrições impostas pelas normas adequadas a cada uma das categorias.

Porém, em virtude do interesse temático desta tese, a intenção é identificar quais as UCs que possuem permissão para o uso ecoturístico (guardadas as restrições ao uso, de acordo com o que estabelece o Plano de Manejo das áreas), pois o uso destinado à visitação pública com fins educacionais e/ou de pesquisa (normalmente devidamente monitorados e com fins de estudos específicos) não refletem o mesmo fluxo que o turístico, embora, muitas vezes o intuito e a motivação que leva o indivíduo para as áreas naturais possa ser semelhante.

O processo pedagógico/educacional que proporciona aos indivíduos, seja em grupo ou não, a visitação em UCs, geralmente está atrelado ao desenvolvimento e aprimoramento dos conhecimentos dito escolares/universitários, sendo assim, as visitas nestas áreas, de modo geral, são agendadas, monitoradas por professores ou instrutores, e possui características que diferem das intervenções turísticas, tais como, o fluxo em massa, a visitação independente (tanto de grupos, quanto individual, sem monitoria), a utilização de equipamentos e serviços turísticos que movimentam a economia do setor, entre outros.

Neste sentido, buscou-se na legislação o recorte para as áreas que prevêm o uso turístico de suas unidades, conforme pode ser observado na figura 11:

Lei nº 9.985/00 - SNUC	
UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
CATEGORIA	PERMISSÕES QUANTO AO USO TURÍSTICO
ESTAÇÃO ECOLÓGICA	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO.
RESERVA BIOLÓGICA	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO.
PARQUE NACIONAL	Art. 11: tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de TURISMO ECOLÓGICO . § 2º: a visitação pública está sujeita a normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.
MONUMENTO NATURAL	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO, porém com a seguinte consideração à visitação: Art. 12, § 3º: a visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO, porém com a seguinte consideração à visitação: Art. 13, § 3º: a visitação pública está sujeita a normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
CATEGORIA	PERMISSÕES QUANTO AO USO TURÍSTICO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO, porém com a seguinte consideração à visitação: Art. 15, § 3º: As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. § 4º: Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO.
FLORESTA NACIONAL	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO, porém com a seguinte consideração à visitação: Art. 17, § 3º: A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.
RESERVA EXTRATIVISTA	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO, porém com a seguinte consideração à visitação: Art. 18, 3º: A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de manejo da área.
RESERVA DE FAUNA	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO, porém com a seguinte consideração à visitação: Art. 19, § 2º: A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	SEM REFERÊNCIA AO USO TURÍSTICO, porém com a seguinte consideração à visitação: Art. 20, § 5º inciso I: é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL	Art. 21, § 2º: Só poderá ser permitida, na RPPN, conforme se dispuser em regulamento: I - a pesquisa científica; II - a VISITAÇÃO COM OBJETIVOS TURÍSTICOS , recreativos e educacionais.

Figura 11: Uso Turístico em UCs

Observa-se na figura 11 que, no tocante ao turismo, pelo menos no SNUC, ocorre referência em duas situações: nas unidades de uso sustentável, na categoria **Reserva Particular do Patrimônio Natural**, e, nas unidades de proteção integral, na categoria de **Parques Nacionais**, sendo neste último, realizada as intervenções mais expressivas (diagnosticadas em todo o mundo, embora com legislações diferentes) em termos de fluxo ecoturístico.

As outras categorias que prevêem a visitação pública sob restrições e normas, encontram na prática brasileira a realidade de fluxo turístico igualmente intenso, sobretudo em áreas próximas a zona costeira, que já recebe fluxo habitual.

A discussão no que diz respeito ao ecoturismo em UCs brasileiras e em outras áreas protegidas do mundo, será realizada nos itens que se sucedem, pois serão apresentados alguns casos que já possuem fluxo de pessoas que se deslocam para estes ambientes com o fim da atividade turística, ficando mais pertinente e exemplificada as reflexões e ponderações.

2.3.3 Experiências do ecoturismo em áreas naturais protegidas

Em virtude do ecoturismo hoje ser alvo da atenção de um grande número de pessoas, autores como Linderberg & Hawkins (2001), afirmam que a popularidade crescente do ecoturismo, os administradores de áreas protegidas, precisam avaliar que nível de turismo é o melhor para cada área, para então arquitetar uma estratégia que atinja o nível desejado.

A estratégia deverá guiar o desenvolvimento e gestão do ecoturismo a fim de assegurar que a área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas, de criar mecanismos capazes de gerar empregos e renda para a área protegida e para as comunidades próximas e de oferecer educação ambiental ou visitantes.

A partir da pesquisa teórico-empírica realizada por esta autora desde o início do ano 2000 (quando do início do mestrado no PPGEA, sob a temática “ecoturismo”) até fevereiro do ano de 2006 (em fase final da tese de doutoramento no mesmo programa de pós-graduação, sob a mesma temática), foi possível identificar e estudar as intervenções ecoturísticas em diversas áreas naturais protegidas do mundo.

Algumas áreas possuem o planejamento e a gestão da atividade organizada por instituições públicas, privadas, ONGs, comunidades locais de forma conjunta, outras porém, possuem a “desorganização” atribuída a empresários que vislumbram o lucro imediato, que divulgam os destinos sem o devido planejamento das atividades.

A WWF (2003) possui inúmeros projetos em andamento no âmbito internacional e no Brasil realizou o planejamento do ecoturismo em algumas áreas naturais protegidas tais como: Ecoturismo na Reserva Extrativista de Pedras Negras e Currálinho (Rondônia), Ecoturismo Comunitário em nas comunidades ribeirinhas de Silves (Amazonas), Ecoturismo em uma iniciativa integrada de conservação e desenvolvimento no Cerrado/Alto Paraíso (Goiás), Projeto Estrada-Parque Pantanal Corumbá (Mato Grosso do Sul), Ecoturismo de Base Comunitária no entorno do Parque Nacional do Superagüi (Paraná), Conservação do Mico-Leão-Dourado e o ecoturismo na conservação das espécies e *habitats* ameaçados em Silva Jardim (Rio de Janeiro), Ecoturismo como instrumento para a sustentabilidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável em Tefé (Amazonas), Ecoturismo e conservação em Parques Nacionais Marinhos - Fernando de Noronha (Pernambuco).

A “Fundação O Boticário” também desenvolve projetos de ecoturismo no Brasil, destacando-se as atividades desenvolvidas na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Salto Morato no estado do Paraná.

Outras áreas naturais do Brasil possuem desenvolvimento do ecoturismo planejado ou por iniciativa pública, ou privada, ou então em parcerias estabelecidas. Vários estados brasileiros divulgam seus atrativos naturais e ecológicos e realizam o apelo ao ecoturismo sendo que vários destinos já são consagrados (como o caso de Bonito/MS), outros recebem o apelo pelo simples fato de situarem-se no imenso litoral do País (como o caso de áreas na região metropolitana de Florianópolis/SC).

No âmbito internacional, muitas áreas naturais possuem desenvolvimento do ecoturismo destacando-se: Parque Nacional de Galápagos (Equador), Parque Nacional Manuel Antônio, Reserva Florestal de Neblina de Monteverde e Estação Biológica La Selva (todos na Costa Rica), Reserva Nacional Maasai Mara e Parque de Amboseli (ambos no Quênia), Monumento Natural das Fontes de Águas Sulfurosas (ilha de Santa Lúcia, no Caribe), Parque de Kota Kinabalu (Malásia), Parque Nacional de Luangwa do Sul (Zâmbia), Parque Nacional dos Vulcões (Ruanda), Monte Everest e Unidade de Conservação Annapurna (ambos no Nepal), Parque Nacional Marinho dos Recifes de Tobago (São Vicente e Granadinas), Áreas

de Refúgio de Invernagem das Borboletas Monarcas (México), Santuário Comunitário dos Babuínos - classificado como área de transição de uma Reserva da Biosfera - e Santuário da Vida Selvagem da Bacia de Cockscomb (ambos em Belize), Parque Nacional Yellowstone e Yosemite (ambos EUA), além de outras áreas nos demais continentes do Planeta Terra.

Ante o exposto, este item pretende apresentar algumas experiências de ecoturismo ocorridas em áreas protegidas localizadas no continente americano, porém dentre muitos casos, selecionou-se áreas de 3 (três) países diferentes, a fim de ilustrar a atividade do “ecoturismo + áreas naturais protegidas” com características distintas (figura 12), sendo que os exemplos não se referem, necessariamente, aos destinos ecoturísticos mais famosos dos países selecionados.

ÁREA NATURAL PROTEGIDA	PAÍS	CARACTERÍSTICAS
PARQUE NACIONAL GALÁPAGOS	EQUADOR	-Planejamento posterior ao desenvolvimento do ecoturismo. -Conflitos entre comunidade local, governo e empresários. -Problemas decorrentes da migração e inserção de espécies exógenas nas ilhas.
COMMUNITY BABOON SANCTUARY - CBS (SANTUÁRIO COMUNITÁRIO DOS BABUÍNOS)	BELIZE	-Ecoturismo com base comunitária, parcialmente planejado. -Conflitos intra e inter- comunidades rurais, bem como com empresários estrangeiros. -Experiência empreendedora e pedagógica.
COCKSCOMB BASIN WILDLIFE SANCTUARY (SANTUÁRIO DA VIDA SELVAGEM DA BACIA DE COCKSCOMB)	BELIZE	-Ecoturismo sem planejamento inicial. -Conflitos com índios maias (expulsos da área protegida). -Experiência empreendedora dos indígenas ao gerenciar a área (posteriormente aos conflitos iniciais).
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO	BRASIL	-Ecoturismo sem planejamento integrado. -Conflitos entre empresários e órgãos ambientais. -UC não permite uso ecoturístico.

Figura 12: Áreas selecionadas de ecoturismo em áreas protegidas nas Américas

As informações referentes a cada uma das áreas protegidas citadas serão abordadas no próximo item.

2.3.3.1 Parque Nacional Galápagos

O arquipélago de Galápagos, no Equador (figura 13), está conformado por 19 ilhas, 47 ilhotas e 26 promontórios de origem vulcânica. Sua área total é de

aproximadamente 8 mil km² e as ilhas que o compõe se espalham ao longo de aproximadamente 45 mil km² de oceano (INGALA, 2002).



Figura 13: Imagem de satélite do Arquipélago de Galápagos

Fonte: VEIMAGES, 2006.

A província de Galápagos está situada no Oceano Pacífico a 960 km do Equador continental (figura 14) e 97% de sua área pertence ao Parque Nacional Galápagos (os outros 3% destinam-se aos assentamentos humanos), instituído em 1959. Em 1979 a UNESCO declarou o arquipélago como Patrimônio Natural da Humanidade, em 1985 o declarou como Reserva da Biosfera e em 2001 incluiu como Patrimônio Natural da Humanidade a Reserva Marinha de Galápagos (decretada em pelo Governo do Equador), sendo assim, a área protegida é de aproximadamente 133 mil km². (INGALA, 2002)

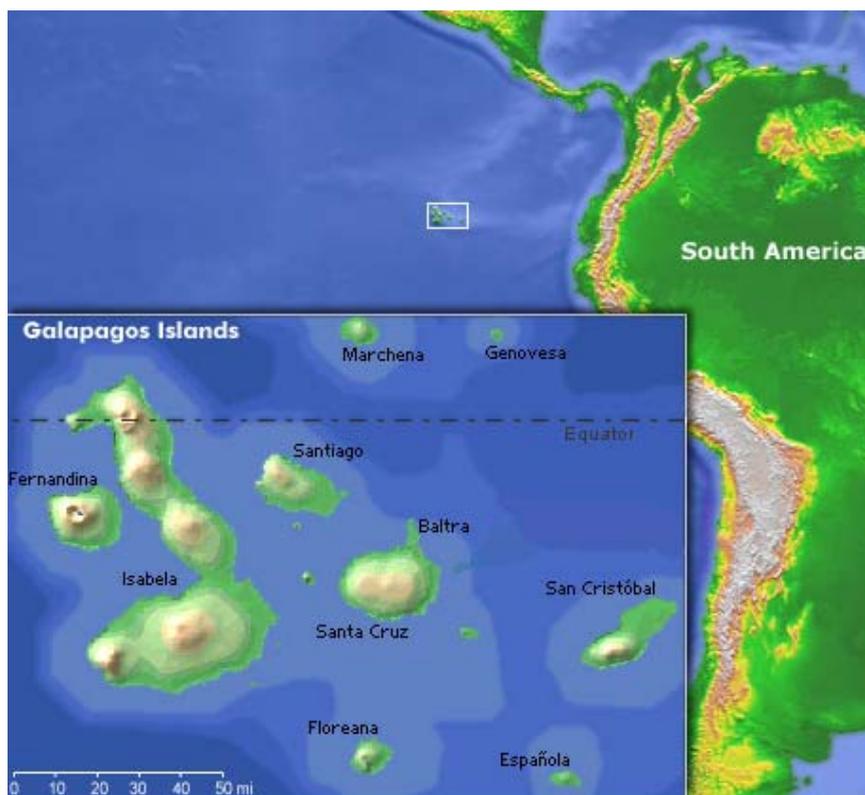


Figura 14: Localização das Ilhas Galápagos

Fonte: ROYERCENTER, 2006.

“A viagem do *Beagle*²⁷ foi, sem dúvida, o acontecimento mais importante da minha vida e determinou toda a minha carreira”, frase de Charles Darwin (1809-1882) escrita em sua autobiografia (escrita em 1876, porém, publicada por seu filho Francis em 1887). Charles Darwin estudou as espécies do arquipélago de Galápagos e suas pesquisas contribuíram para a obra “A origem das espécies”.

Galápagos está isolada dos continentes e a adaptação de seus cágados (figura 15), tartarugas gigantes, iguanas, tentilhões, cactos gigantes (figura 16), girassóis, corvos-marinhos, aves oceânicas, enfim, de sua fauna e flora, revela como nenhum outro lugar do Planeta, a história de nosso passado, e anuncia nosso futuro, descreve Wallace (2001).

²⁷ O *Beagle* foi o veleiro no qual Charles Darwin, em 1831, iniciou sua viagem ao redor do mundo estudando fenômenos biológicos e geológicos. A viagem foi importante para a elaboração da obra de sua autoria chamada “A origem das espécies” (1859).



Figura 15: Cágados gigantes

Fonte: GEOCITIES, 2006.



Figura 16: Cactos opuntia

Fonte: GEOL, 2006.

As primeiras viagens comerciais para Galápagos datam de fins da década de 60, e a partir dos anos 70 o crescimento progressivo de turistas tem sido acelerado, principalmente para a Ilha de São Cristóvão²⁸ (que possui aeroporto, bem como a Ilha de Baltra, vide figura 19). De acordo com dados do governo do Equador (*Dirección de Estadísticas del Ministerio de Turismo*), o número de visitantes cresceu de 7 mil (em 1975), 17.840 (em 1985) e aproximadamente 42 mil (1989), 92 mil (1993), para 109 mil em 2004 (sendo quase 76 mil visitantes estrangeiros).

O Ministério do Turismo do Equador registrou que 75% dos visitantes que vem ao país, seguem direto para Galápagos, sendo que os principais mercados emissores são EUA, Colômbia, Peru, Argentina, Chile, Itália, Alemanha, Suíça, Holanda e Inglaterra.

Neste arquipélago, estabeleceu-se em 1959, a Fundação Charles Darwin (www.darwinfoundation.org), com o objetivo de conservar os ecossistemas de Galápagos e a Fundação auxilia o governo nas atividades de administração do Parque Nacional Galápagos. Porém, por problemas econômicos em função da redução do orçamento da Administração do Parque, a pressão crescente da iniciativa privada, a migração (em ritmo acelerado), a introdução de novas espécies nas Ilhas²⁹, entre outros conflitos inclusive os decorrentes da intervenção turística, o arquipélago internaliza os danos ambientais e ecológicos enquanto as ONGs,

²⁸ Ilha de São Cristóvão é a capital da província de Galápagos.

²⁹ **A introdução de ratos nas ilhas, por exemplo, colocam em risco os ovos dos ninhos das aves**, segundo Trevor Price, professor do departamento de Ecologia e Evolução da Universidade de Chicago. (em entrevista concedida ao jornal “*Diário El Comercio*” em 10 de junho de 2005)

iniciativa pública, iniciativa privada, população residente e de turistas discutem e protelam as decisões e ações necessárias rumo a sustentabilidade (em sua concepção complexa e transdisciplinar).

Carlos Carvajal (responsável de Turismo do Parque Nacional Galápagos), admite que existem problemas relacionados, por exemplo, ao número de visitantes em Galápagos, porém diz que para 2006 está prevista a implantação de um novo sistema de manejo do turismo e complementa: “Estamos preocupados, porém a falta de pessoal é um dos mais graves fatores limitantes para o desenvolvimento do novo modelo; o Parque trabalha com 140 guarda-parques enquanto que em 2004/2005 contávamos com 225”.

Ao contrário do que advertem alguns pesquisadores divulgando imagens e relatórios referentes ao turismo em massa no Parque Nacional Galápagos, Carvajal não admite que existam áreas saturadas de turistas, segundo ele, existe um impacto visual em virtude da quantidade de turistas que ficam próximos aos mirantes, em áreas organizadas para direcionar o fluxo.

Carlos Reck, porta-voz do grupo “Re-evolución Galápagos”, diz que o turismo está massificado e que os impactos decorrentes do excesso de visitantes faz com que animais se afastem mais, as aglomerações fazem com que a qualidade das visitas diminua.

Na ilha de Bartolomé (localizada próxima à ilha de Santiago) os congestionamentos de ecoturistas são constantes e freqüentes, como pode ser observado na figura 17.



Figura 17: Ecoturistas na ilha de Bartolomé

Fonte: REEVOLUCIÒN, 2005.

Na ilha de São Cristóvão (a que recebe maior fluxo de ecoturistas), fica localizada a “*Laguna El Junco*” (no meio de uma cratera), a única de água doce do arquipélago que se mantém pela água da chuva e pela intensa neblina, quase que constante, que reduz a evaporação (STEINITZ-KANNAN, *et al*, 2006)

El Junco (figura 18), assim como outras lagunas, sofrem pressão constante em função do número de ecoturistas aglomerados em sua margem, uma vez que é considerada um atrativo de Galápagos, pois oferece vista panorâmica, concentrada no período matutino (em função do céu aberto), além das intervenções agrícolas da população residente próxima aos locais de lagunas. Um dado a ser destacado é que nos anos 50 havia aproximadamente mil pessoas vivendo em Galápagos, em 2006 já se especulam quase 30 mil moradores.



Figura 18: *Laguna El Junco*

Fonte: REEVOLUCIÒN, 2005.

Em atenção aos impactos danosos para Galápagos, o conflito entre pescadores e a iniciativa privada e administração pública (no tocante ao desenvolvimento turístico) é intenso. Em abril de 2005, o então diretor do Patrimônio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Francesco Bandarin, esteve em Galápagos e verificou a tensão entre pescadores, pesquisadores, funcionários do Parque e empresários.

Os pescadores alegam que a imagem de que os danos ambientais e ecológicos apontados pela mídia como sendo de responsabilidade deles, na verdade, são atribuídos ao turismo, uma vez que as diversas embarcações abarrotadas de turistas, afetam o ecossistema marinho, pois lançam as pesadas âncoras ao mar e matam as espécies em diversos locais, principalmente próximo de locais de interesse ecoturístico, justamente em áreas consideradas mais atrativas pela beleza e concentração de espécies para contemplação.

Além disso, algumas ilhas são excluídas das rotas por não possuir espécies exógenas (normas do Parque), porém as embarcações menores acabam infringindo as normas e estabelecendo conflitos também com os cientistas, destacando que as patrulhas que deveriam estar sendo realizadas por funcionários do Parque pouco ocorrem, em função do número reduzido de funcionários e da falta de equipamentos para tal função.

Além disso, para os pescadores locais, outro conflito se dá em função de que as operadoras e agências de turismo, principalmente as do continente e as

estrangeiras, que são em maior número³⁰ e monopolizam o desenvolvimento da atividade em Galápagos (figura 19, principais rotas das embarcações), quase não utilizam a força de trabalho, produtos e serviços dos moradores locais, em função de que oferecem a maioria destes itens a bordo das embarcações. Outro fato a se destacar é a migração, que contribui ainda mais para o estabelecimento de conflitos, pois a maioria dos novos moradores possui nível escolar mais adiantado (é baixo o número de moradores locais que possui o equivalente ao Ensino Médio no Brasil) e conseguem melhores oportunidades de trabalho em Galápagos, que possui o Turismo como principal fonte de divisas.



Figura 19: Principais rotas das embarcações turísticas em Galápagos

Fonte: SOLARTOURS, 2006.

Os conflitos aumentam em função de que os investidores solicitam auxílio de políticos do Equador, que intervém em favor deles no que se refere às licenças emitidas para operar as embarcações. Este fato impulsiona o mercado turístico a partir “do privado”, que aspira pela alta lucratividade em curto período de tempo e

³⁰ De acordo com Charles Darwin Foundation and WWF, em 2002 já eram 82 embarcações com capacidade para 1700 passageiros estavam operando em Galápagos (excetuando-se deste número embarcações como lanchas e barcos menores), sendo que há taxas que variam, dependendo do tipo e do tamanho da embarcação que devem ser pagas (por passageiro) ao governo.

influencia no crescimento acelerado de pessoas que se instalam em Galápagos, a fim de trabalhar no ramo turístico. (WALLACE, 2001)

A partir deste estudo, observou-se que o ecoturismo é o maior agente promotor da economia de Galápagos, mas também é o agente que mais promove a migração e os diversos conflitos decorrentes do mau uso dos seus recursos como atrativos, bem como regula o mercado de salários, elevam os custos locais e outras tantas implicações que ocorrem na maioria dos destinos turísticos, independentes de sua localização geográfica. Esta é a lógica em que o turismo está alicerçado até então, a do mercado de consumo em massa, protagonizada por empreendedores que aspiram pela alta lucratividade em curto espaço de tempo, pelo governo que não prioriza e nem estabelece um planejamento e gestão adequados, deixando os danos para as populações residentes e para o ambiente que recebe o atributo de “atrativo” para o desenvolvimento da atividade turística.

A utilização de serviços das próprias operadoras, como o de guias por exemplo, são difíceis de avaliar (ampliando a perspectiva), pois, enquanto reduz a necessidade de criar infra-estrutura para receber os ecoturistas (sinalização, materiais educativos, etc), por outro lado esta prática resulta, entre outras, na redução de funcionários do Parque, cujo patrulhamento realizado por eles se faz necessário.

O mesmo autor cita que a ilha de São Cristóvão (onde se localiza o *Puerto Baquerizo Moreno*) e a ilha de Santa Cruz (onde se localiza o *Puerto Ayora*), receptoras do maior fluxo de visitantes via marítima, não dispõem de água potável, tratamento de resíduos sólidos ou líquido, planejamento no uso da terra, instalações portuárias adequadas para carga e descarga de combustível e de mercadorias, entre outros, o que exerce pressão sobre os recursos materiais do arquipélago, principalmente em função do aumento populacional, que tem explorado madeira, pedras e areia.

As problemáticas decorrentes da intervenção ecoturística em Galápagos são inúmeras, pois estão em descompasso com a capacidade de gerenciamento tanto do Parque, quanto da Reserva. As dificuldades relacionadas aos conflitos entre residentes, força política e privada, falta de capacitação e formação para os funcionários das áreas protegidas (que recebem menos que os colaboradores do setor privado), bem como a alta rotatividade de pessoal são algumas das dificuldades, das quais, Wallace (2001) complementa:

- As inspeções³¹ dos barcos são realizadas de maneira inadequada, sendo que alguns operadores não seguem as normas relativas à saúde e segurança do ecoturista.
- Introdução de espécies exógenas, sem que haja quaisquer procedimento de quarentena .
- Grande parte do orçamento da Administração é destinada na tentativa de controlar espécies não-nativas como ratos, porcos, cabras, gatos e diversas espécies de plantas.
- Não há instalações para as mercadorias que chegam nem inspeção dos passageiros.
- Tensão entre os guias locais³² (chamados de “auxiliares” e com nível de instrução mais baixo) e guias estrangeiros (chamados “naturalistas”, com nível de instrução melhor, geralmente bilíngües e com salários melhores).
- As ilhas portuárias recebem mais ecoturistas, pois não há um planejamento de roteiro que descongestione o fluxo e/ou direcione para áreas menos visitadas.
- Qualidade da experiência do ecoturista é comprometido em função de que as ilhas não possuem um zoneamento planejado que possa oferecer uma gama maior de oportunidades (embora a WWF tenha realizado um projeto piloto em 2003 com proposta de um zoneamento que ainda não foi devidamente implementado)
- Algumas áreas particulares, localizadas nas proximidades do Parque, exercem pressão em função da agricultura, sendo que se existisse alguma espécie de concessão para diversificar a oferta de atrativos, a pressão poderia ser reduzida.
- Existem trilhas que não são resistentes à erosão e ao alargamento, sendo assim, consomem uma quantia desproporcional do orçamento da área para sua manutenção e reconstrução, uma vez que o fluxo de ecoturistas é intenso na maioria delas. Um exemplo é a trilha que sobe a montanha em Bartolomé (figura

³¹ As responsabilidades das inspeções são da Marinha e da Comissão Equatoriana de Turismo (CETUR) e deve ser compartilhada com os funcionários do Parque, porém, como já mencionado, existem problemas de pessoal na instância pública em Galápagos.

³² De acordo com a WWF (2003b), em 1998, 24% dos jovens com idade acima de 24 anos haviam terminado o ensino superior, porém poucos falavam um segundo idioma além de não possuir treinamento ou capacitação na área de ecoturismo.

20), cartão postal mais famoso do Parque. O traçado (que provavelmente foi formado de modo a evitar os lençóis de lava existentes nas proximidades) está sob solos arenosos, movediços e inconstantes, encontrando-se com frequência em declive íngreme, sendo assim, os ecoturistas procuram areia mais firme, caminhando e se aglomerando (para ouvir os guias ou os intérpretes) pelas laterais da trilha e causando uma gigantesca marca de erosão que se estende por quilômetros (figura 17). Se a trilha tivesse sido originalmente traçada através dos lençóis de lava (que oferecem seu próprio material de trilha), se tivesse sido utilizado declive adequado e se a areia tivesse sido contida próximo ao cume, ela seria uma trilha quase imperceptível e de fácil manutenção, oferecendo excelentes oportunidades de interpretativas dentro da rota, exigindo o controle do tamanho dos grupos e a manutenção das estruturas de drenagem.



Figura 20: Cartão Postal de Galápagos (ilha de Bartolomé)

Fonte: GALAPAGOSFIRST, 2006.

O ecoturismo está estreitamente relacionado ao turismo de cunho científico, sendo assim, a exemplo de Galápagos, os atrativos poderiam ser diversificados a fim de estabelecer uma melhor distribuição do fluxo de visitantes. Galápagos possui atrativos pouco explorados, tais como o vulcanismo, geomorfologia, climatologia (*El Niño*), gigantismo, vulnerabilidade dos organismos endêmicos à invasão de espécies

exógenas, observação do céu, entre outros que puderam ser deduzidos e especulados a partir do estudo de caso realizado nesta tese.

2.3.3.2 Santuário Comunitário dos Babuínos³³

O Santuário Comunitário dos Babuínos (*Community Baboon Sanctuary* - CBS) está localizado na porção norte de Belize (figura 21). e foi fundado em 1985 pelo Dr. Robert Horwich com a colaboração de 12 (doze) proprietários de terras em Bermudian Landing (um povoado rural a 53 Km a noroeste de Belize City).

O CBS estende-se ao longo do rio Belize e é o lar dos babuínos preto (figura 22). O Santuário é um experimento de conservação e métodos de múltiplo uso da terra, em propriedades privadas, uma vez que a maioria das áreas protegidas de Belize estão localizadas em propriedade particular.



Figura 21: Localização do CBS

Fonte: COMMUNITY CONSERVATION, 2006.



Figura 22: Babuíno

Fonte: BELIZEREPORT, 2006.

³³ A tradução mais correta de *Baboon*, seria Bugios, uma vez que o gênero *Alouatta*, em português, é designado por bugio, porém, a maioria das traduções apresenta a palavra traduzida para Babuíno.

O CBS surgiu no intuito de estimular os proprietários particulares a concentrar esforços na conservação da vida selvagem, nas necessidades de subsistência e práticas agrícolas, tanto de fazendeiros quanto de pequenos agricultores, baseados em atitudes voluntárias e responsáveis. De acordo com Horwich *et al* (2001), o objetivo da criação do Santuário foi o de manter um núcleo da floresta primária a partir do qual os grupos de babuínos e outros tipos de vida selvagem pudessem facilmente fazer uso das florestas secundárias, mantendo assim um bom *habitat* para as espécies locais.

Segundo os autores, uma vez que o CBS dependia da cooperação dos proprietários das terras, este não poderia comprometer as necessidades básicas que eram supridas com o manejo agropecuário, e tampouco as necessidades da vida selvagem. Sendo assim pensou-se em um gerenciamento que mantivesse, faixas de floresta às margens dos rios, entre as fronteiras das propriedades na época de corte dos milharais e as árvores específicas que fornecem alimentos para esses animais. Estas ações reduziram a erosão das margens dos rios e o tempo de pousio (recuperação nutricional adequada) para a terra, entre plantios de corte e queimada (ainda utilizados), além de garantir a manutenção da vida selvagem.

Inicialmente, esta idéia foi exposta por Horwich numa reunião do povoado, com todo o plano estruturado de gestão, realizado por ele juntamente com alguns colegas, porém inicialmente o representante eleito da região manifestou-se contra. No entanto, mais tarde, o projeto foi entendido e aceito pelos aldeões que sugeriram a idéia de tentar atrair o fluxo turístico para aquela região, uma vez que o litoral de Belize já era desenvolvido turisticamente e os países no extremo oeste e noroeste também (Guatemala e México).

O interessante deste Santuário foi que o ecoturismo passou a ser uma consequência posterior ao planejamento da região que visava a conservação e a manutenção, principalmente das atividades agrícolas da região.

Outro destaque se dá em função de que o ecoturismo foi estabelecido de maneira pró-ativa e não respondeu somente às pressões do mercado sem qualquer planejamento e/ou zoneamento da área de interesse, pelo contrário, foi uma decisão de moradores e proprietários de uma determinada região. Um exemplo similar, no Brasil, foi o caso de Silves³⁴, na Amazônia, onde as comunidades ribeirinhas

³⁴ O ecoturismo em Silves, no Amazonas, foi planejado em parceria com o WWF, e possui o detalhamento do projeto no Manual WWF de ecoturismo de base comunitária, publicado em dezembro de 2003.

decidiram planejar a região para o desenvolvimento do ecoturismo a fim de que esta atividade contribuísse economicamente com a população residente, além da contribuição para com a natureza no sentido da conservação dos recursos.

O WWF (dos EUA) e o ecologista especializado em botânica, John Lyon, auxiliaram na expansão do Santuário, incluindo mais de 100 (cem) proprietários de terras e 8 (oito) povoados, representando aproximadamente 47 km² de floresta ao longo do rio Belize, onde residem mais de 1.000 babuínos preto.

Posterior ao estabelecimento do CBS e com o crescimento do ecoturismo na região, sobretudo pelo atrativo da vida selvagem, o governo passou a se interessar pelo projeto. Em 1987 foi contratado um primeiro administrador belizenho do CBS, com plano operacional estabelecido, sob supervisão da BAS (*Belize Audubon Society*). Sendo assim, o santuário possui administração e controle locais, sendo que os estrangeiros assumiram um papel consultivo, principalmente desenvolvendo programas. (BELIZEAUDUBON, 2005)

Em meados dos anos 80 não havia universidade em Belize e o acesso a conhecimentos técnicos eram difíceis, o administrador do santuário recebia treinamento e acompanhamento pedagógico de Horwich e Lyon, que organizaram material didático baseados no conhecimento científico, incluindo os conhecimentos empíricos e tradicionais dos moradores locais.

Até meados de 1990, o Santuário obteve sucesso na iniciativa de proteger os babuínos, pois a população destes macacos passou a aumentar, portanto, outras espécies consideradas em risco de extinção, foram incluídas no projeto, como a tartaruga de água doce (muito caçada para fins econômicos e de subsistência), onde foi proposto um uso sustentável (no sentido de manter a caça, porém com restrições).

De acordo com Horwich *et al* (2001), a partir de 1988 já havia grupos escolares de Belize que passaram a incluir o Santuário em seu calendário de visitas técnicas, em virtude de um documentário televisivo que acabou por estimular o interesse dos professores das escolas. Desde então, o fluxo tem aumentado e já no final da década de 1990, eventualmente, centenas de estudantes compareciam no CBS em um único dia.

Este fato passou a preocupar os idealizadores do Santuário e a comunidade local, que se organizou com funcionários extra a fim de controlar as visitas e no

intuito de ampliar o programa de ensino visando à inclusão de escolas rurais na dinâmica das visitas do Santuário.

O ecoturismo no processo de visita do Santuário, foi uma consequência positiva e inicialmente informal, das atividades que vinham sendo desenvolvidas em prol da vida selvagem e da comunidade local. A atividade turística, no início, parecia algo absurdo, uma vez que havia falta de estrutura turística e de recursos para investir o turismo da região. Porém, com o fluxo de visitantes aumentando a cada ano (de 10 visitantes em 1985 para mais de 6 mil já em 1990), os interesses se voltaram ao ecoturismo, sendo que nos primeiros anos, os adolescentes locais eram encorajados a trabalhar como guias, o acesso ainda era gratuito e os ecoturistas ficavam alojados nas casas de famílias locais, que passaram a oferecer serviços de pousada.

O afluxo de visitantes passou a ampliar significativamente, a partir de excursões guiadas provenientes dos EUA, que culminou na constatação da necessidade de administrar as atividades que vinham sendo desenvolvidas no Santuário. Um conflito que passou a se estabelecer foi relativo aos guias destas excursões, que ludibriavam os guias locais e levavam os grupos pelas trilhas sozinhos, causando danos (pelo fluxo descontrolado) em propriedades privadas com cercas de criação de gado, campos cultivados e outros bens, além de perturbar as populações de vida selvagem sob proteção.

Na tentativa de resolver estes conflitos instituiu-se a cobrança para entrar no Santuário e a obrigatoriedade de um guia local para acompanhar as visitas.

Para a realização das trilhas no CBS, uma idéia interessante foi executada, como segue:

- Criou-se um livro chamado “*A Belizean Rain Forest: The Community Baboon Sanctuary*”, em 1990 (por Horwich e Lyon). Este livro foi o resultado final da idéia de divulgar informações sobre os babuínos, tendo iniciado como panfleto, depois ampliado para um manual e por fim transformado em um livro (420 páginas) com mais informações do Santuário.
- A obra é distribuída gratuitamente para as escolas da região e para os professores de escolas de toda Belize, bem como para os aldeões participantes do projeto.
- O livro é vendido aos turistas e os lucros são revertidos em benefício do santuário.

- As trilhas do santuário possuem placas numeradas, cujos textos informativos estão disponíveis no livro, portanto, o turista necessita da obra para realizar as trilhas. Os guias do CBS complementam os textos incluídos no livro com palestras preparadas e com o conhecimento sobre os macacos e demais espécies de fauna e flora da região.

Esta iniciativa foi empreendedora e inteligente, pois, ao passo que o livro torna-se necessário para que os ecoturistas embrenhem-se na floresta por meio das trilhas, enriquece a experiência por meio de um método educacional eficiente, além de incluir a experiência dos guias locais para o monitoramento dos ecoturistas nas trilhas. Esta função pedagógica, valoriza o conhecimento empírico dos moradores locais e resguarda as propriedades particulares e a vida selvagem local, de possíveis danos causados por afluxo descontrolado de pessoas.

O Santuário é um motivo de orgulho para os aldeões e para a comunidade local, ambos desejam sua continuidade, embora muitos conflitos e problemas tenham se instalado desde sua criação, no tocante ao planejamento ecoturístico.

Exemplo destas problemáticas podem ser destacados, segundo Horwich *et al* (2001) como:

- Em função do isolamento geográfico, os esforços se concentraram mais na divulgação da área do que no fornecimento de uma infra-estrutura para acomodações de pernoite dos visitantes. Os interesses estrangeiros planejaram a construção de hotéis na região, aproveitando-se do sucesso da área. Na época, um hotel deveria ter sido construído e operado por uma cooperativa do povoado ou do Santuário, impedindo assim, que os alicerces do ecoturismo de base comunitária fosse afetado.
- A estrutura administrativa foi organizada sob a direção da *Belize Audubon Society*, pois era a única (na época) organização para conservação controlada e gerenciada por belizenhos. Esta organização era sustentada com o patrocínio de um grupo norte-americano pró-conservação. O apoio financeiro foi prematuramente retirado e os funcionários do Santuário ficaram com supervisão apenas do conselho administrativo voluntário, por dois anos, sendo que, como não havia comitê local, as responsabilidades e ônus excessivos deste período recaíram sobre estes administradores.

Deveria ter sido organizado um comitê dos proprietários de terras do povoado, uma cooperativa instituída legalmente, pois teria envolvido um maior número de pessoas da comunidade no processo inicial de planejamento e implementação e assim, teria evitado parte das rivalidades que surgiram intra e inter-povoados.

- A comunicação foi substituída, do inconveniente telefone comunitário, para um rádio que permitia a comunicação direta entre funcionários do CBS e os turistas, por meio do escritório da *Belize Audubon Society*, o que provocou conflitos entre os moradores locais no que diz respeito às preferências entre o telefone e o rádio.
- Os aldeões tiveram oportunidade de obter empréstimos rotativos para propiciar serviços de hospedagem aos turistas, porém poucas famílias puderam tirar proveito disso, porque inicialmente houve falha na criação de um mecanismo adequado de coleta de empréstimos, gerando conflitos entre os aldeões e as instituições financeiras.
- Manter o fluxo ecoturístico contínuo (com pernoites) também se tornou problemático. O ecoturismo deveria ter sido divulgado para todas as comunidades do santuário, num plano mais global, embora os estabelecimentos de hospedagem de estrangeiros realizem a divulgação individualizada, o que prejudica a organização comunitária.

De acordo com os autores, um novo planejamento integral está sendo estudado e implementado no CBS, a fim de incluir o ecoturismo X conservação num contexto do país Belize, em ações planejadas e gerenciadas de maneira mais abrangente. O documento formal deste planejamento ainda não se encontra disponível, ao menos até o término desta tese, tendo somente textos publicados que realizam os estudos dos impactos negativos do ecoturismo no Santuário, e em Belize de um modo geral, realizando alguns ensaios e propostas para as áreas, porém nada ainda conclusivo.

A experiência do CBS em Belize, ao que parece, despertou a comunidade local para a preservação das áreas localizadas junto ao Santuário, além de uma conscientização geral da importância da área. O processo educacional e pedagógico empreendido propiciou a educação gradual e conferiu às populações uma consciência de conservação à vida cotidiana dos aldeões.

Embora alguns erros tenham sido cometidos no tocante ao planejamento ecoturístico, a experiência do CBS no tocante ao ecoturismo apresenta-se valorizada

aqui nesta tese, uma vez que partiu de uma base comunitária envolvida e participativa, inserida num processo empreendedor e pedagógico que resultou em impactos positivos relevantes para as comunidades e para os ecoturistas.

2.3.3.3 Santuário da Vida Selvagem da Bacia de Cockscomb

O Santuário da Vida Selvagem da Bacia de Cockscomb (*Cockscomb Basin Wildlife Sanctuary - CBWS*) é um outro caso interessante para o estudo do ecoturismo em Belize. Porém com caráter histórico diferente do Santuário dos Babuínos, embora tenha sido declarado como área protegida em Belize um ano antes.

O CBWS fica localizado na porção sul de Belize (figura 23), e foi instituída legalmente sua proteção em função das onças pintada (figura 24) e também de outras espécies de vida selvagem da região.



Figura 23: Localização do CBWS
Fonte: BELIZETOURSERVICES, 2006.



Fonte: CHEESEMANS, 2006.



Figura 24: Onças pintadas
Fonte: BELIZEIT, 2006.

Embora a idéia fosse promover a conservação sediada em povoados e administradas localmente, a Bacia de Cockcomb foi um dos projetos financiados pela *Belize Audubon Society* (BAS), e iniciou seu processo conflitando radicalmente com um pequeno povoado de índios maias que foram retirados, sem explicação adequada, e assentados a seis quilômetros do local original. Tal decisão se deu em função de que o recém criado parque (em 1984) planejou seu centro de atividades na área, antes habitada pelos índios.

Horwich *et al* (2001) explicam que mesmo tendo sido contratados dois indígenas para trabalhar no CBWS, ainda havia ressentimento por parte dos índios em relação aos ecoturistas que passavam pelo povoado e não demonstravam interesse por eles, aliando ainda a problemática de que os habitantes do povoado foram proibidos de caçar ou pescar na área protegida.

Os conflitos foram amenizados quando, em 1987, um professor maia local foi nomeado diretor do Santuário e iniciou um processo que beneficiaria economicamente os indígenas, em função do ecoturismo na localidade. Inicialmente sete jovens maias foram treinados para monitorar as atividades ecoturísticas na área, mas tinham que competir com os guias estrangeiros que traziam, como no Santuário dos Babuínos, estudantes dos EUA.

No CBWS os conflitos decorrentes da atividade ecoturística foram mais intensos que no Santuário dos Babuínos, pois possuía antecedentes históricos desde a instituição da área protegida, já bastante problemático. Esta prática de exclusão das comunidades autóctones de sua morada, ora instituída como área protegida, é um modelo norte-americano, desde a instituição do Parque Yellowstone e Yosemite (no final do século 19) que privilegia a beleza cênica das paisagens. De acordo com Diegues (1998), esta “concepção” de exclusão foi adotada em muitos países, como o Canadá, a Nova Zelândia, a África do Sul, a Austrália, o México, a Argentina, o Chile e até mesmo o Brasil, em 1937, criando o Parque Nacional do Itatiaia (o primeiro brasileiro), localizado entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Embora ao longo da estrada de mais ou menos 6 quilômetros em condições precárias de manutenção, o número de ecoturistas no CBWS cresceu de 25, em 1985, para 2 mil em 1990, enquanto que o CBS em 1990 já recebia 6 mil visitantes, como já mencionado, e os maias se beneficiassem, inicialmente, apenas com os salários pagos por serviços prestados nas localidades de entorno do Santuário, ou como cozinheiros.

Com o tempo, segundo Horwich *et al* (2001), os maias foram se organizando e passaram a construir instalações de sapé para servir como centro de venda de artesanato e *souvenirs*, uma vez que realizavam as vendas anteriormente na beira das estradas e obtiveram sucesso comercializando a arte realizada, principalmente pelas mulheres na aldeia.

O Santuário das onças pintadas recebeu a partir de 1992 instalações (em estilo de cabanas) para receber os ecoturistas, trilhas organizadas pela BAS e um centro de visitantes, com exposições sobre a onça pintada e outros felinos e suas presas, porém o ecoturismo nesta região não se desenvolveu de maneira organizada e monitorada em sua plenitude.

Talvez um dos mais graves problemas do CBWS, a exemplo de tantas outras experiências de áreas protegidas, no tocante ao ecoturismo, esteja na prioridade econômica em que o desenvolvimento ocorre. Este desenvolvimento econômico, quase sempre está em descompasso com outras importâncias, como o respeito às tradições, a valorização da arte, do sentimento das populações envolvidas nesta atividade.

O Santuário das onças pintadas possui babuíños também co-residindo na área protegida e sofreu outro problema sério, principalmente no início dos anos 1990: com a eliminação das florestas adjacentes, em função do plantio de árvores cítricas, alguns bandos de babuíños foram transferidos para o CBS e realocados com sucesso.

A atividade ecoturística pode auxiliar no processo de proteção da natureza, porém desde que instituído com base comunitária e transdisciplinar, visando revelar as potencialidades e fragilidades de cada caso, para assim instituir um planejamento que mais esteja adequado à realidade em que se pretende empreender o ecoturismo.

2.3.3.3 Reserva Biológica Marinha do Arvoredo

O estudo de caso aqui apresentado da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (REBIO do Arvoredo), no tocante ao ecoturismo, foi resultado do Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico Rodrigo Pereira Cardoso, realizado nas Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina (FASSESC), no

curso de bacharelado em Turismo, sob orientação da professora Kerlei Eniele Sonaglio (autora desta Tese), em 2005.

A REBIO do Arvoredo está localizada ao norte da Ilha de Santa Catarina, distante a 11 Km da mesma e a 7 Km do Continente. Situa-se ligeiramente ao sul do estuário do Rio Tijucas a 18,5 Km da costa, estendendo-se ao norte até as imediações da enseada do Mariscal, a 65 Km da costa. A Reserva é formada pelas Ilhas do Arvoredo, Galé, Deserta, Calhau de São Pedro e toda a faixa marinha que as circundam, totalizando 17.800 hectares e os municípios catarinenses de Florianópolis, Porto Belo, Governador Celso Ramos, Tijucas, Itapema e Bombinhas fazem parte da sua região de entorno (Figura 25). (IBAMA, 2005)

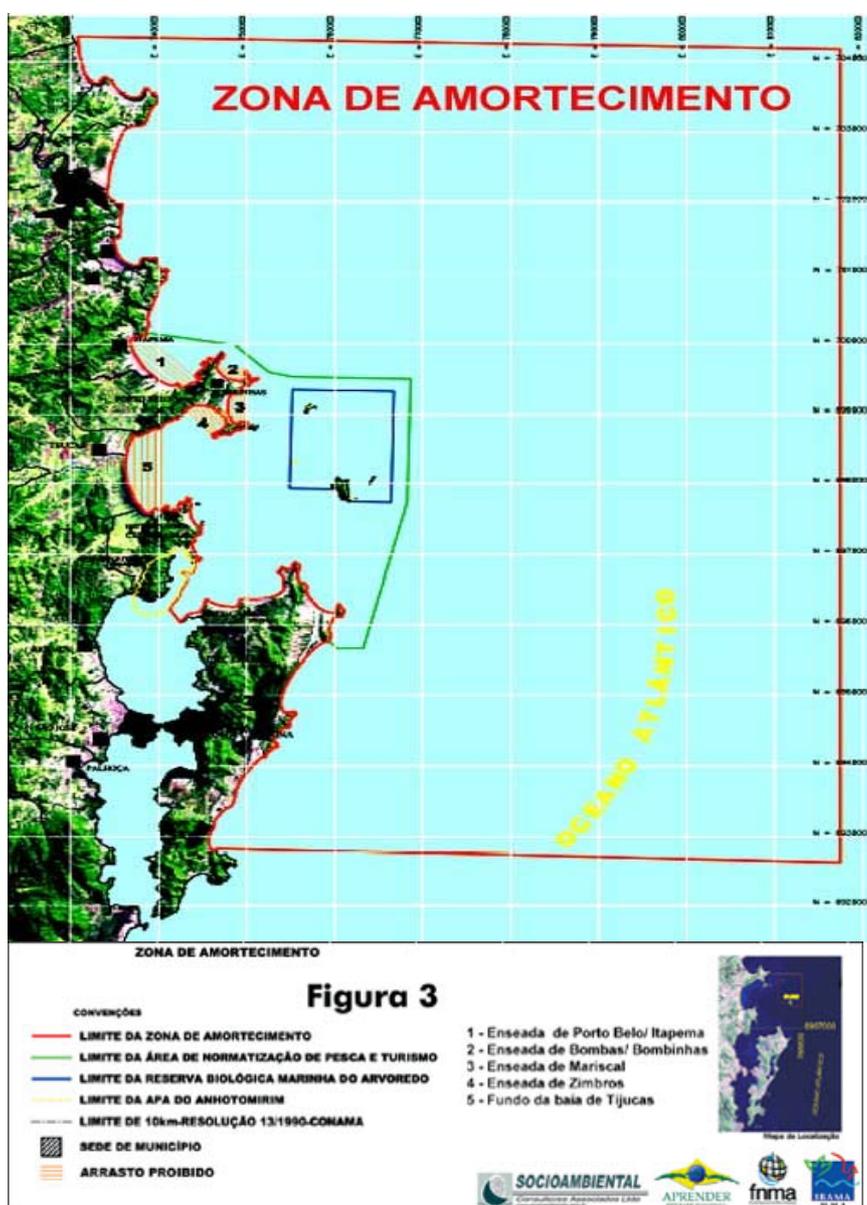


Figura 25: Localização e Zoneamento da REBIO do Arvoredo

Fonte: ARVOREDO, 2005.

A Ilha do Arvoredo (Figura 26) é a maior de todas as ilhas, possuindo 27 mil metros quadrados de área total, sendo 3.704 metros de comprimento no sentido norte-sul, 1.853 metros de largura e altitudes que atingem os 300 metros. Possui relevo bastante acidentado, sua área mais periférica é formada por costões rochosos.

Em uma das enseadas da ilha encontra-se um fundo de algas calcáreas a uma profundidade que varia entre quatro a 14 metros. Tratam-se de uma formação semelhante aos recifes de coral, únicas conhecidas no sul do Brasil. No restante da ilha o fundo é rochoso ou arenoso, atingindo profundidades de até 30 m.

Este local é consolidado como um atrativo ecoturístico, a fim da realização de mergulhos recreacionais., tanto organizado por empresas quanto autônomo.

Apresenta uma paisagem com cerca de 80% da ilha coberta pela Mata Atlântica (floresta ombrófila densa), abrigando uma grande biodiversidade.



Figura 26: Ilha do Arvoredo

Fonte: ARVOREDO, 2005.

Na ponta sul do Arvoredo localiza-se o farol inglês construído em 1883, um importante ponto de referência para as embarcações que navegam pela região.

Próxima ao limite norte da Reserva está localizada a Ilha da Galé (figura 27), que possui vegetação de pequeno porte, sendo uma vegetação arbustiva e cerrada,

constituída por gramíneas e vegetação secundária da Mata Atlântica. A ilha é rodeada por costões, alguns bastante abruptos.



Figura 27: Ilha da Galé

Fonte: ARVOREDO, 2005.

No lado leste da ilha da Galé existe duas ilhotas, onde a fragata (*Fragata Magnificiens*) e o Atobá (*Sula Leucogaster*) montam seus ninhos. Este local é considerado como um dos mais importantes pontos de reprodução destas espécies de aves na costa brasileira.

O Calhau de São Pedro (Figura 28) é formado por dois aglomerados rochosos, distantes um do outro aproximadamente 100 metros. Estas rochas estão a 5 km ao norte da Ilha do Arvoredo e constitui um importante marco para a reserva, pois indica o limite oeste da UC.

Localizada a 3 Km ao leste da Ilha do Arvoredo, e a 14 Km da Ilha de Santa Catarina está a Ilha Deserta (Figura 29). É a menor das ilhas da reserva com 1.052 metros de comprimento por 175 de largura, sendo totalmente rodeada de costões, bastante abruptos. Sua vegetação é constituída por uma espessa pradaria de gramíneas. Esta ilha é um verdadeiro santuário de aves marinhas, como as gaivotas (*Larus Dominicanus*) e os trinta-réis (*Sterna Hirundinacea* e *Sterna Eurygnatha*).



Figura 28: Calhau de São Pedro

Fonte: IBAMA, 2005.

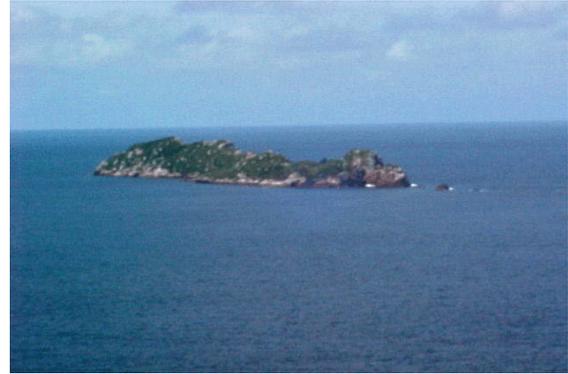


Figura 29: Ilha Deserta

Fonte: IBAMA, 2005.

Segundo Arvoredo (2005) as águas da referida REBIO são muito ricas, devido ao encontro de duas importantes correntes marinhas, a das Malvinas que traz águas frias do sul, e a corrente do Brasil, jorrando águas quentes no sentido contrário. É essa mistura aquática que torna o lugar agradável tanto para bichos tipicamente tropicais (corais, tartarugas, peixes e crustáceos), quanto para outros que passam boa parte do ano se na vizinhança dos icebergs antárticos, como as baleias franca e os lobos marinhos. Esta fartura atraiu os primeiros habitantes para a Ilha do Arvoredo.

A reserva está situada em uma região de grande biodiversidade marinha, constituindo um importante local de criação e dispersão de muitas espécies, algumas de interesse comercial como peixes (tainha, anchova robalo), moluscos (lulas, polvo), crustáceos (lagosta, camarão rosa), além de mamíferos marinhos (baleia franca, baleia minke, golfinhos) e tartarugas verde.

São encontrados na REBIO do Arvoredo, sambaquis (um deles com cerca de três metros de altura formados principalmente por conchas de ostras, restos de mamíferos, peixes e ouriços-do-mar, localizado na Ilha do Arvoredo e possui em sua superfície uma ocupação cerâmica recente), rochas com superfícies de alisamento em forma de prato, também chamadas de afiadores ou 'panelas de bugre', inscrições rupestres desenhos de figuras humanas e antigos sepultamentos formam o conjunto de vestígios da passagem do homem pelo local - que ocorreu entre quatro a dois mil anos atrás. (IBAMA, 2005)

Como a área possui potencial para o mergulho, foram pesquisadas por Cardoso (2005) as operadoras de mergulho atuantes da Região Metropolitana de Florianópolis, que utilizam a REBIO do Arvoredo como destino para a realização de

mergulho ecoturístico recreativo, totalizando 4 (quatro): Sea Divers, Parcel Diver Center, Acquanauta Mergulho e Homem-Rã, todas localizadas na Região Norte da Ilha de Santa Catarina, entre as praias de Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus e Ponta das Canas.

De acordo a pesquisa realizada, as operadoras de mergulho atuam na região norte da Ilha de Santa Catarina e principalmente a Ilha do Arvoredo, pois esta representa 90% da procura dos turistas e mergulhadores, com o objetivo contemplativo.

Constatou-se por meio das entrevistas e dados documentais pesquisados que o fluxo de turistas que freqüentam a parte liberada da reserva é constituído na alta temporada (figura 30), de dezembro a março, de cerca de 60% de turistas estrangeiros são advindos da Argentina, América do Norte e Europa. De acordo com os dados levantados, somente 40% deste fluxo, são de turistas nacionais, vindos de outros estados do Brasil.

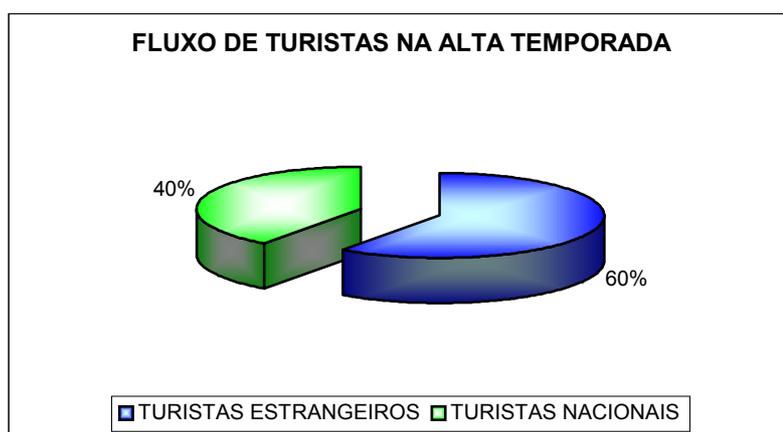


Figura 30: Fluxo de Turistas na Alta Temporada - Ilha do Arvoredo

Fonte: CARDOSO, 2005.

Na baixa temporada (figura 31) observou-se que 90% do fluxo turístico é formado por indivíduos de nacionalidade brasileira e somente 10% de estrangeiros.

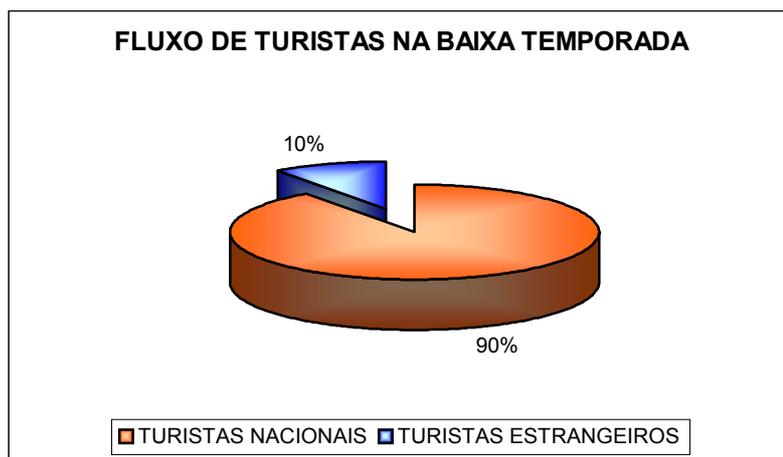


Figura 31: Fluxo de Turistas na Baixa Temporada - Ilha do Arvoredo

Fonte: CARDOSO, 2005.

Os dados levantados na pesquisa de Cardoso (2005) apresentam que, na alta temporada (verão) um número total embarcações que saíam por mês (até 2004), das operadoras pesquisadas, eram cerca de 144 (cento e quarenta e quatro), perfazendo um fluxo de mais ou menos 3 mil turistas por mês. Na baixa temporada (outono/inverno) estes números decresciam significativamente (em média 900 turistas) devido aos fatores climáticos, que prejudicam as atividades de mergulho, como o vento sul, por exemplo.

A partir de 1969 a Universidade Federal de Santa Catarina começou a fazer pesquisas zoobotânicas e estudos arqueológicos realizados pelo Museu do Homem do Sambaqui, e principalmente por pesquisas e o esforço pessoal do ambientalista catarinense André Freysleben Ferreira, que ao pesquisar e divulgar de maneira expressiva através de fotos e textos a importância desta área, influenciaram decisivamente para que o governo Federal concordasse em transformar esta área em uma Reserva Biológica Marinha. (IBAMA, 2005).

Em março de 1990 que o Decreto Federal nº 99.142 institui no Estado de Santa Catarina, a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, a partir do início de atividades ambientalistas para proteger a área de ações predatórias e desordenadas como a pesca e o turismo. Seu Plano de Manejo foi desenvolvido com base na Lei nº 9.985 de 18/07/2000 (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

A elaboração do Plano de Manejo (publicado oficialmente em setembro de 2004) foi coordenada pela ONG Aprender, com sede em Florianópolis, entidade responsável pela gestão financeira dos recursos, contatos institucionais, promoção e

organização dos eventos realizados durante o trabalho. O processo teve apoio logístico do IBAMA/SC e da Polícia Ambiental, a coordenação técnica, o diagnóstico e o planejamento do plano foram feitos pela Sócioambiental Consultores Associados (empresa contratada pela Ong Aprender), com a colaboração da equipe da reserva e supervisão da Diretoria de Ecossistemas (DIREC) do IBAMA em Brasília e parcerias com a Capitania dos Portos, operadoras e escolas de mergulho, associação de pescadores, comunidades do entorno e também o apoio de universidades. (IBAMA, 2005).

No tocante às visitas públicas, o Plano de Manejo proibiu as intervenções turísticas que vinham acontecendo e passou a permitir somente na forma de programas de interpretação e educação ambiental, monitoradas obrigatoriamente e devidamente autorizadas pelos dirigentes da UC, sendo que há, entre outras, a seguinte deliberação:

- Serão utilizadas, por dia, somente três das seis áreas de mergulho estabelecidas na Zona de Uso Extensivo (ZEX). Cada área receberá apenas um barco por dia, com no máximo 20 alunos.
- Mergulhos para fotografia subaquática devem ser autorizados pela chefia da reserva, com contrapartida do fornecimento obrigatório de imagens e seus direitos de uso, conforme instrução normativa nº 15 de 18 de março de 2002.

Em função do Plano de Manejo instituído, as operadoras têm apenas o lado sul da Ilha do Arvoredo permitido para atuarem, contemplando os seguintes pontos: baía do farol, engenho, saco do batismo e saco do capim, como se observa na figura 32.

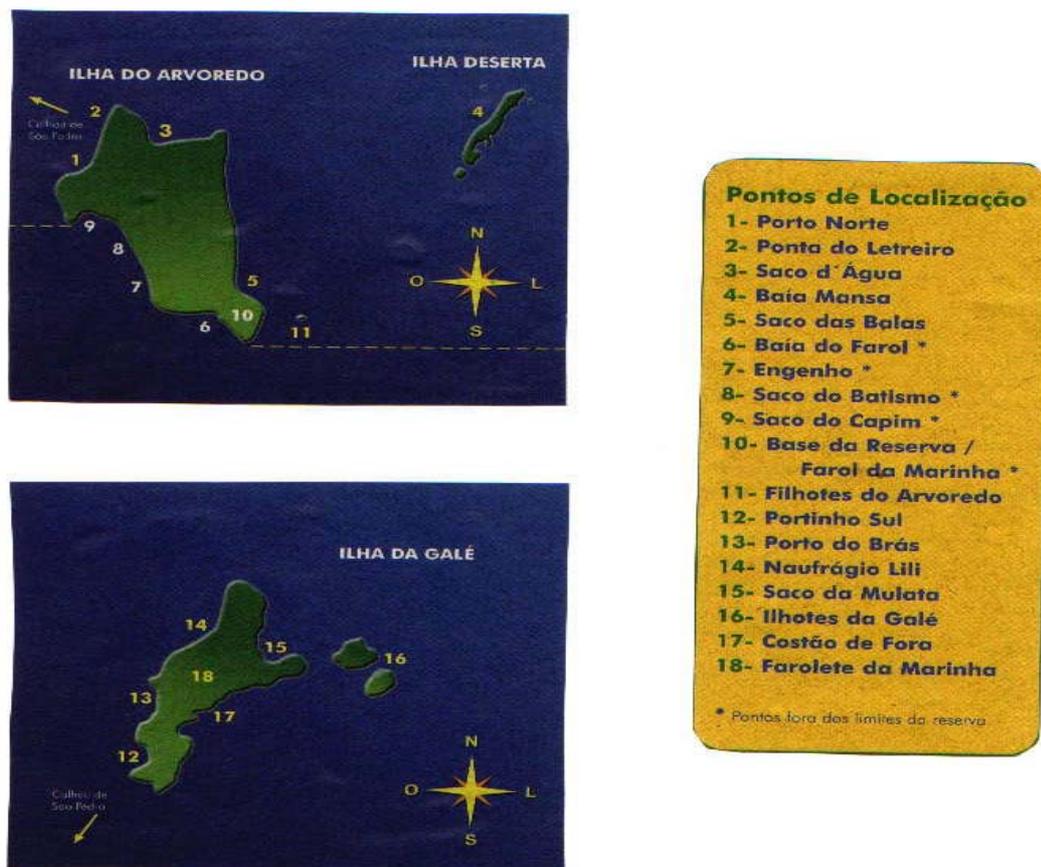


Figura 32: Pontos de Localização da REBIO do Arvoredo

Fonte: REVISTA O FAROL , 2005.

Três fatores socioeconômicos determinaram a conformação da Zona de Amortecimento da reserva: a intensa atividade pesqueira e o crescente desenvolvimento turístico – principalmente náutico – nas áreas costeiras próximas à unidade e a tendência de expansão das atividades de prospecção e exploração de hidrocarbonetos (petróleo e gás) na costa catarinense.

Considerando os dois primeiros fatores, que sofreram influência direta com a criação da reserva, concebeu-se a “Área de Normatização de Pesca e Turismo” (Figura 25), com 91 mil hectares (área demarcada em verde), cerca de 10% da área total da Zona de Amortecimento, mais circunscrita às imediações da unidade.

Mesmo que a parte sul da Ilha do Arvoredo tenha alguns pontos liberados para a prática do turismo subaquático, estes restringem apenas ao período de novembro a fevereiro, pois no restante do ano, existe o predomínio do vento sul e as possibilidades de abrigo ficam dentro da reserva, limitando os mergulhos neste período.

O IBAMA (2005) esclarece que com a criação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo em 1990 as operadoras continuaram a realizar o turismo subaquático no interior da reserva. Até o ano de 2000 as Unidades de Conservação eram regidas por diversas leis ambientais, entre elas o Código Florestal (lei 4.771/65) e a Lei da Fauna (lei 5.197/67). Essas leis não faziam uma distinção clara entre as diversas categorias de Unidades de Proteção Integral, na qual integra-se o caso da REBIO Arvoredo.

O Ministério Público Federal, o IBAMA, a UNIVALI juntamente com as Operadoras de Mergulho, tentaram adequar as atividades de mergulho na área da Reserva às leis vigentes. Em virtude disso foi assinado no ano de 1997 um termo de Ajustamento de Conduta entre o IBAMA, UNIVALI, Ministério Público Federal e as operadoras de mergulho atuantes no Estado de Santa Catarina, na época da assinatura, com o intuito de regularizar as atividades dentro da Reserva e vincular a prática do mergulho a um programa de Educação Ambiental. (IBAMA, 2005).

De acordo com a mesma fonte, este programa foi implementado no 1º ano pela UNIVALI, não obtendo o sucesso imaginado, em virtude da falta de interesse e empenho das operadoras de mergulho de não manterem o programa nos anos seguintes.

No ano de 2000, como já citado no item da legislação, se instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com aprovação da Lei 9.985, que redefinia as categorias de Unidades de Proteção Integral, ficando assim mais claras as restrições e objetivos de uso. Com base na nova legislação, o IBAMA negou qualquer outro tipo de proposta de renovação do Termo de Ajustamento de Conduta, e expediu um parecer jurídico determinando o encerramento e a suspensão de atividades turísticas na área que abrange o interior da Reserva.

De acordo com a pesquisa de Cardoso (2005), a elaboração do plano de manejo, foi realizada em conjunto com a comunidade do entorno, operadoras de mergulho³⁵, associações de pescadores soluções para os diversos problemas nos municípios do entorno da reserva.

As Operadoras de Mergulho participaram da elaboração do Plano de Manejo, foram nas palestras promovidas pelo IBAMA, mas consideraram muito pouco relevante o que foi feito na área do mergulho e turismo subaquático, considerando este nicho de mercado e o número crescente de adeptos desta atividade turística,

principalmente de estrangeiros. E denunciaram que a pesca predatória e pessoas que praticam a caça submarina dentro da Reserva causam mais danos à região do que as intervenções ecoturísticas que elas realizam. Instalaram-se os conflitos entre as operadoras e a comunidade do entorno.

De acordo com as entrevistas realizadas as Operadoras de Mergulho e a Associação das Escolas e Operadoras de Mergulho do Estado de Santa Catarina (AEOMESC) reclamam que com o fechamento da reserva houve uma queda de 60% na procura dos mergulhos e do turismo subaquático em Santa Catarina, com essa queda veio o desemprego, pois as Operadoras de mergulho tiveram que despedir funcionários e hoje vivem com dificuldades.

A partir das entrevistas realizadas por Cardoso (2005), identificou-se que antes do fechamento e da proibição do mergulho, as Operadoras faziam saídas para a REBIO do Arvoredo durante todo o ano, pela facilidade de abrigo dos ventos, e hoje com apenas o lado sul liberado, elas restringem o mergulho ao período de novembro, janeiro, fevereiro e meados de março (temporada), em virtude de que nos outros meses predomina o vento sul impossibilitando o mergulho.

O presidente da AEOMESC (também responsável pela operadora Sea Divers), destacou na entrevista, que Santa Catarina já foi o 1º pólo de mergulho subaquático do Brasil, e hoje com o fechamento parcial da Reserva e a falta de infra-estrutura turística para a atividade, o Estado está em 5º lugar.

Na realidade, as dificuldades impostas pelo IBAMA, acarretam prejuízos de grande monta, fazendo inclusive com que empresas como a Acquanauta do Paraná, por exemplo, façam chamadas via internet indicando a mudança de destino para seus clientes, como Parati, no Rio de Janeiro. (ACQUANAUTA, 2005).

Na época em que a Reserva foi instituída, se as autoridades tivessem optado pela criação de um parque, por exemplo, além de monitorar a área da mesma forma como é realizada atualmente, poderia gerar receita com as visitas, consolidando o ecoturismo a partir do mergulho, mas diversificando a oferta em função dos atrativos naturais existentes nos municípios de entorno da REBIO. A exemplo de Belize, o ecoturismo poderia estar sendo organizado e controlado em conjunto com as comunidades de pescadores e pequenos agricultores (que vivem no entorno e utilizavam a área para subsistência e também economicamente).

³⁵ Hy Brazil Diver's Club, Pata da Cobra, Submarine e Trek & Dive, todas de Bombinhas – Porto Belo e Sea Diver, Parcel, Acquanauta e Homem-Rã, todas com sede no município de Florianópolis.

Outro fator identificado com a pesquisa de Cardoso (2005) é a dificuldade dos órgãos competentes que fiscalizam e monitoram as atividades de mergulho e visitação, uma vez que não dispõem de estrutura e contingente para o devido monitoramento. Por ser uma reserva de amplas dimensões e, em virtude da sua proximidade da costa, o monitoramento não é suficiente para conter invasores que praticam a pesca predatória e a caça-submarina.

Ante o exposto, um ecoturismo com base comunitária, poderia estar beneficiando mais as populações do entorno que estariam auxiliando no controle da fiscalização e monitoramento da área, e as operadoras que estariam intermediando a manutenção do fluxo turístico para a área.

Enfim, concordando com Cardoso (2005), pesquisas no âmbito do ecoturismo com base comunitária são recomendadas para que se criem mecanismos facilitadores do processo e otimizadores de resultados para o desenvolvimento do turismo subaquático na região metropolitana de Florianópolis, ou em qualquer outra região do Planeta, uma vez que se trata de um tipo de turismo que utiliza um recurso frágil e difícil de ser mensurado, em termos de efeitos negativos.

2.3.4 O ecoturismo nas UCs do Brasil

Em âmbito governamental, no Brasil o segmento do ecoturismo é visto, tanto pelo governo como pelos estudiosos do tema, como uma alternativa econômica com perfil de sustentabilidade e como meio para conservação dos recursos naturais e culturais, além de gerador de benefícios às comunidades locais, a exemplo do que entendo o MMA (2005).

As intervenções ecoturísticas, tanto no Brasil como em outros países do mundo, tem ocorrido sobretudo em áreas protegidas em função do contexto em que elas foram instituídas, que representa para o ecoturismo seu principal atrativo potencial: a natureza preservada e conservada.

O Parque Nacional do *Yellowstone* (EUA), por exemplo, recebe cerca de 3 milhões de visitantes ao ano. No Brasil, destacam-se os significantes números de visitação anual em diversos parques nacionais, como por exemplo, o do Parque Nacional do Iguaçu, que registra aproximadamente 1,5 milhões de visitantes por ano.

Na legislação ambiental da Constituição Federal de 1988, no capítulo “Meio ambiente”, o qual registra, no artigo 225, que:

[...] todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum, do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Embora a legislação vigente assegure tais condições, é importante enfatizar que, como qualquer outra atividade econômica, o ecoturismo produz impactos nas áreas naturais, e, em virtude da crescente demanda às áreas protegidas, há de se pensar em um planejamento que estabeleça uma relação mais sustentável entre os agentes envolvidos.

Elizabeth Boo, em 1990, já apresentava alguns impactos decorrentes da atividade ecoturística em áreas protegidas dos EUA. Em relação aos impactos positivos, apontava-se o seguinte:

- Sustentação econômica das áreas protegidas;
- Integração da UC com as populações locais que vivem no seu entorno;
- Circulação de informações sobre o meio ambiente;
- Aumento da oferta de atividades de lazer e recreação;
- Ampliação da capacidade de fiscalização;
- Maior controle sobre grupos organizados e divulgação da UC.

No que diz respeito aos impactos negativos do ecoturismo sobre as áreas destacava-se, ainda segundo Boo:

- Compactação e erosão do solo através da abertura de trilhas desordenadas;
- Depredação da paisagem, dos atrativos e dos elementos naturais e culturais;
- Alteração do habitat natural da fauna e da flora, provocado pelo stress decorrente da presença humana (ruídos, tráfego e movimentos estranhos ao ambiente);
- Aumento e/ou deposição inadequada do lixo e poluição visual;
- Instalação de infra-estruturas e equipamentos inadequados (acesso, mirantes, etc).

- Aumento do risco de incêndios florestais por conta de acampamentos irregulares.

O Ministério do Meio Ambiente do Brasil, publicou em 2004 o “Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais” que teve como objetivo desenhar um cenário da dinâmica da visitação nos parques nacionais e estaduais para subsidiar as políticas e as diretrizes de visitação nas UCs. Este documento apontou para algumas problemáticas decorrentes das intervenções humanas (com fins turísticos) em áreas protegidas. Selecionando as que possuem mais relevância para esta tese, tem-se:

- Alguns parques recebem fluxo considerável de visitantes e não apresentam o Plano de Manejo, infra-estrutura básica e recursos humanos, como o caso do PARNA da Diamantina, que além de não estar aberto oficialmente à visitação, recebe um fluxo intenso pois representa um dos principais destinos ecoturísticos do País;
- Há crescente concentração de parques partindo do litoral do País, em direção à Amazônia e, nos últimos anos, priorizando biomas como o cerrado e a caatinga, o que pressiona estas áreas com as visitas concentradas nestes ambientes;
- Mesmo nos parques que possuem estabelecimento de taxas para visitação, nem sempre há um controle de uso e monitoramento das atividades realizadas. As atividades mais realizadas nos parques são: caminhada de um dia ou com pernoite, banhos, ciclismo, escalada, cachoeirismo, visitas em cavernas, porém há um crescimento (em função da divulgação) de outras tais como: Asa Delta, Parapente, Mergulho, *Rafting* e Canoagem.
- Há concentração de atividades desenvolvidas em determinadas regiões do País, em função do atrativo central da UC, o que pressionam as áreas. Exemplo: Na região Norte a demanda maior se dá nas atividades aquáticas, confirmando o potencial hidrográfico do local. Na região Nordeste a demanda é mais equilibrada em função da variedade de atrativos e do turismo já consolidado em diversas áreas com outros atrativos. A região centro-oeste apresenta demanda para caminhadas e banho, o que desperta a atenção para a falta de investimento turístico nas áreas. As regiões Sudeste e Sul apresentam demanda para diversas

atividades, sendo que no Sul destacaram-se as atividades aéreas (balonismo, asa-delta, parapente e pára-quedismo);

- No tocante ao monitoramento os dados apontaram para a falta desta função por parte do poder público, sendo que, na maioria dos casos em que existe o monitoramento, este fica ao encargo das empresas de turismo locais ou de outras regiões ou então sem guiamento algum. Algumas regiões apresentaram dados com guiamento de pessoas do entorno do parque, porém pouco representativo ante o cenário global. Este fato deixa transparecer a demanda crescente por atividades no interior dos parques, ocorrendo sem autorização da administração e sem a participação efetiva das comunidades de entorno;
- A maioria dos parques diz possuir normas e/ou regulamentos específicos para visitação, sendo que a divulgação (na maior parte deles) é feita por meio de documentos oficiais, folhetos e oralmente. Esta prática precisa ser organizada de maneira que as informações a respeito das áreas sejam divulgadas de maneira mais pedagógica;
- O excesso de lixo foi um dos efeitos mais citados pelas unidades. Este fato representa a falta de adoção de estratégias básicas, como a instalação de lixeiras nos locais mais movimentados e a distribuição de recipientes individuais, e o estabelecimento de um processo pedagógico-educacional;
- Aumento do processo erosivo nas trilhas em função da concentração de pessoas e falta de adoção de técnicas de recuperação, tornando cada vez mais crítico o estado das trilhas com este problema;, além da verificação do “traçado incorreto das trilhas”, que deixa transparecer o reduzido aproveitamento das áreas neste aspecto;
- A visitação tem causado ainda problemas, tais como: alimentação da fauna, presença de animais domésticos, degradação do patrimônio do parque (instalações físicas e materiais), degradação do patrimônio histórico (cavernas, inscrições rupestres, casarios), pisoteamento e retirada da flora, redução da fauna, circulação de veículos indevidos (motocross, *jeep* para *off-road*, *mountain-bike*);
- Atividades desenvolvidas no entorno, principalmente por atividades rurais, que exercem pressão sobre a UC, tais como: agricultura e pecuária, queimadas, caça, pesca, extração de madeira, poluição dos recursos hídricos. O ecoturismo

de base comunitária poderia estar minimizando estas pressões visto que pode representar alternativa econômica para os proprietários rurais;

- Os parques, principalmente os estaduais, indicaram que os principais entraves ao desenvolvimento da visitação referem-se, em sua maioria, a carência de recursos humanos, ausência de infra-estrutura para visitação (básica e turística), falta de informação e orientação para o visitante, ausência de equipe técnica para trabalhar com o uso público e falta de capacitação para os funcionários.

Ao refletir acerca das dificuldades apresentadas pelos gestores dos parques nacionais e estaduais do Brasil, percebe-se que elas extrapolam questões físico-financeiras, emergindo assim, aspectos em que a capacidade de gestão e a capacidade técnica e criativa mostram-se tão urgentes quanto os aportes de recursos financeiros existentes para as UCs. Salienta-se ainda o fato de que, nas áreas protegidas que possuem visitação no Brasil os profissionais da área do turismo, habilitados para o planejamento e a gestão da atividade não são absorvidos como parte integrante do corpo de funcionários destas áreas, mesmo depois da criação do Ministério do Turismo em 2003, que tem realizado diversos trabalhos em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e com o IBAMA.

Para o MMA (2004, p. 38) no documento já citado, foram apresentados 3 (três) requisitos necessários para o desenvolvimento da visitação nos parques, quais sejam:

- Recursos humanos capacitados para monitorar os efeitos da visitação, implementar as estratégias de manejo da visitação, disponibilizar informações e orientações para os visitantes, entre outras atividades;
- Instrumentos de planejamento e ordenamento da visitação;
- Infra-estrutura mínima como trilhas bem elaboradas, portaria, centro de visitantes, sanitários, lanchonete, etc.

Esta tese pretende apresentar uma relação mais complexa de requisitos necessários, ante as dificuldades no Brasil de planejar e gerenciar suas UCs, para o desenvolvimento turístico. Os requisitos vão além da instrumentação técnico-administrativa interna das unidades, bem como de suas instalações, há a existência

dos componentes externos, do próprio entorno, do próprio ambiente e até mesmo de outras localidades do País e do mundo (como as empresas de turismo e os próprios turistas).

Outro órgão relacionado com o meio ambiente no Brasil, a Agência Nacional de Águas (ANA), publicou um documento em maio de 2005, intitulado “Turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos”, que disponibilizou informações acerca dos danos provocados pelo turismo descontrolado aos recursos hídricos do País.

O ecoturismo praticado no Brasil pode ser ainda considerado uma atividade desordenada, impulsionada quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando a rigor, de gerarmos benefícios socioeconômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo. (ANA, 2005, p. 15)

Em função do crescimento do ecoturismo, destinado principalmente para áreas protegidas, ou que recebem pressão em função das atividades realizadas no seu entorno, onde as destinações costumam concentrar-se em locais relacionados com água (praias, rios, lagos, estâncias hidrominerais), a ANA elaborou o referido documento na preocupação tanto do uso direto quanto indireto dos recursos hídricos, que acabam em função da balneabilidadeXturismo, expandindo as atividades econômicas ligadas ao setor terciário e a demanda de lazer das populações urbanas.

O objetivo central deste documento foi identificar a situação atual e os potenciais locais de desenvolvimento do “Turismo e Lazer” associado aos recursos hídricos de domínio da União, visando sua inserção nas discussões do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e à preservação do uso múltiplo das águas. O estudo realizado pela ANA foi detalhado por regiões hidrográficas³⁶ localizando os estudos por segmentos do turismo, quais sejam:

- **o turismo e o lazer no litoral:** sua principal relação com o foco do PNRH é o fato de os rios brasileiro desembocarem na Zona Costeira Brasileira, sendo por isso, necessário cuidar da qualidade dessas águas para preservar o desenvolvimento turístico no litoral.

³⁶ Região Hidrográfica é o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias, ou sub-bacias hidrográficas contíguas, com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos. (ANA, 2005, p. 16)

- **o turismo ecológico e a pesca:** desenvolvido principalmente em áreas protegidas, tais como na região Amazônica e no Pantanal.
- **o turismo e lazer nos lagos e reservatórios interiores:** já se encontra em desenvolvimento em muitos reservatórios do País e tem apresentado crescimento.

O referido documento discute os conflitos potenciais do turismo e lazer com outros usos, e destaca que, embora a atividade turística seja um uso não consuntivo dos recursos hídricos, pode ocasionar conflitos com outros setores usuários, como alguns exemplos a seguir:

- Conflito entre o setor de geração de energia e o setor do turismo ecológico: intenso nos reservatórios de Caconde/SP (figura 33) e Furnas (MG), em função de que o deplecionamento autorizado atinge 30 m no reservatório de Caconde e 18m no de Furnas. O ideal para o ecoturismo é que não houvesse redução do nível do reservatório o que facilitaria o seu acesso pelos visitantes e a realização das atividades ecoturísticas;
- Reservatórios de água que abastecem as cidades possuem algumas restrições, como por exemplo à utilização de barco a motor;
- Em épocas de “praias” do rio Tocantins (julho a setembro), o funcionamento da Hidrelétrica de Serra da Mesa, gerando energia com variação de nível, prejudica a infra-estrutura das praias;
- Cenários de beleza cênica (para o turismo) são prejudicados com o funcionamento do complexo de Paulo Afonso (Usinas I, II, III e IV), no rio São Francisco, entre os reservatórios de Sobradinho e Xingó. Por causa da geração hidroelétrica, deixa de existir a cachoeira de Paulo Afonso, a cascata mais alta do mundo com 82 metros de queda é chamada “Niágara Brasileira” e é ligada e desligada ao simples toque de alguns botões.



Figura 33: Caconde

Fonte: TEDESCHI, 2006.

Fonte: BOTELHO, 2006.

Estes exemplos tornam-se relevantes, pois a partir da Lei nº 9.433/1997, o princípio dos usos múltiplos foi instituído como um dos fundamentos da Política Nacional dos Recursos Hídricos e os diferentes setores usuários passaram a ter igualdade de direito de acesso à água. A única exceção, já estabelecida na própria Lei, é que em situações de escassez, a prioridade de uso da água no Brasil é o abastecimento público e a dessedentação de animais.

Sendo assim e tendo em vista que a gestão dos recursos hídricos deve garantir os usos múltiplos das águas, emergem a necessidade de se definir adequadamente as condições de operação dos reservatórios, analisando para cada situação os benefícios e prejuízos locais, regionais e nacionais, no intuito de compatibilizar, sempre que possível, os diversos usos da água já que não há ordem de prioridade definida na Lei para nenhum deles.

É importante salientar que o ecoturismo é uma atividade que possui no Brasil, um potencial que pode ser planejado e gerenciado de forma a permitir a geração de renda e empregos para muitas populações empobrecidas, favorecendo assim a inclusão social, podendo ser estratégico sua priorização no intuito de favorecer o seu desenvolvimento em certas regiões hidrográficas.

Outra questão a ser ressaltada é que as atividades turísticas são, em sua maioria, de contato primário e envolvem balneabilidade, havendo a exigência de que

a qualidade da água seja adequada e isso pode restringir alguns usos da bacia a montante. (ANA, 2005)

2.4 Planejamento e gestão do ecoturismo

Neste item serão abordados vários métodos que vem sendo desenvolvidos e aplicadas no planejamento e gestão do ecoturismo.

A preocupação deste tópico reside em apresentar autores de mais destaque no planejamento e gestão do ecoturismo, sendo que, em função de ser um estudo metodológico recente no mundo, algumas de suas implicações e impactos ainda nem estão sequer dimensionadas ou visualizadas.

A grande dificuldade desta pesquisa foi encontrar referências relacionadas às metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo, publicadas, em desenvolvimento e submetidas a crítica de autores na área, principalmente no Brasil.

Várias publicações na área do ecoturismo (como por exemplo artigos em revistas indexadas, anais de eventos, livros) discutem a problemática das intervenções, as conceituações, os impactos, as vantagens e desvantagens, expõem experiências e apresentam as atividades ecoturísticas desenvolvidas e as novidades esportivas e/ou de aventura em ambiente natural, entre outros aspectos. Normalmente a atividade ecoturística responde às pressões mercadológicas ou ao fluxo em massa de visitantes nas áreas naturais, em função disso, muitos outros documentos utilizados nesta pesquisa referem-se a estudos de capacidade de suporte relacionados ao ecoturismo, porém, não expõem metodologias de planejamento para a atividade de um modo geral.

O primeiro documento relevante publicado no Brasil, expondo uma metodologia para o planejamento e gestão do ecoturismo à realidade brasileira, com um conjunto de informações e orientações à prática do mesmo, ocorreu em 2003, elaborado pela WWF. O documento foi intitulado “Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável” e representou um marco importante para o desenvolvimento planejado da atividade no País.

Antes disso, alguns livros apresentaram metodologias de planejamento do ecoturismo, como o “Ecoturismo: Planejamento e gestão” de Kreg Lindberg & Donald Hawkins que teve sua primeira edição publicada em 1995 e a última (terceira edição)

publicada em 2001. Entretanto, esta obra que foi traduzida para o português, contribuiu no sentido de expor e analisar experiências do ecoturismo em países estrangeiros, não tendo sido apresentado ferramentas ou metodologias de forma ordenada ou mesmo diretrizes para o planejamento do ecoturismo no contexto dos países citados na obra, ou mesmo para o brasileiro.

Em 2005, houve a publicação da obra de Álvaro Machado, intitulada “Ecoturismo: um produto viável - a experiência do Rio Grande do Sul”. A obra trata dos esforços necessários para se conquistar o turismo sustentável por meio de instrumentos facilitadores da operação do ecoturismo, tanto no setor público quanto no setor privado com enfoque para a participação comunitária. O autor apresenta experiências no estado do Rio Grande do Sul e sistematiza etapas de alguns processos de trabalho em UCs, organização de visitação em trilhas e explicita algumas sugestões na organização de um destino turístico.

Para que este estudo obtivesse êxito no que diz respeito à verificação de seu ineditismo em função da abordagem transdisciplinar que se pretende aplicar às metodologias de planejamento do ecoturismo, utilizou-se a obra de Alexandre Pannosso Netto (2005) que pesquisou os autores que procuraram explicar teoricamente o turismo em abordagens estruturalistas, sistêmicas, multidisciplinares e interdisciplinares, tendo identificado uma lacuna existente no estudo do turismo, que é a de abarcar todas as multidimensões, tendo apresentado a seguinte reflexão:

Muitos autores (Beni, Molina, Jafari, Boullón, citando apenas alguns) que hoje estudam e trabalham com o turismo não tiveram sua formação primeira em cursos de graduação em turismo, mas sim em outras áreas, notadamente em administração, arquitetura, biologia, comunicação, direito, economia, filosofia, geografia, entre outras. Esse fato, apesar de não ser preponderante, é um dos limitadores das abordagens do turismo, pois os estudiosos tendem, consciente e às vezes inconscientemente, a reduzir a explicação do turismo a uma dessas áreas. Assim, o geógrafo dirá da importância dos estudos geográficos relacionados ao turismo, porque tudo acontece num espaço; o economista dirá da importância dos estudos econômicos relacionados ao turismo, pois é a economia que move o mundo. Cada um partirá dos pressupostos e paradigmas de sua ciência de formação, e assim os estudiosos não se entenderão, pois não estarão falando a mesma “língua”. Em outras palavras: serão abordagens diferentes para problemas iguais. (PANOSSO NETTO³⁷, 2005, p. 44)

O autor apresenta o seguinte desafio:

³⁷ Alexandre Pannosso Netto é graduado em Filosofia e também é graduado em Turismo. É mestre em História e Doutor em Ciências da Comunicação na linha de pesquisa em Turismo e Lazer pela USP.

Se os problemas enfrentados pelos estudiosos do turismo são os mesmos,
mas suas abordagens são diferenciadas,
então por que não desenvolver um estudo transdisciplinar do fenômeno?

Ainda que esta tese esteja realizando um estudo “fragmentado” do turismo, constituindo-se em uma contradição (numa perspectiva transdisciplinar), uma vez que cartesianamente selecionou o ecoturismo da área do turismo, ainda assim, há de se considerar que se trata de um avanço para esta área do conhecimento, pois se trata de uma nova abordagem para o planejamento e a gestão do ecoturismo, que poderá ser aprofundada e submetida à crítica dos autores sistêmicos que tratam do mesmo tema.

2.4.1 Os paradigmas do planejamento e gestão do ecoturismo

Segundo Kuhn (2001, p. 205), existe um “período pré-paradigmático caracterizado quando se tem uma multiplicidade de escolas em competição”, onde, na interpretação de Panosso Netto (2005), alguma teoria está sendo gestada e enfrenta os desafios e obstáculos de uma ciência que está se formando, como por exemplo, a falta de credibilidade e dificuldade de responder a novos problemas, em virtude da criação de novas abordagens dos problemas. Neste estágio, os avanços são percebidos somente por aqueles que estão trabalhando com essa nova teoria.

De acordo com Kuhn (2001, p. 205) “quando se tem essa multiplicidade de escolas em competição, torna-se muito difícil encontrar provas de progresso, a não ser no interior das escolas³⁸”.

Tendo apresentado tal idéia, o estudo desta tese apresenta-se como um paradigma ao passo que, segundo Kuhn:

um campo de estudos progride porque é uma ciência
ou é uma ciência porque progride?

Ante o questionamento, Panosso Netto (2005) salienta que não é problema o fato de o turismo não ser aceito como ciência, pois ao se ler os autores que tratam da

³⁸ Nesta concepção está alicerçada e fundamentada a validação desta tese que se dará no âmbito acadêmico.

produção do conhecimento em turismo, se percebe que há três grupos com opiniões distintas:

- **Otimista:** que acredita que pela produção científica existente o turismo já pode ser considerado ciência;
- **Otimista, mas cauteloso:** que acredita que o turismo está a caminho de se tornar ciência, mas que para isso acontecer a pesquisa na área deve ser intensificada onde o objeto abordado e o método de pesquisa utilizado têm de ser claramente definidos;
- **Pessimista:** que percebe o turismo como atividade humana que é estudada pelas mais diversas disciplinas científicas e que não é e nunca será ciência.

A solução apresentada desta questão pode ser retirada da obra de Kuhn (2001), onde o autor diz que há a possibilidade de várias respostas, dependendo do olhar de quem observa, ou seja, dependendo da fundamentação de cada questão, todas podem ser válidas. Porém, há de se considerar o fato de que este ponto de vista deve evitar o relativismo e a irresponsabilidade conceitual.

A fim de situar esta tese nas abordagens metodológicas existentes, identificaram-se três grupos básicos de autores que propuseram metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo utilizadas no Brasil, tendo por parâmetro a teoria de paradigmas científicos de Thomas S. Kuhn (2001) adaptando estes grupos da obra de Panosso Netto (2005), quais sejam:

- Primeiro grupo: autores identificados como pré-paradigmáticos, pois foram os primeiros a analisar teoricamente o ecoturismo (1983 até 1990). Os nomes com mais destaque desse grupo foram: H. Ceballos-Lascuráin, S. Molina e K. Ziffer. Essa fase é assim denominada porque esses estudiosos iniciaram a escola de pensamento em torno de conceituações, concepções e metodologias acerca do ecoturismo, tendo iniciado o processo de discussão dessa temática no mundo com mais ênfase. Este momento não foi caracterizado pela criação de metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo, não significa que não tiveram validade para sua época em decorrência disso; apenas considera-se que suas propostas, apesar de inovadoras, necessitavam de análises mais profundas para serem comprovadas, além da criação de propostas metodológicas.

- Área de transição 1: entre a fase pré-paradigmática e a fase paradigmática há uma área de transição onde os primeiros autores destacaram a necessidade de estabelecer métodos de planejamento e gestão do ecoturismo (com base no referencial iniciado na fase pré-paradigmática, 1990 até 1992) que serviram para outros (ou eles mesmos) avançarem em torno de indicativos iniciais de metodologias, estando nesta área autores que introduziram propostas com base na Teoria Geral de Sistemas. Os nomes mais predominantes dessa área são: E. Boo, M. Oxinalde, A. Crosby, D. Western, G. N. Wallace e H. Ceballos-Lascuráin.
- Segundo grupo: o que criou o paradigma nos estudos turísticos, qual seja: o paradigma de sistemas de turismo³⁹ (1992 até o presente - 2006), que norteou as metodologias em vigência, pois se considera que o Sistema de Turismo (SISTUR⁴⁰) é um paradigma nos estudos turísticos porque a visão sistêmica tem grande difusão, abrangência e utilização nos estudos dessa área e, sem dúvida, até o presente momento (2006), é a teoria que mais explica e fundamenta a dinâmica do planejamento do ecoturismo. Os principais autores dessa área são: D. Ruschmann, K. Lindberg, D. Hawkins, E. Boo, H. Ceballos-Lascuráin, S. Molina, G. F. Seabra, C. Serrano, P. C. Costa, P. Pires, S. Kinker, M. C. Beni, R. Mourão, S. M. Barros II, G. W. Magalhães.
- Área de transição 2: entre a fase paradigmática e a fase de novas abordagens está os autores que estão (ainda) fundamentando seus estudos no SISTUR, porém demonstrando alguns avanços (2003 até o presente - 2006). Os principais autores dessa área são: A. Machado, WWF.
- Terceiro Grupo: grupo das “novas abordagens”, diferencia-se das duas primeiras porque propõe análises e/ou metodologias diversificadas e inovadoras do planejamento e gestão do ecoturismo. Esse grupo é formado por autores que iniciam a construção de uma nova abordagem teórica para o Turismo (2002 até o presente - 2006), destacando-se S. Molina e A. P. Netto; e também é onde se enquadra a proposta dessa tese, no sentido de nova abordagem metodológica.

A figura 34 mostra as fases com os grupos e seus autores:

³⁹ A concepção sistêmica do Turismo é de um sistema socioeconômico, ambiental e cultural e se dá segundo procedimentos lógicos e planejados, a partir da interconexão e as interações que existem entre esse sistema, a organização que ele determina, seus comportamentos e seus objetivos.

⁴⁰ SISTUR - Denominação dada por Beni ao Sistema de Turismo, com base na Teoria Geral dos Sistemas. O campo do SISTUR realiza seus estudos com um “olhar” abrangente, porém interdisciplinar.

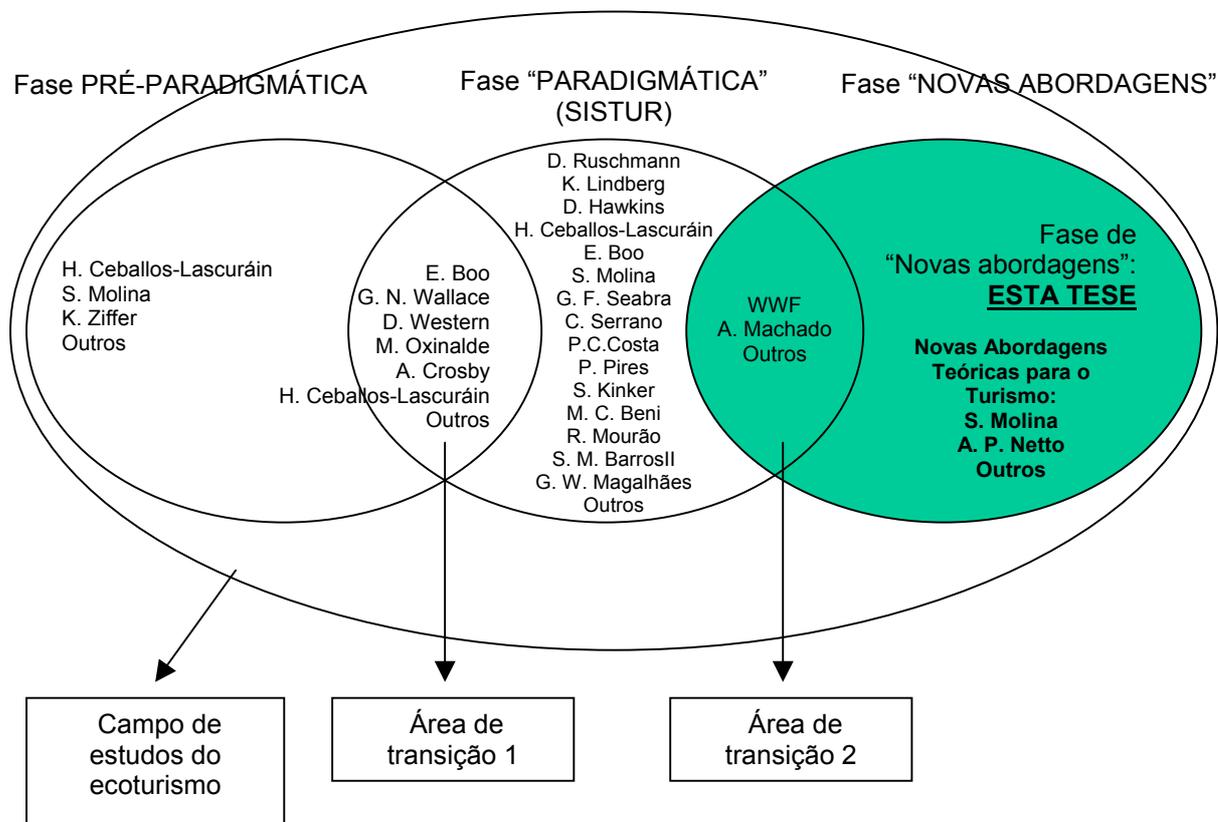


Figura 34: Fases das metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo com base na teoria dos paradigmas de Thomas S. Kuhn

Fonte: SONAGLIO, 2006, adaptado de PANOSSO NETTO, 2005.

Posto que foram estabelecidas as fases onde se integram os principais autores que possuem seus trabalhos voltados ao interesse de pesquisa desta tese, cabe salientar ainda algumas considerações antes de realizar as descrições das metodologias para o planejamento e a gestão do ecoturismo:

- Após a apresentação conceitual acerca do ecoturismo e sua difícil delimitação, cabe ressaltar que: a maioria dos autores a serem destacados neste tópico partem da idéia de planejamento do ecoturismo em áreas naturais protegidas ou então controladas por associações ou ONGs. Neste caso, o conceito que representaria as metodologias seria o apresentado por Beni em 2001, já citado no item de conceituações.

- É importante destacar que os itens a seguir estão divididos por autor ou obras de acordo com as fases identificadas na figura 34, ou seja, serão apresentados os principais autores que fazem referência ao planejamento do ecoturismo em obras já publicadas, no que diz respeito às metodologias para o seu desenvolvimento, tendo em vista o referencial pesquisado pela autora deste trabalho para compor a tese. Salienta-se ainda que, serão selecionados das “fases” identificadas, apenas os autores que propuseram metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo, excluindo aqueles que discutiram o tema em outros âmbitos (como impactos, apresentação de experiências, discussão conceitual e histórica, etc).
- Poder-se-ia realizar uma análise mais detalhada sobre as obras dos autores que propuseram metodologias para o planejamento e a gestão do ecoturismo em UCs, mas essa não é a intenção da Tese. A finalidade é explicitar as principais abordagens metodológicas e mostrar suas limitações, para que se possa estabelecer o “estado da arte” da temática e, com o desenvolver deste trabalho, avançar com a nova proposta metodológica.

2.4.1.1 A fase pré-paradigmática: primeiro grupo

Esta fase é marcada por autores que iniciaram suas discussões e realizaram os primeiros ensaios conceituais acerca do ecoturismo. Muitos nomes surgiram desde o início da década de 1980 realizando estudos teóricos no âmbito do ecoturismo, mas os mais destacados, no sentido de que propuseram um significativo avanço nas discussões da época foram:

- H. Ceballos-Lascuráin: cunhou o termo ecoturismo aceito pela primeira vez no meio acadêmico (1983), realizou discussões conceituais, teceu comentários acerca dos impactos desta atividade, propondo que houvesse avanço no estudo deste segmento do turismo.
- S. Molina: publicou em 1986 o livro “*turismo y ecología*” que estabeleceu com profundidade a interface existente entre as duas temáticas, porém na época, não propôs um método de planejamento e gestão para a atividade.

- K. Ziffer: publicou em 1989 o artigo “*Ecotourism: an Uneasy Alliance*” em Washington no qual discute acerca das conceituações iniciais e suas inquietações no que diz respeito às intervenções ecoturísticas em *habitats* da vida selvagem.
- Outros autores contribuíram muito nas abordagens conceituais e também nas discussões acerca das problemáticas decorrentes das intervenções ecoturísticas em áreas naturais, sobretudo as protegidas. Porém, assim como outras segmentações do turismo, o ecoturismo passou a ser estudado com mais ênfase no final da década de 1980 pelos pesquisadores da área.

2.4.1.2 Área de transição 1

Esta área está assim considerada porque é representada pelo grupo de pesquisadores que iniciam um abordagem sistêmica do ecoturismo, acompanhando os estudos realizados com a mesma abordagem na área do turismo em geral. Esta abordagem foi proposta por estudiosos que basearam suas pesquisas do turismo na “Teoria Geral dos Sistemas”, sobretudo os graduados em Administração.

Foi na década de 1990, principalmente após a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro, que o ecoturismo passa a receber o indicativo (por parte dos pesquisadores) da necessidade de se estabelecer metodologias de planejamento e gestão, a fim de conter e ordenar o turismo de massa que estava ocupando áreas naturais protegidas no mundo, destituídas de um planejamento formalizado.

O grupo de autores que representa esta área foi assim denominado, pois realizou os primeiros indicativos das necessidades principais para um planejamento ecoturístico, além de alertar para as principais problemáticas que seriam decorrentes da falta de planejamento e gestão da atividade, tais como o esgotamento dos recursos e atrativos e a degradação ambiental.

Os principais nomes desse grupo são:

- E. Boo: norte-americana participante da WWF e estudiosa do Ecoturismo, principalmente na América do Norte, tendo publicado diversos artigos, relatórios e ensaios na área, naqueles países;
- M. Oxinalde: biólogo estudioso do ecoturismo e turismo rural na Europa, principalmente nos Parques Nacionais franceses e espanhóis desde 1986.

Publicou em 1994 o livro *“Ecoturismo: nuevas formas de turismo en el espacio rural”*, onde apresenta experiências das práticas do ecoturismo e do turismo no meio rural em Parques Nacionais europeus realizados até início do ano de 1993, porém não apresenta em sua obra uma metodologia de planejamento e gestão para o ecoturismo, apenas discute a gestão realizada em cada área protegida.

- A. Crosby: pesquisador que publicou diversos artigos (1993-1996), principalmente em Madri, na Espanha, onde discute a sustentabilidade do ecoturismo e do turismo no espaço rural europeu. Este autor também iniciou suas discussões numa abordagem sistêmica mas suas pesquisas não apontaram para metodologias de planejamento e gestão, embora tenham sido importantes para o desenvolvimento das metodologias que outros pesquisadores desenvolveram posteriormente.
- D. Western: foi o primeiro presidente da “The Ecotourism Society” tendo realizado estudos desde o início dos anos 1980 acerca dos impactos do turismo em áreas naturais, sobretudo as que possuem vida selvagem. Sua pesquisa de mais destaque foi realizada (final dos anos 1980) no Parque Nacional Amboseli, no Quênia, onde ressaltava a importância de tornar as pessoas das comunidades locais beneficiárias do ecoturismo.
- G. N. Wallace: é pesquisador na área de ecoturismo, interpretação ambiental e ameaça às áreas selvagens desde os anos 1970, tendo publicado diversos artigos acerca de seus estudos na América do Norte, Central e do Sul. Seus trabalhos de mais destaque foram os realizados no Parque Nacional Galápagos, algumas áreas do México, bem como áreas públicas dos EUA, uma vez que é professor da Universidade Estadual do Colorado, no Departamento de Recursos de Recreação e Arquitetura paisagística, Escola de Recursos Naturais. Realizou contribuições importantes, para as discussões metodológicas de planejamento do ecoturismo que surgiram após os anos 1990.
- H. Ceballos-Lascuráin: é arquiteto e desde 1983 tem realizado publicações e consultorias na área de ecoturismo no mundo. Foi o primeiro a cunhar o termo “ecoturismo” como já citado e destacou-se nesta área de transição porque tanto em publicações impressas como em palestras e conferências até o início dos anos 1990, apontou para as necessidades de um olhar sistêmico ao ecoturismo. Suas principais publicações nesta época, remetem ao estudo do ecoturismo e sua interface com as edificações em áreas ambientais.

2.4.1.3 A fase paradigmática: segundo grupo

Foram os autores que constituem este grupo que criaram o paradigma de sistemas de turismo (1992 até o presente - 2006), que norteou as metodologias em vigência, pois como já citado, se considera que o Sistema de Turismo (SISTUR) é um paradigma nos estudos turísticos porque a visão sistêmica tem grande difusão, abrangência e utilização nos estudos dessa área e, sem dúvida, até o presente momento (2006), é a teoria que mais explica e fundamenta a dinâmica do planejamento do ecoturismo.

A partir dos estudos teórico-empíricos realizados pela autora desta tese, obteve-se um panorama geral das metodologias de planejamento e gestão das intervenções ecoturísticas realizadas e aplicadas no mundo. Porém neste item, foram selecionadas as que foram norteadoras e que obtiveram mais destaque, no universo das diversas metodologias utilizadas desde então. Outro critério de seleção dos autores a serem apresentados neste item se deu ao fato de que foram os mais citados em referências de livros e artigos que discutem o ecoturismo no período de 1994 até o presente - 2006).

Diante do exposto, identificou-se que os principais autores dessa área, num âmbito geral, são: D. Ruschmann, K. Lindberg, D. Hawkins, E. Boo, H. Ceballos-Lascuráin, S. Molina, G. F. Seabra, C. Serrano, P. C. Costa, P. Pires, S. Kinker, M. C. Beni, R. Mourão, S. M. Barros II, G. W. Magalhães. Porém, as metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo a serem apresentadas serão dos seguintes autores selecionados: H. Ceballos-Lascuráin, K. Lindberg, D. Hawkins, E. Boo, S. Molina e G. F. Seabra.

2.4.1.3.1 Concepção de Héctor Ceballos-Lascuráin

Nos estudos realizados na obra de Héctor Ceballos-Lascuráin, em suas diversas publicações, identificou-se uma abordagem sistêmica para o ecoturismo, onde o autor apresenta um método para o planejamento e a gestão do ecoturismo alicerçado na idéia das intervenções em áreas protegidas, portanto com base nos planos de manejo. Embora o autor realize uma crítica a estas intervenções focadas

(pelo *trade* turístico) em áreas naturais protegidas, em função da pressão em massa que estas áreas acabam recebendo.

Ceballos-Lascuráin, a partir de artigos publicados em 1992 no IV Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas realizado pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), uma vez que coordenava o Programa de Ecoturismo da referida União, na qual fez referência ao ecoturismo em áreas protegidas, publicou em 1996 os principais passos para o manejo do ecoturismo em áreas protegidas, quais sejam:

- Com base no zoneamento definido no plano de manejo, identificar as atividades possíveis de serem realizadas naqueles ambientes e quais poderão ser permitidas (acampamento, cavalgadas, passeios de barco, escalada, caminhadas, etc.).
- Adotar métodos de monitoramento do impacto da visitação, para ter subsídios para adequar as diversas variáveis e minimizar os impactos.
- Estabelecer parcerias entre administradores de parques, operadores de turismo e comunidades locais.
- Estabelecer concessões de serviços que devem ser fiscalizadas pelo órgão responsável pelas Unidades de Conservação - UCs.
- Fazer estudo da demanda, com estatísticas do número de visitantes durante o ano, para detectar sazonalidade, bem como conhecer o perfil do turista que visita a área, suas motivações, preferências de atividades e expectativas atendidas.

O autor comenta que é importante enfatizar que o ecoturismo não deveria ser restrito às áreas naturais protegidas legalmente, uma vez que estas poderiam acabar sofrendo muita pressão. Promover o ecoturismo em áreas naturais que não possui nenhuma proteção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximas por iniciativa própria, e não devido a pressões externas (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996).

Esta concepção entrava em acordo com outros pesquisadores como Boo, Wallace, Lindberg e Hawkins, que realizaram estudos em áreas protegidas no mundo e apontaram para fatos que sentenciavam a necessidade de desmassificação ecoturística das áreas protegidas e gerenciamento do fluxo de

visitantes para outras áreas. Outra idéia que se afirmava era a do ecoturismo de base comunitária, a exemplos dos Santuários em Belize.

O roteiro metodológico apontado por Ceballos-Lascuráin foi detalhado posteriormente por outros autores, inclusive brasileiros, porém dada à base sistêmica em que o método possui seus alicerces, fica evidente o modelo sistêmico onde o “socioeconômico” dado como subssistema sobrepõe-se a outros subssistemas, tais como o ambiental, bastando observar a partir dos “passos” elencados pelo autor o conteúdo e o desdobramento a que se deseja de cada um deles.

O subssistema “cultural” não está representado nos itens principais dados pelo autor, ficando evidente a ênfase do modelo de base conservacionista, porém economicista.

Embora o autor tenha proposto uma metodologia sistêmica para o ecoturismo, realiza crítica a este modelo sobretudo no que diz respeito aos inventários turísticos⁴¹ quando em 1995 explica que considera os inventários “sistemáticos e detalhados das atrações turísticas e devem satisfazer não só as necessidades de natureza científica, mas devem refletir o quão atraentes são as características listadas, (e não constituir uma mera descrição clínica e imparcial de seu significado biológico ou arqueológico)”

O autor não detalhou seu roteiro metodológico, ficando, para a época, um elenco de passos a serem considerados como principais e necessários ao desenvolvimento sustentável do ecoturismo. Mais tarde outros autores desenvolveram propostas mais detalhadas tomando como base nas idéias centrais de Ceballos-Lascuráin.

2.4.1.3.2 Concepções de Kreg Lindberg & Donald Hawkins

Lindberg e Hawkins realizaram obras em parceria que foram utilizadas posteriormente por alguns autores que constituem a etapa posterior a esta fase

⁴¹ Em planejamento turístico utiliza-se, normalmente o “inventário” como ferramenta principal para o levantamento do potencial da área. Os pontos negativos e positivos, oportunidades e ameaças são analisados pelo método SWOT - Strengths (pontos fortes), Weaknesses (pontos fracos), Oportunities (oportunidades), Threats (ameaças) e é um método que parte da idéia de que se deve avaliar e atuar estrategicamente sobre os fatores atuais (maximizar as forças e corrigir as fraquezas) e futuros (realizar as oportunidades e evitar as ameaças) que influenciam ou venham a influenciar o desenvolvimento de atividades e projetos que compõem os planos.

paradigmática, tais como Álvaro Machado e o próprio manual de ecoturismo da WWF para o Brasil. Estes autores, entre outras publicações analisadas para a elaboração dessa tese, organizaram a publicação do livro “ecoturismo: um guia para planejamento e gestão” em sua primeira edição em 1993 em língua inglesa e em 1995 no Brasil, tendo sua terceira edição no Brasil em 2001.

A referida obra era considerada a principal, em termos de planejamento e gestão do ecoturismo, até 2003, no Brasil, quando foi publicado o Manual da WWF. Sendo assim, o livro de Lindberg & Hawkins foi por uma década, o livro referência no Ecoturismo, tendo sido citado desde sua primeira publicação, na maioria dos estudos acerca do ecoturismo no mundo.

Considerando a importância da obra citada, faz-se necessário apresentar, num âmbito geral, os conteúdos dos capítulos inseridos no livro, desenvolvidos por autores diferentes, incluindo os organizadores.

Uma vez que alguns estudos detalhados no livro são relativos à experiências tidas em algumas áreas protegidas no mundo (inclusive algumas foram apresentadas nesta Tese, no item de experiências de ecoturismo em UCs), será apresentado a metodologia proposta por Elizabeth Boo (inclusa no livro e apresentada no próximo item) e neste item, a abordagem geral dada pelos autores ao planejamento e gestão do ecoturismo.

Na percepção de Lindberg & Hawkins (1993) o número de turistas que visitam áreas naturais tem aumentado de forma surpreendente. Infelizmente, esta tendência não tem sido acompanhada pelo planejamento e administração adequados dos locais visitados. Apesar dos diversos eventos e inúmeras publicações dedicados ao tema, pouco tem sido desenvolvido em termos de aspectos metodológicos do planejamento e gestão.

No intuito de iniciar uma série de discussões a respeito desta temática, a *The Ecotourism Society* (Sociedade de Ecoturismo) organizou uma série de abordagens sobre o planejamento e gestão do ecoturismo, e, considerando seu aspecto interdisciplinar, constatou a necessidade de aprimoramento cada vez mais necessário, ante o cenário de desenvolvimento em que o mundo se encontra.

Para tentar enfrentar os desafios que a atividade de ecoturismo representa às áreas naturais protegidas, algumas alternativas podem ser utilizadas como estratégia, o que representa um importante começo para o desenvolvimento da atividade, assim, há de se considerar certos meios para examinar: a demanda, o uso

e o impacto, a distribuição de renda, o inventário dos recursos, a elaboração de programas, o planejamento e a gestão em si, o treinamento e a participação da comunidade local. Ainda assim, não se pode esperar que o ecoturismo enfrente esses desafios, se ele não for encarado como uma disciplina profissional que abrange os inúmeros interesses e habilidades relacionadas ao turismo cultural e de natureza. Tal é o propósito que nutre a mais recente publicação da *The Ecotourism Society* (WESTERN, 1993).

O documento publicado retrata uma série de experiências e necessidades para o planejamento e a gestão do ecoturismo entre as quais:

- o planejamento ecoturístico para áreas protegidas,
- desenvolvimento e implementação de diretrizes ecoturísticas para áreas naturais e comunidades vizinhas,
- administração dos visitantes,
- ponderações acerca das questões econômicas na gestão do ecoturismo,
- estudo e avaliação de projetos de instalações ecoturísticas,
- o estabelecimento de etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza.

Cada item foi desenvolvido por autores diferentes e apresentou recortes problemáticos no que se refere à apresentação de uma metodologia para o planejamento do ecoturismo a ser estudada e implementada, uma vez que se apresentaram fragmentadas.

Considerando o âmbito sistêmico em que se enquadram as propostas, a exemplo do item estudo e avaliação de projetos de instalações ecoturísticas, a abordagem está voltada aos aspectos socioeconômicos, embora o desenvolvimento dos projetos aponte para as necessidades da conservação ambiental e ecológica.

O livro representou um grande avanço das obras anteriores, pois incluiu a perspectiva da participação comunitária como fator essencial e decisivo nos processos de planejamento e gestão do ecoturismo. Porém manteve a ênfase interdisciplinar tendo realizado mais estudos de caso do que propostas de um método mais eficiente que os pesquisados.

Para o Brasil, este livro constituiu-se na referência central em se tratando do ecoturismo, sobretudo no âmbito acadêmico, o que despertou para a discussão e

crítica que possibilitaram avanços no País, como obras publicadas por Álvaro Machado e Paulo Pires. Mas os métodos e experiências relatados na obra em questão, fazem referência à “casos” reais ocorridos em outros territórios, que possuem outras políticas públicas, diferente legislação ambiental (fiscalização, verbas), outro estilo de vida das populações, outra realidade socioeconômica, outra realidade cultural e educacional, disponibilidade de tecnologias mais avançadas, além de muitos outros fatores a serem considerados ao se estudar casos estrangeiros.

Sendo assim, aplicar métodos que estão instituídos em uma determinada realidade, em outra diferente, pode não obter resultados positivos, como na área de origem. Portanto, há de se pesquisar as diferentes experiências para se encontrar possibilidades, porém não há como instituir os mesmos métodos em quaisquer locais.

A perspectiva transdisciplinar traz a contribuição para este conflito, uma vez que propõe uma metodologia na qual dialogam os diferentes níveis de realidade e percepção e o avanço se dá num processo cognitivo cooperativo ante à realidade constituída.

2.4.1.3.3 Conceção de Elizabeth Boo

Elizabeth Boo na condição de diretora do Programa de Ecoturismo da WWF em Washington/USA, em 1993, publicou na obra de Lindberg & Hawkins, já citada, um capítulo referente ao planejamento e a gestão do ecoturismo. Ela é autora de inúmeros relatórios e ensaios sobre ecoturismo publicados em vários idiomas, tendo sido citada desde 1986, por diversas publicações na área do ecoturismo em todos os continentes do globo terrestre.

Suas proposições ao planejamento do ecoturismo, desde o início de suas atividades na WWF têm acrescentado e contribuído para a credibilidade das estratégias de planejamento para a área.

Ainda não se sabe ao certo o valor da conservação e do desenvolvimento sustentado do ecoturismo. Também é difícil avaliar até que ponto as vantagens podem ser minimizadas e os riscos diminuídos. Mas é certo que, sem planejamento e gestão, o ecoturismo fracassará (BOO, 1993).

As áreas naturais protegidas devem se preparar para o turismo e há a necessidade de observar determinadas diretrizes referentes ao planejamento e a gestão do ecoturismo. Criar estratégia para um bom gerenciamento, que implica na promoção ou na limitação do turismo em determinada área é uma alternativa que tem se apresentado como viável e constitui-se de três fases:

- Fase 1: avaliação da situação atual, que consiste em:
 - a) apresentar as características dentro dos limites da área natural protegida (no que se refere aos recursos naturais, fluxo de turistas e volume de visitas, infra-estrutura da área e funcionários);
 - b) ultrapassando os limites da área natural protegida (no que se refere à interação entre a área e as comunidades locais, infra-estrutura regional, outras atrações regionais, estrutura legal, considerações políticas e orçamentárias e participação do setor privado).
- Fase 2: Determinação do nível de turismo desejado e criação de um plano: para decidir como melhorar a situação do turismo na área natural protegida, os participantes devem primeiro avaliar os objetivos do turismo para a região e assim chegar a um consenso sobre o número desejável de turistas e de atividades turísticas na área, devendo haver equilíbrio entre interesses diversos tais como a conservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, a melhoria da balança comercial e o enriquecimento da experiência dos turistas. Esta fase deve ser marcada por workshops que integrem comunidade local, órgãos privados, empresários e grupos em prol da conservação a fim de definir um plano turístico ideal para a área, que, neste caso deve criar mecanismos e coordenar atividades para investigação dos itens descritos na fase 1.
- Fase 3: Escrever um documento sobre a estratégia ecoturística: uma vez que os participantes da fase 2 determinam a estratégia, esta deverá ser redigida, publicada e divulgada, para que a mesma possa chegar ao conhecimento de fontes potenciais de recursos financeiros, de doadores, de investidores, e de outros que possam oferecer assistência técnica para a administração da área a fim de viabilizar a estratégia.

O roteiro apresentado por Boo, constituído de três fases, foi o resultado de anos de estudo da autora em áreas naturais protegidas em função de sua participação nas atividades desenvolvidas na WWF-EUA, tendo sido importante marco, na época, a partir das fases estabelecidas pela autora, uma série de detalhamentos foram inseridos nas fases, como a exemplo de Giovanni Seabra, que propôs uma leitura voltada ao desenvolvimento territorial, em função de sua formação em Geografia.

As fases apresentadas por Boo alicerçaram as estratégias de planejamento e gestão do ecoturismo com base local da WWF realizada para o Brasil em 2003, considerado no âmbito acadêmico, como o documento mais completo até o presente fechamento desta tese.

2.4.1.3.4 Concepção de Sérgio Molina⁴²

Molina é um pesquisador do turismo que tem publicado diversas obras marcantes. Sua última obra, “O pós-turismo”, foi publicada no Brasil no ano de 2003, provocando a crítica acadêmica por sua nova abordagem teórica dada ao turismo (a ser comentada na fase das “novas abordagens”). No que se refere ao planejamento e gestão do ecoturismo, observou-se nas obras de planejamento do turismo a inclusão do ecoturismo, de modo geral.

Molina (1997), afirma que os países que apresentam um menor grau de desenvolvimento, tanto econômico como social, tem tentado encontrar no turismo uma importante alternativa para solucionar alguns de seus problemas estruturais. Este tem sido o caso das nações latino-americanas, nas quais o setor turístico tem crescido de forma extraordinária, a ponto de desbordar a capacidade dos países para controlar seus efeitos. Daí que se tem gerado severos desequilíbrios e alterações que tem ultrapassado o campo estritamente turístico e cujas conseqüências se transferem a outros setores da vida nacional.

O planejamento do turismo tem obtido um enfoque econômico, mas ainda, orientado a regular os investimentos (...) Até o momento não se tem impulsionado e desenvolvido um processo de planejamento integral do turismo (que considere as variáveis ideológica, política, econômica, social, psicológica, antropológica e físico-ambiental) e, portanto, não tem surgido

⁴² Tradução da autora desta tese, no que se refere à obra intitulada “Turismo: metodología para su planificación” do autor Sérgio Molina publicada pela editora Trillas em 1997. O autor estabelece uma metodologia para o planejamento do turismo englobando o turismo ecológico e o ecoturismo no contexto apresentado.

verdadeiros pólos turísticos sem que, como se diz, urbanização de uso turístico (MOLINA, 1997, p. 32).

Para o autor, o turismo tem demonstrado ser um fenômeno mais complexo do que se sugere, dessa forma, seu planejamento exige a participação de uma equipe de especialistas formados em diversas disciplinas. Neste contexto é imprescindível que os conhecimentos dessas disciplinas científicas se adaptem às particularidades e especificidades do turismo.

O mesmo autor afirma que para que o planejamento do turismo seja eficiente, se requer a participação ativa, negociadora e influente dos planejadores, das comunidades locais receptoras, dos membros do setor privado com interesses no turismo e dos turistas. Todos eles devem expressar e conciliar suas necessidades e aspirações sobre a base de interesses comuns. Neste processo o elemento chave é a comunicação.

Molina (1997, p. 37), conceitua o planejamento do turismo como sendo:

um processo racional cujo máximo objetivo consiste em assegurar o crescimento ou o desenvolvimento turístico. Este processo implica vincular os aspectos relacionados com a oferta, demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos, em concordância com as orientações do resto dos setores de um país.

As fases (figura 35) que integram o processo de planejamento indicadas por Molina (1997, p. 43) são as seguintes:

1. Diagnóstico: Compreende a análise e a avaliação da situação histórica e presente no objeto que se vai planejar.
2. Prognóstico: Consiste na construção de cenários futuros possíveis; é a projeção da situação presente no futuro.
3. Planos: São documentos que reúnem as orientações fundamentais que surgem do processo de planejamento. No plano se integra a filosofia do crescimento e do desenvolvimento de um país, região, setor.
4. Objetivos: São os fins, os propósitos ou a situação a que se quer chegar.
5. Metas: São as variações quantitativas dos objetivos.
6. Estratégias: é o conjunto de lineamentos que mostram a forma em que se alcançam aos objetivos.
7. Programas: São documentos nos que se detalha ou se especifica a informação contida nos planos.

8. Pressupostos: São as partidas financeiras que garantem a execução dos programas.

9. Projetos: Constitui-se nas unidades menores de planejamento. O processo se materializa ou se concretiza nos projetos.

10. Avaliação: Consiste na medição constante das vantagens e desvantagens das atividades implícitas no processo e dos resultados que o mesmo arroja sobre o objeto que se planeja (o turismo). É uma fase que está presente em forma permanente nas restantes fases do processo.

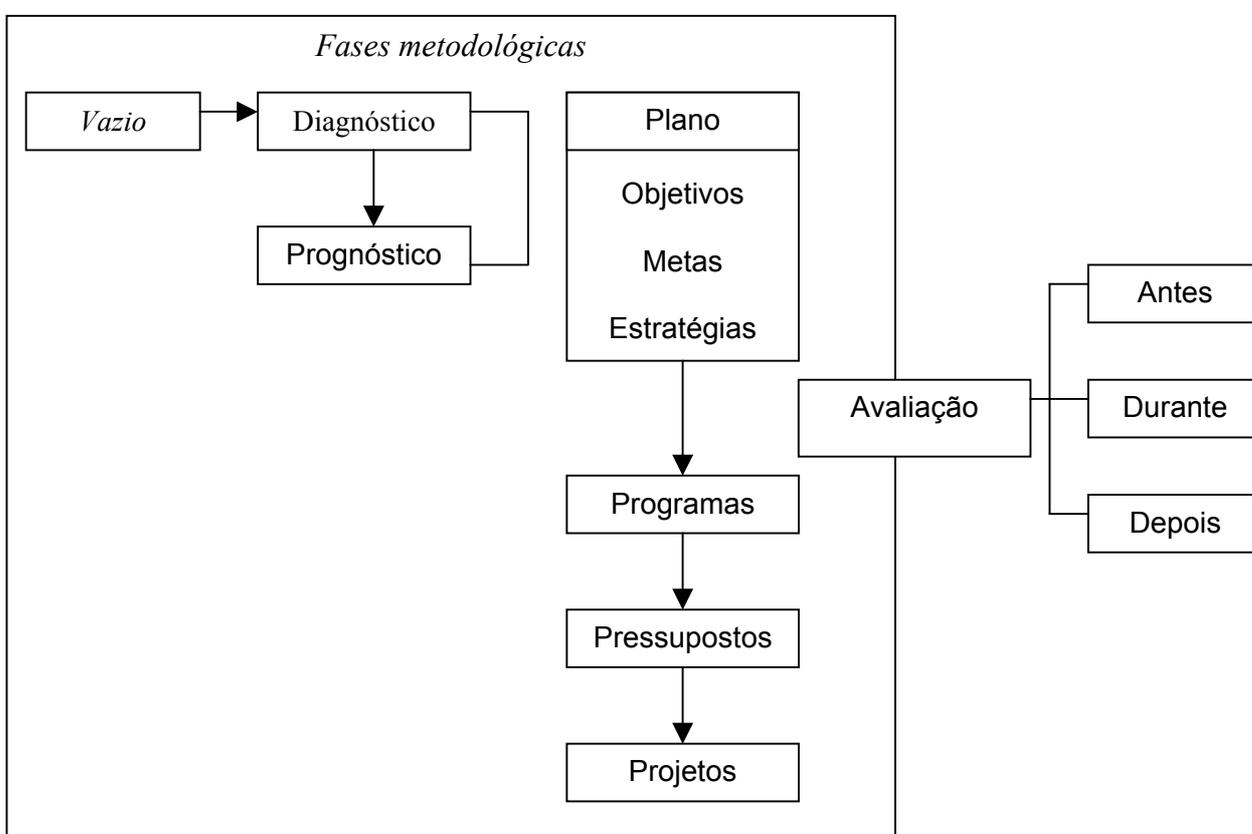


Figura 35: O processo integral de planejamento

Fonte: MOLINA, 1997.

O mesmo autor define esquema metodológico para o planejamento integral do turismo (figura 36):

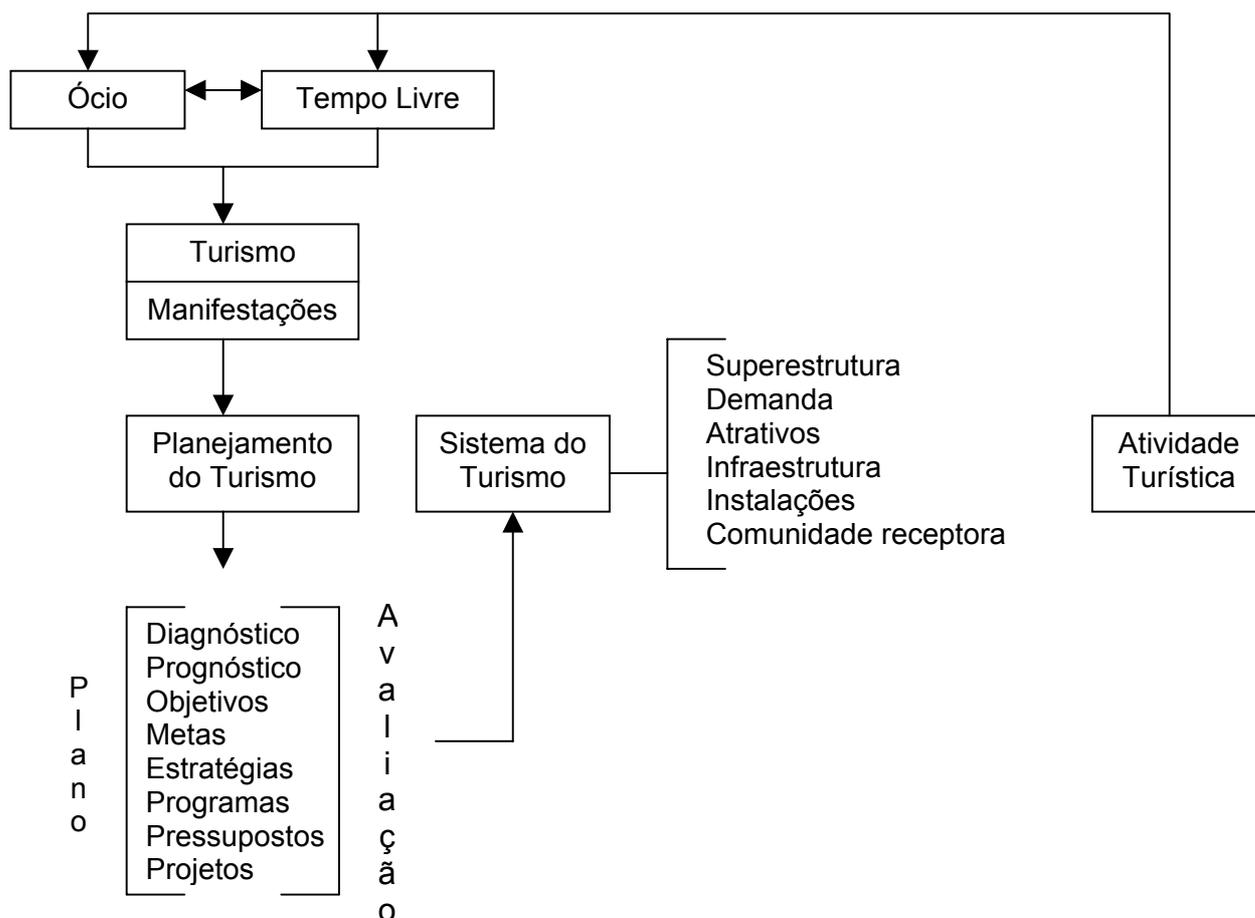


Figura 36: Esquema para o planejamento integral do turismo

Fonte: MOLINA, 1997.

De acordo com este esquema metodológico, os estudos de factibilidade são o estudo prévio geral, o ecológico, o de mercado e o técnico. Por outro lado, os estudos de rentabilidade estão integrados pela avaliação econômica e a financeira.

O autor acrescenta que, independentemente do método utilizado para materializar um novo investimento, e do campo ou área na qual se destinará certo volume de capital, os estudos que integram um projeto se dividem em dois blocos:

- Estudos de factibilidade, que estabelecem a possibilidade (legal, ecológica, de mercado) de concretizar um investimento;
- Estudos de rentabilidade, que se orientam à evolução econômica e financeira dos investimentos. Molina (1997) explicita ainda que alguns projetos de investimentos que se utilizaram destes guias metodológicos para a formulação e avaliação, como segue:

- Centro de Estudios del Turismo de la Universidad de Aix-En-Provence – França - 1980;
- Centro Interamericano de Capacitación Turística, OEA – Sede México - 1974;
- Instituto Latinoamericano de Planificación Económica Y Social (Ilpes) – Santiago do Chile - 1978;
- Guía Metodológico de Las Nações Unidas – Nueva York - 1957.

Ao analisar a proposta metodológica de Molina, que foi organizada a partir de diversas publicações, palestras e conferências dadas pelo autor ao longo de suas consultorias, além de sua vivência no âmbito público (governamental) e no âmbito acadêmico, sobretudo no México, observa-se que o autor propõe um avanço à obra de Ceballos-Lascuráin, no que diz respeito ao detalhamento e desdobramento proposto.

Sua proposta metodológica advém da área da Administração (planejamento estratégico) numa abordagem sistêmica, com ênfase também no aspecto econômico da abordagem turística, estabelecendo núcleos de trabalho definidos, como o estabelecimento de um plano turístico composto de unidades de programas e unidades de projetos específicos.

Inclui o aspecto cultural em sua proposta quando da inserção no sistema de turismo do item “comunidade receptora”. Porém a abordagem, embora incentivando a participação comunitária, se dá no sentido de “atrativo” para o turismo, ou seja, a utilização do elemento cultural das comunidades receptoras como atrativo turístico.

O aspecto ambiental da obra de Molina, pode ser observada anteriormente a esta proposta metodológica, quando da publicação de “*turismo y ecología*” em 1986 que constitui-se em um marco na interface das temáticas em questão para os estudos de Turismo, dada a profundidade e complexidade em que o autor expõe suas reflexões, porém no processo de planejamento e gestão da atividade turística, o autor não apresenta este aspecto em foco central, nem tampouco o explora de maneira complexa (tal como na obra anterior), deixando lacunas significativas, no tocante ao ecoturismo, principalmente em se tratando das intervenções em áreas naturais protegidas.

2.4.1.3.5 Concepções de Giovanni de Farias Seabra

Seabra é um geógrafo brasileiro que publicou em 2001 um livro intitulado “Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas” onde apresentou uma breve discussão acerca do uso turístico em áreas protegidas, além de estabelecer uma metodologia que chamou de “operacional” com vistas ao planejamento e a gestão do ecoturismo.

Em função de sua área de formação e pós-graduação residirem no campo de estudos da Geografia, a ênfase de sua obra segue o mesmo direcionamento, embora considerado como um autor que baseado nos princípios sistêmicos do turismo.

Para o autor, o planejamento e a gestão das unidades de conservação e das demais áreas protegidas para implantação de empreendimentos turísticos devem obedecer a critérios técnico-científicos e jurídico-institucionais com respeito à legislação vigente, à propriedade privada e à cultura local desenvolvida pelos povos tradicionais.

Sendo assim, Seabra (2001) destaca que o planejamento do ecoturismo deve seguir um modelo desenvolvimentista não-concentrador, que possibilite o uso dos recursos naturais com respeito ao ambiente, permitindo harmonização e prosperidade à comunidade, com expressiva melhoria das condições de vida e da qualidade ambiental da população residente. Neste contexto, para as intervenções em área natural, o autor sugere que o procedimento metodológico do planejamento esteja alicerçado no “planejamento ambiental” e este deve ser realizado, pelo menos, em sete fases (caracterizadas por seus componentes específicos, seus produtos e por instrumentos concretos de análise regional), quais sejam:

- 1) Fase de organização: identificação do problema, escolha e delimitação da área, elaboração do projeto, seleção bibliográfica e cartográfica.
- 2) Fase de inventário: caracterização física e socioeconômica do objeto a ser pesquisado.
- 3) Fase de diagnóstico: avaliação potencial dos recursos, das formas de uso e dos impactos sobre o meio ambiente.
- 4) Fase de análise: identificação funcional e interativa das unidades ambientais, sistematização dos indicadores ambientais básicos.

5) Fase de zoneamento ambiental: caracterização e espacialização de zonas homogêneas, mediante critérios físico-bióticos, socioeconômicos e níveis de interferências antrópica.

6) Fase propositiva: elaboração do modelo gerencial, com base no zoneamento ecológico-territorial, mediante os tipos fundamentais de uso dos recursos e o prognóstico dos resultados da aplicação do modelo e de instrumentos administrativos, jurídicos, legais e sociais que assegurem a aplicação do programa de ordenamento territorial.

7) Fase de execução: instrumentalização dos mecanismos de gestão territorial, dirigidos para assegurar a aplicação do modelo proposto.

O autor diz ainda que, além de realizar o levantamento das potencialidades naturais do ambiente, o planejamento ambiental deve avaliar e disciplinar todas as formas de intervenção no meio físico, ligada aos diversos modos de ocupação humana e uso dos recursos naturais, como: extrativismos vegetal e mineral, agropecuária, exploração de águas superficiais e subterrâneas, e outros, necessários à manutenção da existência do homem.

Embora o autor considere os elementos ambientais, culturais, sociais e econômicos (do SISTUR) a ênfase de sua obra se dá ao espaço territorial, no âmbito do planejamento ambiental, onde estabelece o procedimento metodológico operacional com vistas ao planejamento do ecoturismo em áreas protegidas que propõe conter as seguintes etapas:

- Levantamento do potencial turístico local;
- Definição de parcerias com órgãos públicos, ONGs, empresas, universidades e comunidade local;
- Diagnóstico físico-biótico e socioambiental;
- Zoneamento ecológico-econômico;
- Seleção da área para implantação do Programa de Ecoturismo;
- Estudo da demanda e da capacidade de carga dos atrativos turísticos;
- Programa de educação ambiental;
- Treinamento e capacitação dos recursos humanos;
- Incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e à microempresa;
- Adequação do equipamento de apoio ao turismo à realidade local;

- Elaboração e implantação dos roteiros turístico-ecológicos;
- Confecção do material de divulgação do Programa de Ecoturismo;
- Programação de um calendário de eventos turísticos;
- Divulgação do programa e de roteiros de visitação estabelecidos;
- Implantação de infra-estrutura turística receptiva;
- Avaliação e monitoramento, visando ao aperfeiçoamento do programa.

O autor comenta que o êxito do planejamento será mais positivo quando a mobilização da comunidade atuar em parceira com a iniciativa privada e proprietários rurais locais, juntamente com pesquisadores universitários e representantes políticos dos municípios envolvidos.

O método proposto por Seabra, embora sistêmico, alicerça suas bases nos conteúdos da área da Geografia (tal como já comentado por Netto, em 2005, acerca da tendência dos autores formados em outras áreas que não Turismo), deixando lacunas no âmbito cultural e cognitivo no processo de planejamento e gestão do ecoturismo em UCs, como pode ser observado na fase de inventário, onde a ênfase se dá ao território e os aspectos econômicos e sociais, já criticados por Héctor Ceballos-Lascuráin.

No que diz respeito ao “operacional” (proposto por Seabra), também pode ser observada a técnica cartesiana apresentado no roteiro pré-concebido de idéias tais como a programação de calendário de eventos e confecção de material de divulgação e a divulgação efetiva dos roteiros estabelecidos, porém numa concepção de planejamento e gestão que transcende o nível sistêmico, estas etapas poderiam ser excluídas ou então transformadas, de acordo com o processo decisório das partes envolvidas no processo. Ou seja, não há o estabelecimento prévio operacional de certas atividades que precisam (ao proposto por esta tese) emergir ou serem concebidas de acordo com cada realidade local.

2.4.1.4 Área de transição 2

A área de transição 2 é caracterizada por estar entre a “fase paradigmática” e a “fase de novas abordagens”, onde o grupo dos autores está (ainda) fundamentando

seus estudos no SISTUR, porém demonstrando alguns avanços rumo a uma abordagem mais complexa da atividade (2003 até o presente - 2006).

Nesta área, os autores propuseram avanços significativos em suas obras, atentando para a necessidade de transcender o nível interdisciplinar, porém não apresentaram uma metodologia que realizasse tal proposta. Sendo assim, as principais obras analisadas que se inserem neste grupo são as da WWF e A. Machado.

2.4.1.4.1 Concepção do WWF

O Manual de Ecoturismo de Base Comunitária do WWF (2003a), segundo Rosa Lemos de Sá, Superintendente de Conservação do WWF/Brasil, foi a primeira publicação no Brasil, onde se organizou de forma prática, acessível e principalmente atenta à realidade brasileira, um rico conjunto de informações e orientações para a prática de ecoturismo no País.

De fato é um documento que revela um estudo interdisciplinar e participativo no que se refere às suas estratégias para o planejamento do ecoturismo no Brasil e representou um avanço significativo para o desenvolvimento da atividade nas áreas protegidas do território brasileiro.

O Manual de Ecoturismo de Base Comunitária do WWF (2003a) trata do planejamento do ecoturismo detalhando a metodologia utilizada e posicionando-a nos “casos” em que foram desenvolvidas para a exemplificação das etapas, como segue (os itens serão descritos em seqüência):

1. Identificando as etapas do planejamento do ecoturismo.
2. Planejando o ecoturismo em busca de sustentabilidade.
3. Planejando o ecoturismo local e regional.
4. Planejando o ecoturismo em áreas protegidas ou propriedade rural particular.
5. Planejando produtos ou empreendimentos de ecoturismo.
6. Projetando a sustentabilidade de produtos para a certificação.

No **item 1**, que se refere à “identificação das etapas do planejamento do ecoturismo” têm-se os quatro passos identificados no processo (figura 37):

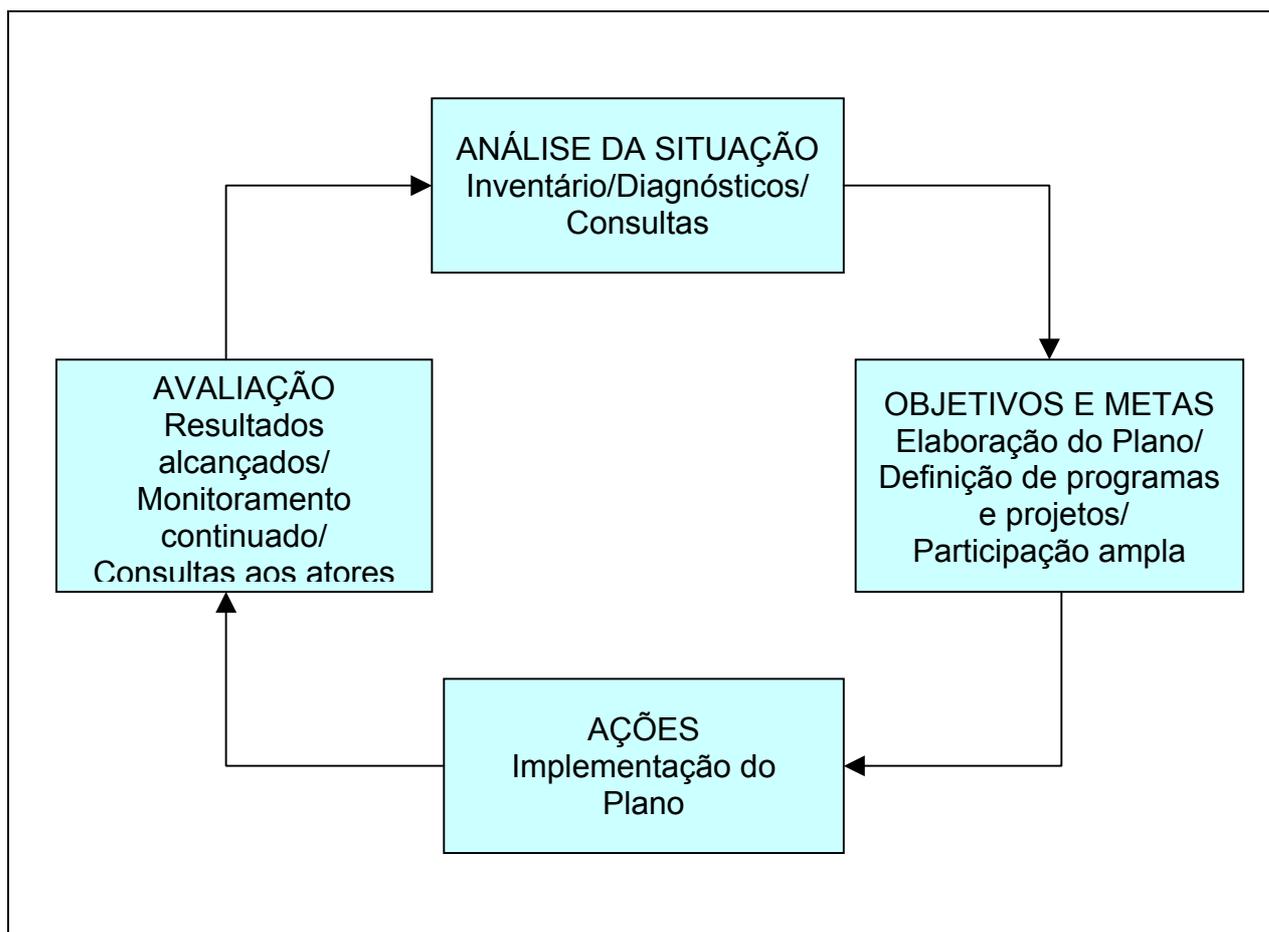


Figura 37: Quatro passos no processo de planejamento do ecoturismo

Fonte: WWF (2003a)

Estas etapas constantes no item 1 são etapas já trabalhadas por diversos outros autores da área da administração e do turismo, como Mário Beni, Doris Ruschmann, Margarita Barreto e outros tantos em perspectiva sistêmica.

No **item 2**, “planejando o ecoturismo em busca da sustentabilidade” há a preocupação no comprometimento em analisar cuidadosamente os seguintes detalhes:

- a) Refletir sobre se o ecoturismo é apropriado (marcos legais e políticos, salubridade, moléstias transmissíveis, segurança, etc...); Verificar as vantagens potenciais para a conservação da natureza (reversão de processos de degradação, problemas adicionais de degradação, alternativas econômicas e sustentáveis); Identificar as necessidades e expectativas dos atores sociais envolvidos (turistas, poder público, privado e moradores);

b) Aproximar a visão de planejamento às visões das comunidades e do mercado (observar conflitos culturais, anseios e expectativas, ampliar benefícios, perceber potencialidades, identificar público-alvo, avaliar acessos); Dosar as expectativas (a comunidade quer mudar seu ritmo de vida? Muito trabalho, estresse e maior rentabilidade, ou trabalho menos intensivo com menor rentabilidade? Criação de empregos ou de micro-empresas? Visitantes o ano todo ou concentrados em uma determinada época?, etc...)

No item 2 observa-se o avanço proposto pelo WWF, no sentido de considerar os diferentes envolvidos no processo de planejamento e gestão do ecoturismo, bem como de avaliar a perspectiva mais adequada para a situação que se deseja para um determinado local. Porém, o método adotado para a condução dos trabalhos em comunidades pouco possibilitou a “construção e cognição” dos envolvidos, pois partiu do referencial (acerca da sustentabilidade) de profissionais da área e não do referencial das populações locais.

Um exemplo de um método participativo baseado na perspectiva transdisciplinar e complexa, seria o modelo PEDs, desenvolvida por Silva (1998) em sua tese de doutoramento intitulada “Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável” e aplicada por Reis (2003) na sua pesquisa desenvolvida no mestrado propondo a mediação transdisciplinar de conflitos ambientais em UCs, num estudo de caso no Parque Estadual da Serra do tabuleiro em Santa Catarina. Reis incluiu a metodologia do modelo PEDs no item “dimensão estratégica” da perspectiva metodológica transdisciplinar de Silva (2000).

No **item 3**, “planejando o ecoturismo regional e local” os seguintes passos são descritos como desejáveis:

- a. Avaliação e diagnóstico da situação atual⁴³
- b. Estabelecimento de uma base política, legal e administrativa
- c. Estabelecimento do prognóstico (aonde queremos chegar?)
- d. Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo Local/Regional (missão, objetivos, metas, atividades)
- e. Priorização de objetivos (Estabelecimento de programas dentro do Plano)
- f. Áreas mínimas a serem contempladas no plano de ações (definição do zoneamento, da infra-estrutura urbana e rural e serviços necessários;

⁴³ O levantamento do potencial da área é realizado normalmente pelo método SWOT.

zoneamento dos atrativos e infra-estrutura de apoio turístico; desenvolvimento do produto ecoturístico regional e a interação com outras atividades da comunidade; estratégia de marketing local/regional).

g. Estratégia de implantação do Plano de Ações (onde as ações são organizadas de maneira cronológica)

h. Monitoramento, avaliação e continuidade do planejamento.

No item 3 observa-se a influência das fases apresentadas por Boo, em 1993, numa abordagem sistêmica, conforme já discutido anteriormente.

No **item 4**, “planejando o ecoturismo em áreas protegidas ou propriedade rural particular”, quatro etapas são consideradas no processo de planejamento:

- Levantamento e revisão das informações disponíveis (revisão do plano de manejo, de outros documentos e levantamento de informações com pessoas com conhecimento prático da área).
 - Levantamento de campo e mapeamento para uso recreativo⁴⁴.
 - Diagnóstico do uso recreativo incluindo o potencial de visitação, fragilidade ambiental, necessidade de infra-estrutura, definição de tema(s) interpretativo(s).
-
- Zoneamento do uso recreativo na área (incluindo descrição das características de cada zona).⁴⁵

⁴⁴ O mapeamento da área contendo os dados do plano de manejo é de extrema utilidade para a definição do zoneamento e seus diferentes usos. Sugere-se que se desenvolva nesta etapa, uma base cartográfica de referência, utilizando-se aquelas existentes - por exemplo, mapas do IBGE ou imagens de satélite - e efetuando confirmações de campo com uso de GPS (Global Position System). A base cartográfica deve conter, de acordo com o MMA (2002), ao menos os seguintes dados: rede hidrográfica, sistema rodoviário, curvas de nível e seus pontos altimétricos relevantes e limites políticos. De posse desta base de dados, pode-se elaborar mapas temáticos que podem conter: a vegetação, a geologia e geomorfologia, as áreas de uso e/ou pressão antrópica, o zoneamento da área ou da UC como um todo, incluindo o entorno, ou zona de amortecimento, no caso de UCs, o zoneamento das áreas de uso turístico, as áreas de uso da comunidade (se for o caso).

⁴⁵ Após o mapeamento e diagnóstico, as trilhas devem ser classificadas de acordo com as características de infra-estrutura, meios interpretativos e intensidade de manejo. Para orientar esta classificação, sugere-se o método norte-americano de Espectro de Oportunidades Recreativas (ROS - Recreational Opportunity Spectrum, idealizado por R. Moore em 1994) com adaptações para uso

No item 4 as influências advindas do planejamento ambiental também detalhadas por Seabra em 2001, podem ser observadas e constituem-se em um avanço necessário à obra de Boo, em se tratando de áreas protegidas.

No **item 5**, “planejando produtos ou empreendimentos de ecoturismo”, é apresentado um roteiro de ações que devem ser realizadas:

- a) Levantamento de informações e diagnóstico (Informações do inventário, pertinentes para este caso, a serem avaliadas)
- b) Elaboração tentativa do produto
- c) Verificação da viabilidade econômica do produto
- d) Preparação do Plano de Desenvolvimento (organizar de forma racional e operativa os produtos e serviços passíveis de serem imediatamente oferecidos ao público visitante com a estrutura existente, bem como a programação de ações de curto, médio e longo prazos, compatibilizando os recursos e os atrativos disponíveis, associados ao potencial da demanda e à capacidade de investimentos).

No item 5 podem ser observadas as influências de Molina, além de Beni e Barreto, no âmbito sistêmico e administrativo a que remete as estratégias do item.

No **item 6**, projetando a sustentabilidade de produtos para a certificação, é apresentado esquema de certificação como indutores de um turismo mais responsável, a exemplo da certificação do turismo sustentável que foi proposta pelo CBTS - Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável numa metodologia baseada nos desempenhos econômico, social e ambiental dos produtos, serviços e destinos turísticos e com caráter independente (desenvolvido e controlado pela sociedade), tecnicamente consistente (embasamento teórico-científico), não-discriminatória (de setores ou de escalas produtivas), transparente (participação e divulgação ampla do processo) e voluntária (participação não obrigatória).

O Manual foi organizado por Sylvia Mitraud e os autores que colaboraram foram: Anna Paula Santos, Ariane Janer, Gilberto Fidelis, Jane Vasconcelos, Johan van

Lengen, Leandro Ferreira, Marcos Borges, Max Dante, Monica Corulón, Roberto Mourão, Sérgio Salazar Salvati, Sylvia Mitraud, Timothy Molton, Verônica Toledo, Waldir Joel de Andrade.

Para o desenvolvimento do instrumento prático e útil para técnicos leigos em ecoturismo a equipe entendeu que seria necessário que o manual fosse elaborado por meio de um processo onde diferentes temas desenvolvidos (etapas da metodologia) fossem testados na prática em diferentes contextos ambientais, culturais e institucionais do Brasil. Sendo assim, o WWF compôs seus estudos os quais foram descritos no Manual a partir de parcerias em projetos específicos em cada unidade interessada em planejar diferentes situações onde o ecoturismo integrava-se. Para o entendimento disso, segue a figura 38 explicativo de como funcionaram as etapas descritas no Manual com seus respectivos projetos parceiros:

PROJETOS PARCEIROS	COMPOSIÇÃO				
	BIOMA	TIPO DE UCs	TIPO DE INSTITUIÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO
Silves, AM	Amazônia	Reserva Municipal de Manejo de Lagos de Várzea	Organização de base local	Pousada comunitária. Objetivo de gerar renda para manejar a reserva e alternativa econômica para a comunidade.	A
Mamirauá, AM	Amazônia	Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável	Instituto de pesquisa	Pousada ecoturística da instituição e desenvolvimento de serviços nas comunidades. Contribuir para a sustentabilidade financeira do projeto e alternativa econômica para comunidades.	A
Pedras Negras, RO	Amazônia	Reserva Extrativista Estadual	Organização de base estadual	Desenvolvimento de produtos ecoturísticos em duas reservas extrativistas, sendo um deles uma Pousada Comunitária. Alternativa econômica para a viabilização social e ambiental das reservas.	MO
Veadeiros, GO	Cerrado	Parque Nacional e RPPNs	Organização de base local	Capacitação regional para desenvolver infra-estrutura e serviços. Alternativa econômica para comunidade e incentivo à proteção ambiental.	A
Estrada-Parque Pantanal, MS	Pantanal	AEIT - Área de Especial Interesse Turístico (dentro da Reserva da Biosfera do Pantanal)	Secretarias de turismo e meio ambiente estadual e municipal	Capacitação de proprietários ao longo da estrada-parque Pantanal, declarada AEIT. Alternativa econômica para proprietários no local para evitar a agricultura intensiva. Implantação do comitê gestor participativo.	MI
Superagüi, PR	Mata Atlântica	Parque Nacional	ONG regional técnica	Capacitação regional para desenvolver infra-estrutura e serviços. Alternativa econômica para a comunidade e incentivo à proteção do Parque.	M
Mico-Leão-Dourado, RJ	Mata Atlântica	Reserva Biológica Nacional	ONG específica para a implementação da reserva	Capacitação de proprietários para desenvolver infra-estrutura e serviços. Alternativa econômica para a comunidade e incentivo à criação de RPPNs para proteção do mico.	MO
TAMAR/Noronha, PE	Costeiro Marinho	Parque Nacional Marinho	Programa de espécie do IBAMA e ONG associada	Desenvolvimento de produto ecoturístico associado ao projeto TAMAR em Fernando de Noronha. Elemento complementar para a sustentabilidade financeira do projeto no arquipélago.	A

Siglas da coluna "Situação" que se referem ao estágio de desenvolvimento do projeto até a publicação do Manual	A	Avançado
	M	Mediano
	MI	Mediano, em início de operação
	MO	Mediano, em operação

Figura 38: Projetos do Manual WWF

Fonte: WWF, 2003.

O Manual foi de valiosa importância para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil, bem como os projetos estruturados e implementados à luz das propostas apresentadas pelos autores que o desenvolveram. Porém ao observar o fato de que

a metodologia utilizada como ferramenta para o desenvolvimento planejado do ecoturismo se deu de forma fragmentada em projetos que visavam, em sua maioria, o desenvolvimento econômico sustentado.

Outro fator que pode ser destacado é que as experiências decorrentes de uma determinada região, ou as implicações e impactos em um determinado ecossistema, possui diferentes conotações em outro local, dependendo das relações existentes em cada ecossistema em particular. Como as interferências se deram em Biomas distintos, com realidades igualmente distintas no que se refere ao tipo de instituição parceira e ao tipo de projeto desenvolvido, o processo de planejamento do ecoturismo (num âmbito complexo) fica comprometido em algum grau.

O Manual se insere na área de transição para as novas abordagens, em se tratando dos paradigmas em que o turismo está alicerçado até o momento, pois embora tenha tido como base nas teorias sistêmicas do planejamento e gestão do turismo, abordou perspectivas consideradas pelos autores do turismo como “holísticas”, no sentido da tentativa de abranger a essência total do assunto, não ficando limitado a uma ou outra metodologia, pois como afirma Beni (2001) o fenômeno turístico ocorre em diferentes campos de estudo, em que é tratado conforme as diferentes correntes de pensamento e verificado em diversos contextos da realidade social.

A dificuldade em se avaliar as implicações decorrentes dos projetos descritos pelo WWF no Manual, reside no fato de que foram projetos desenvolvidos em diferentes locais, com diferentes realidades e objetivos, tendo sido comparados e assim analisados no próprio Manual. Outra dificuldade advém do fato de que os projetos estavam em distintos estágios de desenvolvimento. Sob o olhar transdisciplinar, esta postura se afigura conflitante, uma vez que dificilmente expressaria a realidade em questão, num todo “complexo da atividade ecoturística”.

2.4.1.4.2 Concepção de Álvaro Machado

Álvaro Machado é um biólogo com experiência de atuação na área do ecoturismo no Estado do Rio Grande do Sul e docente também na graduação em Turismo daquele estado. Sua principal obra literária intitula-se “Ecoturismo: um produto viável - a experiência do Rio Grande do Sul” e trata da atividade a partir dos conceitos de

sustentabilidade, enfocando os compromissos do ecoturismo nos planos ambiental e social.

A obra relata casos no Rio Grande do Sul, onde foram seguidos os parâmetros para a implantação de programas e projetos ecoturísticos concebidas pelo autor em abordagem participativa. O intuito do livro é servir de inspiração para profissionais da área de turismo, gestores públicos e empreendedores ligados ao ecoturismo.

De acordo com Machado (2005), na organização do manejo participativo proposto pelo ecoturismo, deve-se identificar alguns passos:

1. Identificar a área a ser trabalhada
2. Identificar o espectro de atividades possíveis
3. Identificar, dentro da comunidade, toda a gama de interessados no processo e em quais áreas poderão atuar
4. Determinar os benefícios e direitos de cada interessado
5. Realizar um plano de manejo
6. Estabelecer um fórum para a solução dos conflitos
7. Relacionar regras específicas para atuação na área

O autor acrescenta que na organização do processo participativo de ecoturismo, pode-se seguir alguns passos que facilitarão o início e o desenvolvimento do projeto. O primeiro ponto será identificar os interesses envolvidos e partir para uma organização que contemple os interessados. Esses passos podem ser assim resumidos:

- Avaliação dos recursos naturais e culturais da área, do município ou da região, através de um levantamento prévio;
- Identificação dos principais interessados, fazendo-se os primeiros contatos, a fim de se estabelecer uma organização inicial sobre seus interesses;
- Avaliação de problemas iniciais na relação da comunidade com a área a ser desenvolvida;
- Avaliação da possibilidade de se organizar a equipe para o manejo participativo;
- Designação de um facilitador que conduzirá o processo através de reuniões com os interessados;

- Apoio à negociação dos conflitos, quando necessário;
- Obtenção de uma visão comum, determinando direitos e responsabilidades dos interessados;
- Difusão do acordo;
- Condução de atividade de manejo;
- Acompanhamento do desenvolvimento das atividades e dos resultados, administrando-se conflitos e fazendo-se cumprir o acordo;
- Realização de revisões regulares com todos os interessados pertinentes.

Machado acrescenta que observando estes passos entende-se que a organização baseada no manejo participativo relaciona uma aliança estabelecida entre os interessados locais no desenvolvimento do ecoturismo, buscando a proteção dos recursos e distribuindo entre si as funções de manejo, direitos e responsabilidades no uso do ambiente.

A metodologia proposta por Machado está enquadrada na área de transição 2, por avançar à abordagem sistêmica numa perspectiva holística, quando das proposições que identificam alguns passos que facilitarão o início e o desenvolvimento do projeto ecoturístico. Neste item o autor abre as possibilidades de mediação de conflitos e diálogo entre as partes (em contexto interdisciplinar), porém não estabelece uma metodologia que contemple estas ações, assim como no Manual WWF.

2.4.1.4.3 Outras considerações do planejamento eco(turístico)

Outras considerações foram destacadas por pesquisadores na área do turismo, embora ainda em abordagem sistêmica. Algumas serão apresentadas neste item uma vez que se apresentam pertinentes.

De Rose (2002) observa que há uma grande carência de planejamento no turismo e destaca que na maioria das destinações turísticas, principalmente no Brasil, a atividade turística se desenvolveu de forma espontânea, sem uma opção, ou seja, não decidiram pelo turismo como alternativa de desenvolvimento econômico, atividade propulsora da economia e geradora de recursos. Através da

realização de um planejamento para o setor, as localidades poderão buscar um redirecionamento para a atividade em seus domínios.

Neste contexto surgem vários autores que tentam projetar suas idéias no sentido de encontrar um caminho para o desenvolvimento planejado da atividade turística.

Para Petrocchi (2001) a finalidade do planejamento turístico é definir as decisões básicas que articulam as políticas turísticas de um estado, região ou organização, ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo, o tipo de turismo que se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja ter nestes mercados, as metas a alcançar e as estratégias dos programas de ação. O planejamento dá coerência e convergência às atividades em prol do crescimento do turismo. Além disso, deve converter recursos naturais em recursos turísticos, ordenando o território e melhorando as infra-estruturas, equipamentos, serviços, promoções e preservação do ambiente físico, natural e urbano.

O mesmo autor explica que até os anos 1960 os administradores do turismo objetivavam ampliar a demanda, tendo suas atenções concentradas no número de visitantes. A partir dessa época começou a tomar força, no mundo todo, a consciência de preservação do meio ambiente. Essas preocupações invadiram a gestão do turismo, que muito depende da preservação da natureza. Instalou-se, então, um conflito que dura até os dias de hoje e sempre ocorrerá. E esse choque de objetivos no ambiente do turismo coloca frente a frente à promoção e a preservação. O turismo sustentável define esse confronto: A expansão do turismo deve ocorrer até o limite da capacidade territorial de receber visitantes. Deve-se impor limites ao crescimento do turismo, pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social.

Quando se fala em preservar o meio ambiente - a reunião do meio natural e do meio urbano -, o que se deseja é garantir a qualidade de vida. Essa é a única maneira de garantir a sobrevivência do turismo como atividade econômica - e com visão de longo prazo (PETROCCHI, 2001, p. 59).

Aproveitando as concepções de Odum (1988) acerca da ecologia e que são pertinentes a esta reflexão de Petrocci, vem à tona o grande paradoxo que reside no fato de que: embora tenhamos nos afastado temporariamente da natureza, devido o grande processo de industrialização pela utilização e exploração de combustíveis fósseis finitos, ainda dependemos (e muito) do ambiente natural, uma vez que para a

manutenção da vida necessitamos dos processos vitais tais como os ciclos do ar e da água.

Em conseqüência, a nossa sobrevivência depende do conhecimento e da ação inteligente para preservar e melhorar a qualidade ambiental por meio de uma tecnologia harmoniosa e não prejudicial (ODUM, 1988).

Para Barreto (1997) a questão ambiental não envolve apenas a natureza, inclui também, o direito humano de dispor de qualidade de vida, sem que para isso sua convivência seja predatória ao meio.

Para Ruschmann (2003), o planejamento do turismo sustentável surge, como forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios naturais de potencial turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e para otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico.

O meio ambiente é a base econômica da atividade turística e apresenta oportunidades e limitações. O caráter finito da qualidade dos recursos em ambientes naturais e os custos e benefícios do desenvolvimento turístico para as populações e seu meio trazem à tona uma série de conflitos que necessitam ser resolvidos. Um dos mais marcantes ocorre como conseqüência dos efeitos econômicos da atividade, em que os interesses individuais de curto prazo dos empresários se chocam com os de longo prazo dos poderes públicos (RUSCHMANN, 2003, p. 111).

A autora considera a perpetuação da atratividade dos recursos turísticos, como sendo, portanto, a base do desenvolvimento sustentável do turismo.

Para Ruschmann (2003) tanto a teoria como a prática da determinação da capacidade de carga, das técnicas de zoneamento de ambientes frágeis e dos meios de proteção de culturas vulneráveis estão se tornando uma constante nos novos desenvolvimentos turísticos e também na recuperação daqueles já instalados.

A mesma autora ainda diz que em um nível micro, os avanços têm sido mais sensíveis e já se implantam projetos alternativos; a noção de sustentabilidade do fenômeno tem sido cada vez mais compreendida e aplicada. O grande teste, porém, encontra-se no campo do turismo de massa e na compreensão e na aceitação de que, comercialmente, os altos custos da implantação do turismo sustentável têm lucratividade reduzida, porém contínua, por períodos de tempo muito mais longos. Quando a filosofia de “enriquecer rapidamente” der lugar à de cuidar dos produtos e dos recursos para proporcionarem lucros menores, porém contínuos, o problema do impacto ambiental dará lugar a uma era de turismo responsável.

Um questionamento intrigante e pertinente ao se pensar em planejamento responsável do ecoturismo que pode ser aproveitado de Margalef (1979, apud Odum, 1988) que diz:

“embora o pequeno possa muitas vezes ser belo, o grande é poderoso!
Quando é que deveríamos pensar no grande e quando no pequeno?”

Por exemplo, quando ou onde se deve investir em enormes complexos turísticos muitas vezes intitulados *resorts* ecológicos, ou alternativamente pensar em pequenos equipamentos de hospedagem? As análises de custo-benefício são tão difíceis e conflitantes que, em sua maioria, acabam por sucumbir ao sedutor mundo capitalista e suas produções para a grande massa.

Outro questionamento que, sem dúvida emerge ao se pensar no planejamento para o ecoturismo e que se incluem nos ideais de desenvolvimento sustentável tão discutidos no planeta e apresentados em diversos documentos acerca desta temática é: pensar globalmente e agir localmente?; mas será que não seria mais adequado em algumas situações pensar e agir localmente? ou pensar e agir globalmente? Talvez as complexidades destas questões remetam a pensamentos mais profundos da nossa função enquanto seres humanos participantes de um Universo do qual ainda se conhece muito pouco.

Diante dessa idéia, há uma ponderação interessante de Morin (2000, p. 32) que diz:

necessitamos estudar um conhecimento complexo que admita o homem como um ser natural que chegou de uma evolução biológica natural. Que reconheça o homem como um artrópode, um mamífero que tem cérebro, um vertebrado pluricelular que tem vida na Terra e que, como filhos e filhas da Terra integram uma relação cósmica, como acreditaram e acreditam as culturas de muitas civilizações. Hoje podemos saber que as partículas de nossos corpos nasceram nos primeiros segundos do universo, há quinze milhões de anos; que os átomos de carbono necessários para a vida estão forjados nas estrelas anteriores ao sol; que todo o cosmos se encontra em nós.

Este pensamento e os questionamentos que emergem, nos remetem a uma outra questão também bastante discutida, principalmente pelas teorias da complexidade, o estudo das inter-relações entre as “partes” e o “todo”.

Para finalizar as considerações deste item, pertinente é a idéia de Morin (2000, p. 34) que discute a complexidade entre “parte” e “todo” e diz:

não se pode separar o conhecimento da parte da consciência de seu contexto, a globalização é este encontro. Mas o conhecimento do todo necessita também das partes, isto é fundamental e muito difícil, pois, não é fácil diante desta manutenção do pensamento mutilado, da inteligência cega, do cretinismo generalizado.

2.4.1.5 A fase das novas abordagens: o terceiro grupo

O terceiro grupo é formado por autores que integram a fase das “novas abordagens” uma vez que se diferencia das duas primeiras porque propõe análises e/ou metodologias diversificadas e inovadoras do planejamento e gestão do ecoturismo, como já citado.

No tocante aos autores que iniciam a construção de uma nova abordagem teórica para o Turismo (2002 até o presente - 2006), destacam-se S. Molina e A. P. Netto, pelas seguintes abordagens teóricas dadas ao turismo:

- a) **Sérgio Molina:** apresenta teoria inovadora na compreensão do fenômeno turístico na proposta denominada “pós-turismo”, apresentada em seu livro publicado sob o título “*El Pos Turismo*” em 2002 no México, e no ano de 2003 no Brasil.

Para o autor o pós-turismo é a compreensão do turismo dividido em três estágios básicos de evolução desde o seu surgimento:

- o pré-turismo: caracterizado pelas viagens realizadas nos séculos XVII e XVIII por “filhos mais velhos de famílias nobres e de ricos comerciantes”, onde o nível de tecnologia era relativamente baixo e carente de sistemas administrativos e contábeis, com instalações rudimentares. Para Molina, ainda hoje existem empresas com características de pré-turismo, extraíndo dessa afirmação a idéia pejorativa das atividades desenvolvidas por elas.
- o turismo: caracterizado por três estágios. O primeiro chamado de “industrial primitivo”, originado no século XIX estendendo-se até a Segunda Guerra Mundial. O segundo chamado de “industrial maduro”, que se inicia na década de 1950 e estende-se até a década de 1990. O terceiro chamado de “pós-industrial”, que se originou em meados da década de 1980.
- o pós-turismo: origina-se na década de 1990 e constitui-se em um novo paradigma que altera certas considerações fundamentais do turismo originado anteriormente. As tecnologias de alta eficiência e os fenômenos sociais e culturais da década de 1990 explicam o desenvolvimento do pós-turismo em

contraste com princípios que alteram a continuidade dos tipos de turismo industrial.

O pós-turismo é uma categoria de análise aplicada ao turismo que possui forte relação com a categoria pós-modernidade e a categoria histórica, fundamentada nos avanços tecnológicos que passam a alterar os estilos de vida das populações, dos governos e das empresas que possuem interface com a atividade turística.

Na concepção do pós-turismo, Molina foi bastante criticado por pesquisadores da área, e ainda o está sendo, por considera que o pós-turismo pode apresentar algumas características fundamentais que causam desconforto aos autores que propõem abordagens mais humanistas, como por exemplo:

- deslocamento desnecessário do local de residência;
- nenhum contato com indivíduos das comunidades locais;
- contatos com cenários naturais readaptados pela aplicação de tecnologias;
- deslocamento (não confundir com eliminação) de força de trabalho causado pela incorporação de processos automatizados de alta tecnologia;
- o pós-turismo não está determinado pelos recursos naturais nem pelos recursos culturais disponíveis em uma região.

Ao se considerar esta abordagem teórica de Molina, observa-se o enfoque econômico do turismo bastante acentuado e sua teoria está voltada ao olhar das dinâmicas que estão se estabelecendo na humanidade desde os anos 1990.

Se forem considerados determinados elementos aos quais Molina alicerçou sua teoria, como o avanço tecnológico e a dinâmica das empresas turísticas até o momento, há de se observar que o “mercado” tem trilhado um caminho que está em acordo com sua teoria. Neste contexto os organismos governamentais, populações receptoras, recursos humanos assumirão outro papel na dinâmica do turismo, embora o autor não tenha deixado claro qual seria efetivamente esta nova postura em âmbito prático.

Ao considerar esta abordagem teórica de Molina, relacionando com as metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo estudadas para esta tese, o enquadramento se dá na fase do turismo industrial, no segundo estágio, o que desafia o intelecto no sentido de identificar: Qual seria então o enquadramento do

ecoturismo, em crescimento acelerado devidamente apontado pelos órgãos institucionais e governamentais relacionados à área, se for consideradas as características citadas acima e salientadas por Molina ao pós-turismo?

Uma vez que Molina não completa a abordagem feita e tampouco apresenta resultados concretos oriundos de uma aplicação da teoria proposta, considera-se que a teoria ainda está em “gestação” e é justificada pela abordagem fenomenológica do turismo em bases filosóficas em que o autor se apropria.

b) **Alexandre Panosso Netto**: em sua obra literária “Filosofia do Turismo - teoria e epistemologia”, fruto de sua tese de doutoramento, publicado em 2005, o autor preenche uma lacuna existente nos estudos turísticos no tocante às bases epistemológicas que auxiliam a discussão do fenômeno do turismo⁴⁶, tendo fundamentado sua teoria na Fenomenologia.

O autor, entre outros pressupostos, propôs a construção de uma epistemologia aplicada ao turismo que deve dialogar com as teorias existentes e assim evitar os reducionismos das análises feitas até os dias atuais, que refletem nas atividades de planejamento e gestão das interferências turísticas.

Para o autor o campo de estudos do turismo não deve ser realizado apenas como um fato gerador de renda, mas também como um fenômeno que envolve inúmeras facetas do existir humano.

Panosso Netto propôs a criação da teorografia (o estudo das teorias desenvolvidas sobre o turismo), sugerindo o uso da filosofia para a efetivação dessa proposta (possível em função da dupla formação do autor: filosofia e turismo).

Ao findar de seus estudos, Panosso Netto (2005, p. 142), faz referência aos estudos transdisciplinares, justificando sua inserção neste item (fase das novas abordagens), além da sua proposta fenomenológica:

Pela fenomenologia, a geografia, a história, a psicologia, a economia, a ecologia e todas as outras disciplinas e áreas do conhecimento podem se amalgamar na análise do problema sugerido, possibilitando a tão desejada abordagem transdisciplinar *do* e *no* turismo. Transdisciplinar e não interdisciplinar, pois enquanto a interdisciplinaridade se preocupa com a união das ciências para estudar um problema, a transdisciplinaridade parte do problema em questão e solicita a ajuda das disciplinas para ser resolvido.

⁴⁶ Para Panosso Netto, o turismo não é uma indústria, pois esta pressupõe transformação de bens e nesse caso não se aplica ao turismo, portanto a melhor forma de definir o turismo é utilizando o termo fenômeno, que significa a ação objetiva e intersubjetiva que se manifesta em si mesma, que pode ser apreendida pela consciência e que possui uma essência em si.

O autor destaca ao findar de sua obra que possivelmente as críticas a respeito de sua abordagem serão inevitáveis, porém prefere correr o risco de trilhar o caminho escolhido e inaugurar tal corrente de interpretação do turismo no Brasil do que procurar reproduzir ou adaptar uma pesquisa já feita na Europa, América do Norte, Ásia ou Oceania.

Sendo assim, a presente tese embarca num contexto similar ao de Panosso Netto e trilha seu próprio caminho, propondo uma abordagem inédita à metodologia de planejamento e gestão do ecoturismo em UCs, sem estabelecer a aplicação de modelos já experimentados em outros países.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa pode ser classificada como sendo de caráter empírico e qualitativo, classificado como indutiva e quanto aos objetivos, como um estudo exploratório e descritivo. Além disso caracteriza-se pela abordagem transdisciplinar.

3.1.1 Quanto à abordagem

Segundo Dencker (2000, p.18), metodologia “é a maneira concreta como se realizam a busca de conhecimento” e a forma de adquirir o conhecimento desejado de maneira racional e eficiente. A pesquisa em turismo parte, na maioria dos casos, de bases empíricas, que segundo a mesma autora é a análise de “experiência concreta, do confronto com a realidade”.

Dencker (2000, p. 97) define a pesquisa empírica qualitativa como sendo “a observação dos fenômenos sociais, feita de maneira intensiva, a qual implica a participação do pesquisador no universo de ocorrência desses fenômenos”.

Considerando as questões desta pesquisa, seus objetivos e as informações disponíveis sobre o tema, verificou-se que a abordagem qualitativa seria a mais adequada para conduzir a investigação, pois os estudos que a empregam podem descrever a complexidade do problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir para o processo de determinado grupo e possibilitar o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999).

Para Roesh (1996), a pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa.

A pesquisa qualitativa, como explica Denker (2000) pode ser realizada em três situações:

- Lacunas no conhecimento existente;

- Inconsistência entre o que uma teoria prevê que aconteça e os resultados de pesquisas realizadas ou práticas cotidianas;
- Inconsistência do resultado de diferentes pesquisas.

Para o desenvolvimento do estudo em questão, utilizou-se o método de abordagem indutivo, que segundo Dencker (2000, p. 36) é “aquela que o pesquisador parte de observações mais livres, deixando que dimensões e categorias de interesse emergem progressivamente durante os processos de coleta e análise de dados”.

Para Gil (2000), a escolha dessa abordagem deve-se ao fato de que esta é uma alternativa compatível com o estudo proposto. Principalmente, porque a pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores, e seu comportamento tem um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. Nesse caso, a escolha dessa abordagem fica entendida como essencial para a compreensão transdisciplinar do ecoturismo e suas relações.

3.1.2 Quanto aos objetivos

Esta pesquisa de abordagem qualitativa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como sendo exploratória e descritiva.

Segundo Gil (2000) a pesquisa exploratória visa proporcionar mais familiaridade com um problema, no objetivo de torná-lo explícito ou de construir hipóteses. Esta pesquisa tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, sendo que de todos os tipos de pesquisa, esta é a que apresenta menos rigidez no planejamento.

Em geral, a maioria das pesquisas qualitativas se propõe a preencher lacunas no conhecimento, tendo neste caso, o caráter exploratório (sendo poucas originadas no campo teórico). “Isso se dá porque a pesquisa qualitativa é especialmente indicada para situações em que a teoria não é suficiente para solucionar o problema identificado e o pesquisador necessita buscar em campo, as variáveis que são consideradas na análise” (DENCKER, 2000)

No caso da pesquisa descritiva, Gil (2000) explica que seu objetivo é descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

3.1.3 Quanto aos procedimentos técnicos

De acordo com Vergara (2003), os métodos de procedimento técnicos classificam-se quanto aos fins e quanto aos meios:

- Quanto aos fins: foi exploratório e descritivo. Exploratório, pois foi realizado-se acerca de uma temática na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, sendo que nos estudos exploratórios pressupõe-se que o pesquisador insira-se na situação, procurando apreender os aspectos relevantes nele presentes. Descritivo, devido ao fato de trabalhar com registros acerca da percepção de um universo de sujeitos diretamente envolvidos com o objeto em análise e que vivenciam o estudo de tal realidade, a partir de seu processo cognitivo.
- Quanto aos meios: foram utilizados dados tanto gerados pela observação direta e pelo teste realizado com os estudantes da disciplina de Ecoturismo, quanto por informações obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e de registros disponibilizados em meio digital, além de outras fontes de pesquisa, como *sites de internet* e validação da proposta obtido pela triangulação dos dados (método a ser explicado posteriormente).

Para Dencker (2000, p. 124), “as formas mais comuns de apresentação das pesquisas exploratórias são a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso” e indica que a pesquisa exploratória procura “aprimorar as idéias ou descobrir intuições”. A autora complementa explicitando que os estudos exploratórios “compreendem, além do levantamento das fontes, o estudo de casos selecionados e a observação informal”

A fim de contribuir no entendimento das metodologias existentes para o planejamento e gestão do ecoturismo e suas interfaces, esta pesquisa inicia com a utilização de fontes bibliográficas, pois segundo Dencker (2000), qualquer pesquisa

requer uma fase preliminar de levantamento e revisão da literatura existente para definição dos marcos teóricos e elaboração conceitual.

No caso dos métodos de procedimento técnicos, que constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita, em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos, que pressupõem uma atividade concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular, nesta pesquisa estão caracterizados pela pesquisa bibliográfica e o estudo de caso.

O “estudo de caso” foi escolhido para pautar esta pesquisa na medida em que é considerado o mais adequado quando o objetivo é compreender processos. (MERRIAM, 1998)

Nesta tese o estudo de caso foi utilizado para validar a metodologia proposta.

3.1.3.1 O estudo de caso

Para GIL (1994), é impossível estabelecer um roteiro rígido para o estudo de caso que permita determinar com precisão como se deve desenvolver a pesquisa. Entretanto, descreve que na maioria dos casos é possível distinguir as seguintes fases: delimitação da unidade caso, coleta de dados e análise e interpretação dos dados.

- **Delimitação da unidade caso**

Gil (1994) explica que como num estudo de caso não existe um limite inerente ou intrínseco ao objeto de estudo e os dados que se podem obter a seu respeito são infinitos, exige-se do pesquisador certa dose de intuição para perceber quais dados são suficientes para se chegar à compreensão do tema proposto.

No entanto, Merriam (1998) indica que a escolha do local de estudo seja pautada no método de amostragem não-probabilístico⁴⁷ e “proposital”, na medida em que o pesquisador tem por objetivo desenvolver *insights* e compreender o fenômeno sob investigação. O local escolhido deverá ser aquele com o qual o pesquisador tenha a possibilidade de obter mais informações e apreender mais elementos para análise.

⁴⁷ Amostragem não-probabilística: é o tipo de amostragem que possibilita ao pesquisador selecionar o que acredita ser a melhor amostra para o estudo de um determinado problema. (BARBETTA, 2001)

O “estudo de caso” concentrou-se em analisar as possíveis implicações e desdobramentos da metodologia proposta nesta tese⁴⁸ a partir de um teste realizado com os acadêmicos da disciplina de Ecoturismo, no curso de Turismo das Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina (FASSESC), em Florianópolis, para verificação da percepção (no meio acadêmico) da situação proposta pela pesquisa em questão, baseada na concepção de Kuhn (2001), já citada, que o progresso de novas teorias ou abordagens se dá “no interior das escolas”.

- **Coleta de dados**

A coleta de dados é a fase do método de pesquisa que tem como objetivo obter informações acerca da realidade DENCKER (2000).

No que diz respeito à observação participante, Marconi & Lakatos (2001) consideram que ela consiste na participação real do pesquisador com um grupo. Ele se incorpora ao grupo e participa das atividades normais deste. Desta forma, procurou-se um diálogo mais próximo do universo acadêmico a fim de identificar possíveis desdobramentos da estratégia proposta pela pesquisadora.

A observação simples também foi estabelecida, no intuito de obter elementos acerca do problema pesquisado e elaborar constructos. A observação simples foi realizada desde o início do segundo semestre letivo (agosto) de 2002 até o final do segundo semestre letivo (dezembro) de 2005, junto à disciplina de Ecoturismo da FASSESC.

Foi realizado um teste compreendido em duas fases: o “pré-teste” que foi realizado nos meses de abril, maio e junho de 2005 com um universo de 54 (cinquenta e quatro) alunos regularmente matriculados na disciplina de Ecoturismo; e o “teste” que foi realizado de agosto a dezembro de 2005 com um universo de 37 (trinta e sete) alunos da mesma disciplina.

Foram realizadas ainda, as orientações de 3 (três) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) no segundo semestre letivo de 2005 com temáticas afins à desta tese, sendo que 1 (um) TCC foi de fundamental importância para a realização do teste, uma vez que foram realizadas (pelo acadêmico Rodrigo Pereira Cardoso) as entrevistas semi-estruturadas necessárias ao desenvolvimento do teste.

⁴⁸ O detalhamento do teste será explicado posteriormente.

As entrevistas semi-estruturadas⁴⁹, que segundo Marconi & Lakatos (2000, p. 174), “são aquelas que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas são pré-determinadas; realizam-se de acordo com um formulário pré-elaborado e são efetuadas de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano”. As entrevistas contaram com perguntas abertas, tendo sido realizadas no segundo semestre letivo de 2005.

Foram realizadas 4 (quatro) entrevistas com os responsáveis pelas 4 (quatro) operadoras de mergulho, atuantes na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, localizada em Governador Celso Ramos, região metropolitana de Florianópolis/SC, quais sejam: operadora SEA DIVERS, operadora PARCEL DIVER CENTER, operadora ACQNAUTA MERGULHO e operadora HOMEM-RÃ.

É válido ressaltar que além do teste realizado pela autora (citado anteriormente), foi ainda observado no período letivo do ano de 2002 e 2003 (na disciplina de Ecoturismo) as dificuldades e implicações das metodologias existentes de planejamento e gestão do ecoturismo em UCs, tendo sido analisadas pelos acadêmicos da disciplina em questão sob supervisão da pesquisadora.

- **Análise e interpretação dos dados**

Nas pesquisas qualitativas, os processos de coleta, análise e interpretação dos dados ocorrem de modo interativo durante toda a investigação (DENCKER, 2000). Deste modo, a interpretação dos dados obtidos no que se refere ao planejamento do ecoturismo se deu em conjunto com o meio acadêmico.

A possibilidade de generalizar um resultado passa a ter menor relevância ao ponto que se discutem as diversas dimensões explícitas ou implícitas ao estudo com os diferentes elementos envolvidos no processo em questão. A partir desta idéia, espera-se que os resultados deste trabalho permitam a aplicação prática da nova metodologia relacionada ao ecoturismo e ao ambiente natural. Contudo, deve-se observar o contexto no qual foi realizado este trabalho.

Os dados obtidos foram analisados em função de seu conteúdo, que possibilitou compreender mais o discurso dos alunos e das entrevistas, aprofundar as características e extrair os momentos mais importantes das descrições e idéias produzidas, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos

⁴⁹ O roteiro da entrevista será apresentado posteriormente.

conteúdos do teste e, posteriormente, da triangulação dos dados. Na seqüência, foram destacados trechos comuns e de mais relevância para compor as unidades de conteúdo.

3.2 Limitações da pesquisa

Este item apresentará algumas limitações desta pesquisa. Notou-se, em princípio, três limitações:

3.2.1 Primeira limitação: o texto e o contexto

A primeira limitação para a realização desta pesquisa foi, sem dúvida, a dificuldade em encontrar, principalmente no Brasil, referencial teórico quanto ao “planejamento e gestão do ecoturismo”. Dificuldade que corrobora a necessidade desta pesquisa.

Muitas referências apresentam diversas discussões a respeito da atividade ecoturística, em diferentes temas, que derivam do mesmo. Entretanto, no que se refere às metodologias, estratégias e técnicas de planejamento e gestão do ecoturismo, pouco se tem publicado, principalmente no Brasil. Talvez este escasso número de publicações fundamenta-se no fato do ecoturismo ser incipiente, tanto no Brasil como em outros países.

Das obras literárias, artigos e documentos pesquisados na área de ecoturismo que tratam do planejamento e gestão da atividade, poucas possuem um detalhamento das propostas em questão. A maioria dos textos ou expõe de forma geral e superficial algumas diretrizes, passos ou metodologias para o planejamento e gestão do ecoturismo, ou se detém a apresentar situações específicas, como os estudos de capacidade de suporte ou propostas de interpretação de trilhas. Estas publicações, normalmente utilizam alguns métodos de planejamento turístico e outros de planejamento ambiental para compor um “passo a passo” para o planejamento e gestão do ecoturismo, sem, no entanto, aprofundar os itens selecionados, o que se constitui em um fator limitante à pesquisa, que necessita de

dados para análise e avaliação do que vem sendo realizado na temática em questão.

Por outro lado, essa problemática pode ser entendida como um fator positivo, na medida em que se apresenta como um espaço aberto para a proposição de idéias novas, que podem contribuir para o aprimoramento deste segmento da atividade turística que é o “ecoturismo”.

3.2.2 Segunda limitação: percepções da realidade

A segunda limitação encontrada nesta pesquisa refere-se às percepções de realidade sob o ponto de vista da pesquisadora.

Quando a pesquisadora pretende desvendar alguns aspectos da realidade a partir de pontos de vista de diferentes dimensões de realidade, emergem problemáticas decorrentes da parcialidade e das dimensões de realidade em que se encontra a própria pesquisadora no processo em questão. Este fato pode interferir nas análises dos dados coletados, uma vez que o “sagrado” da pesquisadora exerce grande influência no processo cognitivo da mesma.

Outro fator a ser ressaltado é que: alguns aspectos podem permanecer ocultos, tendo em vista a necessidade de aprofundamento e revisão tanto na análise dos dados, quanto na aplicação de outros testes sob a lógica de outras percepções.

A percepção dos acadêmicos que participaram do pré-teste também pode se apresentar como um fator limitante, uma vez que se torna bastante subjetivo, na medida em que os indivíduos passam a interagir no processo e se sensibilizam com o “sagrado” dos demais, podendo algumas percepções se sobrepor as outras. Igualmente se aplica o mesmo pensamento à validação realizada pela técnica da triangulação.

Outra limitação é, sem dúvida, a percepção dos avaliadores deste trabalho, que passam a interagir com seus “sagrados”.

Estabelecer uma metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs que privilegie a inclusão social e insere o diálogo no processo cognitivo, determinado pelo “sagrado” dos atores envolvidos faz emergir uma outra limitação, qual seja: a possibilidade de não mediação de conflitos entre turismo e ambiente. Tendo em vista o seguinte: um planejamento e gestão que privilegiam o

diálogo entre os “sagrados” dos atores envolvidos, estão muito mais suscetível ao aparecimento de conflitos do que um planejamento e gestão que não considera diálogo de tal natureza.

Muito embora se sustente nesta tese os benefícios que a abordagem transdisciplinar pode trazer, não há como o ecoturismo resolver todos os problemas sociais, econômicos, ambientais e ecológicos de uma determinada região, como pressupõem alguns autores, fundamentando e justificando a inserção necessária do ecoturismo em determinadas áreas. Frente essa idéia, vale lembrar uma afirmação de Panosso Netto (2005) a qual assevera que o “Turismo não é panacéia”.

3.2.3 Terceira limitação: (des)caminhos do percurso

A terceira limitação refere-se à própria finalidade da pesquisa.

Esta problemática apresenta-se uma vez que “torna-se complexo estudar o complexo”. Além disso, as percepções das diferentes realidades podem ser simplificadas e/ou não compreendidas tal como foram concebidas pela pesquisadora.

Após a exposição destes fatores limitantes, ainda há de se considerar a possibilidade de outros, talvez ocultos ou desconhecidos a partir do entendimento da pesquisadora e/ou dos indivíduos que interagem no processo desta pesquisa. Porém vale ressaltar que este trabalho surge como mais uma alternativa, um outro olhar ao ecoturismo e não como uma proposta definitiva em um modelo fechado.

No entanto, outras limitações apresentaram-se no percurso desta tese, tendo sido uma delas, muito bem destacada, por Reis (2003):

A (...) grande limitação da aplicabilidade do paradigma transdisciplinar (...) se deve à resistência insensata que alguns setores da academia ainda direcionam a esta teoria, sob a argumentação de que não se trata de ciência, pois na investigação dos fenômenos leva em consideração além deste saber - ciência, também as tradições (religiões), a arte e o senso/saber comum, muito embora, salvo raras e honrosas exceções, a grande maioria destes críticos critique por criticar, não sob o auspício de um rigor científico e sim, sob a égide de um “achismo” tolo, inconseqüente e até irresponsável pois agindo desta forma estão retirando das pessoas a real possibilidade de resolverem seus conflitos e serem mais felizes, além de criticarem o que efetivamente não conhecem.

Desta relação que um pesquisador estabelece com a academia (em especial referindo-se ao PPGEA) emergiram situações conflitantes, que, não fosse a postura

transdisciplinar baseada no rigor, na tolerância e na abertura da orientadora desta tese (professora Dra. Édis Mafrá Lapolli), bem como da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFSC, possivelmente este trabalho não teria sido finalizado.

3.3 Metodologia para a validação da tese

Uma vez caracterizada essa pesquisa como qualitativa a explicação de Creswell (1998) se faz pertinente ao desenvolvimento deste item de validação da metodologia proposta, quando diz que enquanto existem padrões rígidos para a condução de pesquisas quantitativas, na pesquisa qualitativa inexistem procedimentos rígidos relacionados às seguintes questões: Pode-se confiar nos resultados da pesquisa? Os resultados são acurados? O pesquisador realizou a pesquisa corretamente?

É com base nesta idéia que será desenvolvido este item que trata da validação da metodologia proposta nessa tese.

Para que a confiabilidade de uma pesquisa qualitativa seja maximizada, Yin (2003) apresenta quatro critérios que têm sido utilizados para julgar a qualidade desse tipo de pesquisa, quais sejam:

- **Validade interna** (credibilidade): onde se verificam se os resultados e interpretações feitas pelo pesquisador são plausíveis para os sujeitos envolvidos.
- **Validade externa** (transferibilidade): onde os resultados do estudo podem ser transferidos para outros contextos.
- **Validade de constructo** (consistência): onde os resultados estabelecidos têm estabilidade no tempo.
- **Confiabilidade** (confirmabilidade): onde os resultados obtidos são confirmáveis.

Na intenção de atender a cada um desses critérios, esta tese buscou embasamento nos procedimentos sugeridos pelos seguintes autores: Merriam (1998), Creswell (1998), Alves-Mazzotti & Gewansznajder (2001) e Yin (2003).

a) Critérios relativos à “validade interna”

- A observação por um longo período
- Verificação pelos participantes
- Questionamento por pares
- Triangulação

A triangulação diz respeito à busca de diferentes maneiras para investigar um mesmo ponto. Em pesquisa ao material dos autores citados na construção deste item, verificou-se que existem quatro tipos de triangulação: de fontes, de métodos, de investigadores e de teorias.

Quando um pesquisador compara o relato de um informante sobre o que aconteceu em uma determinada reunião com a ata dessa mesma reunião, está realizando a triangulação de fontes. A triangulação de métodos se refere à comparação de dados coletados por métodos qualitativos e quantitativos (podendo se dar, também, por meio de diferentes técnicas qualitativas)

b) Critérios relativos à “validade externa”

- Generalização dos resultados obtidos, estabelecendo o domínio no qual os resultados da pesquisa podem ser generalizados e/ou identificando a extensão com que os resultados podem ser aplicados a outras situações.

c) Critérios relativos à “validade de constructo”

- Emprego de múltiplas fontes de evidência.
- Estabelecimento de uma cadeia de evidências
- Revisão do documento sobre o caso com os principais pesquisados.

d) Critérios de “confiabilidade”

- Posição isenta do pesquisador.
- Auditoria, acompanhamento do processo de investigação ou após o seu término.

Seguindo estes critérios, a validação da metodologia proposta nessa tese foi realizada em uma amostra intencional a partir de um teste com os acadêmicos regularmente matriculados na disciplina de Ecoturismo, do curso de graduação em

Turismo, das Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina (FASSESC), localizada em Florianópolis, no ano de 2005.

4. METODOLOGIA TRANSDISCIPLINAR PARA O ECOTURISMO

4.1 Considerações iniciais

É provável que o ecoturismo se intensifique em áreas naturais, sobretudo as protegidas, pois a força atrativa e sedutora do ecoturismo é justamente a biodiversidade, as encantadoras paisagens, as águas cristalinas, a mata virgem, ou seja, o que compõe a beleza natural de uma área. Tendo em vista que tais belezas naturais são muitas vezes encontradas em áreas naturais protegidas, segue que o desejo humano de estar em contato com tais belezas colocará tais áreas na mira dos empreendedores e dos que usufruem a atividade ecoturística.

Vale lembrar que basta veicularem nos meios de comunicação uma nova descoberta, que seja exótica, singular, intocada, isolada ou que possua qualquer outro atributo atraente, para que empresários do turismo se interessem nesta nova opção para o mercado do turismo, em função do seu grande potencial turístico.

Assim, os empreendimentos ecoturísticos tendem, normalmente, a operar em áreas protegidas. Seus “produtos ou pacotes turísticos” são relativos a locais de interesse do consumidor, que escolhe, via de regra, as áreas onde, salvo exceções, estão bem preservadas e que satisfazem a exigência de qualidade no “tour” que o ecoturista imagina encontrar. Assim, a oferecer aos ecoturistas, os empresários possuem diversos destinos. Quando um destino já não propicia a experiência que o ecoturista deseja, outro destino é criado e comercializado, independente dos motivos que destituíram um determinado destino das qualidades de interesse dos ecoturistas.

A proliferação de destinos ecoturísticos é um fenômeno que merece a máxima atenção, pois como mencionado anteriormente, o segmento “ecoturismo” é atrativo por oferecer ao turista um contato próximo à natureza no seu estado não-humanizado, ou seja, a natureza tal como ela é independente do ser humano.

O ecoturismo depende da saúde da natureza da qual ele se vale para atrair turistas. Assim, a sustentabilidade é um princípio fundamental do ecoturismo, pois, sem ele, a atividade (que se realiza em uma determinada área natural) já nasce com os dias contados, estará sujeita a uma contagem regressiva até o momento em que, deixando a natureza doente, e em seguida morta, a atividade ecoturística, como um

parasita virulento, abandona o cadáver e passa a explorar (parasitar) uma outra área (inicialmente saudável como a “vítima” anterior).

Ecoturismo sem sustentabilidade, sem preocupação com o ambiente (considerando tudo o que compõe um determinado ambiente: o ecossistema, ou seja, os fatores bióticos e abióticos em interação) é como um parasita nocivo, que se beneficia de uma vítima até o fim de sua saúde e, por fim, sua vida.

A atividade ecoturística deve ser sustentável, caso contrário, transforma-se em algo destrutivo, prejudicial, ocasionando problemas que, na verdade, deveria combater.

Via de regra, o ecoturismo é um aliado na batalha de preservação da natureza. Contudo, se se perder o “Tao” que lhe é próprio, converte-se em terrível inimigo nessa difícil batalha.

Assim, cumpre estar atento se o ecoturismo se afigura como um aliado à preservação do ambiente ou como um parasita nocivo. Pois dependendo do caso, a proliferação de destinos ecoturísticos pode apresentar-se ou como um forte aliado no cuidado da natureza ou como um terrível mal, que à semelhança de um câncer que vai espalhando-se aos poucos, fragilizando dessa forma a saúde ambiental.

É de fundamental importância que um destino ecoturístico satisfaça o princípio de sustentabilidade. Por conta disso, no caso das áreas naturais protegidas, as relações entre governo e iniciativa privada devem atentar para o fato de que não se deveria permitir que a área recebesse mais visitantes que sua capacidade administrativa de controlar. Devem atentar também para o seguinte: o governo ou associações comunitárias responsáveis pelas áreas protegidas, por meio de parcerias (ou não), deve fornecer o material interpretativo, o centro de visitantes, as trilhas planejadas, o zoneamento, o controle de espécies exógenas, a pesquisa, entre outros itens que devem ser devidamente considerados no intuito de garantir a sustentabilidade do ecoturismo e suas implicações na sociedade.

As partes da relação entre governo e iniciativa privada precisam estabelecer suas necessidades, limites e comprometimento para com o ambiente e com a população envolvida, tanto de residentes quanto de visitantes, no intuito de garantir a continuidade da atividade e assegurar a qualidade das experiências, sejam elas relacionadas à qualidade de vida das populações, ou à qualidade da experiência ecoturística.

Lindberg & Hawkins (1993) já antecipavam em meados dos anos 1990 que a administração das áreas protegidas, principalmente as localizadas nos países em desenvolvimento, tendem a evitar (formalmente, a partir do governo) a visitação em massa, em função do reduzido orçamento destinado a estas regiões que possuem reduzido número de funcionários, bem como reduzido número de pesquisadores que estabeleçam uma análise mais criteriosa e detalhada das condições da área. Estes países possuem grande responsabilidade em proteger seus bens históricos, culturais, naturais, espirituais, assim como os meios à subsistência. Nesse caso, é compreensível que os administradores relutem em estabelecer um esquema de visitação em áreas protegidas, dado à falta de subsídios para implementar tais esquemas com o devido cuidado. Entretanto, as visitas têm acontecido mesmo assim, com ou sem as permissões e o devido planejamento para o desenvolvimento do ecoturismo.

Apesar dos estudiosos já mencionarem os perigos do fato de ocorrerem ocupações à mercê e carente de planejamento, as intervenções continuaram a ocorrer. Exemplo disso são as intervenções que ainda são verificadas no Brasil, diagnosticadas pelo Ministério do Meio Ambiente em 2004, no “Diagnóstico de visitação nos Parques Nacionais e Estaduais”, mesmo quando se completa quase uma década da publicação primeira, em português, do livro de Lindberg & Hawkins, que alertou sobre os problemas de estabelecer o ecoturismo sem o necessário planejamento.

Em última análise, o ecoturismo, se bem planejado e organizado, pode representar um forte aliado na importantíssima batalha de preservação das áreas protegidas. Além de promover desenvolvimento econômico, social e cultural na área onde é implementado. E mais: pode afigurar-se como um valioso recurso para transformar situações tais como ocorrem na Amazônia, a saber:

Sabe-se que na Amazônia ocorre intensamente o extrativismo, que é uma atividade econômica vultuosa nesta região, apesar de seus efeitos nocivos ao ambiente. Assim, na Amazônia, uma das principais atividades econômicas é o extrativismo, que na maioria dos casos, é degradador. E isso ocorre em áreas naturais protegidas!

O ponto é: se o ecoturismo planejado e organizado substituísse, pelo menos em alguma medida, o extrativismo, problemas ambientais seriam evitados, sem contudo, eliminar a possibilidade de a comunidade local, governo, iniciativa privada

desenvolverem alternativas para a manutenção da saúde econômica da área em questão. O ecoturismo é, ele mesmo, uma excelente alternativa.

Diante do notório desenvolvimento do ecoturismo em UCs e da necessidade de conduzir tal desenvolvimento com responsabilidade, a preocupação com o planejamento e organização deste segmento do turismo aflige tanto o governo (instituição pública responsável pelo zelo do patrimônio natural), como empresários, comunidade local, ecoturistas e todo aquele que quer ver o ecoturismo ocorrendo de maneira saudável, beneficiando não só empresários e ecoturistas, mas também, e, sobretudo, a natureza. É essa preocupação com o planejamento e gestão do ecoturismo em Ucs que motivou a presente tese.

Sendo assim, vem a lume uma metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em Ucs, que será apresentada a seguir.

4.2 Apresentação da metodologia

Este item consiste em apresentar a metodologia transdisciplinar para o planejamento e a gestão do ecoturismo em UCs. Para tanto, serão detalhados em sub-itens os fluxogramas que explicam o processo no qual iniciou-se o estudo que culminou nesta tese.

4.2.1 Fluxogramas da tese

Neste item serão apresentados os fluxogramas que possibilitaram o estudo didático-pedagógico para a realização desta tese de doutoramento. São dois: o primeiro fluxograma explicitará a idéia base (figura 39), isto é, o caminho no qual se pensou a abordagem proposta para o estabelecimento do objetivo geral; o segundo fluxograma apresentará a metodologia proposta (figura 40) de fato, para a aplicação e validação da tese.

4.2.1.1 Fluxograma base

O fluxograma base será apresentado e explicado no decorrer deste item, como segue:

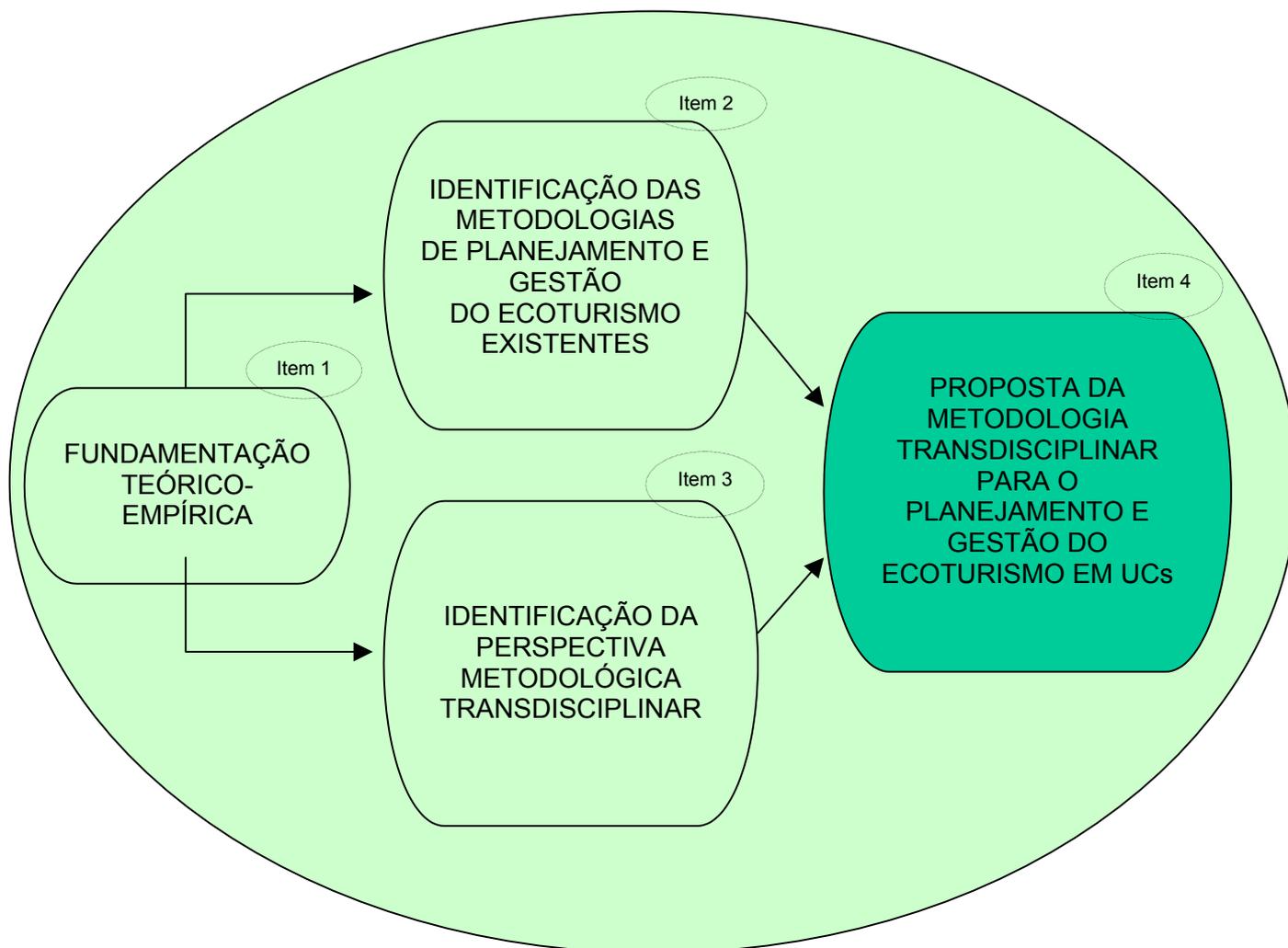


Figura 39: Fluxograma base

Os itens que compõem o fluxograma base referem-se às seguintes descrições:

- Item 1 - Fundamentação teórico-empírica: A partir da pesquisa e estudo do referencial teórico acerca das temáticas “ecoturismo” e “transdisciplinaridade” foi possível verificar a situação atual do planejamento e gestão do ecoturismo, suas dificuldades e problemáticas, desde a conceituação, concepção e práticas.
- Item 2 - Identificação das metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo existentes: Após realização do estudo teórico, apresentou-se a metodologia existente para o planejamento e gestão do ecoturismo dos principais estudiosos

do tema. Neste sentido, verificou-se a inexistência de uma metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo.

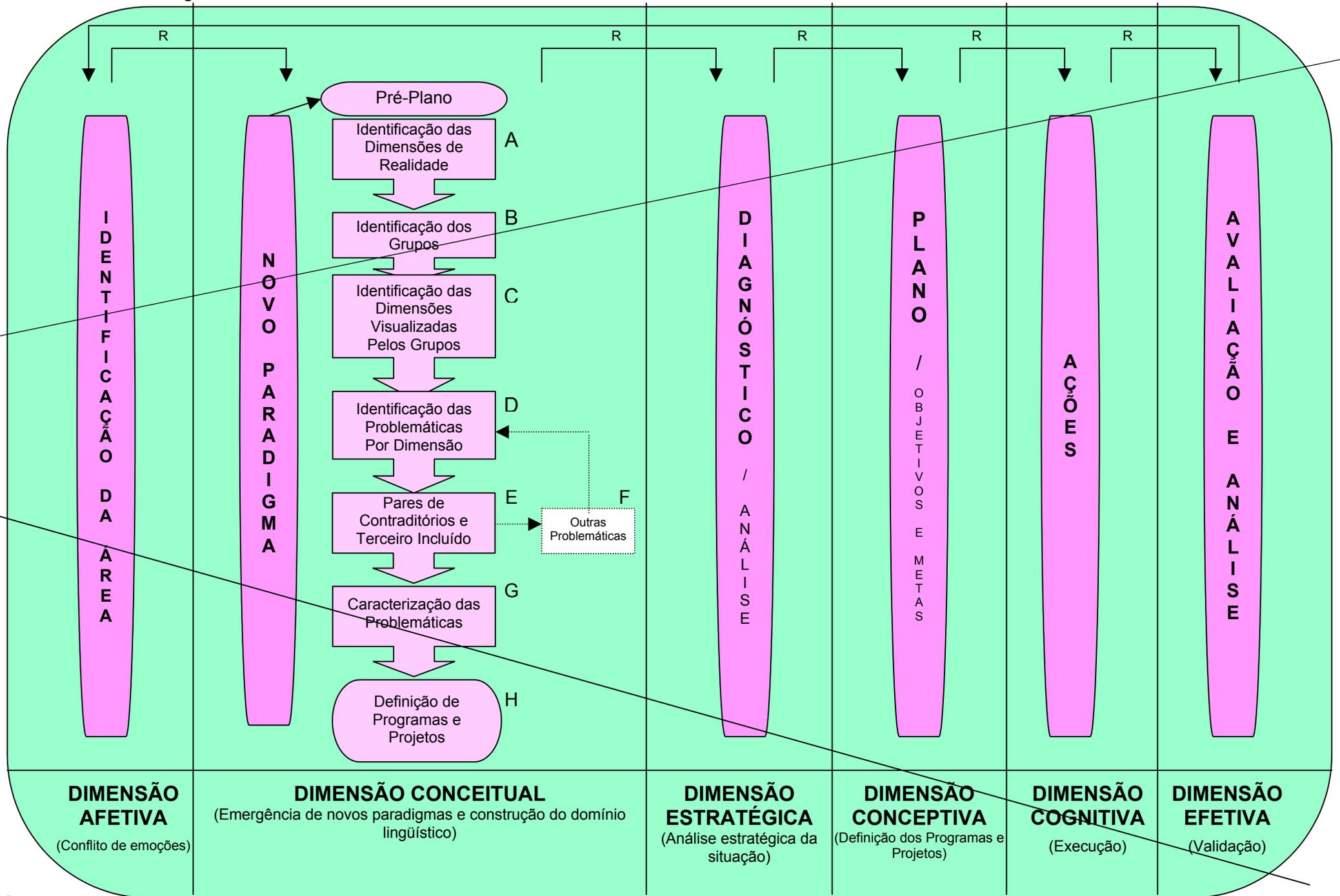
- Item 3 - Identificação da perspectiva metodológica transdisciplinar: Após a realização do estudo teórico acerca da transdisciplinaridade, bem como o que a fundamenta, identificou-se a perspectiva transdisciplinar metodológica, mais especificamente, a abordagem proposta para temas ambientais de Silva (2000) e, dessa forma, se pensou numa abordagem para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs.
- Item 4 - Proposta da metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs: Tendo sido realizada a fundamentação teórico-empírica e a verificação da situação atual do planejamento, sentiu-se a necessidade de propor uma metodologia para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs, à luz da perspectiva transdisciplinar. Eis que surge, então, a metodologia complementar para a devida validação desta tese de doutoramento.

4.2.1.2 Fluxograma da abordagem transdisciplinar para o ecoturismo

O fluxograma a ser apresentado neste item refere-se à inserção da proposta para a tese de doutoramento e diz respeito à abordagem transdisciplinar para processo de planejamento e gestão do ecoturismo já existente. Portanto, a metodologia proposta não pretende excluir as demais já existentes, e sim, contribuir ou complementar as etapas do processo a que elas já fazem referência.

O fluxograma (figura 40) será apresentado e explicado no decorrer deste item, como segue:

Figura 40: METODOLOGIA TRANSDISCIPLINAR PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ECOTURISMO EM UCS



R: Retroalimentação
 VAC: Verticalidade de Acesso Cognitivo

— Passos regulares a serem seguidos
 - - - Situações diversas ou possíveis de serem repetidas

SUJEITO

VAC

4.3 Explicando a metodologia transdisciplinar

A proposta metodológica apresentada tem o intuito de estabelecer um processo transdisciplinar para as metodologias que já existem e/ou apresentar um complemento importante para o ecoturismo, principalmente em UCs.

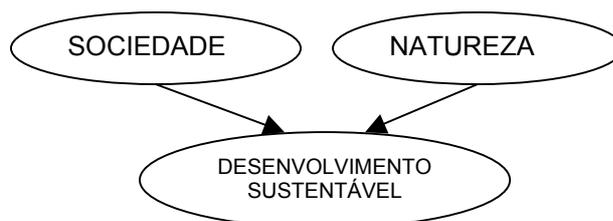
O fluxograma está composto por 6 (seis) diferentes dimensões de realidade (Silva, 2000), as quais foram explicadas na fundamentação teórico-empírica. Para que se compreenda a inserção das etapas metodológicas do planejamento e gestão do ecoturismo em UCs na “perspectiva transdisciplinar metodológica” de Silva (2000), serão explicitados os níveis dimensionais de percepção e realidade em itens separadamente, a fim de contextualizar o surgimento de cada etapa constante na metodologia proposta nesta pesquisa.

Ressalta-se que cada nível dimensional de realidade e percepção é caracterizado por um par de contraditórios cuja resolução se processa com a inclusão de um terceiro elemento que se encontra em um nível imediatamente posterior, transcendendo dessa forma o conflito e culminando na emergência de um novo par de contraditórios. O processo inicia-se no nível dimensional afetivo até que se chegue no nível efetivo, o qual retorna ao afetivo numa retroalimentação que garante a sua efetividade.

4.3.1 Dimensão afetiva

A dimensão afetiva é caracterizada pelos pares de contraditórios “sociedade” e “natureza”. O conflito se dá no campo das emoções (dimensão afetiva) em que, no âmbito do ecoturismo, o conflito se estabelece em função da dinâmica vigente no processo do ecoturismo, na qual a “sociedade” apropria-se da “natureza” num processo de degradação ambiental⁵⁰. O terceiro elemento incluído (da dimensão conceitual) capaz de solucionar esta problemática é o “desenvolvimento sustentável”.

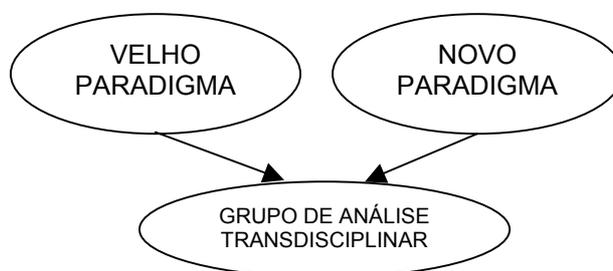
⁵⁰ A natureza não “fala” a linguagem humana...e quando “grita”..já é o caos!



Na dimensão afetiva, insere-se a etapa de “Identificação da área” natural protegida de interesse para o desenvolvimento do ecoturismo onde se verificam os conflitos (homem X natureza) já estabelecidos na região/localidade onde ela está localizada.

4.3.2 Dimensão conceitual

A dimensão conceitual é caracterizada pelos pares de contraditórios: “velho paradigma” e “novo paradigma”. O terceiro elemento incluído (da dimensão estratégica) capaz de solucionar esta problemática é o “grupo de análise transdisciplinar”.



O “velho e o novo paradigma” são representados pelo conjunto de conceitos e concepções acerca da sustentabilidade e o conjunto de conceitos de cada uma das disciplinas (áreas do conhecimento) envolvidas. O “grupo de análise transdisciplinar” é o elemento capaz de solucionar o conflito, uma vez que seria um grupo composto por vários especialistas e seus respectivos universos disciplinares, reunidos, sob coordenação solidária cooperativa, á luz do que se convencionou chamar atitude transdisciplinar: o rigor, a tolerância e a abertura.

Na dimensão conceitual insere-se a etapa chamada de “Novo Paradigma”, onde se pretende construir a partir dos cinco conceitos operativos (biosfera, ambiente, cidadania ambiental, desenvolvimento sustentável e saúde integral) e das cinco eras

históricas de resgate das relações entre a sociedade e natureza (formação dos ecossistemas, formação do ambiente, início da degradação, crise atual e era das relações sustentáveis) o chamado Pré-Plano⁵¹.

O Pré-Plano é construído a partir da percepção dos diferentes atores envolvidos no processo do ecoturismo e é caracterizado pelos contraditórios “velho e novo paradigma”. Esta etapa pretende investigar as dimensões de sustentabilidade percebidas pelos indivíduos e/ou grupos, bem como os conflitos também percebidos.

Este item possui um desdobramento na proposta transdisciplinar em questão, tendo sido aplicado o teste no meio acadêmico, cujos passos seguem explicados a seguir:

- A - Identificação das dimensões de realidade: Abordagem transdisciplinar para a identificação das dimensões de realidade do ecoturismo.
- B - Identificação dos grupos: Identificação dos grupos (elementos/atores) que interagem no processo.
- C - Identificação das dimensões visualizadas pelos grupos: Identificados os grupos (elementos/atores) que interagem no processo do planejamento do ecoturismo, solicita-se que cada grupo (comunidade, empresários, poder público, academia, etc) identifique quais dimensões de realidade/sustentabilidade (social, econômica, ambiental, afetiva, espacial, cultural, etc) visualiza no caso da intervenção ecoturística na área.
- D - Identificação das problemáticas por dimensão: O grupo identifica nesta etapa, quais as problemáticas que existem, ou emergem de cada dimensão identificada por eles.
- E - Pares de contraditórios e terceiro incluído (das problemáticas): O grupo identifica o “par de contraditórios” e o “terceiro elemento incluído” de cada problemática identificada em cada dimensão.
- F - Outras problemáticas: No caso de surgir outra problemática a partir da etapa E, retorna-se para a etapa D.
- G - Caracterização das problemáticas: Depois de identificados o “par de contraditórios” e o “terceiro incluído” de cada problemática, cada grupo deve reconhecer e caracterizar as problemáticas em cada dimensão (a partir destes três elementos)

⁵¹ Pré-Plano: a dinâmica a ser apresentada no desenvolver desta dimensão resultará na proposição de ações que poderão objetivar o Plano (dimensão conceitual).

- H - Definição de programas e projetos: Tendo completado as etapas anteriores, cada grupo deverá definir os programas e projetos necessários para cada dimensão, de acordo com as problemáticas visualizadas. Estes programas e projetos constituirão o plano ecoturístico da área a ser planejada.

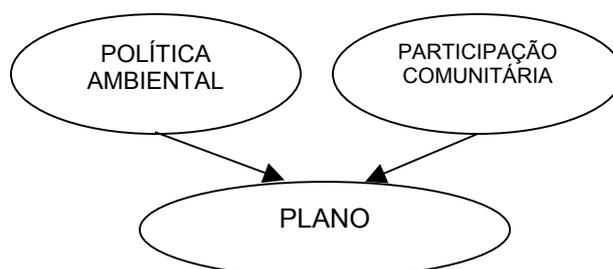
Esta etapa possibilita a identificação de dimensões de realidade de acordo com o “sagrado” de cada indivíduo/grupo, o que garante a visualização da área a ser planejada, a partir de diferentes níveis de realidade e de percepção.

O ambiente deve “manifestar-se” também, porém esta é uma limitação que há na pesquisa e na metodologia transdisciplinar, pois, entender a manifestação do ambiente exige uma lógica não-humana de compreensão das “realidades ambientais”. Neste contexto, os grupos devem adotar uma postura de rigor e sensibilidade, o que pode em alguns casos, inviabilizar a atividade ecoturística em determinadas áreas. Sendo assim, esta etapa revela-se importante, uma vez que, em caráter sistêmico de planejamento do ecoturismo, uma vez existindo o potencial atrativo para o desenvolvimento da atividade e empreendedores dispostos a investir, conceber o “não planejamento” é nulo.

O importante, porém, nesta metodologia é a abertura ao que nos torna mais próximos da Origem; a sensibilidade, o rigor e a tolerância ao diferente. O campo da Dimensão Conceitual é caracterizado pela emergência de novos paradigmas e pelo estabelecimento do domínio lingüístico que identificará os conceitos-chave e entendimentos acerca das temáticas a partir dos envolvidos no processo.

4.3.3 Dimensão estratégica

A dimensão estratégica é caracterizada pelos pares de contraditórios “política ambiental” e “participação comunitária” onde o terceiro elemento incluído (da dimensão conceptiva) capaz de solucionar esta problemática é o “Plano”.

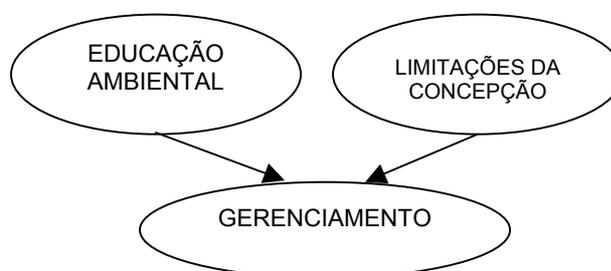


A “política ambiental” e a “participação comunitária” emergem uma vez que são revelados no diagnóstico estratégico realizado para o ecoturismo em UCs. Para que o diagnóstico e análise realizados pelo grupo transdisciplinar obtenha resultados positivos, há a necessidade de amparos legais que salvaguardem a sustentabilidade e a sua operacionalidade. Emergem as “políticas ambientais” que devem estabelecer mecanismos eficientes de controle do uso, manejo e conservação dos recursos naturais em questão e a “participação comunitária” que é fundamental neste processo para garantir o respeito e a sustentação de tais políticas (sendo importante a representação efetiva por pessoas qualificadas ao fim proposto) O terceiro elemento é dado pelo “Plano”, uma vez que revela-se como a concepção estratégica, na qual é considerado todo o produto do processo (planejamento) realizado na dimensão anterior.

Sendo assim, na dimensão estratégica insere-se a etapa chamada de “Diagnóstico/Análise” da situação da área, tanto técnica quanto empírica, por meio de ferramentas como o inventário turístico (SWOT, ou outro), Diagnóstico, Prognóstico, Zoneamento e Consultas (comunidade, ONGs, órgãos públicos, empresários e outros que se julgarem necessários para cada caso).

4.3.4 Dimensão conceitual

A dimensão conceitual é caracterizada pelos pares de contraditórios “educação ambiental” e “limitações da concepção” onde o terceiro elemento incluído (da dimensão cognitiva) capaz de solucionar esta problemática é o “Gerenciamento”.



O par de contraditórios é dado pela tensão essencial que se estabelece entre a concepção da pesquisa formulada pela equipe e a realidade ontológica onde o Plano irá atuar. Uma vez que, no ecoturismo, os elementos da natureza e as ações da

sociedade revelam-se complexos a “educação ambiental” emerge na intenção de resultados em longo prazo e as “limitações da concepção” surgem após a implantação do Plano. O terceiro incluído é o “gerenciamento” estabelecido num processo cognitivo (de aprender com o seu próprio operar no ambiente que lhe cerca) epistêmico, pedagógico e metodológico. O trabalho de discussão com a equipe atuante no processo deve se realizar constantemente, embasados nos paradigmas transdisciplinares que fundamentam a prática do ecoturismo nesta proposta metodológica. Há a necessidade de atuação pedagógica, onde os objetivos de desenvolver o conhecimento sejam permanentes tanto na equipe em ação, quanto na comunidade envolvida. Estabelecer uma metodologia de execução do Plano é fundamental para um transcorrer de acordo com os princípios da sustentabilidade.

Na dimensão conceitual insere-se, portanto, a etapa do “Plano/Objetivos e Metas”. O estabelecimento do “Plano ecoturístico” com os objetivos e metas que o norteiam e a partir disso, estabelecer a definição de programas e projetos, selecionando-os de acordo com as ações propostas na Dimensão Conceitual, Estratégica e Conceptiva, pelos grupos integrantes no processo.

Esta etapa poderá estar alicerçada em metodologias para a sua execução como o modelo PEDs, de Silva (1998), já mencionada, ou então por outro modelo pedagógico que se apresente mais adequado para a realidade em questão, a ser definido e/ou concebido pelo “grupo de análise transdisciplinar” no momento da necessidade para a condução do processo decisório e conceptivo do Plano.

Um dos problemas existentes nas metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo reside no fato de que o Plano, normalmente é definido e executado a partir das necessidades empresariais. Sendo assim, o aspecto econômico acentua-se em função da pressão exercida pelas empresas turísticas em obter retorno financeiro imediato.

Estabelecendo-se um Plano a partir da visualização das diferentes dimensões de realidade e percepção e das ações apontadas pelos diferentes grupos que atuarão, ou sofrerão influência do ecoturismo, fica garantido ao menos, um planejamento mais sustentável.

4.3.5 Dimensão cognitiva

A dimensão cognitiva é caracterizada pelos pares de contraditórios “poder de ação” e “poder comunitário” onde o terceiro elemento incluído (da dimensão efetiva) capaz de solucionar esta problemática é o “pragmatismo da causa”.

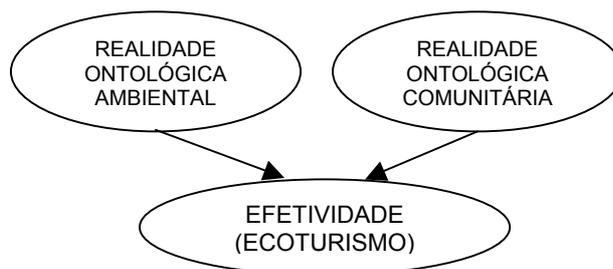


O par de contraditórios é uma relação de poder agregador das informações produzidas e dos conhecimentos construídos pelo que se pretende contra o poder desagregador das culturas políticas e institucionais vigentes sobre o ambiente trabalhado. O “poder de ação” surge como um fator favorável ao desenvolvimento do plano ecoturístico adequado e sustentável para a utilização da sociedade diretamente envolvida no processo. O “poder comunitário” surge fundamentado na educação ambiental, uma vez que a sustentabilidade depende das gerações atuais e constitui-se em uma questão complexa, pois sua aplicação exigirá mudanças na produção e no consumo, em formas de viver e de pensar. O terceiro incluído é o “pragmatismo da causa” identificando o verdadeiro com o útil, ou seja, a real utilidade da causa - (o ecoturismo).

Na dimensão cognitiva inserem-se as “Ações”, sendo o estabelecimento das ações do Plano a serem implementadas. Este item é caracterizado pela execução do Plano em si.

4.3.6 Dimensão efetiva

A dimensão efetiva é caracterizada pelos pares de contraditórios “realidade ontológica ambiental” e “realidade ontológica comunitária” onde o terceiro elemento incluído capaz de solucionar esta problemática é a “efetividade - ecoturismo”.



O par de contraditórios da dimensão efetiva é a efetivação do processo do ecoturismo, pois estes contraditórios encontram transcendência retornando à dimensão “afetiva”.

Na dimensão efetiva inclui-se a etapa “Avaliação e Análise”: A avaliação e análise do Plano incluem os resultados alcançados, monitoramento, consulta aos elementos/atores que interagem no processo de planejamento e gestão do ecoturismo.

Esta ação de avaliação e análise deverá ser estabelecida de maneira continuada, sendo que está caracterizada pela verificação da validade do Plano, ou seja, sua efetividade, pois diz respeito à relação entre a eficiência dos diversos fluxos de informação e consciência no processo transdisciplinar com a eficácia de aplicação de seus resultados junto à sociedade. Uma vez que o terceiro incluído desta dimensão é justamente a efetividade (da relação entre eficiência e eficácia), este item remete à dimensão afetiva, finalizando o ciclo operacional, porém abrindo o ciclo das diversas possibilidades que poderão emergir e exigir um novo construto no processo de planejamento e gestão do ecoturismo.

5. VALIDAÇÃO DA PESQUISA

A validação da metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs, proposta para a tese foi realizado na FASSESC, no curso de graduação em turismo, com os acadêmicos regularmente matriculados na disciplina de Ecoturismo.

A validação foi realizada em duas etapas: o “pré-teste” e o “teste”.

O período de realização do pré-teste compreendeu os meses de abril, maio e junho de 2005 num universo de 54 (cinquenta e quatro) alunos e testou o comportamento do meio acadêmico no que se refere à aplicação da metodologia descrita no item 2 do “fluxograma da abordagem transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo” (figura 40). O pré-teste realizado não possuiu a interferência da pesquisadora no que diz respeito à sua elaboração. A pesquisadora mediou o processo, no que se refere à condução metodológica.

No segundo semestre de 2005 (agosto a dezembro), o teste foi executado, com turmas distintas na mesma disciplina, num universo de 37 (trinta e sete) alunos, e também foi realizada a orientação de 3 (três) trabalhos de conclusão de curso com esta abordagem, sendo que um dos trabalhos orientados se referiu a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, área também escolhida pelos acadêmicos para o teste da metodologia desenvolvida.

Com base na técnica de análise de conteúdo (já descrita nos procedimentos metodológicos dessa tese), foram selecionados os conteúdos que mais se destacaram durante o processo de validação. Estes conteúdos foram selecionados pelos grupos participantes em conjunto com a professora (pesquisadora desta tese).

5.1 Processo de validação e resultados

Para a realização da validação da metodologia proposta empregaram-se os seguintes instrumentos, tanto para a coleta de dados quanto para a própria validação (figura 41):

INSTRUMENTOS	DESCRIÇÃO
Observação simples	Inexistência de planejamento prévio.
Observação participante	Registros realizados à medida que os eventos ocorriam.
Análise de trabalhos arquivados	Análise de trabalhos realizados pelos acadêmicos nos anos de 2002/2003/2004 (anterior a metodologia proposta).
Entrevista focalizada	Os entrevistados falavam livremente.
Teste e análise documental	Coleta e análise dos registros feitos pelos participantes do meio acadêmico em teste realizado em 2005 .
Entrevista semi-estruturada	Realizada com os responsáveis de 4 (quatro) operadoras de mergulho atuantes na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.
Análise dos participantes	Análise da metodologia por parte dos acadêmicos mais atuantes no processo.
Análise por pares	Análise da metodologia e do teste, realizada pela orientadora (profa. Édis Mafra Lapolli).

Figura 41: Coleta de dados e validação

Quando aos critérios estabelecidos para validação dessa tese e de acordo com os critérios já descritos dados por Merriam (1998), Creswell (1998), Alves-Mazzotti & Gewanznajder (2001) e Yin (2003). tem-se:

- Validade interna (credibilidade): foram aplicadas a triangulação para a coleta de dados, verificação pelos participantes, o exame realizado pelo pesquisador com a orientadora da pesquisa.
- Validade externa (transferibilidade): uma vez que a validação foi realizada por meio de um teste no âmbito acadêmico, tem-se que a generalização obtida deve ser analítica (e não estatística), conforme expõe Yin (2003). Este resultado, portanto, deve ser generalizado para um determinado corpo teórico, isto é, deve ser empregado para a geração de teorias, a partir da emergência de novos paradigmas e abordagens para o Turismo de modo geral. Acredita-se ainda, que a metodologia possa ser útil para outras áreas do conhecimento também, como a Engenharia Ambiental, Geografia, Engenharia Civil, Biologia, quando da relação destas com as interferências humanas.
- Validade de constructo (consistência): Foram estabelecidas múltiplas fontes de evidência e a cadeia destas evidências é garantida pela documentação dos dados coletados e a metodologia foi analisada pelos acadêmicos participantes.

- **Confiabilidade (confirmabilidade):** A pesquisadora não interferiu nas observações e opiniões dos acadêmicos participantes, procurando manter a objetividade e a isenção. O material coletado dos acadêmicos foi arquivado para possíveis consultas futuras.

A validação foi implementada por meio da análise de um cenário onde o fenômeno foi observado, qual seja: o meio acadêmico de uma instituição específica. O ambiente escolhido para validar esta tese se deu pelo fato de ser considerado o mais adequado em se tratando de uma nova abordagem e já afirmado no referencial teórico desta tese, por Kuhn (2001).

Além disso, como este trabalho tem o intuito de expandir e complexificar uma abordagem, Yin (2003) sugere o emprego deste tipo de validação.

5.1.1 Observação simples

A observação simples foi realizada desde o início da pesquisa para esta tese (agosto de 2002 a dezembro de 2005) no intuito de obter elementos acerca do problema pesquisado nesta tese e assim, elaborar os constructos, Inexistiu um planejamento elaborado previamente porém alguns registros foram sendo realizados na medida em que os eventos aconteciam no período citado.

Segundo Gil (1999), alguns pontos devem ser observados em análise preliminar deste tipo de observação, quais sejam:

- a) Os atores (protagonistas) - Quem eram os participantes? Quem eram os líderes? Quantos eram?
- b) O cenário - Onde as pessoas se situam? Quais as características desse local?
- c) O comportamento social - O que realmente ocorre em termos de pesquisa?

O resultados da coleta dos dados podem ser observados na figura 42:

	OBSERVAÇÃO SIMPLES
ATORES	-Os participantes eram os acadêmicos da disciplina de Ecoturismo; -O número era variável nos semestre em função dos alunos regularmente matriculados (desde 2002/2 até 2005/2); -Considerou-se como “líderes” os acadêmicos que estavam realizando os TCCs nos referidos anos, bem como o articulador do documento final do trabalho realizado ao final de cada semestre.
CENÁRIO	- Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina; - Os alunos eram do Curso de Turismo, matriculados regularmente na disciplina de Ecoturismo.
COMPORTAMENTO SOCIAL	- Desenvolvimento de pesquisa, por meio dos trabalhos realizados em sala de aula na disciplina de ecoturismo para apresentação à comunidade acadêmica da referida faculdade.

Figura 42: Resultados da observação simples

Outro tipo de observação realizada foi a observação participante que obteve os seguintes resultados:

5.1.2 Observação participante

De acordo com Gil (1999), a observação participante consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. No caso explicado por Gil, o observador assume o papel de um membro do grupo.

Em alguns momentos se deu a observação participante, como segue:

- Durante a realização dos trabalhos acadêmicos em sala de aula, na disciplina de Ecoturismo da FASSESC, através de estudos de caso (de 2002/1 até 2005/2);
- Em análise e discussão das metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo realizadas em sala de aula com os acadêmicos do curso de Turismo da FASSESC, na disciplina de Ecoturismo (de 2002/12 até 2005/2);
- Durante as visitas técnicas realizadas (de 2002/1 até 2005/2) com os acadêmicos do curso de Turismo, na disciplina de Ecoturismo da FASSESC, no município de Florianópolis nas seguintes áreas: Parque Municipal Manguezal do

Itacorubi, Parque Municipal João David Ferreira Lima, Parque Municipal da Lagoa da Conceição, Parque Municipal da Lagoa do Peri, APP Cidade das Abelhas, APP da Costa da Lagoa, APP da Ponta do Gravatá e RPPN Morro das Aranhas,

- Em seminários realizados na FASSESC com os acadêmicos do curso de Turismo nos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, no dia Mundial do Turismo (27 de setembro), quando da temática “planejamento e gestão do turismo”;
- Nas orientações de 19 (dezenove) TCCs e 21 (vinte e um) Estágios Supervisionado Obrigatório na área do ecoturismo realizados no período compreendido entre 2001/1 e 2005/2.

5.1.3 Análise de trabalhos arquivados

Foram analisados os trabalhos em grupo, realizados pelos acadêmicos da disciplina de Ecoturismo, do curso de graduação em Turismo da FASSESC. Estes trabalhos em grupo (composto por quatro ou cinco alunos) eram os trabalhos finais da disciplina, sendo realizados sempre no final de cada semestre letivo, tendo sido, nesta etapa, analisados os resultados dos trabalhos entregues pelos alunos no período compreendido entre 2002/2 e 2004/2..

A proposta de trabalho incluía os seguintes itens, conforme figura 43:

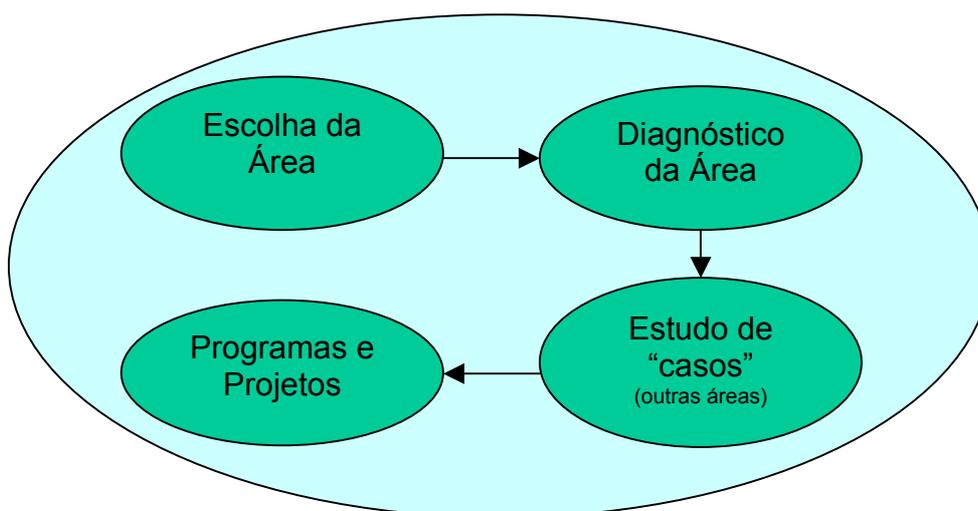


Figura 43: Proposta de trabalho final da disciplina de ecoturismo

A proposta de trabalho final consistia em:

- a) Escolha da área: onde o grupo de alunos deveria escolher uma área a ser estudada para desenvolver uma proposta de Programas e Projetos para o local. A área deveria estar localizada, preferencialmente na região metropolitana de Florianópolis;
- b) Diagnóstico da área: o grupo de alunos deveria realizar o diagnóstico da área (inventariamento dos atrativos naturais e histórico-culturais, infra-estrutura básica, turística e de apoio, aspecto legal, plano de manejo conflitos);
- c) Estudo de “casos”: o grupo de alunos deveria realizar o estudo de caso de algumas áreas com características similares, ou com o estabelecimento do ecoturismo igualmente similar ao que o grupo estaria propondo para a área escolhida. Esta etapa consistia em pesquisar os aspectos positivos e negativos do ecoturismo em outras áreas, a fim de minimizar as possibilidades da repetição de “erros” já diagnosticados e avaliados.
- d) Programas e Projetos: o grupo de alunos deveria criar programas (no mínimo um) e projetos (no mínimo dois) para a área escolhida, detalhando-os (apresentação, objetivos, justificativa, atividades a serem desenvolvidas, público-alvo, necessidade de quais áreas do conhecimento para implementação, sugestões e/ou idéias empreendedoras, considerações finais)

O intuito dos trabalhos era avaliar os conhecimentos apreendidos durante a disciplina, embora a proposta não contemplasse o planejamento e a gestão integral de uma área. O recorte justifica-se, uma vez que o tempo disponibilizado aos alunos para a realização do trabalho era de um mês e meio, em função de outros conteúdos que eram desenvolvidos a partir da ementa da matéria, constantes no plano de ensino, numa carga horária de 72 horas/aula.

Dentre as diversas análises realizadas a partir de vários níveis de percepção da pesquisadora, selecionaram-se os principais resultados destes trabalhos finais, que culminou no incentivo e fortalecimento do estudo proposto por esta tese, quais sejam:

- Ao escolher a área os acadêmicos optavam por locais que já possuíam intervenção turística desordenada, sobretudo na Ilha de Santa Catarina. Este fato

poderia ser analisado por duas maneiras, no intuito de visualizar a problemática disso para a proposição dos programas e projetos: primeiro, sendo área que já possui intervenção, a tendência era ordenar o que já existia, sem a preocupação de definir o que seria mais adequado para a área; segundo o estudo passava a exigir pouco do aluno, que não estabelecia a crítica e a reflexão acerca dos conflitos decorrentes na área.

- Ao realizar o diagnóstico, os alunos limitavam-se a inventariar os aspectos que estavam “dentro” dos limites da área, considerando os aspectos “fora” dos limites da área como secundários no processo, dando pouca relevância às populações residentes, embora a disciplina atentasse para o fato da necessidade da participação comunitária.
- Ao realizar os estudos de caso, obtinham-se dados de situações enfrentadas em áreas estrangeiras, com características diferentes no âmbito social e econômico, além das diferenças na legislação ambiental e nos recursos que elas dispõe, diferente do Brasil, e no caso em especial, no município de Florianópolis.
- Ao propor os programas e projetos, além de realizar o já citado anteriormente, não eram estabelecidas as conexões entre o diagnóstico realizado, com as lições aprendidas nos casos estudados e as atividades que propunham. Outro fato observado foi que os acadêmicos tendiam a se posicionar como empresários, propondo o estabelecimento de empreendimentos que nem sempre condiziam com os ideais sustentáveis da região escolhida. Sendo assim, percebeu-se que o “viés” era o percebido no referencial do ecoturismo, ou seja o aspecto econômico como o propulsor e regulador da atividade.

A partir desta análise, dentre outras realizadas no âmbito teórico e acadêmico, despertaram o interesse da pesquisadora em desenvolver a proposta transdisciplinar para o planejamento e a gestão do ecoturismo em UCs.

5.1.4 Entrevista focalizada

Esta técnica foi utilizada no âmbito acadêmico, na disciplina de ecoturismo da FASSESC como atividade final da disciplina, onde os alunos socializavam os

trabalhos finais elaborados (explicados no item anterior) e o submetiam a crítica e avaliação da professora e dos demais colegas de sala. Esta dinâmica foi realizada no período compreendido entre 2002/2 e 2004/2.

Na entrevista focalizada os entrevistados (grupos de alunos) falavam livremente sobre os trabalhos realizados.

O objetivo da entrevista focalizada, era conhecer a amplitude e os detalhes de cada trabalho realizado pelos alunos, bem como observar o comportamento e a avaliação que os alunos realizavam de seu próprio trabalho quando do questionamento de alguns itens que a professora e os demais alunos realizavam. Ao final a turma realizava a análise final, juntamente com a pesquisadora, pontuando os aspectos positivos e os aspectos limitantes de cada trabalho.

A partir dos comentários dos entrevistados e objetivando registrar pontos que comprovassem a necessidade de uma abordagem transdisciplinar para o ecoturismo, surgiu a idéia do “teste” a ser aplicado no ano de 2005 com os acadêmicos da mesma disciplina, na mesma instituição de ensino.

5.1.5 Teste e análise documental

Em 2005 foi realizado um “teste”, no âmbito acadêmico, na disciplina de Ecoturismo (do curso de graduação em Turismo da FASSESC) no intuito de validar a metodologia proposta para esta tese, bem como submeter à análise do universo acadêmico que se ocupa a estudar o fenômeno do turismo, ou seja, alunos regularmente matriculados no curso de Turismo.

Conforme já explicado anteriormente, o “teste” foi realizado em duas etapas: o “pré-teste”, realizado no semestre letivo 2005/1; e o “teste”, realizado no semestre letivo 2005/2.

A partir da análise dos registros que foram feitos pelos participantes do meio acadêmico no teste realizado em 2005 selecionou-se os itens que apresentaram mais aderência à proposta da tese. A seleção foi realizada pela análise dos documentos produzidos em duas etapas: 1) a partir da entrevista focalizada, onde os alunos realizavam a análise e discussão dos resultados dos trabalhos finais em grupo, ressaltando os itens mais relevantes. 2) posterior a etapa 1, a pesquisadora

identificou os itens que apresentavam semelhança e selecionou, dentre eles, os que apresentavam mais clareza na sua exposição.

Sendo assim, o teste compreendeu cinco passos a serem apresentados:

1. **Primeiro passo:** os acadêmicos escolheram uma área natural protegida que possui atrativos potenciais para o desenvolvimento do ecoturismo na região metropolitana de Florianópolis/Santa Catarina/Brasil, porém com conflitos estabelecidos entre poder público, ONGs, comunidade de entorno, empresas turísticas e ecoturistas, em área com uso ecoturístico já estabelecido, optando pela Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, localizada no município de Governador Celso Ramos, já apresentada e caracterizada nos estudos de caso desta tese.

Os acadêmicos identificaram a categoria da UC, sendo Unidade de Proteção Integral, com o uso ecoturístico proibido, salvo nas especificações dadas no Plano de Manejo que institui o limite máximo de 20 (vinte) pessoas por dia para a realização do mergulho com fins de pesquisa e/ou educacional, devidamente acompanhadas por monitor da Reserva e sob autorização do órgão responsável legal.

Identificada a área e seus marcos legais e após a realização de entrevista semi-estruturada⁵² (realizada pelo acadêmico Rodrigo Pereira Cardoso, utilizada em seu TCC) com proprietários de Operadoras de Mergulho, constatou-se, em um primeiro momento a emergência de diversos conflitos entre as empresas, comunidade, ONG e órgão público responsável pela reserva (IBAMA).

2. **Segundo passo:** a partir dos conflitos visualizados, os acadêmicos definiram 8 (oito) dimensões de realidade, alicerçados nos princípios de sustentabilidade do turismo e na perspectiva metodológica transdisciplinar, quais sejam: dimensão social, dimensão cultural, dimensão econômica, dimensão afetiva, dimensão cognitiva, dimensão conceitual, dimensão administrativa e dimensão temporal.

3. **Terceiro passo:** no intuito de testar a dinâmica das problemáticas decorrentes das dimensões elencadas, os acadêmicos identificaram 1 (uma) problemática decorrente de cada dimensão, no intuito de realizar o teste de suas proposições (pares de contraditórios e terceiro incluído) no que se refere às ações objetivadas que emergiram a partir da problemática, porém ressalta-se que são

⁵² Os resultados da entrevista semi-estruturada serão apresentados no item 5.1.6.

inúmeras as problemáticas que podem ser visualizadas em cada dimensão de realidade, a partir do olhar subjetivo de cada indivíduo ou de cada grupo de indivíduos.

4. **Quarto passo:** a partir da problemática percebida, os acadêmicos identificaram o par de contraditórios, ou seja, os elementos conflitantes que emergem da problemática e o terceiro incluído, que emerge na tentativa de mediar o conflito. Sendo assim, este passo utilizou a lógica do terceiro incluído constante na metodologia transdisciplinar e apresentada no referencial teórico-empírico desta tese.

5. **Quinto passo:** os acadêmicos elaboraram 1 (uma) ação que poderia ser implementada como 1 (um) programa ou projeto dentro do plano ecoturístico que estaria sendo considerado na Dimensão Conceptiva (dentro da metodologia proposta nesta tese). Foi assim realizado em função de que se tratava de um teste, pois num âmbito complexo, poderiam emergir diversas ações e em consequência outros diversos programas ou projetos para um plano ecoturístico, dependendo da área de interesse e também do interesse das partes envolvidas no processo.

Na seqüência, serão apresentados os passos 3, 4 e 5 (todos juntos), tal como os acadêmicos os conceberam, lembrando que não houve alteração nas proposições dos alunos pela autora desta tese, na intenção e compromisso de garantir a exposição da realidade tal como se sucedeu na preparação desta etapa do teste:

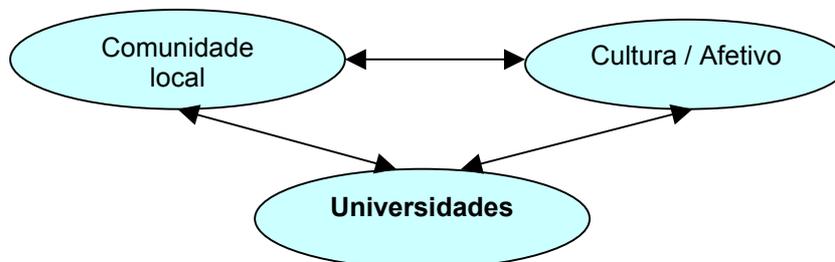
- Dimensão social

Esta dimensão emergiu a partir dos estudos realizados na REBIO do Arvoredo, onde uma problemática identificada a partir da verificação de conflitos de interesses no tocante ao uso da área, por diferentes classes sociais em diferentes situações e necessidades deste uso. Uma vez que o Plano de Manejo foi realizado com a participação da comunidade (embora com poucos representantes), os acadêmicos levantaram o seguinte questionamento:

Problemática: Alguns autores afirmam que estamos vivendo em um período de transição na nossa sociedade: de moderna para pós-moderna. Porém, alguns aspectos tornam esta transição contraditória, isto é, temos milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, conflitos por posse de terras, entre outros. A grande dúvida é: será que as diferentes realidades (esferas) de nossa sociedade

(comunidade) em situações culturais e sociais diferentes, possuem condições adequadas para discutir, planejar e administrar as questões ambientais e suas relações com o ecoturismo?

Par de Contraditórios e Terceiro Incluído:

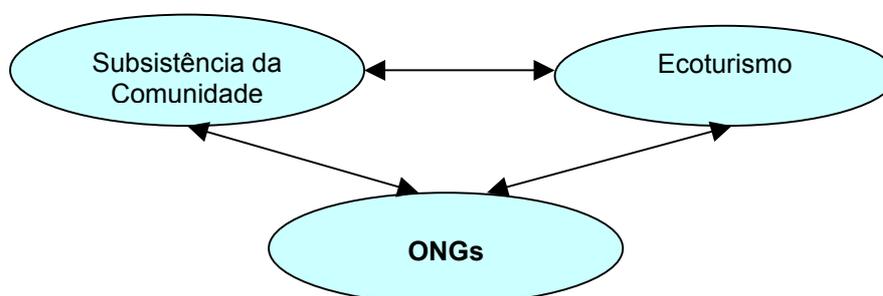


Ação das Universidades: Criar projetos de integração entre as diferentes classes sociais e diferentes faixas etárias, por meio de eventos e workshops (em práticas das disciplinas de planejamento e organização de eventos) que sensibilizem e contribuam no processo pedagógico-educacional, na interface com o ambiente e o ecoturismo, nas comunidades receptoras e de entorno de áreas que possuem potencial para o desenvolvimento do ecoturismo.

- Dimensão cultural

Esta dimensão foi identificada a partir da constatação da existência de determinadas atividades, como por exemplo à realização da pesca artesanal nas proximidades da REBIO. A partir disso e observando que existe, embora a legislação não permita, a interferência de determinadas atividades de pesca, tanto para subsistência quanto comercial e atividades ecoturísticas clandestinas, inclusive evidenciadas por acadêmicos que as realizavam na própria Unidade, como a pesca submarina:

Problemática: A implementação de um plano ecoturístico para o local, pode interferir na vida da comunidade nativa que realiza a pesca artesanal, em certas épocas do ano, tendo em vista o desenvolvimento de atividades ecoturísticas na região, tais como o mergulho, a pesca submarina, o *surf*, entre outros?



Ação das ONGs: Delimitar áreas para a prática das atividades ecoturísticas, no intuito de não influenciar as atividades cotidianas da população nativa do entorno da REBIO, além de estabelecer centros e/ou locais de observação das atividades pesqueiras para os ecoturistas.

Os acadêmicos estabeleceram esta ação a partir da leitura que fizeram do Plano de Manejo que, sob o ponto de vista deles, não foi adequado tendo em vista o desenvolvimento do ecoturismo, que ficou seriamente comprometido, como já explicitado no estudo de caso, além do comprometimento de determinadas áreas de pesca artesanal realizada por pescadores há anos.

- Dimensão econômica

A comunidade de entorno da Reserva, a exemplo de situações ocorridas em Galápagos, participa muito pouco dos lucros advindos do ecoturismo, sobretudo nas atividades de mergulho realizadas por operadoras de mergulho que prestam os serviços de captação, agenciamento, transporte e monitoramento dos ecoturistas para a área.

Problemática: Como o poder público municipal (dos municípios envolvidos e que fazem parte do entorno) pode contribuir para o desenvolvimento sustentável da Reserva (instituída por legislação federal) e da região do entorno, mediando diversos conflitos com a comunidade local e iniciativa privada, no que se refere ao uso da área e o estabelecimento de empresas turísticas na região?

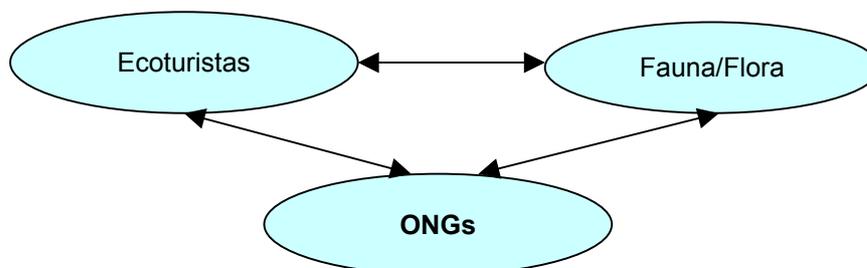


Ação do Poder Público (estadual e municipal): Financiar estudos e pesquisas, bem como fiscais e monitores locais para o controle do uso na área, recebendo verbas estabelecidas em concessões cedidas (em acordo com a comunidade) à iniciativa privada que poderia ser beneficiada pela contrapartida de determinados incentivos fiscais.

- Dimensão afetiva

Na percepção afetiva, os acadêmicos atentaram para o fato de que o ambiente é “domesticado ao satisfazer das necessidades humanas” no tocante ao ecoturismo. Sendo assim, na tentativa de minimizar a redução em que se enquadram as metodologias de ecoturismo que realizam as intervenções aos benefícios do ser humano, foi identificada a necessidade de se pesquisar mais a respeito da dimensão afetiva das populações nas quais se realizam as interferências, no intuito de compreender com mais propriedade (embora seja difícil medir) as relações entre humanos e outros seres vivos. Portanto, emergiu a seguinte questão:

Problemática: Quando do uso ecoturístico em áreas naturais, nos esquecemos de considerar o “afetivo” do ambiente. Quando o turismo começou a ser desenvolvido no litoral catarinense, sobretudo na região metropolitana de Florianópolis, os “manezinhos” tinham dificuldades em aceitar e receber os “gringos” que visitavam esta Ilha com cortesia, sentiam-se invadidos. Neste contexto, será que o ambiente ecológico existente na REBIO (fauna/flora), que representa o principal atrativo ecoturístico no caso do mergulho, não *vê* ou *sente* os ecoturistas da mesma maneira? Ou seja, com aversão, ou sentindo-se invadidos?



Ação das ONGs: Desenvolver projetos e pesquisas com o intuito de identificar o impacto e comportamento da fauna e flora local e transitória, quando do contato com mergulhadores em fluxo permanente e sazonal.

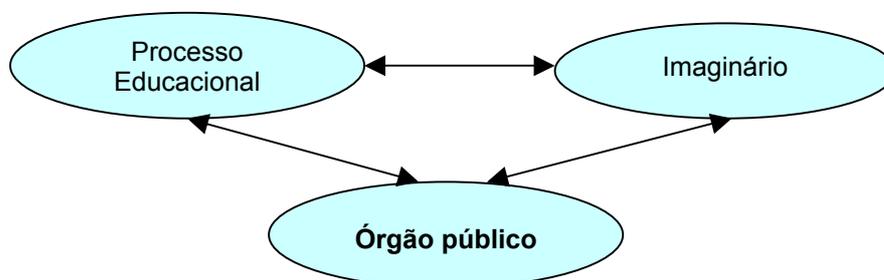
Esta ação deve contemplar a capacitação de moradores da comunidade do entorno, bem como a utilização dos conhecimentos empíricos de moradores mais antigos e experientes no manejo marinho. A partir desta ação, em função dos resultados das pesquisas, o ecoturismo poderá sofrer restrições consideráveis e severas, como as que atualmente já foram decretadas pelo Plano de Manejo, embora o intuito neste item seja testar determinados comportamentos que podem emergir das dimensões, uma vez entendido que, a partir de depoimentos de

moradores locais e empresários, há o interesse em mudar a categoria da UC, embora via poder público, esta seja uma ação bastante complicada.

- Dimensão cognitiva

Há na Ilha do Arvoredo um acervo de inscrições rupestres e sambaquis, os quais ainda necessitam de estudos mais aprofundados para a identificação de sua origem e outros fatores relacionados aos mesmos. Na percepção dos acadêmicos, a comunidade deve possuir mais compreensão acerca deste patrimônio, a fim de estabelecer uma relação afetiva/histórica com o mesmo, por meio de seu “imaginário” (que tanto impulsiona os desejos e curiosidades dos turistas). Sendo assim, surgiu a seguinte proposição:

Problemática: Será possível comunicarmos a história e o conhecimento da área por meio das inscrições rupestres e oficinas líticas existentes no local? Até que ponto pode-se estabelecer uma comunicação delas com os moradores locais no sentido de “apreender com o ver”?



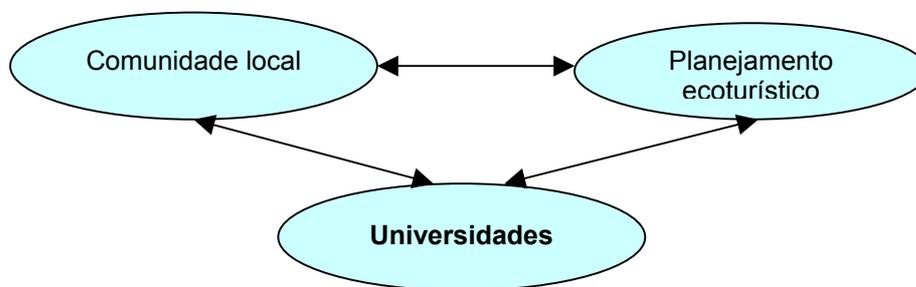
Ação do Órgão Público: (Re) estruturar a base escolar do município e estado (ao menos da região metropolitana de Florianópolis, e/ou região litorânea) no sentido de dar ênfase à interação entre o aluno e os elementos presentes na cultura e história de Santa Catarina, possibilitando e incentivando o olhar investigador e crítico, sobretudo aos elementos que ainda necessitam de pesquisas mais aprofundadas.

No olhar acadêmico, esta ação possibilitaria que o processo cognitivo das crianças desde o ensino fundamental estaria apresentando, de maneira mais concreta, a história da ocupação humana no Estado e estaria estabelecendo uma relação afetiva entre a população e o patrimônio cultural, desde a infância, o que agregaria valor ao processo de intervenção ecoturística, atividade em ascensão no Estado.

- Dimensão conceitual

Uma vez que se constatou que existe descompasso no ecoturismo no que diz respeito à teoria e a prática alicerçada nos princípios de sustentabilidade, entendeu-se que havia a necessidade de conhecer a percepção da comunidade local, no tocante a esta problemática, portanto surgiu a seguinte questão:

Problemática: De acordo com os princípios e conceituações do ecoturismo, percebe-se que há uma confusão muito grande entre teoria e prática. Como será que a comunidade local entende o ecoturismo, ou, qual a visão da comunidade local sobre o ecoturismo e a questão da sustentabilidade?



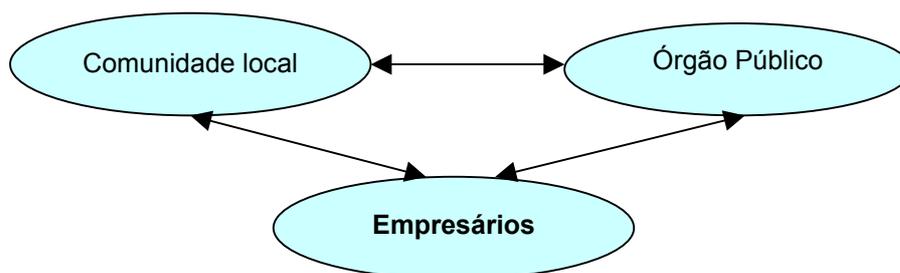
Ação das Universidades: Desenvolver projetos educacionais (pedagógicos) envolvendo a comunidade local e planejadores do ecoturismo (parceria com Universidades que possuem graduação em Turismo) no intuito de estabelecer, por meio de oficinas cognitivas, um conceito e concepção de prática comum definido pelos integrantes do processo para a área em questão.

- Dimensão administrativa

Os acadêmicos realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental na disciplina de Ecoturismo acerca das áreas naturais protegidas existentes, no âmbito territorial, do Estado de Santa Catarina. A partir dessa pesquisa foi identificado que existem diversas problemáticas no tocante à falta de recursos financeiros para as áreas, falta de recursos humanos qualificados, falta de quadro de pessoal que possibilite a fiscalização e controle da área, entre outros itens que estão em acordo com o Diagnóstico de visitação de parques nacionais e estaduais, realizado pelo MMA (2005) e já descrito anteriormente nesta tese. Diante disso, identificou-se o seguinte:

Problemática: Há uma problemática no que diz respeito à fiscalização dos patrimônios, que envolve todo o Estado de Santa Catarina, principalmente no âmbito

de suas áreas naturais protegidas (sejam elas instituídas por legislação federal, estadual ou municipal). De que maneira podemos estabelecer medidas que facilitaríamos a fiscalização e monitoramento da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, tendo em vista a falta de recursos públicos, considerando a facilidade de acessos e amplitude da área, além da clandestinidade que possibilita o vandalismo, principalmente por parte dos moradores?

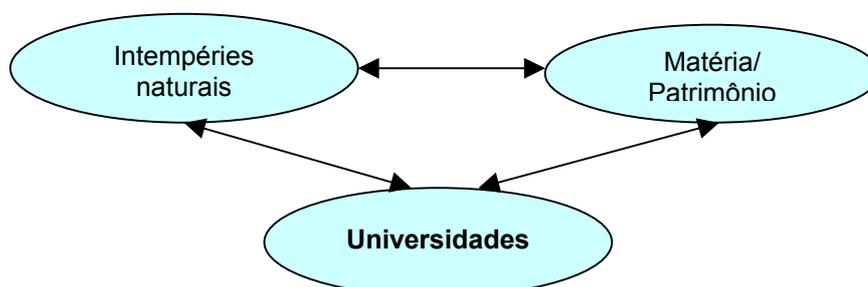


Ação dos Empresários: Financiar a capacitação de pessoal destinado à fiscalização dos patrimônios e implantar postos de fiscalização, recebendo incentivos do órgão público (fiscais e/ou impostos) e possibilitando empregos para a comunidade local.

- Dimensão temporal

Uma vez que os acadêmicos tomaram conhecimento, a partir dos estudos realizados, que o Plano de Manejo da REBIO proibiu a ocupação ecoturística para mergulho no principal ponto da Ilha do Arvoredo (abrigado dos ventos), diversas discussões surgiram no âmbito temporal, tanto no âmbito do espaço-tempo, quanto das condições do tempo em si (clima, intempéries, etc). Sendo assim, selecionou-se uma das problematizações:

Problemática: Levando em consideração o clima e o tempo, quais medidas poderiam ser tomadas no sentido de verificar o processo de desgaste natural das oficinas líticas e inscrições rupestres? Quais medidas poderiam ser tomadas, ainda, no sentido de preservar este patrimônio?



Ação das Universidades: Estabelecer um centro de pesquisa permanente, visando a identificação de como retardar o processo de degradação dos patrimônios, dadas às condições temporais onde eles se localizam.

5.1.6 Entrevista semi-estruturada

A entrevista semi-estruturada⁵³ foi realizada pelo acadêmico Rodrigo Pereira Cardoso no segundo semestre de 2005. O aluno entrevistou os responsáveis pelas 4 (quatro) operadoras de mergulho, atuantes na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, quais sejam: operadora SEA DIVERS, operadora PARCEL DIVER CENTER, operadora ACQUNAUTA MERGULHO e operadora HOMEM-RÃ.

A figura 44 apresenta as questões que fizeram parte do roteiro da entrevista:

ROTEIRO DA ENTREVISTA	
01.	Qual o objetivo da empresa?
02.	Qual a área de atuação?
03.	Qual o tipo de turismo desenvolvido na REBIO do Arvoredo?
04.	Qual a melhor época para desenvolver o turismo subaquático na REBIO do Arvoredo?
05.	Quais os locais liberados para o mergulho recreacional (turístico) na REBIO do Arvoredo?
06.	Há, no seu conhecimento, algum estudo de impacto sendo realizado no local?
07.	Qual o número de saídas (com embarcações) por dia, para a REBIO do Arvoredo?
08.	Qual o fluxo de ecoturistas (dia) para o local?
09.	Qual a faixa etária dos ecoturistas que realizam o mergulho recreacional na REBIO?
10.	A REBIO possui algum tipo de infra-estrutura para o turismo subaquático?
11.	Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na REBIO, no âmbito da infra-estrutura, para o mergulho recreacional?
12.	O número de ecoturistas que procuram sua operadora no intuito de praticar o mergulho recreacional na REBIO apresentou crescimento nos últimos anos?
13.	As operadoras de mergulho participaram da elaboração do plano de manejo da Reserva?
14.	Quais soluções e/ou sugestões esta operadora indicaria para a melhoria do turismo subaquático na Reserva?

Figura 44: Roteiro da entrevista semi-estruturada

⁵³ O roteiro da entrevista foi organizado pelo acadêmico Rodrigo Pereira Cardoso e recebeu sugestões da professora Kerlei Eniele Sonaglio.

Na seqüência serão apresentados alguns resultados desta pesquisa que foram importantes:

- De acordo com os entrevistados os locais de atuação das operadoras de mergulho são: região norte da Ilha de Santa Catarina (10% da procura dos ecoturistas) e Ilha do Arvoredo (90% da procura dos ecoturistas).
- O objetivo das operadoras é a realização do mergulho contemplativo e educacional (no sentido conservacionista).
- Os tipos de turismo desenvolvidos na REBIO do Arvoredo pelas operadoras de mergulho são: ecoturismo subaquático e científico.
- A partir do estabelecimento do plano de manejo, as operadoras de mergulho possuem permissão para atuarem (dadas às restrições do plano) no lado sul da Ilha do Arvoredo o que restringe as atividades ecoturísticas, uma vez que o mergulho fica inviabilizado nos meses em que o vento sul predomina. Sendo assim, a época em que o mergulho é possível, coincide com a época de alta temporada.
- Os entrevistados afirmaram ter participado da elaboração do plano de manejo, mas consideraram-se prejudicados a partir dos resultados do plano, uma vez que consideraram “muito pouco relevante o que foi feito para a área do mergulho” na Reserva.
- Os entrevistados destacaram que os órgãos ambientais responsáveis pela Reserva não fornecem nenhum material acerca da educação ambiental referente à Reserva, no entanto, as operadoras afirmam fornecer material elaborado por elas nos cursos de mergulho que realizam.
- Os entrevistados afirmam que, a partir do estabelecimento, em 2002 do plano de manejo, houve uma queda de 60% na procura dos mergulhos em suas empresas. Esta queda, além de ter ocasionado prejuízos financeiros, forçou a demissão de funcionários e estagiários.
- Quanto à procedência dos turistas, as entrevistas revelaram que em alta temporada (novembro a março), 60% dos turistas são estrangeiros (Argentina, América do Norte e Europa) e 40% são brasileiros. Já na baixa temporada (abril a outubro), 90% dos turistas são brasileiros e 10% são estrangeiros.

- Quanto ao número de saídas (com embarcações) realizadas pelas operadoras pesquisadas, na alta e baixa temporada (até 2003), segue a figura 45:

OPERADORAS DE MERGULHO	ALTA TEMPORADA		BAIXA TEMPORADA	
	Nº DE SAIDAS (POR DIA)	Nº DE PESSOAS POR SAIDA	Nº DE SAIDAS (POR MÊS)	Nº DE PESSOAS POR SAIDA
SEA DIVERS	1	25	1 (apenas com grupos fechados)	10 (mínimo de pessoas)
ACQUANAUTA	2	25	2	4 (mínimo de pessoas)
PARCEL	2	15	1	8 (mínimo de pessoas)
HOMEM-RÃ	1	15	2 (apenas grupos fechados)	15 (mínimo de pessoas)
TOTAL	6	120		

Figura 45: Número de saídas e fluxo de turistas para a REBIO do Arvoredo

Fonte: Cardoso, 2005.

Os dados demonstram que na alta temporada o número total de saídas/mês totaliza 144 (cento e quarenta e quatro), num fluxo de cerca de 3.000 (três mil) turistas/mês.

- A faixa etária predominante dos ecoturistas que procuram as operadoras está entre 25 e 35 anos de idade.
- Os entrevistados afirmaram existir a pesca predatória e a caça submarina dentro dos limites da Reserva e atentaram ao fato de que o mergulho recreacional que eles realizam possui um cronograma com as datas e horários agendados e em função disso recebem os efeitos da fiscalização mais rigorosos, o que consideram injusto.
- Os entrevistados consideram um equívoco das “autoridades” terem criado uma Reserva Biológica, pois acreditam que um Parque poderia receber o mesmo monitoramento e fiscalização e ainda estaria gerando benefícios econômicos com as visitas, facilitando a manutenção e possibilitando a realização de atividades educativas.

5.1.7 Análise dos participantes

O teste apresentou o “olhar acadêmico” dos estudantes do curso de turismo às diferentes dimensões de realidade percebidas e identificadas por eles.

Segundo os alunos, o teste enriqueceu o trabalho que vinha sendo desenvolvido em sala de aula, no que diz respeito ao planejamento e gestão do ecoturismo, pois

possibilitou mais liberdade na proposição de idéias, permitidas e incentivadas pela metodologia transdisciplinar.

O entusiasmo e comprometimento dos alunos também foram observados e compartilhados com a professora da disciplina, no desenvolvimento da metodologia proposta.

A “abertura” que a metodologia transdisciplinar possibilitou aos alunos foi percebida na medida em que os colegas problematizavam temas que suscitavam o interesse e crítica anteriormente não realizada. Os depoimentos finais dos alunos (na análise geral dos trabalhos), apontaram para a satisfação em ter sido desenvolvido um trabalho “diferente” no curso de turismo que “instigou e aguçou o intelecto”, tal como foram expressos os termos.

5.1.8 Análise por pares

A metodologia transdisciplinar para o planejamento e a gestão do ecoturismo em UCs foi examinada pela professora Édis Mafra Lapolli, orientadora desta tese, bem como os resultados do teste realizado em âmbito acadêmico, recebendo um parecer favorável.

5.2 Reflexões finais

No capítulo cinco foi apresentado e analisado os resultados do processo de validação realizada por meio de um teste no âmbito acadêmico da área do turismo.

De acordo com os participantes do teste que objetivou a validação desta tese, a metodologia é viável e aplicável à realidade do ecoturismo, uma vez que possibilita o estabelecimento de constructos cognitivos ao longo do processo do planejamento e gestão do ecoturismo em áreas protegidas.

A análise conjunta dos dados triangulados (dados primários - entrevista e teste - e os dados secundários - análise dos documentos produzidos pelos alunos e as metodologias já existentes) aponta também para a importância da metodologia em todas as suas dimensões, em especial para a etapa em que os programas e projetos

são definidos a partir das diferentes percepções de realidade dos grupos que estão interagindo no processo do ecoturismo em uma determinada área.

Destaca-se esta etapa porque ela emerge a partir de problemáticas identificadas pelas pessoas que interagem nas diferentes esferas do processo de planejamento e gestão do ecoturismo em UCs, e além disso, garante o surgimento de idéias para programas e projetos que posteriormente serão definidos para a área em outro processo cognitivo, na dimensão conceitual.

A validação expõe a realidade observada a partir do “olhar acadêmico” a um determinado objeto de estudo. No entanto, sob o ponto de vista transdisciplinar, a metodologia proposta é construída a partir de diversos olhares ao objeto que se pretende, entre ele e o que está para além dele, garantido assim, a manutenção de um ciclo mais sustentável ao que se têm hoje, em se tratando de ecoturismo, justamente porque a metodologia proposta considera também as relações subjetivas no caso a ser planejado.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

6.1 Conclusões

O planejamento e a gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação (UCs), embora tentem considerar os princípios de sustentabilidade, refletem, utilizando uma expressão de Morin (1997), a “neurose da cultura de massas do século XX”.

Esta tese de doutoramento propôs uma metodologia transdisciplinar para o processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação, tendo alcançado plenamente seus objetivos no desenvolvimento da pesquisa.

A partir da realização da fundamentação teórico-empírica referente aos temas ecoturismo, transdisciplinaridade e Unidades de Conservação, pode-se perceber a existência de metodologias de planejamento e gestão do ecoturismo em áreas protegidas, alicerçadas no paradigma sistêmico do turismo, em âmbito interdisciplinar. As metodologias existentes e utilizadas possuem, em sua maioria, o enfoque voltado ao desenvolvimento sustentado da economia como o elemento qualificador do ecoturismo, afirmando sua necessidade às áreas de interesse dos segmentos empresariais do turismo. As comunidades receptoras e o ambiente recebem, via de regra, o fluxo de ecoturistas em massa, movimentados pelo mercado de intenso consumo e ao esgotar o recurso que ora apresentou-se como atrativo, ficam com os danos das intervenções mal planejadas e por vezes, indesejada, sob o ponto de vista das populações locais.

O propósito da tese buscou alicerçar sua metodologia na transdisciplinaridade, confiando que seria um caminho valorizador e qualificador das relações subjetivas e sutis, tão intrínsecas ao ecoturismo, embora pouco contempladas nas metodologias já existentes para o seu desenvolvimento sustentável, conforme foi fundamentado no referencial teórico-empírico. O olhar transdisciplinar ao ecoturismo permite evitar o reducionismo em que se alicerçam as disciplinas que o tentam explicar e/ou propor métodos para sua implementação planejada.

A pesquisa apresentou a análise das metodologias existentes do planejamento e gestão do ecoturismo e dividiu os principais autores que propuseram os métodos em

fases, à luz dos paradigmas em que estavam alicerçadas. Sendo assim, percebeu-se que o objetivo central desta tese apresentava-se como uma nova abordagem em se tratando de alicerces paradigmáticos.

Sendo assim, realizou-se um teste no âmbito acadêmico, onde se pode verificar o movimento que a metodologia transdisciplinar para o processo de planejamento e gestão do ecoturismo em UCs obteria, e ainda submetê-lo à crítica dos estudantes da área do turismo possibilitando o estabelecimento de um processo cognitivo que aproximou os estudos acadêmicos das emoções subjetivas dos grupos e indivíduos.

A validação por meio do método da triangulação garantiu sua efetividade no momento em que possibilitou a resposta às questões desta tese, quais sejam: a) Pode a transdisciplinaridade auxiliar no processo de planejamento e gestão do ecoturismo? b) Há a possibilidade de se traçar uma metodologia para o processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação, alicerçada na perspectiva metodológica transdisciplinar?

Sim, a transdisciplinaridade pode auxiliar no processo de planejamento e gestão do ecoturismo, sobretudo em Unidades de Conservação, uma vez que no referencial teórico-empírico desta tese verificou-se o crescimento da atividade ecoturística nestas áreas, bem como o aumento das incidências e as problemáticas que decorrem destas intervenções, tanto para a própria área, quanto para as comunidades de entorno. A metodologia transdisciplinar aplicada ao ecoturismo estabelece uma nova abordagem para esta atividade em ascensão e que possui relações com diferentes dimensões de realidade e percepção, além de garantir o rigor, a abertura e a tolerância: pilares da transdisciplinaridade.

Os avanços propostos por esta tese, e sua contribuição à ciência, podem ser assim sintetizados:

- a) A metodologia utilizada para o processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação necessita de atitude transdisciplinar na proposição do Plano a ser implementado;
- b) A inclusão do ecoturismo como objeto de pesquisa da Engenharia Ambiental, na exigência de soluções pedagógicas e subjetivas ao processo de planejamento e gestão em Unidades de Conservação, na qual somente o exercício das tecnologias revela-se insuficiente;

- c) O estabelecimento de uma metodologia para o ecoturismo alicerçada em uma nova abordagem paradigmática contribui ao estudo de outras abordagens teóricas e epistemológicas do turismo.

A tese de doutoramento pretende dar contexto ao aprofundamento e crítica dos pesquisadores da área do turismo e permitir que se avance nos estudos transdisciplinares do ecoturismo. A nova proposição teórico-prática para o desenvolvimento do ecoturismo foi apresentada, porém, desejosa de que desperte a dúvida e a constatação de estudiosos, pois se entende que a partir do conflito, poderá emergir uma nova abordagem aceita pela “Academia” e passível de discussão e avanços posteriores subsidiando inclusive, outros estudos na área do turismo.

As diferentes lógicas que regem as diferentes compreensões de mundo podem estar diante de uma proposta que procura refletir acerca das dimensões de realidade existentes, ou, no mínimo, considerar a existência de outras formas de se “sentir”, “viver”, “amar” e assim, “planejar”.

Não se pode esquecer que há também um “sagrado” no que não é humano, e que também deve ser considerado. Planejar o ecoturismo em ambientes naturais (sobretudo os protegidos, em função de suas características específicas), é uma ação antrópica. Então, considerando a idéia de “mínimo impacto ambiental” no ambiente natural: para o “humano” pode ser o ideal, mas, para o “sagrado” da natureza ainda pode ser “muito”.

Há de se pensar que os “não-humanos”, isto é, as outras formas de vida, possuem uma relação intensa com os seres humanos, embora muitas vezes nos esqueçamos disto.

Espera-se com este estudo contribuir com a humanidade e sua permanência mais sustentável na Terra, e, num sentido mais sensível, contribuir com o movimento do Universo. No sentido mais humano e ao sabor das palavras de Odum (1988, p. 347) encerra-se este item:

Quando o “estudo da casa” (Ecologia) e a “administração da casa” (Economia) puderem fundir-se, e quando a Ética puder ser estendida para incluir o ambiente, além dos valores humanos, então poderemos realmente ser otimistas em relação ao futuro da humanidade.

6.2 Recomendações para futuros trabalhos

A partir do estudo realizado e da proposição da metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs, alguns pontos devem ser destacados à guisa de recomendações para futuros trabalhos:

- Aproveitar a metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão aqui proposta a outros segmentos do turismo, ou seja, desenvolver metodologia de planejamento e gestão para segmentos do turismo tais como: turismo rural, agroturismo, turismo de negócios, turismo de eventos e turismo de aventura.
- Submeter a metodologia desenvolvida a reiteradas simulações de sua aplicação no meio acadêmico, ou seja, eleger grupos acadêmicos para simular aplicação da metodologia transdisciplinar para o planejamento e gestão do ecoturismo em UCs. Tais simulações fornecerão elementos para um aprimoramento da Metodologia.
- Implementar em alguma UC do Estado de Santa Catarina a metodologia ora proposta.

Os questionamentos e as respostas acerca dos resultados que o estabelecimento da metodologia desenvolvida trará serão observados no próprio caminhar e questionar do método.

Espera-se que este caminho propicie a mudança de atitude dos agentes envolvidos no processo do ecoturismo e que não permaneça apenas como discurso ou debate sobre o estado em que se encontra a atividade ecoturística, sobretudo nas UCs brasileiras. Esse é um compromisso que os envolvidos no desenvolvimento do ecoturismo devem assumir.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- ANA, Agência Nacional de Águas. **O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Cadernos de Recursos Hídricos. Brasília: ANA, 2005.
- AQUANAUTA, Aqunauta Mergulho. **News**. Disponível em: <http://www.aquanauta.com.br>. Acesso em 21 de setembro de 2005.
- ARVOREDO. **Reserva Biológica Marinha do Arvoredo** (site oficial). Disponível em: <http://www.arvoredo.org.br>. Acesso em: 16 de setembro de 2005.
- AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus, 1997.
- BELIZEAUDUBON, Belize Audubon Society. **History**. Disponível em: <http://www.belizeaudubon.org/home.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2005.
- BELIZEIT. **Onças pintadas**. Disponível em: <http://www.belizeit.com/graphics/jaguar.jpg>. Acesso em: 10 de março de 2006.
- BELIZEREPORT. **Babuíno**. Disponível em: <http://www.belizereport.com/sites/images/howler.jpg>. Acesso em: 10 de março de 2006.
- BELIZETOURSERVICES. **Localização do CBWS**. Disponível em: <http://www.belizetourservices.com/images/belize-map-large2.gif>. Acesso em: 10 de março de 2006.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- BENI, Mário Carlos. **Como certificar o turismo sustentável: Parte I**. Disponível em: <http://www.gestour.com.br/webengine/servlet/Controller?command=gestour&modulo=colunistas&id=771>. Acesso em: 21 de março de 2005.
- BITTENCOURT, J. **Conhecimento, complexidade e transdisciplinaridade**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, 1997.
- BOO, Elizabeth. **The ecotourism planners for protected áreas**. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. (eds). **Ecotourism: a guide for planners and managers**. N. Bennington: The Ecotourism Society, 1993.
- BOTELHO, Fabricio. **Panorama de Caconde**. Disponível em: http://br.geocities.com/caconde_net/Fotos_da_Represa/fotos_da_represa.html. Acesso em: 07 de Abril de 2006.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: FAPESP, 2000.

CALCAGNO, E. Evolución y actualidad de los estilos de desarrollo. **Revista de la CEPA**. N 42, 55-67, 1990.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, Rodrigo Pereira. **Turismo subaquático na região metropolitana de Florianópolis: O caso da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina, Florianópolis: FASSESC, 2005.

CEBALLOS_LASCURÁIN, Héctor. **Ecoturismo: naturaleza y desarrollo sostenible**. México: Diana, 1998.

CEBALLOS_LASCURÁIN, Héctor. **O ecoturismo como um fenômeno mundial**. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: Um guia de planejamento e gestão**. Tradução: Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: Senac, 2001.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. IV World congress on national parks and protected areas. **Tourism, ecotourism and protected areas: the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development**. Gland (Suíça) e Cambridge (Inglaterra): IUCN, 1996.

CETRANS. **Centro de educação transdisciplinar**. Disponível em: <<http://www.cetrans.futuro.usp.br/>>. Acesso em: 15 de maio. 2005.

CHARLES DARWIN FOUNDATION and the WORLD WILDLIFE FUND. **A biodiversity vision for the Galapagos Islands**. Galápagos: Ed. Bensted-Smith, 2002.

CHEESEMAN. **Onças pintadas**. Disponível em: http://www.cheesemans.com/img/samerica/camerica_b_4.jpg. Acesso em: 10 de março de 2006.

COMMUNITYCONSERVATION. **Localização CBS**. Disponível em: <http://www.communityconservation.org/images/belize.jpg>. Acesso em: 10 de março de 2006.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Edição nº 38. São Paulo: Saraiva, 2006.

CRESWELL, John W. **Quality inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 1998.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997.

DARWIN, Charles. **Autobiografia 1809-1882**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DE ROSE, Alexandre Turatti. **Turismo: Planejamento e Marketing**. São Paulo: Manole, 2002.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa e Interdisciplinaridade no Ensino Superior: Uma experiência no curso de turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

- DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Brasil - Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Coordenação de Sílvia Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília: Embratur, 1994.
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Brasil - Política nacional de turismo: diretrizes e programas (1996-1999)**. Brasília: Embratur, 1996.
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Turismo, estatísticas**. Disponível em http://www.embratur.gov.br/conheca/outrosassuntos/viva_seu_novo_brasil.asp?id=ou. Acesso em: 15 out. 2005.
- EMBRATUR-IBAMA – Instituto Brasileiro de Turismo. **Programas**. Disponível em < <http://www.embratur.gov.br/conheca/programas/ecoturismo.asp?id=pj>>. Acesso em: 2 de março de 2002.
- FENNEL, David A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GALAPAGOSFIRST. **Galápagos: isla Bartolomé**. Disponível em: <http://www.galapagosfirst.com/images/bartolome.jpg>. Acesso em 12 de março de 2006.
- GEE, Chucky Y., MAKENS, James C., CHOY, Dexter J. L. **The Travel Industry**. United States of America, New York: ITP, 1997.
- GEOCITIES. **Tortugas Galápagos**. Disponível em: http://www.geocities.com/rafa_bonilla/tortuga.jpg. Acesso em 12 de março de 2006.
- GEOL. **Cactos opuntia: Galápagos**. Disponível em: <http://www.geol.umd.edu/~jmerck/gal02/life/images/o.megas.jpg>. Acesso em 12 de março de 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.
- HETZER, Nicolas D. **Environment, Tourism, Culture**. In: Ecosphere. The original article re-printed from LINKS, July 1965. Disponível em <http://www.fieu.edu/ecosphere.shtml>. Acesso em 25 de jun de 2005.
- HORWICH, Robert H., MURRAY, Dail, SAQUI, Ernesto, LYON, Jonathan, GODFREY, Dolores. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: Um guia de planejamento e gestão**. Tradução: Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: Senac, 2001.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Unidades de Conservação**. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 13 de janeiro de 2006.

IBAMA. **Reserva Biológica**. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: jul.2005.

IEB – Instituto de Ecoturismo do Brasil. **Diretrizes. Paraná**. Disponível em: <http://www.ecoturismo.org.br>. Acesso em: 13 ago 2005.

INGALA. Instituto Nacional Galápagos. **Plan Regional para la conservación y el desarrollo sustentable de Galápagos**. Quito: Ingala, 2002.

JAPIASSU, Hilton. F. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. (eds). **Ecotourism: a guide for planners and managers**. N. Bennington: The Ecotourism Society, 1993.

LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: Um guia de planejamento e gestão**. Tradução: Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: Senac, 2001.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo: um produto viável - a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2005.

MADER, Ron. **Ecotourism Champion: A conversation with Hector Ceballos-Lascuráin/may 2000**. Red Mexicana de Ecoturismo. Disponível em <http://www.planeta.com/ecotravel/weaving/hectorceballos.html>. Acesso em 26 de jun de 2005.

MAGALHÃES, Guilherme Wendel de. (coordenação). **Pólos de Ecoturismo: planejamento e gestão**. São Paulo: TERRAGRAPH, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARIOTTI, Humberto. **As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade**. São Paulo: Palas Athena, 2000.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Naturais Protegidas**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/sbf/dap/capa/index.html&titulo=Áreas%20Protegidas>. Acesso em 22 de março de 2006.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Protegidas no Brasil**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/sbf/dap/capa/index.html&titulo=Áreas%20Protegidas>. Acesso em 16 de setembro de 2005.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 16 dezembro de 2004.

- MOLINA , Sérgio. **El pos turismo**. México: Trillas, 2002.
- MOLINA , Sérgio. **Turismo y ecología**. México: Trillas, 1986.
- MOLINA , Sérgio. **Turismo y eco-logia**. México: Trillas, 1998.
- MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.
- MOLINA, Sérgio. **Turismo: metodología para su planificación**. México: Trillas, 1997.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: volume 1 - neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- MORIN, Edgar. **O método 1. A natureza da natureza**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.
- MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.
- MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- MOURÃO, José R. **Ecoturismo no Brasil**. Disponível em <http://www.ecobrasil.org.br>. Acesso em 22 de maio de 2004.
- MTUR, Ministério do Turismo. **Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.
- NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999.
- ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2002
- OMT - Organização Mundial do Turismo. **Demanda turística internacional 2000**. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/conheca/outrosassuntos/viva_seu_novo_brasil.asp?id=ou> Acesso em: 20 fevereiro. 2005.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. **Desenvolvimento de Turismo Sustentável: manual para organizadores locais**. Brasília: Embratur, 1994.
- OMT - Organização Mundial do Turismo. **Tendências del mercado turístico: Américas (1986-1996)**. Madrid: OMT, 1997.
- OXINALDE, Miguel D. R. **Ecoturismo: nuevas formas de turismo en el espacio rural**. Barcelona/Espanha: Bosch, 1994.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.
- PAUL, P. **Os diferentes níveis de realidade entre ciência e tradição**. Disponível em <http://www.cetrans.futuro.usp.br/diferentes_niveis.html>. Acesso em: 6 jun. 2001.
- PETROCCHI, Mário. **Turismo: Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura, 2001.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PNMT. **Programa nacional de municipalização do turismo**. Brasília: Embratur, 1995.

REEVOLUCIÓN. **ReEvolución Galápagos**. Disponível em: <http://www.reevolucion.org/blogs/index.php/new?cat=58>. Acesso em 16 de dezembro de 2005.

REIS, Alfredo dos. **Mediação Transdisciplinar de conflitos ambientais em Unidades de Conservação**: Estudo de caso na Praia de Naufragados / Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental. Florianópolis: UFSC, 2003.

RELATÓRIO ECO-92. **IV. 10 Ecoturismo**: uma opção de desenvolvimento sustentado. Relatório Nacional Eco – 92. Brasília: EMBRATUR, 1992.

REVISTA O FAROL. Informativo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. Florianópolis: Ano 3, n.2, maio de 2005.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. B. **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, Adyr. B. **Turismo desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

ROESH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração**: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1996.

RONCA, P. A. **O conhecimento total: a transdisciplinaridade é vista como o caminho para dominar os saberes que se acumulam de forma cada vez mais vertiginosa**. São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.uol.com.br/novaescola/ed/148_dez01/html/fala_mestre.htm. Acesso em: 16 jan. 2005.

ROYERCENTER. **Galápagos Islands**. Disponível em: <https://royercenter.cwc.psu.edu/biodiversity/galapagos/images/map.jpg>. Acesso em 11 de fevereiro de 2006.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Revista Turismo em Análise**. São Paulo: [s.n.], v. 4, n. 1, p. 56-68, maio, 1993.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 2003.

SACHS, Inacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAMPAIO, C. A. C. Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável. **Turismo visão e ação**, Itajaí: Editora da Univali, n.6, p. 97-115, 2000.

SANTUR. **Órgão oficial de turismo do Estado de Santa Catarina**. Disponível em <http://www.santur.sc.gov.br>. Acesso em: 15 Set. 2005.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Ecoss do Turismo**: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus, 2001.

SERRANO, Célia. **Educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.

SERRANO, Célia. M. T.; BRUHNS, H. T. **Viagens à natureza turismo, cultura e ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

SILVA, Daniel José. **O paradigma transdisciplinar**: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental da UFSC, 2000.

SILVA, Daniel José. **O tao da estratégia**: uma perspectiva dialógica para o planejamento estratégico da sustentabilidade. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental da UFSC, 2002.

SILVA, Daniel. J. **Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis, 1998. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 1998.

SNUC. **Sistema nacional de unidades de conservação**. Lei Nº 9.985/00 de 18 de junho de 2000. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2006.

SOLARTOURS. **Operadora da Califórnia**: América Latina, México, Caribe e Europa. Disponível em <http://www.solartours.com>. Acesso em 12 de fevereiro de 2006.

SONAGLIO, Kerlei E. **Ecoturismo na Ilha de Santa Catarina**: Um estudo para o desenvolvimento sustentável. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis: UFSC, 2002.

SONAGLIO, Kerlei. E.; LAPOLLI, Edis. M. Ecoturismo em Florianópolis: um paradigma transdisciplinar em construção. In: IV ENTBL, 2000, Joinville. **Anais**. Joinville, 2000.

SONAGLIO, Kerlei. E.; LAPOLLI, Flávio. R.; VALDUGA Sheila. Uma visão transdisciplinar para a sustentabilidade do turismo em Florianópolis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO, 2001, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza: ABBTUR, 2001.

SOUZA, C. H. S. **O homem da ilha e os pioneiros da caça submarina**. Tubarão: Dehon, 1999.

STEINITZ-KANNAN: Miriam, RIEDINGER A., Melanie, LAST, William, BRENNER, Mark, MILLER C., Michael. **Un registro de 6000 años de manifestaciones intensas del fenómeno de El Niño en sedimentos de lagunas de las islas Galápagos**. Disponível em: <http://unesco.org.uy/phi/libros/enso/steinitz.html>. Acesso em 22 de março de 2006.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000a.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. São Paulo: Aleph, 2000b.

TEDESCHI, Andrea. **Represa de Caconde**. Disponível em: http://br.geocities.com/caconde_net/Fotos_da_Represa/fotos_da_represa.html. Acesso em: 07 de abril de 2006.

VEIMAGES. **Imagem satélite Galápagos**. Disponível em: <http://veimages.gsfc.nasa.gov/5305/Galapagos.A2003106.1625.500m.jpg>. Acesso em 11 de fevereiro de 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatório de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

VILLERMAY, Denyse de. **Rumo a um modelo transdisciplinar da saúde**. Trad. Marly Segreto. Disponível em: <http://www.cetrans.com.br/generico.aspx?page=257&idiom=11>. Acesso em 16 de novembro de 2005.

WAHAB, S. A. **Introdução à administração do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1991.

WALL, Geoffrey. **Is ecotourism sustainable?** Environmental Management, n.4, v. 21, 1997.

WALLACE, G. N. **Ecoturismo**. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. Ecoturismo: Um guia de planejamento e gestão. Tradução: Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: Senac, 2001.

WARD, Bárbara, DUBOS, René. **Una sola Tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 1972.

WEIL, Pierre, D'AMBROSIO, Ubiratan. CREMA, R. **Rumo à nova transdisciplinaridade**. São Paulo: Summus, 1993.

WESTERN, David. **Defining ecotourism**. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. (eds). **Ecotourism: a guide for planners and managers**. N. Bennington: The Ecotourism Society, 1993.

WWF, World Wildlife Fund. **Manual de Ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. (Organização de Sylvia Mitraud). Brasília: WWF Brasil, 2003a.

WWF, World Wildlife Fund. **Migración y ambiente en las islas Galápagos**. Quito/Ecuador: A&H Editorial, 2003b.

YIN, Robert K. **Case study research - Design and methods**. Applied social research methods series, vol 5. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2003.

ZANETTI, Carlos Henrique Goretti. **Metodologia científica**. Disponível em: <http://164.41.22.200/metodologia/aulas/7hipotese/index.htm>. Acesso em: 18 de novembro de 2002.

ZIFFER, K. **Ecotourism: an uneasy alliance**. Documento nº 1, Washington: Wildlife Conservation International and Erns & Young International Management Consulting Group, 1989.